

FILOSOFIA GERAL.

LIVRO: ENSINAMENTOS BÁSICOS DOS GRANDES FILÓSOFOS. Autor – S.E. Frost Jr. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. Editora Cultrix. São Paulo.

INTRODUÇÃO

Todo homem, lavrador ou banqueiro, empregado ou chefe, cidadão ou governante, é, no verdadeiro sentido, um filósofo. Sendo humano, possuidor de cérebro e sistema nervoso altamente desenvolvidos, tem que pensar; e o pensamento é a estrada que conduz à Filosofia.

O mundo em que vivemos não nos permite descansar. Constantemente nos incita e desafia com problemas para que os resolvamos, exigindo que ajamos sensatamente se não quisermos ser destruídos pelas forças nele existentes. Nascem, assim, as experiências – fome e satisfações, dores e prazeres, espetáculos, sensações, sons e uma legião de outras.

Mas não podemos descansar satisfeitos, com um acervo de experiências sem relação entre si e disseminadas, ao acaso, pela vida. Temos que tomar nossas próprias experiências e tecê-las, formando com elas uma espécie de padrão, um todo mais ou menos satisfatório. Esse padrão, esse todo, é a nossa filosofia.

Sua filosofia, leitor, é o significado que o mundo tem para você. É sua resposta à pergunta: “Por quê?” Ao adaptar suas experiências ao todo, relacionando-as entre si, dirá então do mundo: “Essa é a maneira pela qual as coisas se relacionam. Esse é o mundo conforme eu o compreendo. É essa a minha filosofia.”

Sua filosofia e a daqueles cujos nomes aparecem nos compêndios apenas diferem no seguinte: eles usam maior número de experiências ao formarem seus padrões, os padrões que os satisfazem, e são mais cautelosos e mais minuciosos no adaptarem-nas a estes últimos; são padrões mais completos, mais compreensivos, mais lógicos, mais consistentes e mais exatos.

Quais os grandes problemas filosóficos que nos deixam, a todos nós, intrigados e aos quais os grandes filósofos, em todos os tempos, procuraram responder? Vemos que existem dez, os quais sempre desafiaram os homens e as mulheres que pensam.

O primeiro é: *Qual a natureza do universo?* Surgiu através de um ato de criação divina ou resultou de um processo de desenvolvimento gradual? De que substância ou substâncias se criou? Como se modifica?

O segundo é: *Qual o lugar do homem no universo?* É o homem a realização suprema de um universo criador e em desenvolvimento ou simples pó no espaço infinito? Importa-se o universo com você e comigo ou valem tanto quanto um grão de areia de uma praia imensa? Podemos moldar o universo como o desejamos ou acabará ele destruindo-nos?

O terceiro grande problema: *Que é o bem e que é o mal?* Como devemos conhecer um e outro? Algum poder divino instituiu normas para ambos, para todo o sempre, ou são questões de cultura local? Existe o bem

na própria natureza das coisas ou é algo que nós mesmos podemos determinar? Como distinguir o bem do mal?

O quarto é: *Qual a natureza de Deus?* É Deus um ser semelhante ao homem, que governa o universo e é Ele um espírito que paira sobre todas as coisas? É todo-poderoso, todo-bondade e todo-justiça ou apenas outra pessoa com um pouco mais de poder e discernimento que você e eu?

O quinto problema acha-se relacionado à questão do *Destino* versus *livre-arbítrio*. Somos pessoas livres, que podem fazer as próprias escolhas e determinar as próprias ações, sem que nada as impeça, ou estamos marcados por um destino sobre o qual não temos controle algum? Podemos determinar o futuro em qualquer sentido significativo, ou já está tudo determinado para nós desde o começo dos tempos?

O sexto diz respeito à *Alma e à imortalidade*. Que é a alma, sobre a qual tanto ouvimos falar? É de tal natureza que vive depois da morte do corpo ou morre com ele? Existe vida futura, na qual o bem é recompensado e o mal punido, ou a morte assinala o fim de tudo?

O sétimo problema está nas questões sobre *O homem e o Estado*. É o Estado uma criação do homem, que se concretizou para servi-lo, ou é algo que tem origem divina? Recebem os governantes de Estados o seu poder dos governados ou de Deus? Tem o homem direito a rebelar-se contra os governantes e a criar uma nova espécie de Estado? Qual a melhor forma de Estado e qual a pior?

O oitavo é: *O homem e a educação*. Que é a educação? Por que temos um sistema educacional e por que mandamos os filhos à escola? Quem deve controlar a educação, o povo ou o Estado? Destina-se a educação a fazer os homens livres ou homens que servirão cegamente a um Estado todo-poderoso?

O nono problema gira sobre *O Espírito e a matéria*. Qual é superior: o espírito ou a matéria? É esta última uma criação do espírito ou é o espírito apenas outra espécie de matéria? Pode o espírito ser superior à matéria e livre dela, ou está ligado à matéria, que está condenada? É a matéria a fonte de todos os males do mundo? Como pode o espírito permanecer puro e, ao mesmo tempo, habitar o corpo?

E, finalmente, o décimo, que versa sobre *As idéias e o pensamento*. Donde vêm as idéias? São inerentes à própria natureza do espírito ou nos vêm de fora dele? Quais as leis que regem o pensamento? Como podemos ter segurança de que nosso pensamento está certo? Tem ele valor no mundo ou é mera ficção?

FILOSOFIA GERAL

LIVRO: ENSINAMENTOS BÁSICOS DOS GRANDES
FILÓSOFOS.

CAPÍTULO I

NATUREZA DO UNIVERSO

O mundo, no qual você e eu vivemos, já existia muito antes de nós. Como surgiu? Foi criado ou sempre existiu? Quem ou o que o fez e como foi feito? As árvores, estrelas, homens e mulheres existem realmente ou são simples criações de nosso espírito ou do espírito de Deus? Como veio a existir o universo e de que é feito?

Não existe quem não tenha indagado como surgiu o mundo. Ele, com suas flores, rios, rochas, céu, estrelas, sol e lua, tudo isso não surgiu por mero acaso, costumamos raciocinar. Tudo o que vemos em torno de nós, tudo que conhecemos, deve ter-se transformado, no que é hoje, por algum processo. Se pudéssemos compreender esse processo, compreenderíamos a natureza do universo.

Os primeiros homens, dos quais temos registro, tinham teorias sobre o começo e a natureza das coisas. Teceram-nas para suas religiões, e os sacerdotes e religiosos explicaram-nas aos jovens que, por sua vez, as transmitiram aos filhos. Uma dessas teorias encontra-se no *Gênese*, o primeiro livro da Bíblia. Ele nos diz que Deus criou o mundo do nada em seis dias, fez a luz e as trevas, o sol, a lua e as estrelas, a terra e as águas e, finalmente, fez todas as coisas vivas, inclusive o homem. Depois, quando tudo ficou terminado e o homem e a mulher foram colocados num belo jardim, Deus veio ao mundo e passeou pelo jardim, satisfeito com Sua obra.

Teoria dos Primeiros Filósofos Gregos

Os primeiros filósofos, os gregos, mostraram-se grandemente interessados no problema da natureza do universo. Realmente, foi o primeiro que atacaram. Assim como as crianças costumam quebrar os brinquedos para descobrir de que são feitos, aqueles filósofos da infância da raça humana procuraram *quebrar* no espírito, o universo e penetrar no mistério da formação de todas as coisas nele encontradas. “De que *matéria* provêm todas as coisas?” inquiriam a si mesmos. ?” “Como se explica que existam tantas coisas no universo?”

Tales. Que viveu em Mileto, na Grécia antiga (cerca de 600 A.C.), foi o primeiro a propor uma solução para esse problema. Declarou aos vizinhos que a água é a *matéria* donde tudo se origina. Via-a transformando-se em sólido – gelo – quando congelada, e em ar – vapor – quando aquecida. Raciocinava, pois, que tudo, desde a rocha mais dura até ao mais leve ar, se origina da água e para ela acaba voltando.

Anaximandro. Pouco tempo depois, outro cidadão de Mileto, *Anaximandro*, escrevia que a primeira *matéria*, de que tudo é feito, não era a água, conforme Tales havia sugerido, porém, uma massa viva que enche todo o espaço. A essa massa deu o nome de *infinito*. No começo dos tempos, dizia ele aos companheiros, essa massa, esse *infinito*, era inteiriço, não estava partido em pedaços. Continha, porém, *movimento*. O *movimento* fê-lo começar a agitar-se para cima e para baixo, para a frente e para trás, e em volta. Lentamente, foram as peças destacando-se da massa, surgindo assim,

eventualmente, as coisas que agora temos no universo. Acreditava ele que, à medida que o movimento prosseguia, aqueles inúmeros pedaços começaram a voltar e foram-se reunindo, e a massa, o *infinito*, reassumiu a forma inteiriça original. Anaximandro fez uma exposição muito minuciosa sobre a maneira como acreditava se tivessem originado dessa massa o mundo, o sol, as estrelas, o ar, os animais, os peixes e o homem.

Anaxímenes. Um terceiro filósofo de Mileto, *Anaxímenes*, não se satisfez com as teorias expostas pelos dois pensadores que o haviam precedido. Aventou a idéia de ser o ar a primeira *matéria* de que tudo o mais, no universo, é feito. Compreendeu que o homem e os animais respiram o ar e podem viver, e, raciocinando, declarou que o ar se transforma em carne, osso e sangue. Prosseguindo em seu raciocínio, disse que o ar pode transformar-se em vento, nuvens, água, terra e pedra.

Esses três filósofos de Mileto, estavam interessados em descobrir a *matéria* de que é feito tudo o mais. Seguiu-os um grupo de filósofos que, conquanto se interessasse pelo mesmo problema, tinha mais interesse em descobrir os processos a que as muitas coisas, no universo, se acham relacionadas. Foram os *pitagóricos*, um grupo ou escola fundada por *Pitágoras*.

Pitágoras. Pitágoras e os pitagóricos impressionaram-se com o fato de muitas coisas, no mundo, se acharem ligadas por processos que podiam ser enunciados pelos números. Por exemplo: a resistência de um fio ou de um pedaço de tripa acha-se relacionada ao seu comprimento, num modo que pode ser expresso em número. Por isso – raciocinavam – o número deve ser a *matéria* que os filósofos procuram. Para eles, os números passaram a ser coisas e entidades; começaram, então, a ensinar que todo o universo fora construído de números. Acreditavam que, abrangendo a oitava harmônica oito notas, o algarismo oito representa amizade. O ponto – afirmavam – é o um, e a linha, o dois. E assim prosseguiram e desenvolveram um complicadíssimo sistema de números, em seus esforços para demonstrar que tudo é realmente feito de números.

O Movimento e as Transformações.

Todos os filósofos até aqui mencionados admitiam que as coisas sofrem transformações. Viam transformar-se tudo à volta deles e não consideravam isso um problema. A água transforma-se em gelo ou em vapor, o ar em vento, os números passam a ser coisas e o movimento acha-se presente em tudo que produz tais transformações. Para eles, isso era um fato, por que se preocupar com a questão?

Mas, à proporção que os filósofos continuavam a estudar o problema da natureza do universo, começaram a reconhecer que a transformação era, por si mesma, outro problema. Que era ela? Como surgiu? Há verdadeiramente transformação, ou apenas imaginamos que as coisas se transformam? Essas indagações começaram a martelar-lhes a cabeça e a exigir uma resposta.

Heráclito. A questão impressionou tanto a *Heráclito*, filho de uma nobre família de Éfeso, que ele chegou à conclusão de que o fogo é a *matéria* primitiva, da qual tudo o mais é feito. O fogo, acreditava, está

sempre se transformando, não se aquieta jamais e é sempre o mesmo. Uma vez que tudo se vai transformando constantemente, pois a transformação é a característica fundamental do universo, aquele fogo, de perene transformação, deve ser o material do universo. “Não se pode banhar duas vezes nas mesmas águas de um rio, pois elas estão sempre se renovando.” Nada existe que seja permanente, estável. Tudo se transforma.

Podemos pensar que vemos coisas que não se transformam, ensinava Heráclito, mas é puro engano. Se pudéssemos realmente enxergar o que acontece, se tivéssemos olhos bastante poderosos para ver exatamente o que está acontecendo, compreenderíamos que até a coisa mais estável está, de fato, sempre se transformando. É, pois, a *luta* que governa o universo. No momento em que uma coisa é feita, começa a *luta* a rompê-la. Todas as coisas estão constantemente se transformando. Nada é permanente.

A Permanência e a Imutabilidade

Xenófanes, Parmênides, Zenão. Enquanto Heráclito pregava a teoria de que a transformação é a essência de todas as coisas, filósofos gregos, que viviam em Eléia, ensinavam que a transformação é impossível. Nada pode realmente transformar-se, diziam. Se pensarmos em transformações, é engano nosso, pois elas não existem. *Xenófanes*, o mais antigo desses eleatas, acreditava que o universo é uma massa sólida, imutável, imóvel. As partes podem transformar-se, o que jamais se pode dar com o todo. *Parmênides*, outro membro da escola de Eléia, pregava que toda transformação é inconcebível. Se houvesse, raciocinava, algo teria que originar-se do nada, e isso é impossível. Aquilo que vemos com os olhos não é verdadeiro, porém ilusão. O universo é intransformável e imutável. *Zenão*, um terceiro membro da escola, tentou provar que todo aquele que procure provar a existência da transformação contradiz a si próprio.

O Enigma da Permanência e Transformação

Esses argumentos de Heráclito e dos eleatas eram tão interessantes para os filósofos, que alguns resolveram ver se as posições de ambas as partes podiam ser de certo modo conciliadas. Achavam que aquele *enigma da permanência e transformação* precisava ser resolvido, e volveram a atenção para a tarefa.

Empédocles: Mistura e Separação. Empédocles concordou com os eleatas quando declarou que, num sentido estrito, não podia haver transformação; mas também concordou com Heráclito ao sustentar que havia *mistura e separação*. O mundo, disse ele, compõe-se de quatro elementos ou *raízes de coisas*: terra, ar, fogo e água. Há milhões e milhões de pequeníssimas partículas de cada elemento. Estas se agregam de vários modos para formar todas as coisas do universo. À medida que elas se decompõem, os elementos separam-se. Podem depois vir juntos ou misturar-se novamente com outros. Os elementos jamais se transformam. São permanentes. Assim, não há verdadeiramente transformação, mas, apenas, mistura e separação dos elementos. Essa mistura e separação, acreditava ele, é causada pelo Amor e pelo Ódio. O amor une os elementos para formar as coisas. O Ódio separa-os.

Anaxágoras. A solução de Empédocles para o problema da *transformação e permanência* interessou *Anaxágoras*, mas não o satisfaz. Após muito estudo, chegou à conclusão de que devia haver mais que quatro elementos. Na realidade, acabou convencendo-se de que há inúmeros milhões de elementos ou substâncias. Cada um deles é resultado de um sem-número de milhões de minúsculas partículas. A carne resulta de milhões de elementos de carne que se unem num lugar. O osso, o resultado de milhões de elementos de osso que se combinam. É o que se dá com todas as coisas no mundo. Inúmeros elementos vêm juntos e a coisa se forma. Nenhum elemento pode transformar-se em outro. Não há, portanto, na realidade, transformação alguma. Nenhum elemento pode transformar-se em outro. Não há, portanto, na realidade, transformação alguma. Mas como esses elementos se agregam, separam e tornam a agregar-se, temos a transformação. Agregam-se e separam-se não por causa de algo neles, mas por causa da rotação dos corpos celestes. Como se produziu na primeira massa de elementos, que jaziam imóveis, um movimento turbilhante, os elementos começaram a agrupar-se e, assim, formaram-se muitas coisas no universo.

Os Atomistas: Leucipo e Demócrito. Todas essas idéias prepararam caminho para outro importante grupo dos primeiros pensadores gregos, os *atomistas*. Os membros desse grupo que mais sobressaíram foram *Leucipo* e *Demócrito*. Eles concordaram com seus predecessores em que a transformação resulta da mistura e da separação de pequeníssimas unidades. Discordavam, porém, quanto à natureza desses elementos. Todos os pensadores que haviam antecedido aos atomistas tinham ensinado que os elementos diferem em qualidade. Havia elementos de carne, de osso, de cabelo, etc. Os de carne são diferentes dos de osso ou dos de cabelo. Os atomistas pregavam que todas as unidades ou átomos são iguais no tocante à qualidade. Uns têm ganchos; outros, olhos e outros, ainda, ranhuras, corcovas ou depressões. À medida que esses átomos se unem de diferentes modos e em diferentes números, formam-se as coisas. Cada átomo tem um movimento no seu interior, de maneira que se move por sua própria vontade e se liga aos demais.

A transformação, pois, para os atomistas, era uma questão de mistura e desagregação de átomos. Estes não se transformam: são eternos, minúsculos e iguais. A transformação é verdadeiramente impossível. A única transformação possível está em se agruparem para formar uma coisa ou em se desagregarem.

Assim, os gregos da Antigüidade, estudando o problema da natureza do universo, durante cerca de 250 anos, chegaram à conclusão de que tudo, no universo, se compõe da união, por vários meios e em número variado, de minúsculos átomos, todos eles iguais.

*

Nenhuma das primeiras teorias satisfaz *Platão*, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Na sua concepção, o mundo que contemplamos, em que tocamos e que percebemos através de outros sentidos, não é real, porém, uma cópia. Nele encontramos coisas que se transformam, vêm e vão, e em grande abundância. É um mundo repleto de erros, deformações e males. Existe e nós o sentimos todos os dias, mas não é real.

Há, entretanto, um mundo real no qual devem encontrar-se as verdadeiras coisas, das quais tudo aquilo por que passamos é mera cópia. Platão chama-o *mundo das idéias*. Nele é que se encontra a árvore ideal, da qual todas as árvores são cópias, a casa ideal e as idéias de todos os outros objetos existentes. São perfeitos, não se transformam de modo algum, não desaparecem nem morrem; ao contrário, permanecem para sempre.

Essas *idéias* ou *formas* (Platão emprega ambas as palavras para a sua descrição) não foram criadas, existem desde os primeiros tempos, justamente no estado perfeito em que sempre existirão. São independentes de todas as coisas e não se acham influenciadas pelas mudanças que se verificam no mundo que sentimos, através dos sentidos. Os objetos que percebemos são reflexos desses *modelos eternos*.

Todas as *idéias* estão dispostas em ordem no *mundo ideal*; a *idéia superior*, idéia da bondade perfeita, acha-se na parte mais alta.

Há, entretanto, outro princípio no universo, o da *matéria*. É tudo o que as *idéias não são*. Pode ser considerado como a matéria-prima, na qual as *idéias* se acham impressas. Consideremos, por exemplo, a obra de um escultor. Ele forma a idéia de uma figura que deseja, digamos, reproduzir no mármore. Ora, essa idéia é independente de todo o mármore do mundo. Mas o mármore é necessário para a realização da obra, a fim de que outros possam senti-la através dos sentidos. O escultor toma então um bloco de mármore e cria a estátua. O mármore, como matéria-prima, fica com a idéia impressa nele. O escultor poderá fazer muitas estátuas sem afetar sua idéia por pouco que seja.

Era assim que Platão concebia a criação do mundo. A natureza – tudo aquilo que sentimos através dos sentidos – deve sua existência à influência do mundo das idéias sobre a matéria. Não o mundo *real*, porém uma impressão do mundo *real* sobre a matéria. Por conseguinte, todos os erros, todas as transformações e todas as imperfeições do mundo de nossos sentidos são devidos à matéria e não às idéias.

Num dos famosos *Diálogos* de Platão, o *Timeu*, conta-nos ele como se criou o mundo de nossos sentidos. Houve um *Arquiteto*, o *Demiurgo*, que uniu o mundo ideal e a matéria, da mesma maneira que um escultor uniria sua idéia e o mármore para produzir a estátua. Esse *Demiurgo* tinha idéias perfeitas de tudo e grande quantidade de matéria. Platão não nos diz donde se originaram o *Demiurgo*, as idéias e a matéria. Já existiam quando as coisas começaram. À medida que o *Demiurgo* tinha uma idéia e a punha em contato com alguma matéria, criava-se uma coisa. Na realidade, muitas coisas foram oriundas da mesma idéia. Existe idéia perfeita num carvalho; há, no entanto, milhões de carvalhos. O mesmo se dá com tudo o mais. Tudo, no universo, é a combinação de uma idéia perfeita com a matéria. A

idéia não é, absolutamente, afetada por esta última. Permanece perfeita e eternamente imutável.

Platão foi chamado idealista porque julgava que o verdadeiro mundo é o mundo das idéias. Alguns estudantes de sua filosofia dizem que seria mais exato chamá-lo *ideísta*, porquanto estava interessado nas idéias. Mas, qualquer que seja o nome que escolhermos para chamá-lo – idealista ou ideísta – reconhecemos que ele acreditava que o universo consistia em um reino de idéias perfeitas e imutáveis, e matéria. Para ele, o das idéias era o verdadeiro mundo, o mundo real. Aquilo que sentimos através dos sentidos era, segundo ele, uma cópia, um *mundo irreal*, um mundo de objetos produzidos pela impressão de idéias perfeitas sobre a matéria. Todas as suas imperfeições advinham do fato de ser impossível imprimir, com perfeição, a idéia sobre a matéria; esta é imperfeita e, por isso, deforma até certo ponto a idéia, desfigura-a.

*

CONCEPÇÃO DE ARISTÓTELES SOBRE O UNIVERSO

Demócrito e os atomistas, conforme vimos, explicaram o universo em termos de átomos idênticos que se movimentam. Platão explicou-o em termos de idéias perfeitas que, de um modo qualquer, se imprimem sobre a matéria. *Aristóteles*, que figura com Platão entre os maiores filósofos do mundo, procurou chegar a uma teoria sobre o universo que seria meio-termo entre as dos atomistas e a de Platão.

Aristóteles estava propenso a admitir que a matéria existe. Como discípulo de Platão acreditava que as idéias existem. Queria, porém, unir ambas as teorias de modo a satisfazer mais que a solução sugerida por Platão. Seu problema era então: “Como podem idéias perfeitas, imutáveis e eternas ser impressas sobre a matéria sem vida?”. E sua resposta foi que as idéias ou *formas*, conforme as chamava, não estão fora nem acima das coisas; não são *transcendentes*, mas estão *dentro* das coisas. Ensinava que a forma e a matéria se acham sempre e eternamente juntas. Por conseguinte, o mundo, que sentimos, através dos sentidos, não é, como ensinava Platão, mera cópia do mundo real e, sim, o *verdadeiro mundo*. Aqui a forma e a matéria acham-se unidas, não podendo ser sentidas separadamente. Só pelo pensamento podemos separá-las; na verdade, encontramos-las sempre juntas.

Tomemos como exemplo, uma bolota. É uma unidade de forma e matéria. Reconhecemos a forma *bolota*, que é característica de todas as bolotas. Sempre que vemos uma, descobrimos essa forma. Mas o exemplo se refere especialmente a *uma* bolota. Tampouco temos a forma *bolota* separada de outra, especial. Mas, além da forma, a que tomamos por exemplo, tem matéria. A forma *bolota* procura concretizar-se em matéria e o resultado é a que temos. Quanto mais perfeita a bolota, tanto mais perfeitamente a forma é realizada.

Mas a bolota poderá vir a ser um carvalho. Assim, a que temos na mão é matéria e a forma que ela procura realizar é o carvalho. Ao ser plantada e ao desenvolver-se está procurando realizar a forma do carvalho; procura transformar-se em carvalho. Analogamente, este pode transformar-se em tábuas usadas para a feitura de mesas, cadeiras ou outras peças de

mobiliário. Nisso, o carvalho é matéria, e a peça especial de mobiliário é a forma que ele procura realizar.

Em cada caso – a bolota, o carvalho e a peça de mobiliário – temos matéria e forma. Em cada fase, o objeto existente é a realização de uma forma e também a matéria para a realização de outra forma. As formas, portanto, não mudam; são eternamente as mesmas. A forma *bolota* é sempre a mesma e não se torna a forma *carvalho*. Mas a matéria assume formas diferentes ao transformar-se. Primeiramente assume a de uma bolota, depois a do carvalho e, depois, a de uma peça de mobiliário. E esse processo prossegue indefinidamente, à medida que se opera a transformação. A matéria está sempre assumindo formas; está sempre se esforçando para realizá-las.

Onde quer que olhemos na natureza, no universo, ensinava Aristóteles, encontramos matéria e forma. Para ele, não pode haver matéria separada da forma, tampouco esta separada daquela. E ambas são eternas, não sendo criadas nem destruídas. Explica-se assim todo o universo, acreditava ele, como o processo pelo qual a matéria constantemente procura realizar forma diferente para tornar-se aquilo que deve ser.

Se desejarmos, pois, compreender o universo, podemos pensar nele em termos do escultor, que produz uma estátua. Mas, enquanto no caso de Platão o escultor é independente, livre de seu mármore, no de Aristóteles, ele depende do mármore. Sua idéia de uma estátua perfeita está no mármore, a forma que este procura realizar.

Ensinava, portanto, Aristóteles que todo objeto, no universo, tem quatro causas. A primeira corresponde à idéia da estátua que o artista tem antes de começar a obra, a forma que deve ser realizada. É o que ele chamava *causa formal*. Vem depois o mármore com o qual o artista deve trabalhar, a matéria. É a *causa material*. A terceira é aquela com a qual se faz a estátua, os instrumentos empregados para fazê-la. É o que ele chama *causa eficiente* ou *causa motriz*. A quarta é o objetivo da estátua, aquilo para que é feita a obra. Aristóteles denominou-a *causa final*.

Para Aristóteles, todas as causas operam à medida que a coisa se desenvolve, transforma, cresce e fica. Não devemos pensar num artista separado do mármore, mas preferivelmente, como parte do mármore. Um exemplo melhor é o do homem que procura ser, digamos, médico. Procura transformar-se em algo mais. Sua idéia sobre o *médico* é a *causa formal*; seu corpo, com todas as características, é a *causa material*; aquilo que ele faz para transformar-se, a *causa eficiente*; e a razão por que se transforma em médico, a *causa final*. Aqui, o homem está dentro daquilo que se transforma e é aquilo que se criou.

Segundo Aristóteles, todo movimento deve ser explicado como a união da forma à matéria. Quando esta oferece resistência àquela, temos deformidades, erros e males. Contudo, a matéria é também um auxílio para a forma, pois procura realizá-la e ser alguma coisa.

Evidencia-se, pelo que já expusemos, que o mundo de Aristóteles não é uma coisa puramente mecânica. Não é uma simples massa de unidades ou átomos movimentando-se e formando objetos, como pregavam

os atomistas. Ao contrário, caracteriza-se pelos objetivos que a matéria procura atingir. Há uma luta neste mundo, uma busca para ser alguma coisa. Chamamos *teleológico* tal mundo; não é um mundo de mero acaso, porém com determinado fim.

Se a bolota procura ser carvalho e este uma peça de mobiliário, onde termina o processo? Está tudo procurando ser alguma coisa e não haverá fim a essa cadeia? Aristóteles acreditava que havia. Era o que julgava como a primeira causa ou o *motor imóvel*. É pura forma sem qualquer matéria. Nada mais causa, apenas existe. Não está na matéria e não procura imprimir-se nela. Não podemos senti-lo, porém, podemos concebê-lo.

Assim, num extremo, podemos pensar na matéria pura sem qualquer forma, matéria informe. E, noutro, podemos pensar na forma pura, a forma sem matéria. Mas não podemos senti-las. O mundo que sentimos, o mundo das cadeiras, das estrelas, da terra, do homem e de todas as demais coisas, é um mundo no qual a matéria e a forma se acham unidas. Cada objeto é a realização de uma forma e é matéria para a realização de outra forma. Assim procurou Aristóteles solver o problema do universo.

*

TEORIA DOS EPICURISTAS, ESTÓICOS E CÉTICOS

Com o advento de *Epicuro* e dos *epicuristas*, muitos pensadores devotaram-se, em grande parte, ao problema de como viver uma boa vida. Mesmo esses filósofos, porém, reconheceram que o indivíduo não pode ser bom a menos que compreenda o mundo, no qual tenha que viver. Foi então que lutaram com o problema da sua natureza.

Epicuro baseou sua solução principalmente na teoria de Demócrito e na dos atomistas. Pregava que as verdadeiras coisas, no universo, são corpos que sentimos através dos sentidos. Esses corpos são feitos de pequenas unidades ou átomos que diferem em tamanho, peso e forma. Ao unirem-se de vários modos, formam os corpos que contemplamos. Depois, ao separarem-se, desaparecem os corpos e nós não mais os sentimos.

O universo, pregava Epicuro, começou a existir por mera casualidade. Os átomos têm o poder de desviar-se da linha reta. A princípio, todos eles caíam numa mesma direção pelo espaço. Podendo desviar-se, alguns tomaram certa direção, e outros, outra, apartando-se da linha reta. Desse modo, formaram-se e estão formando-se todos os corpos.

Os átomos não podem ser destruídos ou divididos em unidades menores. Têm existido desde o princípio assim como são agora e continuarão a existir eternamente da mesma maneira.

Os *estóicos*, uma escola de pensadores gregos fundada por Zenão, no século IV A.C., tanto quanto epicuristas, interessavam-se pelo problema de viver uma boa vida, ou da *Ética*, conforme era designado. Também elaboraram uma importante explicação para a natureza do universo.

Esses filósofos concordavam com Aristóteles em que o mundo é composto de dois princípios: a forma ou *força* e a *matéria*. A força move e age, ao passo que a matéria age de acordo com a influência sobre ela. Os dois princípios não se separam, como pregava Platão, ao contrário, ficam

unidos em todo objeto. Mais ainda, para os estóicos, a força e a matéria são corpos. Estes, que são *força*, constituem-se de grãos muito finos, ao passo que os da *matéria* são grosseiros e sem forma. Assim, tudo no universo é corpo, é corporal.

Todas as forças formam outra, que está em tudo, uma espécie de fogo que é a alma ativa do universo. Os estóicos concebiam essa alma como fogo, porque acreditavam que o calor produz e move tudo. O calor era, para eles, o doador da vida. Conseqüentemente, o fogo é o princípio básico do universo.

Esse fogo ou alma do universo acha-se ligado a tudo, da mesma maneira que a alma do homem ao corpo. De fato, o mundo é simplesmente o corpo da alma universal.

Ensinavam os estóicos que o ar, a água, a terra e tudo o mais provinham do fogo original. Os quatro elementos: fogo, ar, água e terra (que eram também os quatro elementos de Empédocles) agregam-se de muitos modos para formar as coisas do mundo, e, através de cada objeto, flui o princípio divino que lhe dá vida.

Os estóicos não se inclinavam a conceber, como os epicuristas, o universo como algo que surgira por simples acaso. Tampouco se mostravam propensos a acompanhá-los a ponto de sustentar que o universo é puramente mecânico. Seu princípio sobre a força mantinha-se vivo e o universo que se formou é também vivo. Para eles, o mundo é uma esfera ou bola perfeita que flutua no espaço vazio, uma bola que se conserva inteira e viva por meio de sua alma.

Os filósofos, desde o tempo de Tales até o dos estóicos, esforçavam-se por encontrar uma explicação para o universo; procuravam explicar como fora feito e elaboraram uma teoria sobre a natureza das coisas. Cada um teve uma teoria diferente e apresentou provas para demonstrar que tinha razão.

Essa diversidade de teorias e explicações foi recebida por um grupo de filósofos gregos como prova de que o homem é incapaz de saber o que é o universo ou de que modo surgiu. Esse grupo é conhecido pelo nome de *céticos*, e seu fundador foi *Pirro*. Seus membros achavam que todas as tentativas para explicar a natureza do universo eram fúteis, perda de tempo, pois – argumentavam – o homem não pode conhecer a natureza das coisas. Tudo o que vemos é o mundo que nos cerca. Nossos sentidos proporcionam provas que se entrecrocavam. Homens diferentes expõem suas teorias de maneira diferente. Não temos meio de descobrir qual delas é a certa, qual a correta quanto à verdadeira natureza do universo. Os céticos mostravam-se, pois, dispostos a renunciar à pesquisa, ao dizerem: “Não sabemos e ninguém sabe.” Recomendavam que o homem fosse prático, aceitasse o que sentisse através dos sentidos e seguisse os costumes. Sua resposta ao problema da natureza era a do desespero; abandonaram todas as tentativas de estudar o problema.

*

**O UNIVERSO SEGUNDO OS FILÓSOFOS GREGOS
RELIGIOSOS: FÍLON e PLOTINO**

Mais ou menos naquele tempo, ao findar da era pré-cristã, os homens começaram a voltar-se para as religiões, procurando confortar-se nelas. Sentiam-se confusos, cansados mentalmente e perdidos em meio às muitas teorias em choque que haviam sido elaboradas no passado. A ocasião estava, pois, madura para fundir, numa forma mais ou menos selecionada, as muitas doutrinas e crenças religiosas com uma ou mais filosofias gregas que haviam aparecido até então.

Fílon, um judeu que vivia em Alexandria, no Egito, foi o chefe dessa tentativa de fundir o Judaísmo, a religião dos antigos judeus, com as filosofias gregas. Para ele, há um Deus, tão puro e pairando acima de tudo no mundo, que não se pode provavelmente entrar em contato com Ele. Assim, para explicar o universo, Fílon ensinava que há muitos poderes ou espíritos que irradiam de Deus, assim como a luz irradia de uma lâmpada. Um dos poderes, que ele chamava o *Logos*, foi o criador do mundo. Esse *Logos*, dizia Fílon, trabalhara com a matéria e dela criara tudo que existia no universo. Mais ainda, tudo no universo é cópia de uma idéia no espírito de Deus. Isso lembra a crença de Platão, segundo a qual o mundo que sentimos através dos sentidos é a cópia das idéias do mundo ideal. Realmente, nesse ponto Fílon procurava conciliar a filosofia de Platão com a religião judaica.

Outros pensadores de espírito religioso procuraram fazer o mesmo, conciliando suas crenças religiosas com a filosofia grega. Um dos que sobressaíram foi *Plotino*. Nasceu no Egito, no século III da era cristã, e lecionava em Roma. Sua teoria assemelhava-se muito à de Fílon. De um Deus puro fluem seres ou emanações da mesma maneira que uma corrente pode fluir de uma fonte inexaurível, ou do mesmo modo que a luz flui do sol sem afetá-lo. Quando mais distante se achar a luz de sua fonte, tanto mais fraca ela se tornará. Na extremidade acham-se as trevas ou a matéria.

Plotino pregava que entre Deus e a matéria existe o espírito, a alma. Esta influi sobre a matéria, criando-se assim o universo. A matéria é, pois, a substância, e a alma, a forma de todas as coisas.

Vemos claramente, no pensamento de todos esses homens, as teorias de Platão, Aristóteles e outros. O mundo é, em cada caso, a combinação de uma idéia ou forma e matéria. Pela união de ambas, por diferentes modos, criam-se diferentes objetos.

*

O PONTO DE VISTA DOS PRIMEIROS PENSADORES CRISTÃOS: OS APOLOGISTAS e AGOSTINHO (SANTO AGOSTINHO)

O esforço para explicar a razão de ser do universo, um cenário de transformações e imperfeições, e pregar ao mesmo tempo que Deus é perfeito e imutável, prosseguiu com os cristãos. Aqueles que procuravam conciliar o Cristianismo com a filosofia grega eram conhecidos como *apologistas*. Ensinavam que o universo contém traços de algo que difere da matéria, apontando assim para um Deus eterno, imutável e bom. Esse Deus é a Causa Primeira de tudo no universo, o seu criador. Para eles, as *idéias* de Platão e as *formas* de Aristóteles passam a ser Deus. Deus é o princípio eterno em todas as transformações, o eterno padrão que jamais se modifica.

É a unidade de todas as formas, de todas as idéias. Criou o mundo através das emanações divinas, e tudo, no mundo, sendo uma parte de Deus, procura semelhar-se a Ele, voltar a Ele. O Criador moldou da matéria o mundo que criou do nada. É em Seu espírito que se acha o modelo do mundo.

Um dos maiores pensadores entre os primeiros filósofos cristãos, o que desenvolveu a teoria dos apologistas da maneira mais completa, foi *Agostinho*, que se tornou depois Santo Agostinho. Ensinava que Deus criou a matéria do nada e, depois, tudo que existe no universo. As formas que imprimiu à matéria jaziam no Seu espírito desde o princípio dos tempos, e mesmo antes, pois Ele existia antes que existisse o próprio tempo, porquanto criou também o tempo e o espaço. Assim, tudo o que existe ou venha a existir é criação de Deus e deve seguir Suas leis e vontade. Nisso também vemos a influência dos gregos na crença de que o universo é o resultado da união entre a matéria e a forma.

Os pensadores cristãos, entretanto, foram mais longe que os gregos, porquanto procuraram explicar a razão da existência da matéria. Os gregos aceitavam simplesmente a matéria, bem como as idéias ou formas, como existentes desde o começo dos tempos. Os cristãos admitiam as idéias ou formas como existentes no espírito de Deus e prosseguiram dizendo que Deus criou a matéria do nada. Ele teve algo em que imprimir as idéias ou formas, depois que criou a matéria.

Mais ainda, esses pensadores cristãos ensinavam que as idéias ou formas, estando no espírito de Deus, são divinas. Sendo, pois, as idéias, ou formas impressas na matéria, elas procuram Deus, procuram voltar a Ele. Mas a matéria retém-nas. A matéria que Deus criou é o princípio que obriga as coisas a lutarem, em suas tentativas para se tornarem divinas.

Agostinho viveu no século IV da era cristã. Viu o grande Império Romano, fundado pelos Césares, esboroar-se, e os bárbaros do norte descendo gradativamente para o império e até mesmo em direção a Roma. Viveu quase no começo desse período da História conhecido por Idade das Trevas, período em que aqueles ignorantes e rudes bárbaros caíram, como uma avalanche, sobre o Império Romano, e destruíram a civilização que havia sido construída desde os primeiros tempos dos gregos.

*

O PONTO DE VISTA DOS PENSADORES CRISTÃOS MEDIEVAIS:

***JOÃO ESCOTO ERÍGENA, FILÓSOFOS REALISTAS,
FILÓSOFOS NOMINALISTAS, ANSELMO, PEDRO ABELARDO,
BERNARDO DE CHARTRES, FILÓSOFOS ESCOLÁSTICOS, S.
TOMÁS DE AQUINO, JOÃO DUNS ESCOTO, GUILHERME DE
OCCAM, MEISTER ECKHART***

Depois de Agostinho, poucos foram os homens, durante séculos, que tiveram tempo para pensar sobre o universo e sua natureza. A Filosofia havia sido gradativamente abandonada, e aqueles que realmente procuravam pensar, apenas repetiam a filosofia dos homens que os haviam precedido – Platão, Aristóteles, os epicuristas, os estóicos e outros. A maior parte dos livros escritos durante esse período eram “notáveis apenas pela pobreza de

pensamentos originais”. De fato, por volta do século VII, a nuvem da ignorância havia descido de tal modo sobre a Europa Ocidental que aquele século e o seguinte, o século VIII, têm sido citados como “talvez o período mais obscuro de nossa civilização européia ocidental”.

Em meio ao século IX, alguns homens começaram novamente a pensar. Nessa ocasião, a Igreja Cristã dominava completamente a Europa Ocidental. Dominava tudo – o Estado, a vida do homem, a educação e o pensamento. Aqueles que procurassem pensar tinham que confinar suas idéias nas crenças que a Igreja aceitava. Assim, todo pensamento se limitava às suas doutrinas. Na maioria dos casos, o homem apenas procurava mostrar que as crenças da Igreja eram verdadeiras e razoáveis.

Assim, *João Escoto Erígena*, quando escreveu, no século IX, procurou demonstrar que a teoria ortodoxa da criação de tudo no universo era razoável. Ensinava que Deus criou o mundo do nada ou “de si mesmo, a Causa Primeira, que não fora causada”. Antes de criá-lo, Deus tinha no espírito o modelo completo. Da mesma maneira, pois, que a luz irradia de sua fonte, irradiou de Deus o mundo. Ambos são, portanto, um só, mas Deus sobrepõe-se ao mundo. Está em Sua criação, e esta está nEle.

Como Deus é uno e indivisível, ensinava Erígena, o universo é, portanto, uma unidade. Podemos ver diferenças, muitos objetos individuais, mas são todos um só. São todos Deus. Chamamos a essa crença *Panteísmo*. O universo é a “expressão do pensamento de Deus”, não podendo, por conseguinte, existir separado dEle. Tudo sendo Deus, tudo no universo procura voltar à unidade de Deus.

Os filósofos, desde Platão a Erígena, vinham, conforme vimos, explicando o universo como a união de idéias ou formas e matéria. Em cada caso, concebia-se a idéia ou forma como coisa real, existente antes mesmo de impressa na matéria. Platão julgava as idéias existentes antes das coisas e dentro de um mundo ideal. Aristóteles ensinava que as formas existem nas coisas, sendo, porém, distintas da matéria. Os cristãos pregavam que as idéias ou formas existem no espírito de Deus e moldam a matéria nas coisas do mundo.

Todos esses filósofos haviam sido chamados *realistas* porquanto ensinavam que as idéias ou formas são coisas reais que existem independentemente de terem ou não entrado em contato com a matéria. Em cada caso, a idéia ou forma pode existir sem matéria.

Surgiu, porém, um pensador que ousou enfrentar essa tradição, declarando que as idéias ou formas, os *universais*, conforme eram designadas, são meros nomes, sem realidade alguma. Chamava-se *Roscelino*, às vezes citado como Roscellinus. Pregava que as únicas coisas reais, no mundo, são os objetos individuais. Cada homem individual existe, o que não se dá com a *Humanidade* universal. Esta é simplesmente um nome para o ajuntamento de homens.

Vê-se facilmente que Roscelino e a grande tradição filosófica estavam em posições diretamente opostas. Disso resultou longos e acerbos debates entre os realistas, aqueles que acreditavam serem reais os universais, e os *nominalistas*, que ensinavam serem os universais meros nomes sem

existência real. Os debates foram de grande importância porquanto representaram a luta que se travou em torno da questão sobre se as coisas da natureza, os objetos do mundo, são reais ou meras cópias de coisas reais. Foi a tentativa para responder à pergunta: Que é real, o mundo que podemos perceber com os sentidos ou o mundo que percebemos com o espírito?

Anselmo, o arcebispo de Cantuária, durante um bom pedaço do século XI, figurava entre os realistas. Acreditava que os *reais*, idéias ou formas, existem independentemente de qualquer objeto individual. Para ele, a Humanidade é coisa real que existe além de qualquer homem. Com *Pedro Abelardo*, *Bernardo de Chartres* e outros membros da Escola de Chartres, ensinava que os *universais* ou conceitos gerais são idéias ou formas com existência separada e, de certo modo, coisas que moldam a matéria nos objetos individuais que percebemos através dos sentidos. Todos eles estavam dentro da tradição dos realistas.

Esses filósofos, que procuravam conciliar as crenças da Igreja Cristã com as idéias que lhes tinham vindo dos gregos – a filosofia de Platão, Aristóteles e outros – eram conhecidos como *escolásticos*; e a filosofia que elaboraram era designada geralmente por *Escolástica*. Os filósofos eram membros leais da Igreja Cristã e criam em suas doutrinas sem oposição séria. A maioria, porém, desejava demonstrar que as doutrinas eram razoáveis e podiam ser justificadas pelo espírito do homem.

O maior dos escolásticos, o que estabeleceu a relação entre as crenças cristã e as formas da filosofia grega, foi *Tomás de Aquino*, mais tarde S. Tomás de Aquino. Nasceu nas proximidades de Nápoles e viveu durante o século XIII. Sua maior ambição era demonstrar que o universo está de acordo com a razão. Era, entretanto, um realista e esforçava-se para provar que os universais são reais. Os universais – argumentava – existem em determinados objetos, nas coisas, de modo a fazê-los o que são. A coisa real acerca de uma árvore, por exemplo, não é a sua casca, suas folhas, sua altura, etc. Essas são qualidades nas quais cada árvore difere de outra. Aquilo que a torna uma árvore é o *conjunto*, e isto é o universal. Este existe em cada árvore.

Concordando, porém, com a tradição cristã, sustentava que todos os universais existem no espírito de Deus.

S. Tomás de Aquino, ao explicar o mundo que sentimos através dos sentidos, seguiu Aristóteles, apresentando a matéria como aquilo sobre o que os universais atuam. Para ele, a natureza é a união de universais e matéria. É esta última que torna uma árvore diferente de outra. Todas as árvores contêm esse *conjunto* universal, mas diferem entre si; são olmos, carvalhos, abetos; umas são grandes, outras pequenas; umas verdes, outras vermelhas, etc., por causa das diferentes quantidades de matéria e universais, e as muitas coisas, nele existentes, diferem na quantidade de matéria que contêm.

Para S. Tomás de Aquino, Deus criou o mundo do nada. Ele foi a causa da matéria e dos universais. Além disso, Deus está continuamente criando o mundo ao unir universais e matéria para produzir novos objetos. Assim, toda a criação não ocorreu de uma só vez; continua, pelos tempos afora, em tudo que nos cerca.

Os escolásticos, conforme vimos, procuraram demonstrar estarem de acordo com as crenças da Igreja e os melhores pensamentos dos filósofos. Nisso, abriram a porta àqueles que tomaram posição diferente, argumentando que ambas as correntes não se harmonizam. Assim que os homens começaram a estudar as crenças cristãs e a filosofia de Aristóteles, por exemplo, e confrontaram-nas, alguns acreditaram encontrar contradições entre elas. Viram-se, assim, forçados a definir-se. Os cristãos leais, em tais casos, tomaram o partido da Igreja. Mas houve os que não tinham certeza de que a Igreja estivesse sempre com a razão; aos poucos, começaram a duvidar das crenças e procuraram descobrir outro material que pudesse auxiliá-los. Com isso, surgiu um grupo de pensadores que aceitava as crenças da Igreja quando pudessem ser justificadas pela razão. Abandonavam, como falsas, as que não podiam justificar. Com esses homens, o período conhecido como Escolasticismo começou a apagar-se e um novo surgiu.

João Duns Escoto, monge da Ordem de São Francisco, procurou deter a maré de dúvidas e manter, a todo custo, as doutrinas e crenças da Igreja. Ensinava, com S. Tomás e outros, que os universais existiam no espírito de Deus antes da criação das coisas, como formas ou idéias. Ao surgirem as coisas, as idéias ou universais existem nelas, tornando-as o que são. Mais ainda, quando as coisas não se acham presentes, os universais existem em nosso espírito como conceitos ou idéias que se aplicam a todas as coisas da mesma espécie, a todas as árvores, por exemplo.

Para Escoto, a coisa individual, a árvore que contemplamos, difere de todas as demais por causa de sua *individualidade* e não por causa da quantidade de matéria que contém, conforme argumentava S. Tomás. O homem – declarava Escoto – difere do animal porque se lhe acrescentaram diferenças específicas – humanidade. O homem e o animal têm vida. Quando se acrescenta humanidade à vida, temos então o homem. Bem, Sócrates é um homem como qualquer outro sob muitos aspectos. Vive e distingue-se dos animais porque tem humanidade. Mas é diferente de todos os outros. Essa diferença, argumentava Escoto, é devida a seu caráter ou diferença individual. Assim, todas as coisas diferem das demais devido à sua individualidade.

Tudo no universo resulta da união entre a forma e a matéria. Esta é comum a todas as coisas. Somente Deus é espírito puro, sem matéria; é forma que não foi tocada por esta última. Tudo mais é matéria e forma combinadas.

Conquanto houvesse oposição, os realistas dominaram a Filosofia durante uma boa fase do Escolasticismo. Quase no começo do movimento escolástico, Roscelino, conforme vimos, contestou a teoria de que os universais têm existência real. Muitos anos depois surgiu um movimento uníssono para negar a realidade dos universais. O chefe desse movimento foi *Guilherme de Occam*, pensador inglês da primeira metade do século XIV.

Guilherme ensinava que determinados objetos e coisas são as únicas realidades. O mundo, que contemplamos e sentimos, é real. Idéias, conceitos e universais são meros pensamentos, abstrações do espírito. Não têm outra realidade. A essa teoria deu-se o nome de *Nominalismo*.

O universo, para os nominalistas, compõe-se de objetos individuais, cada um uma coisa em si mesmo. Podemos ver como diferem e em que se assemelham e podemos tirar conclusões sobre eles. Essas conclusões, porém, são meras idéias no espírito.

Desenvolveram-se, então, duas grandes correntes sobre a natureza do universo. Uma, seguindo a tradição iniciada por Platão e Aristóteles, sustentava que as formas, as idéias e os universais são coisas reais, existentes, quer separadas dos objetos quer neles, e, de certo modo, determinam o que são. Essa tradição ensinava que as coisas reais do universo não são os objetos individuais de nossa experiência, porém os universais, as formas que determinam a semelhança; a árvore que contemplamos não é real e sim a árvore universal, da qual todas as demais são cópias. A outra corrente ensinava que os objetos individuais que sentimos é que são as coisas reais no universo, sendo os universais meros pensamentos.

Foi na primeira tradição que floresceu a religião. A segunda é a base de toda a ciência moderna.

Meister Eckhart, um místico alemão do século XIII, era de opinião que Deus é a sede das idéias eternas, assim como o artista é a sede de idéias que podem tornar-se obras de arte. O mundo que sentimos, este mundo de criaturas e coisas, é uma cópia das idéias que estão em Deus. Ele o criou do nada. Eckhart segue, naturalmente, a tradição dos realistas, mas acentuando o misticismo (crença de que Deus é tudo e que o homem só pode encontrar a salvação se a Ele se entregar).

Quando a Igreja Cristã procurou tornar suas crenças compreensíveis, voltou-se para a filosofia de Platão. Nela, a doutrina de um mundo de idéias, distinto do das coisas, adapta-se à crença dos cristãos num Deus que criou o mundo do nada e dele se mantém separado. As idéias e a matéria são elementos distintos na filosofia de Platão e nas doutrinas da Igreja Cristã. Os grandes escolásticos, que procuraram tornar compreensível a religião, recorriam muito a Platão.

Mas, conforme vimos, houve pensadores que não se mostravam convencidos. Apoiavam-se em Aristóteles ao sustentar que a forma de um objeto está, de certo modo, no próprio objeto e dele não se distingue. Procuraram enquadrar Deus nesse ponto de vista, mas não foram inteiramente coroados de êxito. As formas, afirmavam, acham-se nas coisas e também no espírito de Deus. Mas como podem elas estar em ambos os lugares? A isso não puderam responder claramente.

Surgiram, então, filósofos interessados nas coisas e em seu estudo. Alguns negavam que as crenças da Igreja pudessem tornar-se compreensíveis. Sustentavam que há duas espécies de verdade – a da Igreja e a da Filosofia. Uma pode negar a outra, mas devemos crer em ambas. Devemos aceitar a doutrina da Igreja, pela fé, e a da Filosofia, pela razão. Isso era, naturalmente, repudiar o esforço dos escolásticos no sentido de conciliar uma e outra.

Com a projeção de Aristóteles no pensamento dos escolásticos começaram a desenvolver-se heresias. Surgiram filósofos que sustentaram

não existirem idéias ou formas, sendo os objetos, os indivíduos, as únicas coisas. O Nominalismo desenvolveu-se, assim, do crescente interesse por Aristóteles; acabou, entretanto, negando sua doutrina sobre as formas. Com isso, a filosofia de Aristóteles provocou a desintegração do Escolasticismo, crescendo o interesse dos pensadores pelo mundo das experiências. A Humanidade ficou, então, preparada para encarar de um modo inteiramente novo o problema da natureza do universo.

*

***TEORIAS DOS PRECURSORES DA RENASCENÇA:
NICOLAU DE CUSA; LUDOVICO VIVES; PARACELSO;
BERNARDINO TELÉSIO; GALILEU; GIORDANO BRUNO;
TOMMASO CAMPANELLA.***

Mas os pensadores que tendiam a encarar sob um novo aspecto o problema da natureza do universo movimentavam-se lentamente. Afinal de contas, eram filhos daqueles tempos e a influência da Igreja pesava fortemente sobre eles. Os primeiros filósofos desse movimento apresentaram, assim, uma mistura estranha de teorias velhas e novas.

Nicolau de Cusa ensinava que o universo é Deus, dividido em pequeninas partes. Se concebemos o universo como um todo, todo ele reunido, vemos que ele é Deus. Cada parte, porém, constitui uma parte de Deus, e Deus encontra-se em todas as coisas.

Ludovico Vives, um espanhol daquele período – século XV – pregava que devemos deixar de procurar conhecer o mundo pela leitura do que outros escreveram no passado; devemos estudar a natureza, observar o mundo que nos cerca e fazer experiências para descobrir como é ele feito. Ludovico foi um desses filósofos típicos que desejavam afastar-se das teorias do passado, e estudar o universo conforme é descoberto por experiências próprias. Tais filósofos acreditavam que o homem pode, dessa maneira, conhecer a verdadeira natureza do universo.

À medida que os filósofos se iam mostrando mais interessados pelo estudo da natureza, procuravam compreendê-la e dominá-la. Não possuíam, naturalmente, nossos instrumentos modernos, tampouco os conhecimentos que hoje possuímos. Achavam-se no limiar do mundo moderno. Procuraram, pois, atalhos que os conduzissem a seus objetivos. O resultado foi uma espécie de magia, a crença de que os segredos do universo podiam ser compreendidos se se conhecesse a palavra secreta exata a ser pronunciada ou o ato certo de magia que se devesse executar. Assim surgiram a alquimia, tentativa de fabricar ouro com metais vis, a astrologia, crença de que os movimentos dos astros determinam a vida do homem e tudo que existe na natureza, e muitas outras doutrinas estranhas.

Paracelso, por exemplo, ensinava que o homem possui dois corpos e uma alma. O corpo visível vem da terra, o invisível, das estrelas, e a alma de Deus. Acreditava que há três substâncias básicas: sal (princípio de todos os sólidos), mercúrio (princípio de todos os líquidos) e enxofre (combustível).

Cada um desses elementos é governado por espíritos. Toda a natureza é o *habitat* de espíritos estranhos que devem ser tratados por meio de palavras e atos mágicos.

Seguiram-se outros filósofos com a mesma teoria; procuravam explicar o universo como o *habitat* de espíritos. Mas, gradativamente, foram surgindo pensadores que arrancaram essa máscara de superstições e começaram a considerar o mundo como o lugar onde forças se encontram e entram em oposição umas às outras.

Bernardino Telésio ensinava que o universo é feito de matéria e força. A matéria é obra de Deus e permanece constante durante todo o tempo. O calor é uma força que faz expandir a matéria, e o frio uma força que a faz contrair. Para Bernardino Telésio, todos os objetos são, pois, o resultado da expansão ou contração da matéria.

Com o tempo, puderam os homens movimentar-se além das estranhas teorias de magia de seus predecessores, estudando a natureza como o resultado de corpos em movimento. Ao fazê-lo, observaram como os corpos se movimentam em caminhos certos e definidos. Essa observação conduziu à determinação de certas leis sobre o universo.

Galileu, influenciado pelas teorias de Demócrito, acreditava que todas as transformações no universo são devidas ao movimento de partículas ou átomos. Desenvolveu sua idéia com linhas matemáticas e procurou demonstrar que todo o universo é matemático. Seus trabalhos, com os de *Kepler*, firmaram a crença de que é o Sol, e não a Terra, o centro do universo. Essa teoria é conhecida como teoria copernicista ou heliocêntrica. Com a vinda de *Sir Isaac Newton*, provou-se que ela estava acima de toda e qualquer dúvida, de modo que, hoje em dia, reconhecemos ser o Sol o centro de nosso universo e girarem todos os planetas em torno dele por caminhos bem definidos.

Giordano Bruno, escrevendo de conformidade com o espírito reinante naquela nova era, concebeu o universo como composto de numerosas partes que não haviam sido causadas, completamente imperecíveis, às quais ele chamou *mônades*. Essas partes se unem de vários modos para formar corpos e coisas. Além disso, o universo resulta da união da forma e da matéria, como afirmara Aristóteles. As transformações resultam do fato de a matéria assumir formas novas. Determinados objetos, portanto, podem transformar-se. Mas é apenas transformação das partes; o todo, o universo, permanece constante.

Tommaso Campanella, outro dos primeiros filósofos daquela nova era, sustentava que a natureza é uma revelação de Deus. O mundo resulta de emanções d'Ele. Deus criou os anjos, as idéias, os espíritos, as almas humanas imortais, o espaço e os corpos. O universo é, por conseguinte, o resultado da atividade criadora de Deus.

*

***O UNIVERSO SEGUNDO OS FILÓSOFOS DA RENASCENÇA:
FRANCIS BACON; THOMAS HOBBS.***

Francis Bacon viveu na segunda metade do século XVI e na primeira do século XVII. Conquanto não tivesse elaborado uma teoria sobre o universo, lançou, como “arauto do seu tempo”, os fundamentos da teoria moderna. Separou completamente a Religião da Filosofia. Argumentava que as doutrinas da Religião não podem ser provadas pelo raciocínio e que os homens devem renunciar às tentativas de querer prová-las, pois isso seria perda de tempo e de energia.

Tendo relegado as doutrinas religiosas para um reino todo delas, Bacon desenvolveu um método de raciocínio que, acreditava, daria à humanidade o verdadeiro conhecimento sobre o universo. Esse método é o da *indução*. Estudando meticulosamente a semelhança e as diferenças que existem entre as coisas, o homem pode descobrir as leis, as causas ou as *formas* dos objetos no universo e chegará, por esse modo, a compreendê-lo.

Para Bacon, nada existe no universo salvo os corpos individuais. Estes agem de conformidade com leis fixas, as quais, se forem compreendidas, servem de chave para abrir a porta dos mistérios do universo, e como alavanca por meio da qual é ele controlável. Nesse ponto, Bacon voltou-se inteiramente para a ciência moderna, deixando para trás os autores clássicos e os escolásticos. Marchou para o mundo que hoje conhecemos, o mundo das coisas e das leis. Embora não tivesse uma teoria completa sobre a sua natureza, indicou o caminho que os outros poderiam seguir ao desenvolvê-la.

Com *Thomas Hobbes*, a filosofia entrou numa era nova e moderna. Ele rompeu completamente com o passado, com a filosofia grega e com os escolásticos. Sendo um estudioso da Matemática, passou a conceber o mundo em termos comparáveis a essa ciência. Como resultado, sua filosofia é inteiramente materialista – preocupa-se com a matéria.

Hobbes admitiu dogmaticamente, sem tentar prová-lo, que o mundo é constituído de corpos em movimento. Esses corpos acham-se no espaço e têm certas características ou *acidentes*, tais como movimento, repouso, cor, dureza, etc. O movimento é a renúncia contínua de um corpo a determinado espaço e o preenchimento de outro. O corpo, ao afetar outro, gera um acidente no corpo afetado ou destrói o acidente. Por exemplo, imaginemos um corpo em repouso. Hobbes diria que esse corpo tivera o *acidente de repouso*. Suponhamos agora que outro corpo afete de tal modo aquele, que ele se põe em movimento. Nesse caso, o segundo corpo destruiu o acidente de repouso, gerando ou criando o *acidente do movimento*. É o que chamamos a lei de causa e efeito, perece um acidente e cria-se outro.

Todos os objetos estão em movimento, segundo Hobbes. Esse movimento lhes foi dado por Deus, durante a criação. À medida que os corpos se movimentam, vão exercendo influência uns sobre os outros e, com isso, criam ou destroem os acidentes.

Tudo no universo, até mesmo Deus, é um corpo (é corporal) e acha-se em movimento. E assim, com corpos e movimentos, é que Hobbes concebe todo o universo. É a razão por que se considera materialista sua filosofia.

CONCEPÇÃO DE DESCARTES SOBRE O UNIVERSO.

René Descartes era também um estudioso da Matemática. Seus estudos dessa matéria, e o respeito que sentia pela sua exatidão absoluta, fizeram-no procurar elaborar uma filosofia que fosse tão exata quanto a Matemática. Convenceu-se, logo cedo, em sua carreira, de que tudo na natureza devia ser explicado mecanicamente, sem auxílio de formas, idéias e universais. Toda a sua filosofia é, portanto, mecanicista.

A substância encontra-se na base de tudo no universo, em todos os corpos, escreveu ele. Substância é aquilo que existe por si e independente de qualquer outra coisa. Há – acreditava ele – duas espécies de substância: espírito e corpo. Existem independentemente um do outro, porém dependem de Deus, a única substância absoluta.

A substância *corpo* tem o atributo da extensão, isto é, comprimento, largura e espessura. Esse corpo-substância expressa-se de muitos modos, em muitos objetos individuais. Toda coisa no universo é, portanto, um modo da substância que é corpo. E cada coisa retorna a Deus, a substância absoluta.

Mais ainda, não há no universo espaço vazio ou vácuo. Os corpos preenchem todo o espaço e podem ser divididos indefinidamente em partículas cada vez menores.

Tudo que acontece no universo, segundo Descartes, é, de certo modo, modificação da extensão. Esta divide-se em um número de partículas que se podem agrupar em diferentes formas da matéria.

O movimento faz os corpos passarem de um lugar para outro. É, pois, um modo das coisas móveis. Tudo que ocorre no universo é a transferência do movimento de uma parte do espaço para outra. Mas o movimento é constante. No princípio, Deus deu ao mundo uma quantidade certa e definida de movimento. Assim, este permanece o mesmo no universo; não pode ser destruído. Se um objeto diminui a marcha, outro deve movimentar-se mais depressa.

Além disso, segundo Descartes, toda mudança no mundo deve ocorrer de acordo com as leis da natureza. Em sua filosofia, todas essas leis são leis de movimento.

Compõe-se, pois, o universo, de corpos criados por Deus e dotados de movimento. Movem-se de conformidade com leis fixas e puramente mecânicas. Conhecendo-as, podemos compreender o universo e chegar a controlá-lo. É uma teoria puramente mecanicista sobre a natureza orgânica. Não contém formas ou idéias, nem universais.

O espírito, que discutiremos mais detalhadamente num capítulo posterior, é também substância, segundo Descartes. Seu atributo é o pensamento e expressa-se por muitos modos. Embora o corpo e o espírito sejam substâncias e se origem de Deus, são independentes. Para manter a completa independência, Descartes propôs a si mesmo um difícil problema, qual o de mostrar como o espírito pode exercer influência sobre o corpo e este sobre aquele. A solução será debatida quando chegarmos ao estudo do espírito e da matéria.

O grande mérito da filosofia de Descartes está, porém, nessa completa separação entre o corpo e o espírito. Podemos referir-nos à sua teoria como acentuando o *dualismo*, espírito e matéria, isto é, acentuando a *dupla* natureza do universo. Tornando essas duas substâncias inteiramente independentes, ele deixou livre a natureza para explicações mecânicas da Ciência Natural. Os cientistas poderiam ocupar-se do estudo da natureza sem se preocupar com o espírito. A Ciência podia desenvolver-se por linhas puramente mecânicas, sem ceder lugar aos objetivos, fins e outras características da mente ou do espírito. Podia entregar-se de corpo e alma à descoberta das leis pelas quais todos os corpos agem e se movimentam. De fato, com isso a ciência moderna tornou-se praticável.

O dualismo de Descartes pôs em evidência o problema de como podemos conhecer algo acerca do mundo material. Como poderá o espírito, que é absolutamente distinto da matéria, conhecer o mundo material? Como poderemos responder a qualquer questão sobre a natureza do universo? *Guelincx*, sucessor de Descartes, ensina que somente Deus tem conhecimento das coisas e tudo que podemos conhecer é nós mesmos. *Malebranche*, outro pensador do período que se seguiu ao de Descartes, concordou com Guelincx, declarando que não podemos conhecer coisa alguma acerca do universo; contudo, temos algumas idéias sobre ele; julgamos que o vemos e o sentimos de várias maneiras. Agimos de acordo com isso; tudo que temos, porém, são idéias que Deus colocou em nós. “Se Deus” – escreveu ele – “tivesse destruído o mundo criado e continuasse a agir sobre mim como agora age, eu continuaria a ver o que vejo agora.” Assim, o universo que sentimos é um universo de idéias. Queiramos ou não, existe *lá fora* um mundo material que não podemos conhecer.

Conseqüentemente, ao estabelecer uma nítida distinção entre o material e o mental, Descartes abriu a porta a um completo ceticismo, no tocante à existência de um universo fora do espírito humano. Muitos pensadores entraram por essa porta e negaram a existência de tal universo. Se o espírito e a matéria são coisas distintas, nenhum pode exercer influência sobre o outro, não podendo o espírito conhecer a matéria, o mundo das coisas.

*

TEORIA DE ESPINOSA SOBRE O UNIVERSO.

Conforme vimos, Descartes ensinava que o universo é feito de duas espécies de substância, espírito e corpo. Esse dualismo não satisfaz a *Benedito Espinosa*. Este ensinava que há apenas uma substância que constitui todo o universo. A isso chamou Deus. Para Espinosa, tudo no universo é Deus, sendo todas as coisas individuais, na realidade, um grande todo.

Podemos referir-nos a uma substância básica, por exemplo, um grande escudo de metal com desenhos, diferentes em ambos os lados. Se o contemplarmos de um lado, vemos determinado desenho inteiramente diferente. O mesmo se dá com a substância. Vista de certo modo é corpo. Vista de outra posição é espírito. A uma, Espinosa chamou extensão, a outra, espírito.

Assim, todo objeto no universo – estrela, árvore, homem, animal, água, vento, pedra – faz parte de Deus, é Deus. É, também, extensão e espírito. Não existe corpo sem espírito nem espírito sem corpo.

A substância é absolutamente independente de tudo, pois representa tudo. É infinita, causada por si mesma e autônoma. Não tem limites, foi feita por si própria e acha-se por si própria determinada. Esse Deus, ou Natureza, é o mundo. Essa concepção unificadora é conhecida como Panteísmo. Espinosa se apega tão profundamente a esta teoria, que muitos a ele se têm referido como *inebriado de Deus*.

A substância, Deus, manifesta-se por número infinito de atributos, mas o homem pode compreender apenas dois: a extensão e o pensamento. Deus, ou a Natureza, é corpo e espírito. Além disso, os atributos são absolutamente independentes um do outro. O corpo não afeta o espírito nem este àquele. Ambos, porém, são manifestações de uma única e mesma realidade universal, Deus.

Esses atributos aparecem ao homem de *modos* específicos. Há muitos corpos e muitas idéias. Um determinado corpo, a árvore, é um modo de extensão que constitui um atributo de Deus. O pensamento que me ocorre neste momento é um modo do espírito que constitui um atributo de Deus.

Todos os corpos e todas as idéias reunidas formam um todo que é Deus ou substância. Isso constitui a *face do universo inteiro*. Os objetos individuais ou as idéias podem transformar-se, mas o mesmo não se dá com o todo, a *face do universo na sua totalidade*.

Além disso, todos os corpos no universo formam uma cadeia de causas. A árvore que você contempla foi causada por alguma outra coisa que, por sua vez, foi causada por outra, etc. Essa determinada árvore, portanto, deve a existência a algum outro objeto físico. Não é necessário que Deus a crie, mas tendo-a presente, é Ele sua substância subjacente. Por exemplo, se temos um triângulo, sabemos imediatamente que certas coisas sobre ele devem ser verdadeiras. Tem certas propriedades, e todos os triângulos as terão. Não podemos, entretanto, saber, pelo conceito de um triângulo, o número, o tamanho e a forma dos outros. Paralelamente, da substância podemos enunciar as dos diferentes objetos do universo.

Para Espinosa, pois, o universo todo é uma única substância, que ele denominou Deus ou Natureza. Essa substância tem, pelo menos, dois atributos: extensão e espírito. Assim, Deus é o universo, e o universo é Deus. O corpo é independente do espírito, e este, do corpo. Todavia, quando algo acontece no corpo, acontece também no espírito. É o que se chama *paralelismo psicofísico*, isto é, o corpo e o espírito são sempre paralelos, pois constituem dois aspectos de uma só e mesma substância.

*

O PONTO DE VISTA DE LOCKE, BERKELEY, HUME, THOMAS REID.

John Locke, admirador de Descartes, mas filósofo que deu ao mundo moderno uma nova interpretação sobre o homem, começou seu raciocínio com a pergunta: “Como se forma o conhecimento humano?” Suas

conclusões, após longas e árduas pesquisas, foram que todo conhecimento advém de impressões dos sentidos. Esse ponto de vista fez com que explicasse o universo como fonte dessas impressões.

Existe um mundo real que corresponde às nossas idéias? Se existe, como podemos nós, que só temos idéias, provar sua existência? A resposta de Locke foi que tal mundo existe. Nossos sentidos, disse ele, no-lo revelam. Sentimo-lo e estamos aptos a declarar que existe. Conquanto não possamos dizer muito sobre a fonte de nossas sensações, podemos, entretanto, declarar que são causadas. Assim, o mundo real é a causa de nossas sensações. É o que podemos dizer. Por exemplo: temos uma idéia da cor branca. Ela não nasceu em nós, mas é *causada*. Podemos concluir que o mundo real contém algo que *causa* em nós a idéia da cor branca.

Mas nem disso podemos ter certeza absoluta. O conhecimento que temos do mundo é problemático. Podemos ter mais certeza da existência, no universo, de nós mesmo e de Deus. Tudo o mais é apenas problemático. Por conseguinte – argumentou Locke – jamais poderá existir ciência natural perfeita.

Nesse ponto ele adotou um tanto a posição de Descartes, que já expusemos. O mundo – sustentou – compõe-se de substâncias. Há as bases, os suportes de todas as qualidades. Sentimos, por exemplo, o branco. Essa qualidade não flutua pelo espaço, mas constitui a brancura de alguma coisa, que é substância.

Além disso, há duas espécies de substância: corpo e alma. Os corpos têm os atributos de extensão, solidez e impenetrabilidade. Enchem o espaço, são sólidos e não podem ser penetrados. As almas são substâncias espirituais, imateriais.

Almas, espíritos e corpos atuam uns sobre os outros. O corpo pode *causar* acontecimentos na alma e o que nela acontece afeta o corpo. Por exemplo, os corpos atuam sobre o espírito de modo que sentimos a cor, o som, o tato, etc. Apesar de sua crença em interação, a teoria de Locke sobre o universo é dualística. Há espíritos e corpos. Conquanto ambos sejam substância, são diferentes espécies dela.

Torna-se evidente que, com algumas mudanças, Locke seguiu as pegadas de Descartes, quando sustentou que os corpos e o espírito são duas espécies de substância ou portadores de qualidades. O universo é feito dessas substâncias. Mas apenas podemos conhecer as idéias que essas substâncias produzem em nós através das sensações.

Mas se a base do conhecimento é a sensação e a reflexão sobre as sensações, como podemos saber que exista um mundo de corpos, distinto das idéias que deles formamos? *George Berkeley* fez essa pergunta. John Locke havia ensinado que, verdadeiramente, tudo que podemos conhecer são as nossas idéias e havia pressuposto um mundo que causa nossas sensações. Mas Berkeley reconheceu imediatamente que Locke não podia provar a existência de tal mundo com base em sua filosofia. Além disso, Berkeley sendo profundamente religioso e vendo, no mundo, tanto ateísmo, ou descrença em Deus, estava convencido de que o ateísmo ficaria abolido se se pudesse negar a crença na matéria.

Conseqüentemente, levou a filosofia de Locke à sua conclusão lógica, conforme a encarava, e pregou que não pode haver universo de objetos materiais. Tudo que podemos provar, argumentou, é que temos idéias.

Mas que dizer da fonte dessas idéias? Criamos as nossas próprias idéias? Berkeley respondeu: “Não!” A causa das sensações, e, portanto, a causa de todas as idéias, é Deus. Não podemos percebê-Lo, mas podemos perceber os efeitos de Sua obra, as idéias.

Berkeley apegou-se consistentemente, conforme sua crença, à posição de que nada existe no universo a menos que seja percebido. Estou sentado em meu quarto. Olho em redor e vejo cadeiras, mesa, livros e outros objetos. Não são reais, no sentido de serem objetos materiais. São idéias em meu espírito. Mas, se deixo o quarto, desaparecem esses objetos? Levo-os em meu espírito para fora do quarto? Berkeley declarou que eles podiam existir em algum outro espírito. Se outras pessoas estão no quarto, os objetos poderão existir no espírito delas. Se não há outras pessoas no quarto, podem existir no espírito de Deus. São, entretanto, durante todo o tempo, idéias e não objetos materiais.

Berkeley negou a existência do mundo material que Descartes, Espinosa e Locke afirmaram existir. Para ele, tudo que existe são as idéias, no espírito. Se não estão em meu espírito, podem estar no do leitor ou no de Deus. Naturalmente parecem ser materiais, mas na realidade não o são. Berkeley simplesmente seguiu as idéias de Locke até a uma conclusão lógica, negando com ela a existência de um mundo material.

David Hume, um escocês do século XVIII, achou que Berkeley não progredira muito. Não somente devemos abandonar a idéia de substância, ensinava ele, como também devemos abandonar a idéia de um Deus em cujo espírito existam todas as idéias. Hume não soube encontrar um bom argumento para provar a existência de Deus.

Assim, tudo o que temos é uma sucessão de idéias. Estas são causadas por impressões. Hume concordou com Berkeley em que somente existem as coisas que são percebidas. Minha mesa existe somente quando é percebida. Posso percebê-la; o mesmo se dá com meu amigo ou com Deus. Por conseguinte, *existir é ser percebido*. Contudo, não podemos provar que Deus exista. Conseqüentemente, se estou sozinho no quarto e vejo uma mesa, esta existe enquanto a percebo. Assim que saio do quarto, ela não mais existe.

Não há, pois, substância, na teoria de Hume. Tudo que temos é uma sucessão, uma corrente de idéias, uma em seguida a outra. Não podemos provar a causa dessas idéias. É tolice dizer que há substância *lá fora*, no espaço, causando nossas idéias. Ninguém pode provar isso. Toda vez que olhamos, encontramos idéias que seguem umas às outras – idéias sobre cadeiras, mesas, povos, árvores, estrelas, etc. Não temos, por conseguinte, prova da existência de um mundo da Natureza ou de Deus.

Hume levou a teoria de Locke à sua conclusão lógica e final com ceticismo. Locke ensinara que temos idéias causadas pelo mundo exterior. Hume admitiu a existência de idéias, mas mostrou que, se isso é tudo que

temos, estamos então encerrados em nosso próprio espírito e não podemos provar a existência do mundo exterior. Tudo de que podemos ter certeza é o desfile de idéias individuais, uma em seguida a outra. Sua causa, sua ligação e até o lugar onde desfilam são desconhecidos. Com Hume, chegamos a um beco sem saída.

É natural que o homem não ficaria satisfeito com o ceticismo de Hume. *Thomas Reid*, outro escocês, liderou a oposição. Ensinava que Hume chegara a uma imposição impossível. Diz-nos o bom senso que existe um mundo real como a causa de nossas sensações e idéias. Podemos imaginar tudo o que quisermos, mas não nos satisfaz negar o que o bom senso diz. Essas coisas, argumentou ele, que percebemos distintamente pelos sentidos, existem, e existem porque as percebemos. Há um mundo *lá fora* que corresponde às nossas idéias. Mesas, cadeiras, etc. existem independentemente das idéias que delas formamos. O bom senso nos diz que é assim; não podemos, pois, rejeitar o que ele nos diz.

O pensamento alemão seguiu por uma estrada diferente daquela da Inglaterra e Escócia. Estava preocupado com as Ciências Naturais então em desenvolvimento, mas viu-se, por fim, acreditando no valor das crenças cristãs. Procurou, por conseguinte, conciliar a Ciência com os valiosos elementos da teoria cristã.

*

TEORIA DE LEIBNITZ SOBRE O UNIVERSO.

Gottfried Wilhelm Leibnitz, um dos líderes do pensamento alemão no século XVII, convenceu-se, depois de muitas pesquisas e minuciosos estudos, de que, no universo, a força é o atributo essencial dos corpos. Por *força*, referia-se à “tendência do corpo em mover-se ou continuar seu movimento”. Todo o universo é, para ele, construído de unidades de força. Cada corpo consiste de certo número dessas unidades e toda natureza, de um infinito número delas. Leibnitz denominou *mônades* ou *átomos-força*, tais unidades de força. Cada mônade é eterna, não podendo ser destruída ou modificada.

Mas as mônades têm diferentes graus de clareza. As mais obscuras, as mais vagas e as mais confusas formam plantas. As menos vagas formam animais. As mônades que formam o homem são ainda mais claras. E a mais clara de todas é Deus. O universo compõe-se de um número infinito de mônades que se estendem desde a mais obscura até Deus. Não há interrupção nessa série. Numa extremidade acha-se a matéria inorgânica, rochas e coisas semelhantes. Noutra, Deus.

Cada mônade encerra, dentro de si, todo o universo. Assim, como a mônade não tem *janelas*, tudo aquilo que ela vem a ser acha-se encerrado dentro de si mesma, desde o princípio dos tempos. Cada uma realiza a sua natureza, movida por uma necessidade interior. Nada pode existir numa mônade que não seja o que nela se achava desde o princípio.

Os corpos orgânicos, seres vivos, contêm uma *mônade rainha* ou alma, que é o princípio que orienta todas as mônades que formam o corpo. As mônades não afetam umas às outras. Deus criou-as no começo dos tempos, de modo que elas operam juntas e em harmonia. Quando uma faz

alguma coisa, não afeta a outra. Mas por ter sido assim criada, age como se uma a tivesse afetado. Todas, portanto, agem juntas, da mesma maneira que o fazem as várias partes de um organismo.

O universo de Leibnitz, por conseguinte, não é mecânico, porém dinâmico, vivo. Compõe-se de um número infinito de mônades de vários graus de clareza. Nisso percebemos a velha teoria de Demócrito, o Atomismo. Mas os átomos de Leibnitz não são todos iguais, tampouco puras unidades mecânicas. São unidades de força e diferem em clareza. E Deus é a mais clara das mônades.

Por meio dessa teoria, Leibnitz acreditou ter conciliado a ciência de seu tempo com os valores da doutrina cristã. Ele tinha um universo científico, no qual Deus era o ser ou a mônade suprema.

*

CONCEPÇÃO DE KANT SOBRE O UNIVERSO.

A filosofia alemã atingiu seu ponto culminante com a obra de *Emmanuel Kant*, um dos grandes criadores de sistemas filosóficos de todos os tempos. Seu problema fundamental jazia na questão: Que é o conhecimento e como é ele possível? Que podemos realmente saber e como? Concluiu que somente podemos conhecer nossas experiências. Temos sensações. Vemos uma cadeira. Por ser nosso espírito tal como é, recebemos essa sensação de modo definido. Não conhecemos, entretanto, a causa dessa sensação.

De acordo com essa teoria, não podemos conhecer o universo que existe fora de nosso pensamento. Nosso espírito recebe sensações e amolda-as em idéias por serem o que são. É impossível saber o que é o mundo fora de nosso espírito.

Podemos, entretanto, formar, pela Razão, uma Idéia do mundo, do universo. Ao sentirmos o mundo no espírito, vemos que não tem começo no tempo em que os corpos, nele, não podem ser divididos indefinidamente; tudo se realiza segundo as leis da natureza e não há um Ser absolutamente necessário que faz o mundo existir. Temos que aceitar a teoria sobre o mundo da experiência porque não podemos senti-lo diferentemente.

Mas a Razão pode também construir um mundo de Idéias que não tem começo no tempo, onde os corpos podem ser divididos indefinidamente e no qual há liberdade e um Ser absolutamente necessário, Deus, que é a causa de tudo. Conquanto não possamos conhecer tal mundo através da experiência, podemos discutir sua existência e agir como se fosse real. Kant acreditava, de fato, que o homem deve agir como se existisse essa espécie de mundo, se quiser preservar sua integridade moral. Pois, na base de tal mundo, Kant inferia a existência de Deus, da liberdade e da imortalidade. Além disso, demonstrou que toda bondade e toda moralidade dependem de ação, como se existisse essa espécie de mundo. A idéia deste mundo, afirmou, é reguladora – orienta o homem para certos objetivos. Acreditando na existência dele, o homem esforça-se em ser bom.

Assim, para Kant, existem dois mundos: o da experiência, o *fenomenal*, e o da razão, o *numenal*. Um é científico, o outro, prático.

Kant ensinava que o princípio fundamental do mundo prático é a lei moral, que se pode enunciar como segue: “Age sempre de acordo com uma máxima ou com determinado princípio que possas converter em lei universal; age como se quisesses que todo o mundo seguisse o princípio de tua ação.” A isso chamou ele *imperativo categórico*.

Se alguém age de maneira a que o princípio de sua ação se torne uma lei para todos os homens, deve estar livre para agir dessa maneira. Kant colocou, pois, a liberdade no centro de seu mundo prático. Discutiremos mais profundamente a teoria de Kant sobre o mundo prático no capítulo “Que é o Bem e que é o Mal?”

*

FICHTE, SCHELLING E HEGEL.

Johann Gottlieb Fichte adotou o princípio da liberdade e fê-lo fundamento de toda a sua doutrina filosófica. Afirmou que o *ego* é uma atividade livre e autodeterminadora.

O ponto de partida de seu pensamento é esse *ego*, ou princípio livre e criador. É Deus, o criador de tudo que existe. Ele cria cada pessoa individualmente, você, eu e todos os indivíduos do mundo. Cria também todo o mundo das coisas.

Mas nós e todas as coisas não somos matéria, materiais. Não há matéria no sentido de matéria sem vida, como ensinavam os antigos filósofos. Tudo no universo é inteligência e espírito. A árvore e seu espírito são o *ego* absoluto, universal ou Deus. Assim, o mundo real é o mundo da inteligência ou do espírito e não um mundo de matéria morta. Tudo constitui o *ego*, Deus. Mas o *ego* criou um limite para si mesmo, de modo que pode lutar contra esse limite e desenvolver-se até atingir à perfeição. O *ego* produz, pois, o mundo dos objetos, chamado mundo *material*, a fim de preparar uma arena, onde possa exercer sua liberdade.

A liberdade nada significaria se não houvesse algo que impedisse o seu exercício. Por conseguinte, o *ego* eterno, Deus, criou o mundo, o *não-ego*, como limite para si, um mundo de oposição no qual possa lutar e tornar-se cômico de si próprio. É o mundo das leis, o mundo no qual as coisas acontecem segundo regras estabelecidas.

Minha razão, sua razão e nosso espírito são também criações ou partes desse *ego universal*. Não criamos o mundo das coisas, mas somos criações do mesmo *ego* que criou o mundo. Como o *ego universal* é a razão ativa universal, a mesma em todas as pessoas, nós vemos o mundo da mesma maneira.

Esse ponto de vista denomina-se Idealismo. Baseia-se na crença de que não existe matéria no universo, sendo tudo espírito, idéia. Descartes, Locke e até mesmo Kant haviam ensinado que existem dois princípios, espírito e matéria. Fichte contestou a existência de dois princípios. Eliminou a matéria e sustentou que tudo no universo é inteligência ou espírito. Somente o mundo parece ser material. Se o compreendermos direito, perceberemos que até este é espírito. O universo é inteligência, espírito, *ego*, Deus. Conquanto, pois, seja uma realidade fora do espírito pessoal do

indivíduo, o universo não é feito de matéria diferente, não é um mundo de coisas mortas. É a “revelação do princípio absoluto na consciência humana”. A natureza é espírito, inteligência, e nada mais pode ser.

Para Fichte, portanto, a lei moral de Kant implica liberdade, e liberdade implica desembaraço de obstáculos. Deve haver obstáculos. O *eu* universal ou o *ego* criou, de si mesmo, o mundo das coisas sensíveis para servir como seu oponente. O mundo da experiência advém da lei moral. Por ter esse conceito de Kant exercido influência sobre Fichte e muitos outros pensadores, falamos em Kant como o pai do idealismo moderno.

Seguiu na mesma tradição idealística *Friedrich Wilhelm Joseph Schelling*, brilhante filósofo alemão e estudioso da religião. Para ele, como para Fichte, a base de todo o universo é um espírito ou *ego* que flui por todo ele. Schelling ensinava, porém, que esse espírito, conforme se encontra na natureza, não é cômico de si e somente se torna inteiramente consciente no homem.

Há, assim, um desenvolvimento do estado consciente, da natureza do homem. A natureza e o pensamento são degraus ou fases no desenvolvimento do espírito absoluto. Deus é natureza e espírito. Num, é Deus adormecido ao passo que no outro se acha completamente desperto. Mas em qualquer dos dois, ou através de todo o desenvolvimento, Deus permanece o mesmo.

O universo, inclusive o homem, é um todo. As partes, objetos e indivíduos, são partes do todo. A natureza é, pois, viva, dinâmica e criadora. Onde quer que nos detenhamos para investigar, encontraremos o espírito esforçando-se por concretizar-se e tornar-se inteiramente cômico de si mesmo. A natureza inorgânica, as árvores, as rochas, etc. são do mesmo material, como o é também o espírito humano. Mas os primeiros são cegos, *imatuross*, inconscientes.

Temos então a doutrina panteísta. O universo é concebido como um sistema vivo que se desenvolve e movimenta. Deus é o universo e este é Deus. Nas plantas e rochas, Ele é o impulso cego e inconsciente. Subindo-se até ao homem, Ele se torna consciente ou vê, chega ao conhecimento de si mesmo.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel procurou apresentar as doutrinas filosóficas de Kant, Fichte e Schelling num todo completo que satisfizesse. Ensinava, então, que todo o universo é uma evolução do espírito desde a natureza até Deus.

Encontramos, em toda parte, quer no mundo natural quer no espírito do homem, um processo de desdobramento, que ele chamou de *processo dialético* ou *princípio de contradição*. Tudo tende a passar para o seu oposto. A semente tende a transformar-se em flor. A natureza, porém, não se detém em face dessas contradições, luta por dominá-las e conciliá-las num todo ou unidade.

O universo é um todo. Nele, está operando esse princípio, um princípio natural. O espírito está em toda parte. Dentro do todo existe o desenvolvimento, e este prossegue pelo processo dialético. Primeiro descobrimos uma coisa, a *tese*; depois, o seu oposto ou contradição, a

antítese. Ambas conciliam-se por fim na *síntese*, fazendo nascer outra *tese*; e o processo recomeça.

O universo inteiro é a continuação desse processo dentro do todo. A realidade, pois, é o processo da evolução, o desenvolvimento do menos claro para o mais claro.

Esse processo é o do pensamento. Por conseguinte, o universo é pensamento e acha-se sujeito às leis deste. Da mesma maneira que pensamos, desenvolve-se o universo. Mas tudo é o processo de um todo pensante. A natureza e o homem são uma única coisa dentro desse todo. Os mesmos processos que se encontram no espírito são também encontrados na natureza. Nesta, o movimento se processa inconscientemente. A semente transforma-se em planta e em flor, mas não percebe o desenvolvimento. Já o homem é cômico do processo e sabe que se está desenvolvendo. Descobre-se em toda parte o mesmo processo.

Para Hegel, pois, o universo é um todo ou totalidade. Esse todo é um processo pensante e desenvolve-se como todo pensamento – *tese*, *antítese* e *síntese*. É o idealismo elaborado de um modo completo até ao último grau.

*

TEORIAS DOS FILÓSOFOS ALEMÃES POSTERIORES.

A teoria idealística de Hegel não podia, certamente, passar incólume. Contradizia de tal modo o senso comum que era inevitável um pensador, ou grupo de pensadores, levantar-se para apresentar o reverso da medalha. *Johann Friedrich Herbart* foi um deles. Debateu todas as fases da filosofia de Hegel, procurando mostrar que a filosofia idealística estava repleta de teorias impossíveis.

Segundo Herbart, o universo consiste de um grande número de princípios imutáveis ou substâncias que ele denominou *reais*. Cada *real* é uma coisa simples, imutável, absoluta, indivisível e sem extensão no tempo ou no espaço. No mundo dos *reais* não há mudança nem desenvolvimento; ele é estático.

Nossos corpos são agregados de *reais* e cada alma é um *real*. Cada *real* procura resistir a tudo que o possa afetar. Nessa luta pela autopreservação, cada *real* se comporta diferentemente na presença de *reais* diferentes.

Agregamos os *reais* e criamos, assim, o mundo que sentimos. Por exemplo: estabeleço relações com muitos *reais* e, agregando-os, formo uma maçã vermelha. Acrescento, depois, outros *reais* e rejeito alguns que existiam a princípio, e a maçã passa a ser maçã descascada. O mundo real apresenta-se, pois, absolutamente estático. Nada acontece nele. Todos os acontecimentos são fenômenos da consciência. À medida que a consciência arruma e torna a arrumar os *reais*, as coisas aparecem, modificam-se e desaparecem.

Todo o universo, pois, é para Herbart composto dessas unidades sem espaço e sem tempo, que não mudam mas exercem atividade para preservar-se contra outros *reais*. Ao arranjarmos e ao tornarmos a arranjar os *reais*, produzimos o mundo da experiência.

Essa teoria do universo é conhecida como *realismo*; sua idéia básica é a de ser o universo real e não uma criação do espírito. Conquanto a experiência revele apenas fenômenos, uma aparição deverá sempre ser o aparecimento de alguma coisa. Há uma realidade que causa a aparição. Kant denominou-a *coisa-em-si-mesma*. Hegel contestou, dizendo que não havia tal *coisa*. Herbart concordou com Kant, procurando descrever a causa real das aparições.

Arthur Schopenhauer atacou o problema de outro ângulo. Concordou com Kant em que o mundo da experiência é um mundo de fenômenos, mas discordou ao sustentar que não podemos perceber a *coisa-em-si-mesma*. Observou que o homem, ao desejar alguma coisa, trata de construí-la ou criá-la. Desejo uma mesa e arranjo tábuas, ferramentas, pregos e construo uma, ou então trabalho com o intuito de arranjar dinheiro para comprá-la.

Partindo desse ponto, argumentava que a vontade é a causa de todas as coisas. A *coisa-em-si-mesma*, para ele, é a vontade, a causa de tudo. O universo é o resultado da vontade.

Dá-se o mesmo fato nas vidas orgânica e inorgânica. Na rocha, a vontade é cega, mas é o princípio que cria a rocha. Ao subirmos até ao homem, vemos que a vontade se torna consciente. O homem pode dirigir sua vontade pela inteligência para conseguir o que deseja. O universo é, pois, o resultado da vontade, a vontade primacial que continua a trabalhar independentemente da vinda ou ida dos indivíduos.

Hermann Lotze procurou interpretar a *coisa-em-si-mesma* de Kant em termos de espírito. Ensinou que o mundo físico deve ser compreendido como puramente mecânico, como questão de leis físicas e químicas.

Há, portanto, vários graus de realidade. No caso da matéria, a vida mental acha-se presente, porém, obscurecida. No homem, a vida mental é consciente e clara. O universo acha-se, pois, vivo e é espírito. Novamente se nos depara aqui o idealismo.

A obra de Lotze e de outros idealistas causou profunda impressão no pensamento de sua época. *Gustav Theodor Fechner* concebeu o universo como similar ao indivíduo. O mundo material é o corpo do universo, mas esse corpo tem uma alma ou vida mental. Esta encontra-se em grau decrescente nos animais, nas plantas e, finalmente, na matéria inorgânica. Assim como o corpo humano tem uma alma, Deus é a alma do universo. *Friedrich Paulsen* e *Wilhelm Wundt* seguiram a mesma teoria. Wundt ensinava que o mundo exterior é “a camada exterior atrás da qual jaz oculta a criação espiritual, uma realidade que luta e sente e se assemelha àquilo que sentimos em nós mesmos”.

Admitindo a existência de um mundo material, eles satisfizeram as objeções dos que achavam que os idealistas haviam repudiado o bom senso. Ao sustentarem que a inteligência ou espírito é o gênio criador neste mundo, e que o mundo acha-se em atividade, acreditavam ter conservado os valores do idealismo. Suas filosofias foram tentativas para satisfazer às exigências das Ciências Naturais, então em desenvolvimento, e, com elas, procuraram, ao mesmo tempo, fugir ao materialismo grosseiro que ameaçava a Filosofia ao tornar-se a ciência mais forte. Acreditavam que os valores da inteligência,

espírito ou alma não deviam ficar ocultos ou perdidos completamente no desmoronamento das ciências modernas.

*

TEORIAS DE JOHN STUART MILL E HERBERT SPENCER.

John Stuart Mill doutrinava que, na verdade, nossas idéias são tudo que podemos conhecer. Encontramo-las seguindo umas às outras, consistentemente e com tal freqüência, que podemos estar razoavelmente certos de que continuarão a agir assim. Por exemplo, a idéia de se sentir queimado segue sempre à idéia de colocar a mão no fogo.

Mill sustentou que a lei e a ordem reinam no universo, existindo uma seqüência invariável de eventos, dos quais podemos depender. Doutrinou, além disso, que a lei de causa e efeito é universal. Encontramos certo grupo de idéias que segue, em todos os casos, a mesma idéia. Isso nos leva a reconhecer que o efeito é causado pelo grupo de idéias que o precede.

É, entretanto, evidente que Mill, até esse ponto, está discutindo fenômenos, experiências e idéias. Que dizer de suas causas? Existe um mundo exterior? Mill acredita que sim, sendo ele a causa de nossas sensações. Vejo um pedaço de papel branco na sala. Deixo depois a sala e lembro-me de que vi o papel sob certas circunstâncias. Volto à sala e novamente o vejo. Depois de ter feito isso várias vezes, com o mesmo resultado, constato que vejo sempre o papel ao voltar à sala. Generalizo que o papel está no mundo exterior e causa minha experiência. Formo a noção da existência de algo permanente, persistente. Assim, “o denominado mundo exterior é simplesmente a possibilidade de certas sensações se repetirem na mesma ordem em que ocorrem”.

Evidencia-se que Mill, conquanto se julgue em grande parte dentro da tradição idealística, acredita que existe uma causa para nossas sensações, experiências e a *coisa-em-si-mesma*. Existe um mundo que se distingue de nossas sensações e experiências: a causa das idéias que temos.

Não podemos, no entanto, conhecer com absoluta certeza qualquer coisa acerca desse mundo. Pelas experiências que dele temos, podemos estar razoavelmente certos a respeito de algumas coisas nele existentes, mas não tão seguros quanto a outras. Contudo, o que sobre ele sabemos baseia-se na experiência, e ninguém teve todas as experiências possíveis para poder fazer uma generalização sem exceções. Há sempre a possibilidade de que surja alguma exceção, alguma nova experiência, provando que a generalização somente se aplica a uma série de condições e não a outras.

Herbert Spencer é o grande filósofo da evolução. Procurou desenvolver uma teoria filosófica baseada nas pesquisas de Darwin e outros biólogos, criando um sistema de pensamento que incorporasse as importantes idéias da teoria da evolução.

Começou sua filosofia reconhecendo que os fenômenos, as coisas conforme se nos apresentam, são tudo que podemos conhecer. É-nos desconhecida a causa desses fenômenos; mas existe uma, um Ser Absoluto, atrás de todos eles. Naturalmente formamos juízo a respeito desse Ser. Concebemo-Lo como a força ou o poder que causa tudo que conhecemos.

Além disso, concebemo-Lo mental e fisicamente. Mas essas idéias são meros símbolos, processos que inventamos ao referir-nos a esse Absoluto. Verdadeiramente, nada podemos saber a respeito dEle. É o Incognoscível. Tudo que podemos conhecer são as expressões interiores e exteriores do Absoluto.

Essas expressões obedecem à lei da evolução. Vemo-las tornarem-se grupos e estes organizarem-se para transformar-se num todo. Com a organização dos grupos, evoluem várias formas de vida. A criatura humana é o resultado da formação de grupos de átomos que passam a ser mãos, braços, coração, pulmões, pés, etc. e a organização de tudo isso, um corpo em que cada parte exerce seu papel como elemento do corpo. As pernas andam, as mãos agarram, o coração pulsa, etc.

Spencer acreditava, pois, na existência de um mundo exterior à nossa consciência. Esse mundo, nós o inferimos, porquanto é impossível o concebermos de outro modo. Por termos impressões, raciocinamos que deve haver uma causa delas, um mundo exterior. Mas as impressões não são reproduções, cópias do mundo exterior. Tanto quanto podemos saber, podem ser tão diferentes dele como as letras de uma palavra da idéia que o vocábulo significa. “C – a – v – a – l – o”... as letras não sugerem a idéia de cavalo, que a palavra inteira evoca. Analogamente, nossas impressões e o verdadeiro mundo exterior podem ser totalmente diferentes. Tudo que podemos dizer, com certeza – acredita Spencer – é que existe algo, além da consciência, que é a causa de nossas impressões, o Incognoscível, o Absoluto.

*

JOSIAH ROYCE, WILLIAM JAMES E JOHN DEWEY.

Josiah Royce, líder da escola idealística do pensamento, nos Estados Unidos, começou sua teoria partindo da natureza do homem. Somos seres conscientes e organizamos nossas experiências transformando-as em um todo, ou sistema. Igualmente – doutrinava ele – o universo é um Ser consciente, um todo. Meu pensamento, o seu e o de todos os outros são partes do pensamento inteiro do universo.

Tenho uma idéia sobre uma mesa. Não crio essa idéia ou a mesa. Ela está ali. Não é matéria, porém. Antes, a causa de minha idéia sobre a mesa é a idéia sobre a mesa no espírito do Absoluto. É, portanto, uma idéia que causa a minha, a idéia de Deus. O universo inteiro é, pois, similar às minhas próprias idéias. Esse universo é um organismo idealizado e cômico de si. Constitui-se de todas as idéias de toda a Humanidade e das causas delas. O mundo exterior é mental como é também o mundo interior de minha experiência.

Esses pensadores, os idealistas, tentaram interpretar o universo em termos do pensamento individual a fim de conservarem os valores da vida espiritual. Relegaram a Ciência a uma posição secundária ou inferior, mas levaram-na em consideração. Para eles, as leis da Ciência são verdadeiramente leis do pensamento. Contudo, o mundo real não deve ficar limitado às leis imutáveis das coisas materiais. Acima delas pairam as do espírito do homem. Com essa crença, eles fogem ao determinismo e tornam possíveis a liberdade e a moralidade. Se o homem está sujeito a leis

científicas inevitáveis, não pode ser livre; é futilidade detê-lo para explicar seus atos. Não pode ser considerado culpado. Contudo, a liberdade e a responsabilidade moral são demasiado valiosas para que se percam dessa maneira. Conseqüentemente, os idealistas a elas se apegam argumentando que o mundo é, verdadeiramente, mais espiritual do que físico. A ciência moderna parece-lhes destruir tudo que torna humana a vida do homem.

A recente filosofia caracteriza-se por essa tentativa de levar em conta todo o reino da ciência moderna, com suas leis e consistências, e preservar, ao mesmo tempo, as coisas que os homens julgam valiosas. Os idealistas ressaltam esses valores e referem-se a um mundo em que os valores predominam.

William James, um dos primeiros pragmatistas, achou que um *universo-bloco*, em que tudo é governado pelas leis da Ciência, não é satisfatório. Escreveu: “Se tudo, o homem inclusive, é mero efeito da nebulosa primitiva ou da substância infinita, que será da responsabilidade moral, da liberdade de ação, do esforço individual e da aspiração?” Acreditava que a prova de qualquer teoria ou crença devem ser suas conseqüências práticas. É a prova pragmática. Estava certo de que somente uma teoria do universo que levasse em conta a responsabilidade moral, a liberdade de ação e coisas semelhantes, e lhes desse guarida, teria boas conseqüências.

O mundo real, para ele, era o da experiência humana. Nesta, encontramos reunidos os valores humanos e as ciências. Acreditava ser impossível para um pensador ir mais longe do que isso. Conquanto não duvidasse da existência de um mundo fora da experiência, um mundo que causa experiências, acreditava que não podemos senti-lo e, portanto, nada podemos saber a seu respeito.

John Dewey, o líder atual do Pragmatismo, julga que o universo se transforma, cresce e desenvolve-se. Concentra sua atenção na experiência que, na sua opinião, está sempre evoluindo, mudando e enriquecendo. O filósofo – argumenta ele – deve deixar de perder tempo com perguntas sobre os primeiros tempos, sobre o que jaz atrás da experiência e sobre o mundo *lá fora*. Não nos adianta saber se há ou não tal mundo. Para nós, coisas importantes são as experiências que temos e a explicação de como elas surgem, desenvolvem-se, transformam-se e afetam outras. O mundo de nossa experiência é incerto, duvidoso e cheio de surpresas, mas caracteriza-se também pelas consistências das quais podemos depender. É esse o único mundo pelo qual Dewey se interessa.

*

TEORIAS DE HENRI BERGSON E JORGE SANTAYANA.

Henri Bergson, que foi o líder de outra tentativa para conservar os valores num mundo de ciências, doutrinava que o universo, conforme o descreve a Ciência, não é adequado. Omite muitas coisas. Para se conhecer o universo, em sua totalidade, é preciso viver nele e percebê-lo pela *intuição*. O homem não pode conhecer um rio sentando-se simplesmente numa de suas margens; tem que lançar-se nele e nadar com sua corrente. Devemos mergulhar no universo para poder compreendê-lo.

O universo é, para Bergson, uma coisa móvel, em crescimento e evolução viva. A Ciência corta um pedaço dele e nos diz ser isso o universo. Para Bergson, esse pedaço, por si mesmo, é irreal, está morto. O verdadeiro universo é vivo, rico; encerra esse pedaço e mais do que ele. Bergson caracterizou-o como um processo de *evolução criadora*, uma evolução em que novas coisas aparecem. A causa disso está na natureza criadora do universo. “Toda a evolução da vida, em nosso planeta, representa o esforço dessa força essencialmente criadora para chegar, através da matéria, a algo que somente se realiza no homem, e, mesmo no homem, apenas imperfeitamente”. Ao procurar organizar a matéria, a força criadora é capturada. No homem, vê-se a qualidade criadora desprender-se da matéria e tornar-se livre.

Outro filósofo moderno que trata do problema da Ciência e dos valores é *Jorge Santayana*. Seu mundo real é o da experiência humana em toda a sua riqueza e pujança. Não duvida que haja uma substância que causa tal substância, mas, antes, procura justificar sua existência. Escreve que Herbert Spencer estava certo ao sustentar a existência dessa substância, mas crê que ela é cognoscível através da experiência. Temos certeza da existência desse mundo da experiência. Nele encontramos as leis científicas e toda beleza, verdade e bondade que almejamos. É um mundo real, em qualquer sentido do termo *real*.

A ciência moderna, portanto, não nos permitirá contestar que o mundo real seja como julga o cientista, uma coisa da qual podemos depender, e leis que o homem pode descobrir e com as quais age com alto grau de certeza. Podemos crer nesse mundo conforme o explicam os cientistas. Todavia, os filósofos mostram-se vivamente conscientes de que o mundo dos cientistas não é tudo. Nele descobrem o espírito humano, esperanças e temores, amor e ódio, sonhos e derrotas. Nele constatarem homens agindo como se estivessem livres e outros que os responsabilizam pelos seus atos. O mundo, para os filósofos, é também um lugar de luta, de planos e realizações, de desejos e criações. É a isso que eles não querem renunciar.

Conseqüentemente, o da filosofia moderna é um mundo em que se consideram, ao mesmo tempo, a ciência e os valores humanos. Hoje em dia, nenhum filósofo pode prender a atenção pública a menos que tenha, de certo modo pelo menos, explicado as descobertas dos laboratórios e do espírito. O universo todo é real, e qualquer outro é apenas uma parte; ninguém deve sustentar que essa parte ou qualquer outra seja o todo, e o resto, o *irreal*. Todo o universo, o exterior e o interior, é real, devendo o filósofo descobrir-lhe um lugar no seu sistema. É esse o problema da filosofia moderna, o problema da natureza do universo, conforme o vêem os filósofos que agora escrevem e doutrinam.

*

CAPÍTULO II

LUGAR DO HOMEM NO UNIVERSO

PROTÁGORAS- SÓCRATES – PLATÃO – ARISTÓTELES –
SANTO AGOSTINHO – ABELARDO – S. TOMÁS DE AQUINO –
ESPINOSA – LOCKE – LEIBNITZ – ROUSSEAU – KANT –
NIETZSCHE – COMTE – SPENCER – JAMES – DEWEY – RUSSELL

É o homem o predestinado senhor do universo ou é o “verme do pó”? Que relação existe entre o homem e o universo? É o homem o centro do universo, o alvo de toda a criação ou mero incidente sem maior significado no universo que uma partícula de pó? É o universo amistoso ou inamistoso para com o homem, ou é simplesmente indiferente?

“Quando contemplo os vossos céus, a obra de vossas mãos, a Lua e as estrelas que instituístes, que é o homem para que vos lembreis dele?” Escreveu o antigo salmista hebreu há muitos séculos; e sua resposta revelou uma opinião elevada sobre a dignidade do homem: “Contudo, fizestes-no pouco menos do que Deus e o coroastes de glória e honra. Fazei com que ele tenha domínio sobre as obras das vossas mãos; tudo pusestes debaixo de seus pés.”

Eis aí uma atitude com relação ao problema do lugar do homem no universo. É a crença de que ele é a obra-prima de todo o processo criador, podendo dominar tudo no universo. Ele é “pouco menos do que Deus”.

Outra crença acerca do lugar do homem na natureza foi expressa pelo autor bíblico do *Eclesiastes*. Esse homem cético doutrina: “Porque aquilo que acontece aos filhos do homem acontece também aos animais... como morre um, assim morre o outro... o homem não tem predomínio sobre os animais... Todos vão para um só lugar, todos são pó e todos ao pó tornarão.”

Eis um pessimismo extremado sobre o homem. Ele nada é senão pó, um verme miserável sem proeminência ou força. Sofre, luta e é esmagado pelas forças da natureza, que são consideráveis e poderosas. Sua vida é um “mar de sofrimento”, um “vale de lágrimas e tristezas”.

Da mesma maneira que os primeiros sábios do Judaísmo pensavam sobre esse problema, assim pensavam também os de outras raças e povos. Os egípcios, babilônios, assírios, fenícios e outros povos antigos esforçavam-se por compreender o homem em relação ao universo. Havia, entre eles, otimistas que o colocavam acima de tudo o mais, e pessimistas que o consideravam nada mais que um insignificante segundo no tempo.

Importância do Homem Segundo os Filósofos Gregos Antigos

Conquanto os primeiros gregos da Antiguidade não tivessem debatido diretamente o problema do lugar do homem no universo, suas teorias sobre a natureza deste deixavam-no, por inferência, como parte do universo. Para *Tales*, por exemplo, o homem, como tudo o mais, na natureza, originou-se da água. Surgiu através de um processo natural e, no devido tempo, retorna à matéria original do universo.

No pensamento de todos aqueles gregos antigos, a natureza é suprema e o homem, uma parte dela. *Heráclito* doutrinava que o homem é uma parte do fogo universal e está sujeito às leis do universo. Escreveu: “Essa ordem de coisas não foi feita por nenhum dos deuses ou pelo homem;

sempre existiu, existe e existirá um fogo eternamente vivo, alimentando-se segundo medidas fixas e extinguindo-se também segundo medidas fixas”. Temos aí uma idéia nítida da absoluta supremacia do universo, da natureza. O homem, como tudo o mais, os deuses inclusive, está sujeito ao universo e nada pode fazer para mudá-lo ou para dele escapar.

Segundo *Empédocles*, o homem, à semelhança das demais coisas, compõe-se dos elementos do mundo: terra, ar, fogo e água. Todas as coisas no mundo são vivas e têm o poder de pensar. O homem difere das demais visto possuir maior soma desse poder.

Os *atomistas* doutrinavam que o homem é o resultado da mistura de átomos, da mesma maneira que o são a árvore, a estrela ou qualquer outra coisa. A criatura humana tem *átomos-alma*, em abundância, que respira e expele durante toda a vida. Ao cessar esse processo, ela morre e os *átomos-alma* se espalham.

Todos os filósofos gregos, antes dos *sofistas*, julgavam o homem uma parte do universo, composto dos mesmos elementos de tudo o mais e sujeito às mesmas leis. No homem, alguns dos elementos são um pouco mais requintados do que os existentes em outros corpos; essa é, porém, toda a diferença. Para eles, o homem é produto do universo e tem que cumprir suas exigências sem o que será destruído.

Os sofistas tomaram posição contrária. Julgavam o homem o centro do universo. “O homem” – disse *Protágoras*, o mais destacado dos sofistas – “é a medida de todas as coisas.” Protágoras, com outros sofistas, passou do estudo da natureza para a do homem e suas relações. Segundo eles, o homem não se achava mais ligado ao universo e sujeito às suas leis inevitáveis. Ao contrário, era considerado livre, capaz de determinar o próprio destino, moldar o mundo ou, pelo menos, a parte que lhe é de maior importância, de tal modo que seus desejos viessem a ficar satisfeitos. Os sofistas desligaram o homem da lei natural e procuraram fazê-lo senhor de seu destino.

Com isso, os sofistas abriram o problema sobre o lugar do homem na natureza. Tornaram-se céticos quanto à possibilidade de o homem compreender o universo e concentraram-se no estudo do próprio homem e suas relações com os demais.

Teorias de Sócrates, Platão e Aristóteles

Sócrates concordou com os sofistas, ao afastar o pensamento dos problemas do universo. “Ele se opôs tenazmente a toda discussão sobre questões tão elevadas como era a da natureza do universo; como o *cosmo* - segundo a fraseologia dos sábios – surgiu; ou por meio de que forças ocorrem os fenômenos celestes. Explicava que era tolice preocupar-se com tais assuntos”. Seu interesse concentrou-se no homem e seus problemas. É mais importante saber o que é justo, e viver dentro do que é justo, do que saber como surgiu o universo. Sócrates considerava o homem o centro, o pivô de tudo em que vale a pena pensar.

Platão achava que os sofistas tinham exorbitado dizendo que o homem é o centro do universo. Via certo valor nesse ponto de vista, mas não o julgava completo. Reconhecia, também, que os filósofos da Grécia antiga

tiveram alguma coisa para contribuir. Procurou, pois, encontrar para o problema relativo ao 'lugar do homem no universo', uma solução que satisfizesse melhor, baseada no pensamento dos gregos antigos e os sofistas.

O homem, doutrinava Platão, é verdadeiramente a medida de todas as coisas porque nele jazem certos princípios, noções, conceitos ou idéias universais, básicos para todo conhecimento. Essas idéias correspondem à realidade, ao mundo real. Segundo seu pensamento, o homem pode apreender a verdadeira natureza das coisas.

O mundo real, conforme vimos no capítulo anterior, é, segundo Platão, o de idéias imutáveis, puras e eternas. O homem pode chegar a um estado no qual pode contemplar e conhecer essas idéias. Pode conhecer os *universais*.

Platão, além disso, acreditava que o homem é a criação do universo. A idéia pura imprime-se na matéria, criando-se o universo que nós experimentamos. Sentimos outros indivíduos e também a nós mesmos, a nossos corpos. Tudo isso surgiu à medida que as idéias se foram imprimindo na matéria. Mas o homem é a única criação que pode chegar a conhecer essas idéias e compreender o processo pelo qual as coisas da natureza vieram a existir. Platão põe, assim, em destaque, a posição singular do homem, que não se assemelha aos animais, embora sua criação ocorresse da mesma maneira. Sua *alma* é parte da razão divina que lhe penetrou no corpo, tornando-o capaz de conhecer as coisas eternamente reais do universo.

Ao penetrar no corpo, essa parte racional do homem fica entravada, retida e obscurecida pelo próprio corpo, que é matéria. Sua tarefa está em sobrepujar essa desvantagem e elevar-se acima do corpo. O filósofo, na concepção de Platão, eleva-se acima do corpo e habita o reino do espírito, no qual pode conhecer aquilo que é real, as idéias.

Também para *Aristóteles* o homem é criação, do mesmo modo que todos os objetos no universo. Nele, encontramos matéria e forma. Mas o homem distingue-se dos outros objetos pelo fato de ser dotado de razão. À semelhança de todas as formas inferiores de vida, das plantas, por exemplo, tem funções vitais. Também, como todos os animais, tem o poder de imaginar, lembrar, sentir desejos, dores, prazeres, etc. Mas, diferentemente das plantas e dos animais, tem o poder de pensar. Sua razão é criadora. É essa a centelha divina no homem.

Por conseguinte, embora os sofistas, Platão e Aristóteles estivessem primariamente interessados no homem, tinham que pensar nele como vivendo num ambiente. Os sofistas concentraram-se no ambiente social e nos problemas decorrentes. Platão e Aristóteles viam o homem não só como membro desse ambiente, mas também como indivíduo. No caso de ambos os filósofos, o homem é referido como a mais alta criação, o ser que, de certo modo, participa daquilo que é divino no universo. Conquanto provenha da natureza, sendo uma criatura na qual se encontra matéria, provém também da divindade, podendo aproximar-se dela porque é da mesma natureza. Tem dentro de si aquilo que o eleva acima da matéria, aproximando-o do que é mais ideal no universo. Não se perde, portanto, na confusão da matéria sem nexos; pode sobrepujá-la e elevar-se em direção à divindade.

Teorias dos Pensadores Gregos Posteriores

Na teoria dos *estóicos*, o homem faz parte da ordem universal. De fato, encontra-se nele todo o universo em miniatura. Sua natureza é a mesma que a do universo. A razão deve, pois, governar tanto o homem como o universo, e o primeiro deve subordinar-se às leis do segundo. Todo homem tem, na ordem divina, um lugar determinado. Deve descobri-lo e adaptar-se a ele, e, por conseguinte, viver de acordo com a natureza e conforme impõe a razão divina.

É evidente que a filosofia dos estóicos subordina o homem ao ideal universal. Sendo uma unidade no todo e sujeito às suas exigências, o homem sente-se feliz quando as compreende e obedece satisfeito.

Importância do Homem Segundo os Primeiros Pensadores Cristãos

Aqueles filósofos gregos, conquanto reconhecessem o fato de ser o homem matéria e espírito, ressaltavam este último e mostravam-se otimistas com a crença de que o homem pudesse dominar as imperfeições da matéria. Os cristãos não tinham esse otimismo. Para eles, a matéria agigantava-se com presságios, sendo a vida uma luta constante para escapar a tudo que ela implicava. De fato, para os cristãos, Deus, ou a divindade, é tão puro e a matéria tão afastada dEle, que o único resultado possível só poderia ser pessimista.

A matéria, segundo os filósofos cristãos, é o princípio do mal. Enquanto o homem é, em parte, matéria, é mau e precisa redimir-se. A alma, ao ligar-se ao corpo, perde a graça divina e o único meio de readquiri-la é através de algum ato especial da divindade, que anula a matéria e liberta o homem de seus grilhões.

Os *apologistas* doutrinavam que Deus fez todo o mundo para o homem, a fim de servir-lhe como uma arena na qual possa conquistar a salvação eterna. Além disso, o homem recebeu uma posição dominante no universo. É o senhor de tudo. Foi posto no mundo para governá-lo.

Mas alguns homens preferem desobedecer a Deus e cair em pecado. Afastam-se de Deus e voltam-se para a matéria. Poderão, pela graça divina, reconquistar a divindade perdida e viver eternamente com Deus.

O princípio criador do universo, Deus, fez do homem sua obra-prima, mas tornou-lhe possível destruir-se. Contudo, julga-se que Deus deseja a redenção do homem; esforçando-se, tornou isso possível através de Jesus Cristo.

Esse ponto de vista foi desenvolvido por *Santo Agostinho*. Segundo ele, Deus é a causa de tudo, do universo e do homem. Mas é o homem Sua mais alta criação, a união do corpo com a alma. Sua vida na terra é uma peregrinação em direção a Deus. Realmente, comparada ao que o espera depois da morte, esta vida não é verdadeiramente vida, porém morte. Eis o típico desprezo do cristão pelo mundo e a esperança de encontrar outro além-túmulo.

Santo Agostinho acreditava que o primeiro homem, Adão, estabeleceu o padrão para toda a vida futura dos demais. Adão – ensinava ele - cometeu o pecado, transmitindo, assim, a todos os homens, as

conseqüências do pecado; corrompeu toda a raça humana, razão por que todos os homens, sempre, são condenados a pecar. O pecado de Adão é, portanto, hereditário. Mas Deus pode reformar, com Sua graça, o homem corrupto. E escolheu alguns deles para a salvação e outros para o castigo eterno. É a doutrina conhecida como “predestinação”.

Assim o homem, criação da força todo-poderosa do universo, criado do nada, herdou as fraquezas e os pecados do primeiro homem. Tem que pagar o preço desse pecado. Mas a força todo-poderosa pode escolher alguns que serão perdoados, deixando outros entregues às conseqüências naturais do pecado de Adão. O homem estará perdido para sempre, a menos que o Criador do universo prefira salvá-lo.

Teorias dos Pensadores Cristãos Medievais

Essa idéia geral passou para o período do pensamento cristão conhecido como Escolasticismo (do século IX ao XIII). O primeiro dos grandes escolásticos, ou filósofos desse período foi *João Escoto Erígena*. Doutrinava que o homem é a revelação do princípio divino que criou todo o universo e é esse universo. Mas é, também, um espírito vivo, responsável pela sua queda e pelo afastamento de Deus. É criação de Deus, mas dEle se afasta com o pecado.

A tentativa de exaltar Deus como criador do universo e, ainda assim, dar ao homem certa dignidade, atingiu o ponto culminante nos grandes debates sobre as relações entre os *universais* e indivíduos. Se os primeiros são supremos, então o homem, individualmente considerado, pouca valia tem no universo. É, apenas, um mero incidente sem importância. A Humanidade é importante, mas um homem específico não o é. Deus é o mais importante, tudo o mais é secundário. Passaram então os filósofos a perguntar: Que papel exerce nas coisas o indivíduo? É mero títere preso a um cordel, movendo-se segundo a vontade de um criador divino? Ou seus atos, desejos e lutas significam algo na ordem das coisas?

Guilherme de Champeaux ensinava que o *universal* se acha presente em todo indivíduo, de modo que cada um difere de outro apenas em propriedades acidentais.

Pedro Abelardo sustentava que os *universais* não podem ser entidades separadas das coisas; de certo modo, nelas se encontram. Deus está em Suas criaturas.

Esse raciocínio levou alguns filósofos daquele período a um nítido panteísmo. Eles argumentavam que os *universais* são reais, sendo Deus o mais elevado. Assim, é Ele a coisa mais real, sendo as demais a expressão de Sua essência divina. O homem é, pois, Deus e eventualmente retornará à totalidade, ao todo, de onde veio.

O movimento escolástico, com seus problemas e dificuldades, atingiu o clímax com *S. Tomás de Aquino*. Este pensador tomou a si a tarefa de demonstrar que o universo, como revelação de Deus é racional. Doutrinou que os *universais* existem em determinados objetos como essência das coisas, sendo, porém, a matéria o elemento no qual se acham implantados. O homem, por conseguinte, é *humanidade* universal e matéria.

Segundo S. Tomás de Aquino, Deus criou o universo do nada, o homem inclusive. Este é matéria e espírito, uma criatura na qual se encontram dois princípios: espírito e corpo. É arrastado à sua queda pela matéria – o corpo – e deve procurar redimir-se do pecado que herdou.

Durante todo aquele período do pensamento humano chamado Idade Média, considerava-se o homem criação da divindade e, de certo modo, um ser no qual existe uma centelha divina. Mas o homem é também da terra. É matéria e, através dessa parte material, herda o pecado do primeiro homem, Adão. O homem é, pois, degradado e deve procurar a salvação junto ao Criador. O universo é matéria e espírito. O homem participa de ambos. Considera-se, portanto, que parte do universo impele o homem para cima, para a divindade, e outra, para baixo.

Tal fato conduziu à doutrina do “desprezo pelo mundo”. Era, rigorosamente, a crença de que tudo no mundo é maldade, da qual o homem deve fugir. Julgava-se a vida uma peregrinação, um período de provas, de sofrimentos e tribulações. O homem, por boas ações, orações e jejuns, ou pela graça de Deus, pode escapar às conseqüências de sua parte material e alcançar, finalmente, o reino do puro espírito.

Assim, segundo muitos pensadores daquele período, há verdadeiramente dois mundos: o da matéria e o do espírito. O primeiro é a causa do pecado do homem e, na verdade, procura sua destruição para todo o sempre. É seu inimigo. O segundo procura salvá-lo e dar-lhe a bem-aventurança eterna; é a morada de tudo que é bom, a morada da divindade.

Em seus esforços para conservar o valor espiritual do universo, filósofos cristãos apoiaram-se fortemente na doutrina que desprezava completamente o universo físico e material. Alguns deles, porém, não se mostraram dispostos a tal extremo. Acharam que essa não era verdadeira solução. Afigurava-se-lhes que se devia descobrir um meio de conciliar as partes física e espiritual no homem e no universo.

A Igreja Cristã foi, durante a Idade Média, fator dominante na vida e no pensamento humanos. Sua doutrina sobre a relação do homem com o Criador e a força soberana do universo era suprema. Qualquer que fosse o pensamento dos filósofos, não se permitia que seriamente pusessem em dúvida a doutrina de que o Criador é o Ser Supremo, e o homem uma das Suas criações, subordinado a Suas leis e vontade.

Mas o infatigável raciocínio do homem não queria satisfazer-se com a situação. Muitos filósofos rebelaram-se contra aquele domínio completo por parte da Igreja. Conquanto não enunciassem diretamente que a dignidade do homem não se podia manter com tais restrições, seu pensamento gradativamente levou-os a ressaltar a força do ser humano. Toda a tendência do pensamento, conhecida como Nominalismo, acentuava a crença de que o homem, individualmente, é de grande importância, sendo as idéias gerais, universais e reais, idéias no espírito humano. *Guilherme de Occam*, por exemplo, doutrinava que os universais existem como idéias ou pensamentos no espírito, não tendo outra realidade.

Concepção dos Precursores da Renascença

A crescente insistência sobre a posição do homem, seu poder e dignidade, simbolizava uma tendência do pensamento humano. Era um gigante que se agitava, um gigante que havia adormecido e, durante o sono, fora amarrado e agrilhado até não se poder mover mais. Aos poucos ele foi rompendo os grilhões; levantou-se e proclamou sua força. O homem ousou afirmar sua capacidade de controlar o mundo, conhecer seus mais recônditos segredos e, pela força da inteligência, dominar seus processos, transformando-os segundo seus desejos. Era a Renascença do espírito humano. Ressaltava a criatura humana no universo e, por isso, recebeu o nome de *Humanismo*.

Na filosofia de *Ludovico Vives*, *Petrus Ramus*, *Paracelso* e *Bernardino Telésio* evidencia-se a crença no poder do homem em submeter o universo a seus desejos. Esses pensadores figuram entre os pioneiros da rebelião contra as forças que queriam esmagar o homem, subordinando-o ao universo. Conquanto suas idéias fossem rudes, baseadas em magia e superstições, nas quais não podemos acreditar hoje em dia, procuraram libertar o homem e colocar-lhe nas mãos instrumentos para o domínio do mundo. Procuraram fazer, para sua época, aquilo que os cientistas modernos têm feito para nós. Procuraram estudar e controlar a natureza com o conhecimento e a compreensão que possuíam, e, como tais, foram os precursores da ciência moderna.

À medida que se iam fazendo mais pesquisas sobre a natureza do universo, iam aumentando sua compreensão e domínio. *Copérnico*, *Galileu*, *Kepler* e *Newton* estudaram o universo e contaram aos companheiros como ele operava. À Igreja não escapou o que estava acontecendo; esforçou-se grandemente para eliminar as novas forças. Mas o espírito do homem havia vislumbrado uma pequenina cena do futuro e não aceitaria que lhe barrassem a entrada na terra prometida. O homem não mais se satisfaria com a reverência total às forças do universo. Caminharia ereto e exigiria o direito de desafiá-lo e dominar-lhe os segredos. Era realmente uma nova fase para o homem. Nascia uma nova concepção sobre o lugar que ele ocupa no universo.

O ponto de Vista de Bacon e Hobbes

Os primeiros ataques deste novo período, o período do pensamento filosófico moderno, foram desfechados pelos filósofos que ressaltavam a necessidade de se fazer um estudo metuculoso e exato do universo. *Francis Bacon* “concretizou conscientemente aquele novo espírito científico”. Para ele, o homem teria que desembaraçar-se de todas as velhas e falsas idéias do passado, estudando o universo sem preconceitos. O homem, observando e reunindo os frutos de suas observações, descobriria semelhanças e diferenças entre eventos e objetos do universo. Desse modo, estabeleceria leis ou consistência entre os eventos com os quais podia contar em todas as ações subseqüentes.

Bacon acentuou fortemente o valor de uma acurada compreensão do universo, mas não estava disposto a abandonar completamente as idéias religiosas do passado. Reconheceu, o que era, aliás, inevitável, que às vezes as idéias religiosas e as descobertas oriundas de observações minuciosas eram contraditórias. Acrescentou, porém, que o homem devia acreditar em

ambas. “Assim como somos obrigados a obedecer às leis divinas, embora nossa vontade murmure contra isso, também somos obrigados a crer na palavra de Deus, embora nossa razão também contra isso se choque.”

Bacon mostrava-se indeciso. Via a necessidade de estudar o universo e dominar-lhe os segredos. Não podia, porém, entregar-se a isso como fonte do conhecimento. Foi ele, porém, quem lançou as bases para o homem, aos poucos, ir passando para a Ciência e afastar-se da Religião.

Thomas Hobbes não se preocupou com essa cisão. Passou completamente para a posição científica e desenvolveu uma filosofia puramente materialista. Segundo ele, tudo no universo, o homem inclusive, é matéria em movimento. Sua tarefa, portanto, é compreender as leis do movimento e, com isso, compreender o universo. Adquirindo a compreensão das leis imutáveis e eternas da natureza, o homem pode adaptá-las à sua vontade.

Teoria de Descartes e Espinosa

René Descartes sustentava que tudo na natureza deve ser explicado pela Mecânica, sendo que tudo que é espiritual tem que conciliar-se com isso. Sua teoria começava com uma substância absoluta, Deus e duas substâncias relativas, espírito e matéria. No homem, encontramos o espírito e a matéria. Conquanto estejam unidos no homem, um não afeta o outro. O corpo opera segundo leis puramente mecânicas, ao passo que o intelecto é espiritual.

O homem, portanto, participa das duas substâncias relativas, das quais é feito tudo o mais no mundo. Segundo Descartes, o homem provém do mundo. Como parte da natureza, é extremamente mecânico, uma máquina que opera segundo leis naturais da mesma maneira que um relógio. O espírito é uma parte distinta do corpo, sendo assim eliminado da natureza. O homem compõe-se de ambos.

Para *Espinosa*, tudo no universo é substância ou Deus. Os dois atributos de Deus, extensão e pensamento, encontram-se no homem. Este é uma forma de Deus, a substância universal ou real. Cada indivíduo é um modo de extensão ou corpo e um modo de pensamento. De fato, tudo no universo é um modo da matéria e do espírito. Mas, conquanto em todos os objetos, salvo no homem, esses dois modos sejam mais ou menos simples, no homem são complexos, compostos de muitas partes. Além disso, no homem, o espírito percebe seus próprios atos, é consciente.

Não há, entretanto, relação entre o espírito do homem e seu corpo. Nenhum afeta o outro. Contudo, o espírito e o corpo são de tal modo construídos, que aquilo que acontece num é logo seguido de um acontecimento similar no outro. Parece-nos, pois, que somos afetados pelo que acontece no corpo.

Para *Espinosa*, portanto, todo o universo é Deus ou substância, na forma de espírito e corpo. O homem é uma unidade nesse todo. É espírito e corpo.

Lugar do Homem no Universo, Segundo Locke, Berkeley e Hume

John Locke mantém uma concepção algo diferente sobre o lugar que o homem ocupa no universo. Para ele, o homem é parte do mundo, mas uma parte sensível a tudo em redor. Sendo sensível, tem idéias acerca do mundo que lhe vêm através dos sentidos, através da experiência. Conquanto seja espírito e corpo, a parte mental acha-se afetada pelo corpo e este pela parte mental. Há, por conseguinte, interação entre as duas partes que formam o homem.

Na teoria de Locke, além dessas duas substâncias, espírito e corpo, existe outra, espiritual, Deus. Deus fez o universo do nada e, de acordo com a disposição que lhe deu, ele age como o vemos agir através de nossas experiências.

Segundo Locke, a razão do homem está estabelecida como a derradeira prova de tudo no universo. Locke concorda em que existem um mundo exterior e Deus, e ter sido o mundo criado por Deus. Ele tenta, porém, provar tudo isso de modo que possa ser razoável e satisfaça ao espírito humano. Para ele, a razão humana torna-se a prova final da revelação. Os adeptos de Locke procuraram levar mais longe o raciocínio, indo buscar as verdadeiras revelações de Deus nas leis da natureza. Em suas teorias, a religião cristã torna-se racional e perde o mistério.

Vai assim o homem tornando-se independente. Deve ser o juiz do universo. Sua razão é o tribunal de última instância. Precisa compreender o fato antes de aceitá-lo como verdadeiro.

Georges Berkeley vai mais longe com essa idéia, eliminando o mundo material e tornando o homem o centro de tudo. Para ele, não há universo fora do espírito, quer do espírito humano quer do espírito de Deus. A existência é aquilo que se percebe, não existindo coisa alguma quando não há espírito para percebê-la. Os corpos, o universo, não têm existência, fora do espírito. Por conseguinte, a teoria de uma substância, que nele causa as idéias, deve ser abandonada como completamente sem valor. As sensações chegam-nos não de objetos materiais, porém do espírito de Deus.

O resultado completo e lógico dessa teoria acha-se desenvolvido por *David Hume*. Ele torna o homem, somente o homem, o centro e o todo do universo. Como tudo que podemos saber – argumenta – são nossas próprias idéias, não pode haver substância material ou espiritual que as cause. O universo, todo o universo que podemos provar, são nossas idéias em sucessão. Elas se originam de causas desconhecidas, e não estamos certos em supor que sejam *causadas*. Podemos crer na causa de nossas idéias, ou na existência de Deus e de um mundo exterior, mas não podemos prová-lo por método algum racional do conhecimento.

Hume levou os homens a um ponto em que deve ter duvidado de si mesmo. Aquele entusiasmo pelo domínio do universo teria recebido água fria. O homem tentava compreender o universo e, com isso, dominá-lo. Os filósofos haviam gradativamente abandonado a idéia da revelação e estabelecido o espírito humano como a fonte de todos os conhecimentos. Pareciam fazer notável progresso quando Locke rapidamente os reuniu, insistindo para que deixassem de examinar o poder do espírito humano. Berkeley e Hume começaram onde Locke terminara, levando o exame mais longe, aonde acreditavam fosse a conclusão lógica da posição assumida.

Hume deixou o homem a sós, o universo encerrado em seu espírito, e incapaz de provar, pelo método há muito tratado com carinho, que havia um universo, uma causa oriunda de suas idéias ou mesmo que ele existia. Está o homem a sós, isolado? É necessário pensarmos em uma simples sucessão de idéias percorrendo o espaço como o golpe final? Foi esse o problema que Hume deixou aos pensadores que o seguiram.

Teoria de Leibnitz

Enquanto se processava, na Inglaterra, essa marcha rumo ao isolamento, manifestava-se, na Alemanha, um movimento algo diferente. Originou-se da obra de Espinosa e foi desenvolvido pelo pensador alemão *Gottfried Wilhelm Leibnitz*. Lembrar-se-á o leitor que Espinosa julgou tudo no universo, o homem inclusive, matéria e espírito, sendo ambos atributos de uma substância – Deus. Leibnitz partiu a substância em um número infinito de pedacinhos ou mônades. Seu mundo foi construído dessas unidades autônomas, desses blocos construtores do universo.

No conceito de Leibnitz, o homem é uma construção de mônades, mas difere do inorgânico devido a ter uma mônade ou alma central e controladora. Deus ordenou o universo de tal modo que cada mônade age em harmonia com as demais. Assim, embora Deus nele estivesse no começo, para pô-lo em movimento, não é de modo algum parte dele depois que entrou em movimento. Podia retirar-se e deixar as mônades unirem-se e separarem-se de conformidade com sua natureza. O universo de Leibnitz é, portanto, inteiramente mecânico. O homem e toda a natureza acham-se sujeitos a leis, ordem e uniformidade.

Temos aí um universo mecânico impulsionado para a criação e dissolução por leis inexoráveis de sua própria natureza. O homem, como parte desse processo, é impulsionado juntamente com o restante do universo. Conquanto seja, de certo modo, o objetivo da vontade criadora divina e se ache encerrado no universo desde o começo, participa do todo natural e está sujeito a suas leis preestabelecidas.

Embora esse ponto de vista difira, em muitos aspectos, do de Locke e seus sucessores, ambas as correntes do pensamento levavam-no rumo à interpretação do universo e do homem dentro dele. Descartes passou a essa direção. Para ele, o homem é uma máquina. Leibnitz reduziu a matéria à força. Foi, assim, tornando-se gradativamente popular por todo o mundo filosófico a teoria de um mundo mecanicista. Resultado: o ponto de vista dominante, em muitos setores, era o de que toda a natureza é governada por leis, sendo tudo no universo um produto dela. Isso, naturalmente, provocou grande interesse pelas Ciências e intensos estudos. As Ciências pareciam oferecer grandes esperanças ao homem.

O Ponto de Vista de Rousseau

Foi *Jean Jacques Rousseau* quem surpreendeu o mundo filosófico e abalou-lhe a fé nesse problema. Para ele, o homem não é apenas máquina, parte do mundo mecânico. Ao contrário, é dotado de sensação, sentimento. A Ciência e a cultura – doutrinou ele – acorrentaram o homem, e isso estava destruindo tudo que é realmente humano. Rousseau propunha-se a lançar fora aquela camada de civilização e libertar o homem para que se

desenvolvesse toda a sua capacidade. Acreditava que a Ciência isolara o homem da natureza, e sua salvação está em escapar aos grilhões da Ciência e voltar à Natureza.

Teoria de Kant Sobre a Importância do Homem

Aquele ousado desafio da tendência da época, aquele apelo para se voltar à natureza, em toda a sua riqueza e pujança, exerceu, talvez, influência sobre o maior de todos os filósofos modernos, *Emmanuel Kant*.

Kant empreendeu a tarefa de restaurar o homem em seu lugar dominante, no universo. Impunha-se, portanto, responder às questões suscitadas pelos filósofos que o tinham precedido. Foi sua tarefa “limitar o ceticismo de Hume, por um lado, e o velho dogmatismo, por outro lado, e refutar e destruir o materialismo, o fatalismo, o ateísmo, bem como o sentimentalismo e as superstições”. O empreendimento não era insignificante; para sua realização, foi necessária a vinda de um espírito da grandeza de Kant.

O homem – doutrinou ele – faz parte do mundo de objetos e coisas. Mas na verdade, embora possa ter certeza da existência deste mundo separado de si, não pode conhecê-lo. Tudo que pode conhecer é o mundo que seu espírito, dada a sua natureza, constrói das sensações recebidas pelo contato com o mundo exterior. Nisso, ele concorda com a parte essencial das teorias de Locke, Berkeley e Hume. O conhecimento acha-se limitado às idéias.

Mas isso não é tudo. O homem pode raciocinar e, nessa base, formar idéias sobre o mundo exterior, Deus, liberdade e imortalidade. Pode, pois, em virtude da razão, agir como se houvesse um mundo exterior, como se este e ele mesmo fossem obra de um Criador, como se fosse livre e possuísse uma alma imperecível.

Desse modo, embora Kant reconheça que, do ponto de vista do conhecimento, o homem se vê tolhido dentro de suas próprias idéias, isso constitui apenas parte do quadro. A outra é que há fatores, dentro do homem, que justificam admitir ele a existência de tudo por que Rousseau se batia, e mais ainda. Nisso, ficaria restaurada a dignidade do homem no universo. Kant acreditava ter solucionado os problemas deixados pelos seus predecessores e tê-los resolvido bem. Acreditava que o homem pode levantar-se novamente e enfrentar o universo, cômico de poder compreendê-lo e controlá-lo dentro de seu destino. Tinha certeza de que devolvera ao homem a dignidade que o ceticismo de Hume havia virtualmente destruído.

Kant deu ao mundo filosófico a chave para tudo que parecia valioso aos homens. Sugeriu, com argumentos fortes e atraentes, que existe uma espécie de verdade mais elevada que a oferecida pela inteligência humana: a lei moral, dentro de nós, que garante o mundo dos valores. Essa chave fascinou os adeptos imediatos de Kant. Eles trataram, por conseguinte, de desenvolver a teoria ao máximo e, com isso, dar ao homem a certeza de sua força e dignidade no universo.

Fichte, Schelling, Schleiermacher e Hegel

Johann Gottlieb Fichte adotou a liberdade como base para a sua filosofia. Para ele, o homem é fundamentalmente livre, não o simples elo de uma cadeia predeterminada de eventos materiais. A atividade autodeterminadora constitui a suprema característica do homem. Fichte procurou provar essa tese por meio de um método similar ao de Kant. Argumentou que, embora a razão possa provar a primazia da liberdade, devemos aceitar tal princípio como final, porque somente agindo assim podemos satisfazer às necessidades de nossa natureza moral, dar à vida valor e significado.

Além disso, o princípio fundamental do universo para Fichte é a atividade universal, livre e autodeterminadora. É o que ele chamou o *ego absoluto*, uma realidade acima de todos os seres humanos, uma razão ativa, universal, que se encontra em todo indivíduo. O homem é, pois, uma parte do *ego* universal. Partilha da natureza do universo. Acha-se dominado por esse processo da vida universal.

Esse *ego*, essa atividade universal, manifesta-se no homem e na natureza. A árvore, a mesa, o animal e o homem são, todos, manifestações desse princípio fundamental. O homem é a manifestação mais elevada do *ego* criador, que é o universo.

Ao fazer desse princípio criador e livre, desse espírito ou intelecto, o fator fundamental do mundo e, com isso, libertando o homem do mecanismo mortal, ao qual filósofos anteriores pretendiam condená-lo, tanto Kant como Fichte responderam a um desejo profundamente enraizado da Humanidade, qual o de encontrar, na natureza do universo, justificação para os seus maiores anseios e esperanças.

Friedrich Wilhelm Joseph Schelling sentiu-se fascinado pelas possibilidades dessa teoria. Poeta, de temperamento artístico, levou mais longe a concepção de Fichte, doutrinando que o mundo é uma obra de arte criada pelo grande artista do universo. O universo, o homem inclusive, é, segundo Schelling, um sistema vivo em evolução, um organismo em que cada parte tem o seu lugar, da mesma maneira que cada cor de uma obra de arte se adapta ao todo para resultar uma obra-prima.

Esse ponto de vista ajustava-se, naturalmente, ao pensamento e ao temperamento dos poetas, artistas e gênios criadores daquele período. Lessing, Herder e Goethe, só para mencionar alguns, acharam que nisso estava a expressão filosófica do que era mais profundo na natureza deles. Era o universo do artista e nele havia um lugar onde o artista se sentiria à vontade e satisfeito.

Friedrich Ernst Daniel Schleiermacher identificou Deus com o princípio criador universal, a fonte de toda a vida. Deus está no mundo, mas sobrepõe-se a ele. Os homens, *egos individuais*, são princípios autodeterminadores, cada um com seu próprio talento e lugar específico no esquema das coisas. Cada indivíduo é necessário ao todo. Se o universo tem que atingir o máximo de sua realização e criar até ao limite de sua capacidade, cada unidade, cada *ego*, tem também que criar até ao seu limite. O homem é necessário a essa completa auto-realização do mundo.

Todo o movimento idealístico na Filosofia, do qual Fichte e Schelling são representantes, interpretou o mundo sob o ponto de vista do homem.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel empregou o mesmo método. O estudo do homem revela certos fatos e fatores. Da mesma maneira que isso se dá com o homem, dá-se com o universo. Assim raciocinavam os idealistas.

Hegel encontrou no homem a atuação de certos processos lógicos. Reconheceu que o espírito humano passa, naturalmente, da enunciação de um fato para a de seu oposto. Por exemplo: a guerra é um mal, mas é evidente que da guerra vem e pode advir um bem. Ela deve, portanto, ser também um bem. Tendo reconhecido esses dois fatos contraditórios, o espírito humano procura então descobrir alguma base para conciliá-los. Hegel acreditava ser esse o processo pelo qual se realiza todo pensamento. Primeiro, propomos uma tese: a guerra é um mal. Depois, propomos a antítese: a guerra é um bem. A proposição final é a síntese: a despeito dos males oriundos da guerra, há certos valores que os homens realizam com ela.

O que se dá com o espírito humano, dá-se com o espírito universal, raciocinou Hegel. O universo é como o homem, sendo os processos, no primeiro, os mesmos que encontramos no espírito do segundo, se bem que numa escala maior, é claro. Para Hegel, a realidade é um processo lógico da evolução. Ela também tem sua tese, antítese e síntese eventual. O homem é o padrão, do qual o universo é a realização completa. O homem é o universo em miniatura; é o microcosmo do grande macrocosmo, isto é, um pequeno universo que é miniatura de todo o universo.

Assim, segundo Hegel, não importa por onde começemos os estudos; o resultado será o mesmo. Se começarmos com o homem e passarmos para a natureza, descobriremos iguais processos em operação. Se estudarmos primeiro o universo e passarmos para o homem, iremos encontrar a mesma similaridade.

Reconhecemos, nesse ponto abordado pelos idealistas, o dedo dos sofistas, de Sócrates e de Platão, pelo menos. Esses filósofos gregos, conforme vimos, interessaram-se primariamente pelo homem. Não se interessaram pelo universo, salvo naquilo em que afetava o homem e suas relações com os demais. Começaram com o estudo do homem. Chegaram inevitavelmente, porém, a uma teoria sobre o universo. Mas, em cada caso, interpretavam-no em termos do homem. Tomemos Platão, por exemplo. Achava que o que mais sobressai no homem é a idéia. Via-o procurando moldar o mundo para adaptá-lo às suas idéias, da mesma maneira que o artista molda a argila para concretizar uma idéia. Raciocinou, então, que a coisa suprema no universo é a idéia, pura e intocável pela matéria. Assim como o homem emprega idéias para moldar a matéria, assim o princípio criador divino do universo as empregou para moldá-lo.

E assim, desde séculos, vem-se procurando compreender o universo através do homem e sua natureza. O que se dá com o homem, dá-se com o universo, raciocinava-se.

Teorias dos Filósofos Alemães Posteriores

Houve na Filosofia, entretanto, outra tradição igualmente poderosa. Seus líderes, conforme vimos, estudaram primeiro o universo, o universo material. Tendo discutido suas leis e natureza, colocaram o homem numa cadeia de causas e efeitos inevitáveis. Se o universo é uma máquina governada por leis imutáveis, o homem é então uma máquina.

Johann Friedrich Herbart representa a última faceta do problema, conforme foi indicado em nosso primeiro capítulo. A natureza e o homem, doutrinava ele, constituem-se de vindas e idas, de misturas e separações de unidades que denominou *reais*. O universo dos *reais* é absoluto. Nele não existem transformação, desenvolvimento e decomposição. A única transformação está em nosso hábito de ligar os *reais* de modo a formarem objetos ou padrões.

O leitor, indubitavelmente, já viu desenhos que, observados atentamente durante certo tempo, parecem transformar-se. O caso é que o desenho não sofre modificação; apenas nossos olhos ligam partes dele de diferentes modos, dando assim a impressão de que se modifica. Assim devemos julgar o universo e nossas experiências nele, pensou Herbart. O universo não se transforma; ligamos, porém, os vários *reais* de tal modo que ele nos dá a impressão de que se transforma.

Analogicamente, o homem é o resultado da organização de *reais*. Sua vida mental é a fusão, a organização de idéias que resultam da interação de *reais*. Herbart acreditava que tudo isso pode ser enunciado em termos puramente mecânicos. Segundo ele, a Psicologia nada mais é que a mecânica do espírito. Como Herbart via o universo operar em termos de leis seguras, raciocinava que se pode explicar o homem, nos mesmos termos, em todos os seus atos. Tudo no espírito segue leis fixas. O homem é parte do universo material, é governado pelas mesmas leis e pode ser compreendido e controlado se conhecermos essas leis.

A teoria de *Artur Schopenhauer* enquadrava-se dentro da tradição idealística. Ele interpretou o mundo, o universo, em termos da criatura humana. Encontrou no homem a vontade suprema. O homem quer, deseja fazer e ter alguma coisa. Isso leva-o a agir e disso pode resultar uma mudança do ambiente. O que se dá com ele, dá-se com o universo. A vontade é o princípio fundamental do universo criador. Toda a natureza é a manifestação da vontade. Na pedra, ela é cega; no homem, consciente.

O homem é, portanto, o padrão do universo, um padrão em miniatura. É o universo grandemente reduzido.

Hermann Lotze acompanhou a mesma tradição. O universo, em sua teoria, deve ser compreendido em termos do espírito humano, uma vez que este é a única realidade cognoscível. A vida mental acha-se presente em toda a natureza, mesmo nas rochas e na terra. O espírito humano representa a fase mais elevada, aquela em que o espírito se torna cômico de si mesmo. O homem é a mais verdadeira representação do universo, a mais alta criação do espírito criador, que é o universo.

O homem, como modelo do universo, é analisado por *Friedrich Nietzsche*. Nele, Nietzsche encontrou a vontade de exercer domínio e crê que esse é o elemento preponderante. Raciocinou, portanto, que essa vontade de

dominar é o fator fundamental no universo. Contudo, essa vontade universal de dominar assume, segundo a teoria de Nietzsche, uma aparência sinistra. O universo não se preocupa absolutamente com o homem, seus sonhos e esperanças.

É a vontade do homem que o conduz, independentemente das conseqüências que possam advir a outros, o mesmo se dando com a vontade do universo, independentemente das conseqüências que nos possam advir. Ela esmaga o homem na tempestade e o destrói na torrente. Não se preocupa com sua existência e ignora seus planos e lutas. O universo não é complacente com o homem. A vida é horrível. Não há uma solução. Lutamos pela realização de nossas vontades para, no fim, sermos esmagados, devorados pela morte.

Nietzsche fez voltar contra os idealistas o otimismo deles. Eles acreditavam que o universo devia ser interpretado em termos do homem se os valores deste tivessem que ser preservados. Como o espírito é para eles a essência do homem, raciocinaram então que a essência do universo é o espírito, sendo este complacente com os valores do homem. Nietzsche empregou esse mesmo método, mas é de opinião que a essência do homem é a vontade de dominar. Ao traduzir isso em termos universais, quando fez da vontade de dominar a essência do universo, chegou à conclusão pessimista de que o universo não se preocupa com o homem e seus valores.

Lugar do Homem no Universo, Segundo Comte

A tentativa mais radical, para interpretar o universo em termos do homem, encontra-se no movimento filosófico conhecido como Positivismo. O chefe desse movimento foi *Augusto Comte*. Adotou o ponto de vista de que a única fonte do conhecimento é a observação e a experiência. Partindo daí, apenas conseguimos relações uniformes entre os fenômenos. No tocante às essências interiores, nada podemos saber.

Conseqüentemente, não podemos conhecer a essência interior do universo ou do homem. Este, ao contemplar aquele, acha-o operando de certo modo. Isso é tudo o que o homem sabe e tudo que precisa saber. O universo e o lugar do homem nele são, pois, interpretados em termos daquilo que o homem pode ver e experimentar.

O homem vê indivíduos, apanhando corrente de ar, resfriando-se e sofrendo. Até aí, as correntes de ar são suas inimigas. Mas percebe também que, regulando-as, pode manter aceso o fogo e, com ele, pode aquecer a casa ou cozinhar os alimentos. Já aí elas são agradáveis ao homem. Tudo que este precisa conhecer, tudo que pode realmente conhecer são essas relações. Se existe uma unidade básica atrás desses fenômenos, é coisa que não pode saber; nem precisa saber, uma vez que isso não modificaria sua vida. Permaneceria ainda afastado de certas correntes de ar e empregaria outras para regular o fogo.

Segundo Comte, o homem está no universo, acha-se afetado de vários modos pelas suas partes e pode afetar o universo de muitas maneiras. Como encontra regularidade nas relações entre as partes do universo, e entre ele e essas partes, pode prever conseqüências de seus atos ou acontecimentos

entre as partes, e governar seus atos até certo grau, pelo menos, à luz dessas relações.

Teorias de Mill e Spencer

John Stuart Mill contribuiu para esse ponto de vista, mostrando como o homem pode descobrir regularidades dentro do universo. Seu método lógico, de indução, foi o guia para essa asserção. Vemos muitos eventos nos quais existem certas similaridades. Estudamo-los e descobrimos consistências. A experiência prova que podemos depender dessas consistências. Concluímos, portanto, que certa situação será seguida de certo fenômeno. Podemos agir de acordo com isso – acreditava Mill – com alto grau de certeza de que não erraremos.

Tendo percebido ordem, uniformidade e seqüência inevitáveis no mundo que experimentamos, Mill raciocinou que os mesmos fatores são encontrados no homem, uma vez que este é parte do universo. Percebemos, porém, que, no homem, os fatores que devem ser levados em consideração são tão numerosos que se nos torna impossível predizer algo com elevado grau de certeza. O homem é um ser muito complexo. Todos os seus atos resultam de considerável número de fatores. Conquanto, pois, os mesmos princípios fundamentais se apliquem ao universo e ao homem, é mais fácil reconhecê-los no universo, uma vez que, neste, os fatores são mais simples.

Por exemplo: é possível a um astrônomo, com base em observações e experiência, predizer com absoluta exatidão o aparecimento de um cometa, daqui a muitas centenas de anos. Mas predizer se uma criança recém-nascida será médico, advogado, mendigo ou ladrão, é praticamente impossível. No primeiro caso, os fatores envolvidos são relativamente simples, ao passo que, no segundo, são complexíssimos. Ora, - e isso é o que tem importância para nós – Mill acreditava que, se fosse possível a alguém conhecer todos os fatores e seu peso, o homem encontraria igual certeza, uniformidade e inevitabilidade em ambos os casos. De fato, ao tratar de seus problemas sociais e políticos, procurou demonstrar que certa uniformidade existe realmente e pode ser experimentada.

Embora *Herbert Spencer* fosse de opinião que o homem só pode ter conhecimento das coisas através de experiências, estava certo de que essas experiências deviam ter uma causa, devia haver um universo fora de nossas experiências que nos fizesse senti-las como, aliás, as sentimos. Embora chamasse isso o *incognoscível*, interpretava-o em termos do que encontrara no homem.

Visto o homem ter a sensação subjetiva de exercer atividade, força muscular, o *incognoscível* é da mesma natureza, raciocinou ele. É atividade, força. O princípio fundamental do universo, portanto, é também o princípio fundamental do homem. Este provém do universo.

Assim como essa força é criadora e ativa, segundo leis definidas de desenvolvimento, assim julgamos o homem o resultado desse desenvolvimento criador. O homem resulta de processos evolucionistas que se encontram no universo. Além disso, ao desenvolver-se, ele segue esses processos. A lei da evolução é, por conseguinte, a lei universal. É a lei do

desenvolvimento do universo que explica o aparecimento do homem, está nele e o faz desenvolver-se.

Raciocinou Spencer: assim como todas as coisas, no universo, resultam da adaptação da unidade ao ambiente, assim tudo que está no homem resulta de uma adaptação similar. A consciência, por exemplo, resultou da necessidade de se adaptar ao ambiente. O homem é o que é porque seu universo e seu ambiente lhe fazem certas exigências definidas e consistentes. Por conseguinte, a lei fundamental ao universo é também fundamental ao homem. Este é parte, uma fase dos processos em movimento, que são a evolução.

Teorias de James, Dewey e Russel

A teoria positivista, conforme foi desenvolvida por Comte, evidencia-se nas idéias de *William James*. Ele também colocou o homem no centro do universo. Para ele, tudo que se experimenta é real. A realidade é pura experiência. Na base, pois, de nossa experiência, construímos a teoria do universo. Mas essa teoria acha-se determinada pelo que experimentamos. É egocêntrica, isto é, concentra-se no *ego* do homem.

Na teoria de James, tudo que satisfaz ao homem é verdadeiro; e tudo que não lhe satisfaz é falso. O homem encontra certas consistências em sua experiência, as quais, segundo seu raciocínio, se aplicam ao universo. Agimos de conformidade com elas, seguindo-se-lhes os resultados que antecipamos. São verdadeiras. O universo é, portanto, o universo da experiência humana. Interpretamo-lo em termos de nossa experiência, da qual resultam todas as idéias que dele temos.

John Dewey também se referiu ao homem como a medida do universo. Este é o que o homem representa. É tolice procurar ir além disso para descobrir a origem absoluta e finalidades. O homem não pode ir além de suas experiências.

A realidade, no pensamento de Dewey, cresce, muda e desenvolve-se segundo leis, que são as da experiência humana. O homem faz parte desse processo; está no universo, é uma criação do processo evolucionista que encontramos por toda parte. Nele, o universo vem conscientemente.

No homem encontramos incertezas, dúvidas e certo grau de certeza, o mesmo se dando no universo. A experiência do homem é a medida do universo, a única medida possível que podemos ter, pois nenhum homem pode ir para fora de sua experiência.

Bertrand Russel exprime esse mesmo princípio geral em seu pequeno livro *A Free Man's Worship*. Não chega, porém, pelo mesmo método, às conclusões de Nietzsche, conquanto sejam as suas similares nas conseqüências. Russel encara o universo como uma grande máquina matemática, governada por leis científicas inexoráveis e imutáveis. O homem é parte desse sistema, uma parte pequeníssima e insignificante.

Segundo Russel, o homem é apanhado no movimento perene dessa grande máquina universal. Suas leis são inevitáveis e seus moimentos independentemente do que está sendo nele atirado. O homem eleva-se por um momento, julga ser alguma coisa, mas é curto seu tempo de exaltação.

Após uma breve vida, cai fora do esquema das coisas, e o universo continua em sua marcha, indiferente e sem notar-lhe a queda. Na eternidade da máquina universal, o indivíduo e seus valores nada significam.

A Humanidade, diz Russel, semelha um grupo de marinheiros naufragos numa balsa, num imenso mar, à noite. Tudo em redor é escuridão. Um a um vão caindo da balsa e desaparecendo nas águas. Ao cair o último homem, o mar prossegue em seu movimento, cobrindo o espaço deixado pelos corpos. A natureza não se preocupa com os homens.

Assim, através da história do pensamento, o homem tem procurado compreender o universo e sua relação consigo. Surgiram filósofos que lhe disseram que o universo se assemelha a ele e a seus amigos e que, no universo, existem forças que se preocupam com seu bem-estar. Realmente, o Deus filosófico é quase sempre um ser cuja preocupação reside no homem. Mas há outros filósofos que consideram o universo, e o homem inclusive, um vasto sistema de leis e consistências, no qual os valores humanos ocupam pouco lugar ou mesmo nenhum. O homem vive seus poucos dias e depois é esquecido.

Nos pontos extremos, temos a posição da Religião e a da Ciência. A filosofia religiosa tentou, mais ou menos consistentemente, construir um universo amigo do homem e de seus valores. Reconhece fatores que parecem desmentir a teoria: morte, pecado, sofrimento e esperanças não realizadas. Esforça-se, porém, em adaptá-los a um todo para que percam sua parte dolorosa. Oferece sempre Deus e o Céu como solução final para o problema.

A filosofia científica, por outro lado, considera o universo como o descobrem no laboratório ou em pesquisas estritamente científicas. Encontra apenas leis e consistências, uma grande máquina em perene movimento, máquina da qual se pode depender para se agir de certo modo, mas que não se preocupa com os valores humanos.

E há, também, os filósofos que procuram conciliar ambos os extremos. Os “pragmatistas” pertencem a esse grupo, existindo ainda muitos outros. Acontece, porém, muitas vezes, que o mediador simplesmente forma, com os dois, uma mistura inconsciente.

Eis a questão que ainda assedia a Filosofia: É o universo amigo ou inimigo do homem?

*

CAPÍTULO III
QUE É O BEM E QUE É O MAL?
OU “MORAL”

HERÁCLITO – DEMÓCRITO – SÓCRATES – PLATÃO –
ARISTÓTELES – S.TOMÁS DE AQUINO – ABELARDO – HOBBS –
ESPINOSA – LOCKE – LEIBNITZ – KANT – FICHTE – SCHOPENHAUER –
MILL – BENTHAM – SPENCER – DEWEY

Qual a medida do bem e do mal no mundo? Como podemos saber se um ato é bom ou mau? Existe, na própria natureza do universo, um código de leis que determine o bem e o mal? Ou é a bondade e a maldade uma questão de relação entre um ato e outros atos?

Abra o livro da História da Humanidade, em qualquer parte, e verá esta pergunta repetida inúmeras vezes: Que é o bem e que é o mal? Isso tem sido, indubitavelmente, um dos mais persistentes problemas dos filósofos através de todos os tempos. Abundantes têm sido as respostas dadas, respostas que, muitas vezes, pareceram representar, para determinados filósofos, a solução definitiva do problema; mas este sempre ressurgia alguns anos depois no pensamento de outros.

Existe uma medida absoluta, final e inquestionável do bem e do mal, que tivesse sido estabelecida desde os tempos primórdios, e permaneça até não existir mais o tempo? Inúmeras pessoas têm acreditado em tal medida, e houve pensadores que procuraram enunciá-la num código de mandamentos ou de princípios básicos de conduta. Os Dez Mandamentos, dos antigos hebreus, constituem um exemplo dessa tendência. É um código de conduta que muitos crêem recebido da própria autoridade divina, e dotado de força para todos os tempos e todos os lugares.

Noutro extremo situam-se os pensadores que julgam o bem e o mal relativos às condições de tempo e lugar; um ato julgado bom em determinado tempo ou lugar pode ser julgado mau em outro. Por exemplo, um maníaco persegue um homem com a intenção de matá-lo. O homem passa por mim, vira para a direita e desaparece. Surge depois o maníaco e pergunta qual o caminho tomado pela sua vítima. Digo que virou à esquerda e, com isso, salvo a vida de um inocente. Essa atitude constitui um bem, argumentam os pensadores procurando provar que a verdade nem sempre o é.

Há muitas teorias entre esses dois extremos. Filósofos, desejando provar a absoluta bondade de Deus, às vezes encontram dificuldade em explicar a existência da morte, dos sofrimentos e da má vontade, no universo. Como pôde Deus, todo bondade, criar um mundo no qual existem esses males aparentes? Perguntam. E apresentaram muitos argumentos engenhosos para conciliar o Deus bom e o mundo mau.

E assim, através da história do pensamento humano, descobrimos o problema do bem e do mal (ao qual nos referimos como *moral* ou *problema moral*) a desafiar persistentemente os filósofos.

O Bem e o Mal Segundo os Primeiros Filósofos Gregos

Heráclito, o filósofo grego das transformações, acreditava que o bem e o mal são duas notas numa harmonia. Encontrou muitas coisas que se transformavam em coisas opostas. O gelo, que é duro, transforma-se em água, que é mole. Isso o levou a acreditar que a combinação de opostos resultou num todo, no qual existe harmonia. Assim como na música a harmonia resulta de combinação de notas graves e agudas, no universo ela resulta da combinação de opostos, do bem e do mal.

Nós – doutrinava ele – vemos apenas os opostos, o bem e o mal, mas Deus vê a harmonia, de modo que, para Ele, todas as coisas são justas por fazerem parte da grande harmonia universal. Assim, a vida boa para o homem é a que é vivida em harmonia com a razão universal, lei que se difunde em todas as coisas. O homem procura compreender essa harmonia e adaptar-se a ela, a fim de que suas ações estejam de acordo com o princípio que governa todo o universo.

Os primeiros filósofos gregos, primariamente interessados, conforme vimos, no problema da natureza do universo, doutrinavam que há leis completamente difusas controlando todo o universo. Para eles, portanto, a bondade deve ser encontrada em harmonia com aquelas leis. Mais ainda, estavam tão empolgados por essa idéia, que o próprio mal não os interessava muito. Consideravam-no apenas uma fase, uma nota na harmonia universal, sendo, portanto, não verdadeiramente um mal, porém, outra espécie de bem, uma parte necessária de todo o bem.

Ao passarem os filósofos de seu interesse sobre o universo para um novo interesse sobre o homem, começaram a apresentar muito gravemente outra questão: Que espécie de vida é boa para o homem viver? Como pode alguém regular sua vida de modo tal, que seja considerada boa entre os seus companheiros?

Demócrito, a principal figura dos atomistas gregos, ensinava que a felicidade constitui o alvo da vida. O homem deve sempre procurar a felicidade. Demócrito considerava a felicidade uma condição interior, ou estado de tranqüilidade, que depende da harmonia da alma. Ensinava que, para ser feliz, não se deve depender das coisas do mundo, pois estas vêm e vão, e sua falta ocasiona infelicidade. Mais exatamente, a felicidade é um estado do homem superior, um equilíbrio da vida, uma atitude que associa a reflexão à razão.

Segundo ele, a bondade não é apenas uma questão de ação; depende do desejo interior do homem. O homem bom não é o que pratica o bem, mas o que deseja praticá-lo sempre. “Pode-se distinguir o homem falso do que se afigura verdadeiro, não só pelos seus atos como também pelos desejos” – disse ele. A bondade traz a felicidade, o alvo da vida.

Ao surgir o pensamento dos *sofistas*, as teorias sobre o problema do bem e do mal entraram num período de confusão. Se, conforme Protágoras afirmava, “o homem é a medida de todas as coisas”, então é também a

medida do bem e do mal. Por homem, os sofistas referiam-se ao indivíduo, a você, a mim, ao seu vizinho. Cada um tem o direito de determinar, por si, o que é o bem e o que é o mal. O fim dessa prática é, naturalmente, o caos. Aquilo que considero um bem, você poderá considerar um mal. Os sofistas deixaram a questão nesse pé.

A conclusão é que cada homem tem seu próprio código moral. Protágoras desafiou outros, pedindo-lhes que provassem estar ele errado ou justificassem por que o condenavam. Muitos sofistas em evidência, tais como *Eutídemus*, *Trasímaco* e *Cálicles*, doutrinavam que a moralidade é simples convenção, hábito. Segundo eles, não há verdadeiramente leis morais nem princípios completos sobre o bem e o mal. Procuravam justificar o princípio de que cada homem deve viver como lhe apetece, conseguir o que quer, por quaisquer meios possíveis, e elaborar seu próprio código.

O resultado dessa teoria foi a anarquia moral, o individualismo puro e, finalmente, o egoísmo. Mas um exame detalhado sobre ela revela uma tendência rica de possibilidades. Os sofistas estavam apelando para a independência do espírito humano. Rebelavam-se contra a autoridade arbitrária em questão de moral, alegando que o espírito humano deve pensar por si e, com isso, descobrir um código do bem e do mal. Foram os paladinos do indivíduo e sua independência. É verdade que foram extremados e perderam-se na complexidade do problema por concentraram a atenção em detalhes. Possuíam, entretanto, algo muito precioso ao homem moderno, a liberdade de pensar e de chegar a conclusões acerca do bem e do mal. Desafiaram a que se justificasse a teoria moral ante as barreiras da razão humana.

Teorias de Sócrates, Platão e Aristóteles Sobre a Moral

Sócrates sentiu-se encorajado pelos sofistas mas não se mostrou inclinado a acompanhá-los em todas as teorias. Achava-se também bastante interessado pelos problemas relativos à vida moral. Grande parte de seus ensinamentos, portanto, versou sobre a significação do bem e do mal.

Tinha convicção firme de que deve haver um princípio básico do bem e do mal, uma medida que se sobreponha às crenças de qualquer indivíduo. Indagava várias vezes: Que é *esse* bem? Qual o mais elevado bem, pelo qual se pode medir tudo o mais no mundo? Respondia que é o conhecimento.

Se o indivíduo sabe o que está direito, agirá de acordo, argumentava. “Nenhum homem” – disse – “é voluntariamente mau.” Quando o indivíduo sabe que uma coisa é boa, preferirá fazê-la. Por conseguinte, o mais importante está em esforçar-se por descobrir o que constitui o bem. Sócrates passou a vida procurando auxiliar os homens a descobrir o que representa o bem. Assim, para ele, a vida que esteja inquirindo, e procurando descobrir o que é bom, é a melhor; é a única digna de ser vivida.

Platão tomou o problema do bem e do mal onde Sócrates o deixou. A seu ver, a bondade está ligada à sua teoria sobre a natureza do universo. O mundo dos sentidos, doutrinava ele, é irreal, transitório e mutável. Eis o mal. O verdadeiro mundo das idéias puras e imutáveis é o do bem. O homem só o pode conhecer através da razão. Esta, portanto, é o mais alto bem do

homem. O objetivo da vida é libertar a alma do corpo para que ela possa contemplar o verdadeiro mundo das idéias.

Mas o homem pode viver uma vida justa, mesmo sujeitando-se ao corpo e permanecendo no mundo das sombras mutáveis das coisas reais. É o que se pode fazer – acreditava Platão – enquanto a parte racional do homem governar todos os seus atos. Os apetites preocupam-se com as funções e os desejos do corpo. A vontade, ou a parte espiritual do homem, preocupa-se com as ações, a coragem e a bravura. E a razão, com o que há de mais elevado e melhor nele.

O homem vive uma vida justa quando a razão governa a vontade e os apetites e quando, como resultado, é sensato, bravo e moderado.

A vida da razão é, portanto, o mal alto bem para o mundo, uma vida que sobressai pela sabedoria, coragem e autodomínio. Platão ensinava que essa espécie de vida é a feliz. A felicidade e a bondade andam de mãos dadas. Não se deve, porém, procurar o prazer como alvo da vida. O prazer surge quando se atinge uma vida justa, na qual *o mais alto bem*, a razão, governa e domina *o inferior*, a vontade e os apetites.

Aristóteles assinalava que toda ação do homem tem um objetivo em vista, sendo este, e outros, os objetivos de uma cadeia infinita. O indivíduo age a fim de obter alguma coisa, mas essa *alguma coisa* se obtém para obter outra mais, e assim por diante. Que é o mais alto bem – perguntou ele – o bem para o qual se faz tudo o mais? Apresentou uma resposta à questão, acentuando que o alvo de tudo, no mundo, é a realização completa. Cada coisa difere de todas as outras. Tem certo talento, capacidade. Assim, é justa quando concretiza completamente o talento e a capacidade. A concretização completa, portanto, é, para *Aristóteles*, o mais alto bem, o objetivo de tudo o mais que se faz.

Ora, a característica que distingue o homem é a razão. Nenhum outro ser a possui. Somente o homem tem essa faculdade. Por conseguinte, seu mais elevado bem está na concretização completa da razão. É o que traz a felicidade, acreditava *Aristóteles*. O prazer acompanha a concretização completa da razão; é o seu resultado natural.

Mas Platão também pregava que a razão é apenas uma parte do homem. Este tem, também, sensações, desejos e apetites. Uma vida justa é, portanto, aquela em que todos esses fatores se concretizam em perfeita harmonia, na qual a razão domina e as sensações e desejos obedecem. O objetivo da vida humana é uma atitude racional para com as sensações e os desejos.

Que é essa atitude racional? *Aristóteles* doutrinava que ela consiste em um *meio-termo*. Por exemplo: deve-se julgar a coragem um meio-termo entre a covardia e a imprudência. Homem bom é, portanto, aquele que vive segundo esse *meio-termo*; que, em seus atos, não vai aos extremos e, sim, estabelece um equilíbrio entre um extremo e outro.

A vida justa, para *Aristóteles*, é, pois, aquela em que o homem concretiza completamente a parte suprema de sua natureza, a razão. Tal homem será nobre, justo, honesto, atencioso e dará provas de todas as outras virtudes. Agirá assim porque o desejo do íntimo do ser. Não é forçado a agir

desse modo por imposição de qualquer autoridade fora dele; sua própria natureza o impele para as boas ações. Escreveu Aristóteles: “A virtude é a disposição, ou hábito, que envolve uma alternativa ou objetivo deliberado, e consiste em um meio relativo a nós mesmos, determinado pela razão ou pela maneira que um homem prudente a determinaria.”

O Bem e o Mal Segundo os Epicuristas e Estóicos

O que era, para Platão e Aristóteles, parte de um sistema filosófico completo tornou-se, para os filósofos posteriores, o problema dominante. Platão e Aristóteles julgavam a vida justa o resultado lógico e natural de toda a sua teoria filosófica. Os *epicuristas*, entretanto, fizeram desse problema o ponto central. *Epicuro* doutrinava que o alvo de todas as atividades humanas é o prazer, sendo a felicidade o bem supremo para todos. Advertia, porém, que o homem deve acautelar-se quando escolhe os prazeres. Certos prazeres imediatos podem redundar em dores e sofrimentos. Vejo-me ante uma excelente refeição e será um prazer comê-la. Como-a, mas faço-o exageradamente. Sinto um imenso prazer, mas depois sofro indigestão, gota e outros males. Temos, portanto, necessidade de prever as conseqüências dos prazeres que desfrutamos. Isso significará, muitas vezes, que teremos de evitar certos prazeres imediatos visto suas conseqüências, eventualmente, serem prejudiciais.

Mais ainda: na teoria de Epicuro, os prazeres mentais são melhores que os físicos, sendo medida de prudência escolher os da vida intelectual.

A experiência mostra – assinalou ele – que obtemos o prazer satisfazendo desejos ou quando deles nos achamos livres. Devemos, portanto, procurar libertar-nos dos desejos satisfazendo-os completamente. Isso liberta a dor, a dor do desejo, e é, por conseguinte, um bem.

Ensinavam os *estóicos* que o mais alto bem do homem está em agir em harmonia com o mundo. Para eles, o homem é uma parte do mundo, para cujo desenvolvimento completo tem uma função definida a desempenhar. Como a força dominante no mundo é a razão, deve esta governar cada homem em suas ações individuais.

O homem deve, além disso, submeter-se ao domínio das leis do mundo, viver segundo a natureza. O homem é bom quando vive de modo a adaptar-se ao esquema da natureza, obedece a suas leis e é resoluto em tudo o que faz guiado pela razão, que é parte da razão universal.

Deve, portanto, conhecer as leis do mundo. Se as conhece, sabe qual o seu lugar no esquema das coisas, sabe o que dele espera a natureza, será bom. O resultado desse modo de viver é a felicidade. Não se deve procurá-la; tampouco é ela adquirida por si mesma. Vivamos como homens bons, vivamos uma vida virtuosa, e a felicidade advirá inevitavelmente.

Os primeiros pensadores gregos conceberam a bondade como a harmonia no mundo. O mal, na teoria deles, é apenas imaginário, o resultado de não se ver que o mal aparente faz parte de um todo que é bom, uma discordância que é harmonia quando ouvida em relação ao restante da música. Os gregos posteriores interessaram-se primariamente pelas relações do homem com seus semelhantes. Assim, concebiam a bondade como uma

questão de vida justa. Os estóicos procuraram conciliar essas duas teorias, mas penderam mais para os primeiros pensadores gregos.

Teorias dos Pensadores Gregos Religiosos

Com o advento de um movimento definitivamente religioso na Filosofia, estabeleceu-se nítida distinção entre os princípios do bem e do mal. Descobre-se isso facilmente nas tradições religiosas dos babilônios, assírios e outros povos, das quais a religião do mundo ocidental recebeu muitos elementos. Aquelas primeiras religiões traçaram nitidamente uma linha entre a luz e as trevas, entre a vida e a morte, entre o bem e o mal. De fato, em muitos casos conceberam deuses especiais governando cada reino. Embora alguns filósofos gregos relegassem o mal para a matéria, não eram tão explícitos acerca da distinção entre tais princípios, quanto os pensadores mais religiosos.

Fílon, por exemplo, referia-se a Deus como a pureza perfeita, sem contato algum com a matéria. Deus é a fonte de todo o bem, e a matéria, a de todo o mal. Da mesma maneira, a parte espiritual do homem, seu espírito ou alma, é o centro do bem, e seu corpo, a matéria, o centro do mal. Conseqüentemente, ao integrar-se a alma no corpo, ela perde a proteção divina e torna-se predisposta ao mal. O alvo, pois, do homem é libertar-se do corpo e de todos os pecados e retornar a Deus e à bondade perfeita. A teoria de *Plotino* é muito semelhante. A matéria é a fonte do mal, e Deus, a fonte do bem.

Teorias Morais dos Primeiros Filósofos Cristãos

É de se ver, portanto, um nítido dualismo através de todas as tradições religiosas do Ocidente, dualismo, em sua essência, extraído das religiões orientais dos primeiros tempos. O Cristianismo aceitou-o, tornando-o básico ao tratar dos problemas do pecado e da redenção.

Os *apologistas* doutrinavam que Deus criou o homem com o próprio espírito da bondade, mas o homem preferiu afastar-se de Deus e voltar-se para a carne, para o corpo. Com isso, o pecado desceu ao mundo. A interpretação cristã da história de Adão, o primeiro homem, é o quadro em termos simbólicos da vinda do pecado, que foi então legado a todos os homens como pecado original. Por ser o homem o que é, um descendente do primeiro homem, vive perseguido pelo mal e deve procurar a salvação através da graça divina de Deus.

Santo Agostinho achava que a presença do mal no mundo lhe proporcionou tormentos sem fim. Para ele, Deus é toda bondade, toda perfeição. Criou o mundo do nada. Se isso é verdade, como podia um Deus bom, todo-poderoso, criar um mundo em que há o mal? Como explicar o mal num mundo criado por um deus todo bondade?

Para resolver o problema, dizia Santo Agostinho que tudo no mundo é bom. Mesmo aquilo que parece um mal é, na verdade, um bem, porquanto se adapta inteiramente ao padrão do mundo. As sombras, as nuances, são necessárias para a beleza de uma pintura. Vista em si mesmas, separadas da pintura, parecem más. Contempladas nela, porém, tornam possível a beleza do todo.

O mal é, pois, no pensamento de Santo Agostinho, relativo, é verdadeiramente a ausência do bem, da mesma maneira que as trevas são a ausência da luz. O mal que encontramos no mundo, nele foi posto por Deus para torná-lo bom em sua totalidade.

Ainda Santo Agostinho: O alvo de toda a Humanidade é fugir do mundo e unir-se completamente a Deus. O homem deve desprezar os prazeres, insignificantes e obscuros, e dirigir sua atenção inteiramente a Deus, que é a bondade e a perfeição. Obtém-se a união a Deus através do amor a Ele, em oposição ao amor pelo mundo.

O Ponto de Vista dos Pensadores Cristãos Medievais

A teoria de Santo Agostinho foi também defendida, em grande parte, pelos filósofos do Escolasticismo. Credo num Deus todo-poderoso, que criara todas as coisas, tinham que explicar o mal aparente como uma parte do bem em sua totalidade e, portanto, o próprio bem.

Abelardo acrescentou um novo tom, ao doutrinar que a justiça e a injustiça de um ato não estão no ato em si, porém na intenção de quem o pratica. Se alguém furta de outro, o ato em si é neutro. Se o ladrão pretendia o objeto furtado para algum fim bom, o ato é bom. “Deus” – escreveu ele – “não considera o que se faz, porém o espírito com que se pratica a ação; o mérito ou louvor do agente não está na ação, porém, na intenção.”

Se alguém age em termos do que julga justo, se acredita que está praticando o bem e procura praticá-lo, pode errar mas não está cometendo um pecado. Bondade e moralidade tornam-se, pois, questão de consciência. O verdadeiro pecador é o que age com o desejo de fazer o mal. É pecador porque mostra em seu ato, deliberadamente, o desprezo por Deus.

O maior dos escolásticos foi *S. Tomás de Aquino*. Em sua teoria sobre o bem e o mal, encontramos a filosofia de Aristóteles associada aos princípios básicos do Cristianismo. Deus fez todas as coisas, o homem inclusive, para determinado fim, e o mais elevado bem de todas as coisas está na concretização desse objetivo. Ao concretizar o objetivo para o qual foi criado, o homem revela a bondade de Deus. Por conseguinte, o mais elevado bem é a concretização de si mesmo conforme Deus ordenou.

Mais ainda: a mais alta forma de ação é a contemplação de Deus. Pode-se fazê-lo através da razão ou da fé; seu ponto culminante, que Aquino denominou *intuição*, é a ida para Deus, que só se pode completar no porvir, no céu.

Tomás de Aquino também seguiu Agostinho, quando afirmou que a bondade ou a maldade de determinada ação dependem do objetivo de quem as pratica. Uma ação pode ter boas conseqüências, mas só é boa quando o agente quis que tivesse aquelas conseqüências boas e sabia que dariam aquele resultado. Aquino, porém, não acompanhou Agostinho na teoria de que um ato mau pode ser bom se o agente tenciona que assim seja. A intenção não torna o ato bom ou mau, mas é a única coisa que torna um ato bom verdadeiramente bom.

A doutrina cristã de *desprezo pelo mundo* ocupa lugar saliente nos ensinamentos de Aquino. A melhor maneira de atingir a bondade é

abandonar os bens mundanos e procurar viver para Deus. Assim, a vida num mosteiro, devotada inteiramente ao serviço de Deus, constitui o ideal.

O mal, segundo Aquino, é a privação, a falta daquilo que é bom. Todas as coisas criadas pelo bom Deus visam à bondade. Ao falharem elas, surge o mal.

Meister Eckhart, em seus ensinamentos místicos, acentua a união de Deus e do indivíduo. Como Deus é a união pura do mundo, do universo, qualquer indivíduo, isolado, é uma parte separada de Deus e, portanto, o mal. Consequentemente, a vida é justa quando se esforça por voltar à união divina e integrar-se em Deus. “Todo aquele que quiser ver Deus” – escreveu ele – “deve estar morto para si e sepultado em Deus, no deserto não revelado da Divindade, para tornar-se novamente o que era ante de *ser*.”

A vida justa, segundo Eckhart, não é, portanto, uma vida de ações, porém de *ser*. Não atingimos a bondade por nos esforçarmos em praticar o bem; alcançamos o que é bondade perfeita ao mergulharmos na união com Deus.

O Cristianismo e todo o movimento religioso ocidental acentuam o grande abismo existente entre Deus e tudo o que é menos que Deus. Deus criou a bondade, que deve ser encontrada na adaptação ao Seu plano ou objetivo. O mal acha-se de certo modo associado à matéria, ao corpo ou ao mundo. Mas Deus, sendo o único Criador do universo, não criaria o mal. Este, portanto, não é verdadeiramente um mal, porém parte do grande bem. Nem todos os filósofos cristãos se apegaram a essa explicação. Levaram em conta a degradação humana, as ações cujas intenções ou conseqüências são más, os atos deliberados, por parte de muitos, que causam o mal; associaram tudo isso ao corpo, à vontade pecaminosa do homem, de certo modo herdada de Adão, ou à perversidade da matéria.

O Cristianismo não pôde resolver o problema do mal e do pecado. As religiões orientais foram mais realistas: não fizeram de seus deuses os criadores de todo o universo; ao contrário, tinham pelo menos dois deuses, um, o da bondade, e outro, o do mal. Na religião cristã tradicional, encontramos esses dois seres em função. Ela refere-se a Deus como a fonte de todo o bem e ao demônio como o princípio do mal. Mas à pergunta. “Criou Deus o demônio?”, não existe resposta. O dualismo – bem e mal – funciona bem até à tentativa de ser explicada a criação do mundo; mas essa tentativa apresenta dificuldades ainda não solucionadas.

Hobbes, Espinosa, Locke e Leibnitz

A Filosofia moderna luta com o mesmo problema, mas introduziu muitos elementos novos em seus esforços, quer para resolver as dificuldades originais quer para colocar a questão num nível diferente.

Thomas Hobbes, conforme vimos, preocupou-se em interpretar o universo numa base materialista. A seu ver, o movimento é fator fundamental no universo. Considerava, pois, o bem e o mal questão de movimento. Quando este é bem sucedido, gera prazer; em caso contrário, resulta em dor.

Aquilo que agrada ao homem é bom e o que lhe causa dor ou desconforto é ruim. Assim, o bem e o mal são, conforme o modo de ver de Hobbes, relativos a determinado homem. O que agrada a um pode não agradar a outro. Por conseqüência, não pode haver um bem ou um mal absoluto. Ambos dependem da natureza do indivíduo na ocasião; ao sofrer ele uma alteração, as coisas boas podem tornar-se ruins, e as más, boas.

A relação que existe entre o ponto de vista geral de um filósofo e sua atitude, ante a questão do bem e do mal, acha-se exemplificada por *Descartes*. Segundo ele, Deus é perfeito e incapaz de fazer-nos errar. Mas caímos em erro e com isso sofremos. Explica-se o fato pela teoria de não ser completo o poder que Deus deu ao homem para distinguir o verdadeiro do falso. O homem é, pois, muitas vezes, culpado por fazer juízos, pois possui compreensão bastante para julgar com exatidão. Em tais casos, pode escolher aquilo que é errado, ruim, ao invés de escolher o que é bom. Na teoria de *Descartes*, o erro não está no ato de Deus, porém em nós, pois tomamos decisões e agimos antes de possuímos provas suficientes.

A teoria de *Espinosa* apresenta-se quase com o mesmo caráter. O erro é falta de conhecimentos. A ação, destituída de conhecimentos, produzirá resultados indesejáveis, advindo com isso a dor.

Estudando o indivíduo, *Espinosa* chegou à conclusão de que o esforço fundamental de cada um é feito no sentido de preservar-se. Esse esforço constitui um bem. Assim, qualquer coisa que tenda a entravá-lo constitui um mal, e tudo que auxilia o homem a alcançar o objetivo de seu esforço representa um bem.

Mas o esforço do homem deve ser racional. Não basta o simples esforço; deve ser feito diligentemente, deve o homem compreender o que está fazendo e conhecer as conseqüências. Sua mais alta felicidade está em compreender perfeitamente os seus esforços e o que está fazendo. Quando chegamos a compreender os nossos próprios esforços, percebemos que, uma vez que somos modos de Deus, os esforços, na verdade, são de Deus, pois nós somos Deus. O mais alto bem do homem é essa concretização completa. Nela, ele vê que, ao amar a si mesmo, está na realidade amando a Deus. A isso *Espinosa* denominou *amor espiritual de Deus*.

A filosofia básica de *John Locke* dá origem à sua teoria sobre o bem e o mal. Assim como todas as nossas idéias vêm de fora e acham-se escritas no espírito, da mesma maneira que numa folha branca de papel, assim se produz nossa concepção sobre o que é o bem e o que é o mal. A prova está em muitas pessoas passarem pelas mesmas experiências e chegarem às mesmas conclusões. Concordam em que certas coisas são boas e outras más. Mais ainda, nossos pais inculcaram-nos, desde os primeiros dias de nossa vida, noções sobre o bem e o mal. Chegamos, pois, a crer que elas são inatas. Segundo *Locke*, a consciência humana nada mais é que noções há muito enraizadas em nós, que parecem ter sido recebidas de algum poder divino.

Locke doutrinava ainda que as noções de prazer e dor são inatas no homem. A natureza assim fez, para que gozemos a felicidade e procuremos evitar a dor. Por conseguinte, as coisas que trazem felicidade são chamadas boas, e más, as que trazem dor.

Locke doutrinava ainda que as noções de prazer e dor são inatas no homem. A natureza assim fez, para que gozemos a felicidade e procuremos evitar a dor. Por conseguinte, as coisas que trazem felicidade são chamadas boas, e más, as que trazem dor.

Nem sempre, porém, é verdade que o mesmo ato traz felicidade a todos. Consequentemente, existem leis que devemos obedecer sob pena de sermos infelizes. Locke julgava que existem três grupos de leis. As divinas, estabelecidas por Deus a fim de determinar os deveres e o pecado; se as infringirmos, sofreremos bastante. Existem, depois, as leis civis, estabelecidas pelos grupos de homens, como unidades civis constituídas; elas determinam o crime e a inocência; a desobediência é punida pelo grupo que fez as leis. Há ainda leis de opinião ou reputação; são em maior número e impostas pelo mero fato de o homem prezar sua reputação e não desejar que seus semelhantes o condenem.

Mas aprendemos o que é o bem e o mal pela experiência, pela experiência da dor se agimos mal e do prazer se agimos com o espírito do bem. Locke achava-se, pois, dentro da tradição moral de Hobbes e outros que fizeram da moral, em grande parte, uma questão de auto-interesse esclarecido, isto é, que ser bom produz sempre os melhores resultados.

Filósofos que se seguiram a Locke procuraram expandir essa teoria, de modo a incluir outras e tornar a moralidade dependente da felicidade dos outros, bem como da do próprio indivíduo. *Richard Cumberland*, fundador da Escola Utilitarista, argumentava que o homem não é inteiramente egoísta; é basicamente complacente. Assim, o bem-estar do grupo, da sociedade, determina o bem e o mal. *Lord Shaftesbury* doutrinava que o homem está interessado tanto em seu próprio bem-estar como no da sociedade, de modo que as ações são boas quando ambos os interesses se acham devidamente equilibrados. *Francis Hutcheson*, dessa mesma opinião geral, cunhou a frase “o maior bem para o maior número”, tornando-a a base de uma boa ação.

Leibnitz encontrou as mesmas dificuldades de seus predecessores, quando chegou ao problema do bem e do mal. Num mundo de mônades, como é possível o mal? Sua resposta foi semelhante à dos primeiros filósofos. Este mundo, explicou, é “o melhor dos mundos possíveis”, mas não é perfeito. Deus criou um limite para Si quando se exprimiu em seres finitos. Desse limite resultaram sofrimentos e pecados. Continuou Leibnitz: O mal serve para tornar o bem verdadeiramente um bem. É como as sombras num quadro; elas servem para ressaltar as cores, dando-lhes acentuado relevo e maior beleza.

Sugeriu ainda que existem, na alma humana, certos princípios inatos que, seguidos logicamente, conduzem ao conceito sobre o bem e o mal. Um deles é que devemos procurar o prazer e evitar a dor. Raciocinando com esse princípio, podemos provar que certos atos são bons e outros maus.

Muitas vezes o homem não obedece a esses princípios inatos por causa de suas paixões e impulsos; isso, porém, não prova que eles não existam, afirmou Leibnitz. Tudo o que prova é que o homem os ignora.

O problema básico de *Kant* foi descobrir o significado do que é justo e injusto, do bem e do mal. Perguntou: “Como definir o dever e o que implica a definição?” Ao atacar o problema, aceitou, como fundamental, o princípio traçado por Rousseau de que a única coisa absolutamente boa, no mundo, é a vontade humana governada pelo respeito para com as leis morais ou a consciência do dever. Ato moral é aquele que é praticado, mais respeitando as leis morais do que com vistas a ganhos egoístas ou com vistas à simpatia dos outros.

Assim, segundo Kant, não se devem considerar as conseqüências para determinar o que é justo ou injusto num ato. Não é questão de grande importância saber se os resultados de um ato produzem felicidade ou dor. Se o agente pratica o ato com boas intenções, respeitando as leis morais, o ato é bom.

As leis morais, no pensamento de Kant, são inerentes à própria razão. Estão *a priori*, antes da experiência, na própria natureza do pensamento humano. Enunciando uma sentença, diz: “Age somente de acordo com uma máxima que possas, ao mesmo tempo, querer que se converta em uma lei geral; age de modo a poderes desejar que todo o mundo siga o princípio de teu ato.” Em cada caso – julgava Kant – essa regra, esse *imperativo categórico*, é um critério seguro sobre o que constitui o bem e o mal. O ato que desejamos seja praticado por alguém, ou por todo o mundo, é um ato bom.

Essa lei, sendo compreendida inteiramente, está em todos. Talvez não seja reconhecida nos termos enunciados, mas quem se der ao trabalho de pensar reconhecerá que a vida humana só é possível nessa base moral. Tentasse o homem agir contrariamente a esse princípio e seria caótica a associação humana.

Kant enunciou outra lei, implicando o imperativo categórico: “Age sempre de modo a tratar a Humanidade como um fim, tanto em tua própria pessoa como na dos outros, e nunca te sirvas dela como um simples meio.” Nisso está afirmado o valor fundamental do indivíduo. Nossos atos não devem ser tais que usemos o indivíduo como um meio para atingir nossos fins, ao contrário, devem ser destinados a servir a outros, como sendo esses os seus próprios fins.

Segundo Kant, existe, pois, implantada na própria razão humana, uma lei básica e fundamental que dirige todas as atividades morais. Ela exige que cada um aja sempre como se fosse o supremo monarca do mundo, e que o princípio de seus atos se torne o dos atos de todos. Se cada indivíduo medir seus atos por esse imperativo categórico, poderá afirmar, inquestionavelmente, se o mesmo é justo ou não.

Teorias de Fichte e Schopenhauer

Fichte baseou toda a sua teoria filosófica nas idéias de Kant sobre a natureza moral do homem, a qual tem o direito de fazer certas exigências definidas. Partindo da natureza moral do homem, ele construiu uma filosofia que satisfaria às exigências dessa natureza.

A lei moral, além disso, implica a existência de uma ordem moral do mundo, na qual o homem pode confiar, ensinava *Fichte*. Tendo-a em si

mesmo, acha-se justificado em admitir que o mundo é organizado de tal forma que se pode satisfazer às exigências dessa lei. O homem, por conseguinte, deve tornar-se inteligente, saber o que é direito e agir de acordo, porque é direito agir assim. O ignorante não pode ser bom. O homem, sendo livre e não sendo forçado por qualquer agente exterior, deve conhecer as leis morais e o que elas implicam, devendo sempre governar-se segundo as mesmas. Não basta o simples respeito às leis morais. O homem deve agir. Por conseguinte, a moralidade, a bondade, não é um estado a ser atingido uma vez por todas, uma condição de eterna bem-aventurança; é uma luta contínua do indivíduo inteligente no sentido de agir, em todas as situações, de modo a cumprir os requisitos das leis morais. Para Fichte, o conhecimento é uma parte necessária da moral.

Schopenhauer começa afirmando ser a *vontade* o elemento fundamental no mundo. A *coisa-em-si-mesma* de Kant, a fonte de todas as nossas impressões, é a vontade, diz Schopenhauer. Essa vontade de ser, de viver, é a causa de todas as lutas no mundo e, portanto, de todos os males e sofrimentos. Um mundo, onde vontades cegas lutam umas contra as outras para viver, onde os mais poderosos, para que possam viver, matam e devoram os menos poderosos, é o mundo do mal. A vontade de viver gera o egoísmo. Cada indivíduo luta para preservar-se, a despeito do que aconteça a outros.

Assim, na teoria de Schopenhauer, a simpatia ou piedade é elemento básico para a moralidade. Até ao grau de simpatia que o indivíduo tenha por outros, ele não agirá para si mesmo, porém para os outros; e será bom assim. O indivíduo tem que renunciar à sua vontade, para palmilhar a estrada que conduz à vida de bondade; o auto-sacrifício traz felicidade e paz, e isso pode obter-se se pensarmos um momento que cada indivíduo é uma parte do todo, da vontade universal. Aquele contra o qual lutamos é uma parte do todo, do qual também somos membros. Quando chegarmos a entender isso, deixaremos de lutar e desenvolveremos uma compreensão indulgente.

O Problema do Bem e do Mal Segundo Mill, Bentham e Spencer

O recente pensamento filosófico sobre o problema do bem e do mal interessou-se pelas relações sociais do homem. Tem sido uma ética mais do grupo humano do que das leis divinas. Como consequência, adotou uma nuance de relatividade. A bondade e a maldade tornam-se qualidades de atos, relativas à situação durante as quais eles são praticados.

John Stuart Mill constitui um bom representante da Escola Utilitarista, na sua alegação que a medida do bem seja em termos de “o maior bem para o maior número”. Deve-se indagar, no tocante a um ato, se ele trará muitos benefícios a um grande número de pessoas. Isso elimina o egoísmo e estabelece o critério sobre o bem nas consequências sociais do ato proposto.

Sustenta ainda Mill que o *bem* difere em qualidade, sendo o do Espírito melhor que o dos sentidos. Por conseguinte, não só se acentua o fator social como também a natureza do ato.

Jeremy Bentham aproxima-se muito de Mill em sua teoria sobre o bem e o mal. Baseia também o bem no princípio dos utilitaristas “o maior

bem para o maior número”. Contudo, não admite que difira em qualidade. Seu único critério é o número de indivíduos abrangidos. Justificou seu ponto de vista no interesse próprio, sustentando que agir assim trará, verdadeiramente, maior bem para quem pratica o ato.

Nesse tratamento moderno dispensado ao assunto, o bem e o mal não estão gravados na natureza do universo, porém determinados por fatores sociais. Acentuam-se as conseqüências do ato de um indivíduo na experiência de outros. Desapareceu a idéia de um Deus estabelecendo leis morais absolutamente definidas. Falta, porém, a idéia de que um ato mau encoleriza Deus ao passo que um ato bom o faz feliz. Eis uma moral relativa; o determinador do bem e do mal é o efeito do ato sobre a vida de outros indivíduos, que vivem agora ou viverão no futuro.

Herbert Spencer atacou o problema como cientista, procurando descobrir base científica para a boa ou má conduta. Do ponto de vista da evolução, a conduta desenvolve-se, evolui, é uma questão de adaptação do ato aos fins. Para Spencer, a conduta mais evoluída, e, portanto, a melhor, é a que torna a vida mais rica para o indivíduo e para aqueles entre os quais ele vive, bem como para os que virão depois.

Segundo Spencer, o grupo social é o objetivo final da moralidade. A bondade deve ser determinada nesses termos. Faz, porém, uma distinção entre a conduta absolutamente justa e a que é de modo relativo. Absolutamente justa é a que se torna imediatamente agradável, produzindo, ao mesmo tempo, felicidade futura para o indivíduo e o grupo. A relativa produz felicidade futura, sem um prazer imediato. O objetivo, naturalmente, é absolutamente certo.

Teorias Morais de James e Dewey

As conseqüências sociais e individuais da atividade humana foram salientadas pelos filósofos da escola pragmática, como critério do bem e do mal. *William James* e *John Dewey*, especialmente o segundo, são enfáticos nesse ponto. Bem é aquilo que atende aos objetivos do grupo e do indivíduo nesse grupo. Um ato bom é aquele que considera o indivíduo como fim, em si mesmo, e não como meio. Mas, assim considerando cada indivíduo, estaremos considerando o bem-estar do grupo. O indivíduo, como unidade social é a última medida do bem e do mal. Tudo que enriquecer sua vida deve necessariamente enriquecer a de todos. Nisso, o indivíduo e o grupo acham-se ligados, uma vez que – argumenta Dewey – o primeiro é um produto social e ninguém tem verdadeira individualidade, salvo como membro do grupo.

Um exame do pensamento dos homens, através dos séculos, sobre o bem e o mal, revela, portanto, duas posições fundamentais e muitas nuances de ambas. Por um lado, julgam-se as medidas do bem e do mal inerentes à natureza do mundo. O homem deve descobri-las ao chegar a uma compreensão do mundo e sua natureza. Fale o mundo ao homem com sua própria voz, ou seja, a voz do Criador, a posição é fundamentalmente a mesma. O bem e o mal são absolutos, tendo sido estabelecidos desde o começo dos tempos; aplicam-se em todas as situações e ocasiões. Quando o critério for descoberto, quer pela investigação racional do universo quer pela revelação, o bem e o mal serão sempre verdadeiros e imutáveis.

A outra teoria é a de serem o bem e o mal termos relativos, devendo as medidas e o critério serem descobertos por meio do estudo de cada situação especial em foco. São o tempo e o lugar que determinam o bem e o mal. Para um homem enfermo, certos alimentos são prejudiciais, ao passo que, para um homem com saúde, são bons. Num grupo social moderno, a preservação dos velhos e fracos constitui um bem; mas num grupo primitivo que se vê assediado por inimigos, e precisa movimentar-se para escapar à destruição, a preservação dos velhos e enfermos é um mal, porquanto retarda a movimentação e isso pode redundar num desastre. Essa teoria encara as conseqüências de determinado ato em termos de vida da sociedade e estabelece a qualidade ética do ato segundo o bem de todo o grupo.

O pensamento do homem, nas questões de ética, adotou duas feições através da História: a absoluta e a relativa. Entre os pensadores de hoje, ambas as teorias têm que ser descobertas, se bem que o ponto de vista relativo seja o mais acentuado. É difícil para o homem moderno, que nutre grande respeito pela ciência e pela razão humana, encontrar bases adequadas para uma teoria absoluta sobre o bem e o mal. Todas as provas que exigem seu respeito parecem afastar-se dela e indicar uma teoria relativa.

*

CAPÍTULO IV

NATUREZA DE DEUS

**HESÍODO – XENÓFANES – PLATÃO – ARISTÓTELES –
PLOTINO – SANTO AGOSTINHO – S. TOMÁS DE AQUINO –
ECKHART – BRUNO – BOEHME – BACON – ESPINOSA – LOCKE
– BERKELEY – HUME – KANT – SCHELLING –
SCHLEIERMACHER – SPENCER – BRADLEY – JAMES – DEWEY**

Qual a natureza de Deus e como se acha Ele associado ao universo? Ou é Deus um nome para a força ou forças que criaram e sustentam o universo? Pode o espírito humano conhecer Deus, ou está Ele tão acima do homem que a Seu respeito nada se pode saber? Qual a relação entre Deus e os homens?

A IDÉIA sobre a existência de deuses surgiu antes da idéia sobre a de um Deus. Os primeiros povos conhecidos não se referiam a um deus; ao contrário, acreditavam em inúmeros: das árvores, dos rios, dos ventos, dos céus, da terra e centenas de outros. Em alguns casos, um era mais poderoso que os outros, mas sempre um dos muitos.

À medida que a espécie humana se foi desenvolvendo, a crença começou a centralizar-se em alguns deuses poderosos que dominavam os setores mais importantes da vida. Os demais foram reduzidos a espíritos inferiores, duendes ou seres quase semelhantes ao homem, porém, dotados de mais poderes que este.

Os hebreus figuram entre os povos que primeiro conceberam a existência de um só Deus, eliminando todos os demais. Essa concepção, porém, não foi facilmente adquirida. Conta-nos a Bíblia que Moisés apresentou-lhes esse único Deus quando, do monte Sinai, lhes transmitiu os Dez Mandamentos. Gradativamente, o povo passou a acreditar na existência desse deus, ao qual chamava Jeová, atribuindo-lhe todo o poder e influência que, nos primeiros tempos da História, pertenciam a muitos deuses.

Quando pela primeira vez ouvimos falar nos gregos, acreditavam eles em muitos deuses. Ao tornarem-se mais civilizados, alguns dos deuses de seus antepassados foram esquecidos; e os poucos que ficaram foram julgados como constituindo uma comunidade muito parecida com a humana, exceto o fato de ser mais ideal.

Na direção dessa comunidade figurava Zeus, que governava como uma espécie de rei supremo. No trono, a seu lado, sentava-se Hera, sua esposa. Zeus era um homem glorificado, com todas as fraquezas, paixões e defeitos deste; dotado, porém, de muitas virtudes humanas. Entre os outros deuses, havia os que tinham obrigações e setores específicos de domínio. Havia Apolo, Hermes, Afrodite e muitos outros, quase todos descendentes de Zeus. Havia muita inveja, contendas, intriga e outras fraquezas humanas na comunidade divina. Os primeiros gregos temiam e adoravam essas divindades.

Aquele período foi conhecido como o da mitologia, na História Grega. Antes, os registros são obscuros e incertos. Ninguém sabe donde se originou a idéia sobre a existência dos deuses. Crê-se, porém, que foram, a princípio, concebidos como forças ou espíritos que se preocupavam com as várias fases da vida, no ambiente dos antigos gregos e de seus antepassados.

Hesíodo, um autor grego, a respeito do qual pouco sabemos, escreveu a Teogonia ou genealogia dos deuses, onde procurou explicar o mundo e o aparecimento dos deuses. Disse que no princípio era o Caos, donde nasceram Géia, a terra, e Eros, o amor. Depois o Caos gerou Érebo, as trevas, e Nix, a noite. Estes dois uniram-se e geraram Éter, a luz, e Hemera, o dia. A terra gerou Ponto, o mar, e, unindo-se ao céu, Urano, gerou Cronos, o tempo.

Se dermos crédito a Hesíodo, os deuses dos primeiros gregos eram coisas do universo, concebidas como sendo vivas, muito semelhantes aos seres humanos. Ao tempo dos primeiros filósofos gregos, essas idéias foram sendo postas em ordem e transformadas em religião, na qual grande maioria do povo grego acreditava. Erigiram-se templos aos deuses, surgindo uma classe de pessoas que dirigiam o culto diante de seus altares. Afirmavam compreender os deuses melhor que os leigos, aconselhando ao povo como agir a fim de mantê-los satisfeitos e conquistar-lhes favores e auxílio nos vários empreendimentos.

Teorias dos Primeiros Filósofos Gregos

Os filósofos gregos, quando começaram a escrever e a ensinar, não procuraram destronar os deuses ou lançar diretamente dúvidas a seu respeito. Muitos dos primeiros acreditavam nos deuses, segundo o espírito e a tradição os conceberam. Procuraram, porém, explicar a existência das coisas de modo diferente da dos deuses. *Tales*, por exemplo, procurou explicar o aparecimento do mundo e de todas as demais coisas por processos naturais, sem apelar a seres divinos. Conquanto *Anaximandro* ensinasse que a substância original, donde tudo provém, fosse o *infinito*, não associou essa idéia à crença popular acerca dos deuses.

Contudo, pairava, sempre, atrás do pensamento daqueles primeiros filósofos, a crença de que a criação e a ordem do universo eram resultados da obra de Deus. Vemo-los, muitas vezes, referirem-se a Deus como a fonte da matéria original do universo e como a força que, de certo modo, estabeleceu a ordem do universo. Esses filósofos, porém, não foram muito claros. É possível que muitos deles fossem profundamente religiosos e procurassem “carregar a religião num cesto e a filosofia em outro”, misturando, muitas vezes, em seu pensamento, o conteúdo de ambas.

Já *Heráclito* manifestou profundo desprezo pela religião das massas e não hesitou em escrever: “E a essas imagens elas elevam suas preces, como se alguém tivesse que falar com a casa de um homem, pois os homens não sabem o que são deuses ou heróis.” Heráclito, sem dúvida, acreditava saber o que eram os deuses e os heróis.

Xenófanes, poeta e filósofo do século VI. A. C., atacou as crenças religiosas populares de seu tempo, contrapondo a asserção de que Deus é um só e imutável. Condenou acerbamente a idéia de que os deuses se

assemelham aos mortais. “Realmente” – escreveu – “se os bois ou os leões tivessem mãos e pudessem pintar, produzindo obras de arte da mesma maneira que os homens, os leões pintariam os deuses com as formas de leões, e os bois com as de bois. Cada um representá-los-ia com corpos segundo suas próprias formas.” Em outro trecho, diz: “Assim, os etíopes fazem seus deuses pretos e de nariz chato; os trácios dão, aos seus, cabelos ruivos e olhos azuis.”

Em vez daquelas crenças acerca dos deuses, que lhe pareciam grosseiras, Xenófanés doutrinava que Deus difere dos seres humanos em todos os sentidos. É quem governa o universo, sem esforço algum. Vive em determinado lugar e não se move. É um todo, sem começo ou fim, uma unidade eterna. Como um todo, Deus não se move, mas suas partes se movimentam.

Xenófanés refere-se a Deus como o princípio fundamental do universo. É o mundo, a totalidade da natureza viva. Xenófanés, assim, apega-se a um nítido panteísmo, à crença de que tudo no universo é Deus, e Deus todas as coisas no universo. É *Uno e Tudo*. Para Xenófanés, existe um só Deus: o universo. Como universo, é o Todo, a unidade, o Uno. Mas há no universo, em Deus, muitas partes que trocam de lugar entre si, permanecendo o todo, entretanto, imutável. Xenófanés despreza o politeísmo popular – a crença na existência de muitos deuses – e adota um monoteísmo – crença num só deus – mais adiantado.

Evidencia-se, portanto, que durante o período pré-sofista da filosofia grega, a religião popular, com muitos deuses, estava sendo contestada através da concepção mais filosófica de um só deus, de certo modo a fonte de todo o universo e a força que jaz em todos os seus fenômenos. Além disso, à idéia popular de deuses e seres muito semelhantes ao homem antepusera-se à de um único deus, muito diferente do homem em todos os aspectos.

Essa última idéia atingiu um ponto elevado durante o período dos *sofistas*. Esses professores práticos dos jovens instavam em atacar e desafiar tudo, a eles não escapando a crença nos deuses. Apelavam para a razão e insistiam, constantemente, em que a crença popular em muitos deuses não era razoável. Conquanto sua obra fosse prejudicial às crenças geralmente aceitas, tornou-se muito valiosa, pois obrigou os homens a pensarem seriamente nelas, num esforço para rebaterem as objeções por eles apresentadas. Os filósofos sentiram a necessidade de indagar “qual a verdadeira concepção sobre Deus”, disso resultando uma concepção mais consistente e mais pura sobre a natureza de Deus.

Concepção de Deus no Pensamento de Sócrates, Platão e Aristóteles

Um dos filósofos que procurou desenvolver uma concepção mais consistente e mais pura de Deus foi *Sócrates*, mas pagou o preço de ser o pioneiro, visto as massas o terem compreendido mal; julgaram que ele estava destruindo a crença nos deuses e condenaram-no à morte, pela sua impiedade.

Platão, seu discípulo, empregou a palavra Deus, num sentido muito confuso. Tem-se muitas vezes a impressão de que aos deuses ele se refere da

mesma maneira que as massas, como seres que governam diferentes setores do universo. De fato, a concepção do povo acha-se espalhada em suas obras. Outras vezes, Platão parece pregar a existência de um Deus supremo, mestre e senhor de todo o universo. Em seu livro *Timeu*, explicou a criação do universo usando um demiurgo, espécie de arquiteto que tomou as idéias e a matéria já criadas e, com elas, moldou o universo. Em outro ponto, vemo-lo referindo-se ao Criador como a fonte das almas.

Isso nos leva a concluir que Platão acreditava na existência de muitos deuses, cada um dos quais julgava semelhar muito à alma humana. Entre esses deuses, acham-se a idéia de Deus, o mundo total das idéias, o demiurgo, a alma do mundo, as almas dos planetas e todos os deuses da religião popular. Nessa questão, Platão não se mostra muito claro. Talvez procurasse usar as crenças populares para pregar verdades mais profundas. Em algumas passagens somos levados a crer que não procurou explicar a formação do mundo das idéias ou da matéria, considerando-as como existentes desde o começo. Tampouco procurou explicar a origem do demiurgo. Este também existia desde o começo. Dados o demiurgo, as idéias e a matéria, Platão prossegue dizendo que o primeiro, usando idéias e matéria, criou todos os deuses, nos quais as massas crêm.

Em outros trechos, porém, Platão fala em Deus como o criador de todas as coisas e o alvo de toda a vida humana bem como da vida de toda a natureza. Sustentando que o espírito do homem se assemelha a Deus, sendo o corpo uma prisão da alma, escreveu que “devemos voar para longe da terra, o mais depressa que pudermos, e voar para longe é tornar-se igual a Deus.” Nesse ponto, ele parece aproximar-se do misticismo.

O pensamento de *Aristóteles* é, nesse ponto, muito mais claro que o de Platão. O leitor lembrar-se-á de nossas exposições anteriores, onde dissemos que Aristóteles acreditava haver duas causas no universo – forma e matéria. Para ele, as formas são forças que se concretizam no mármore. Daí, tornarem-se a causa do movimento. A matéria movimenta-se por causa da forma.

Na verdade, Aristóteles revela traços da velha idéia grega de que a matéria é viva. Não só a forma, que se acha dentro da matéria, move a matéria, como esta procura tornar-se ou concretizar-se em forma. Por exemplo, o carvalho é a forma, e a bolota, a matéria. A bolota desenvolve-se, transformando-se em carvalho, concretiza a forma do *carvalho* que nela se acha como bolota, sem ser concretizada. No desenvolvimento, segundo Aristóteles, ela estava esforçando-se em tornar-se um carvalho. É esse o seu movimento.

Mas, antes da bolota, havia matéria e uma idéia ou a forma *bolota*. Essa forma estava na matéria e esta esforçava-se em tornar-se uma bolota, devido à presença da forma nela. Podia-se prosseguir averiguando a série de eventos, desde a matéria mais crua, acompanhando, passo a passo, o carvalho e ir mais além, percebendo-se que, a cada ponto, existem matéria e forma, a matéria lutando para tornar-se forma e sendo por esta movida. Essa série continua eternamente?

A isso Aristóteles respondeu *não*. No fim existe a forma pura, sem matéria, a que denominou a eterna *causa motriz imóvel*, a causa final de todo

o movimento, de tudo o que vem a *ser* no universo. *Deus* é a causa do movimento, mas não se move. Como é isso possível?

Todos nós passamos pela experiência de conhecer uma pessoa, que considerávamos um herói e à qual desejávamos nos igualar. Moldamos nossa vida pela dela e crescemos parecendo com ela. A história imortal de Hawthorne, *The Great Stone Face*, constitui um exemplo dessa experiência. O menino contemplava tanto a figura da pedra que acabou parecendo com ela. Mas sua face não se alterou. Não se transformou. Dá-se o mesmo com a *causa motriz imóvel* de Aristóteles; faz moverem-se os homens, atrai a matéria, mas mantém-se imóvel, permanece indiferente.

Todo o universo, todos os objetos e seres nele desejam concretizar-se por causa de Deus. Assim, Deus é o centro que todas as coisas procuram alcançar; é, portanto, o princípio unificador. Todas as possibilidades, todas as formas, nele se concretizam.

O Deus de Aristóteles é o ideal do filósofo, porquanto é tudo o que o filósofo se esforça em ser, a inteligência pura.

Teorias dos Filósofos Gregos Posteriores

Enquanto Aristóteles era monoteísta, o que crê num só Deus, os *epicuristas* eram politeístas, isto é, acreditavam em muitos deuses. Acreditavam que eles existem e têm a forma de homem, porém mais belos. Acreditavam que seus corpos eram belos corpos de luz. Os epicuristas criam, também, que os deuses diferem em sexo, precisam alimentar-se e falam a língua grega.

Mas os deuses dos epicuristas eram muito diferentes do que pensavam as massas. Não criaram o mundo, não se interessavam pelo homem, eram perfeitos, não intervinham no mundo. Viviam uma vida pacífica, feliz e contente, livres de todos os cuidados e preocupações que os homens soem conhecer.

Para os *estóicos* há um só Deus, associado ao mundo da mesma maneira que a alma ao corpo humano. Deus é corpóreo, mas um corpo de extraordinária beleza. Os estóicos acreditavam que todas as forças do universo estão unidas noutra que penetra tudo, a alma do universo. Esta é Deus. Trata-se, naturalmente, duma doutrina panteísta, da crença de que tudo no universo é Deus. NEle deve encontrar-se o universo total, da mesma forma que tudo de uma flor está contido numa semente.

O Deus dos estóicos difere bastante dos deuses dos epicuristas. É o pai de todas as coisas, é Uno e indivisível; ama o homem e sabe tudo o que vai acontecer, pune o mal e recompensa o bem. O Deus dos estóicos está muito interessado no mundo dos homens. Vive no círculo mais distante do universo e, de lá, domina-o todo – acreditavam os estóicos – da mesma maneira que a alma se acha situada em determinado lugar do corpo, dominando-o, porém, totalmente.

Carnéades, um dos cétricos, atacou essa idéia dos estóicos sobre Deus, mostrando suas inconsistências. Negou que a razão humana possa conhecer Deus e, mesmo, que possa saber que Deus existe. Devemos ser cétricos a respeito dessa questão, argumentou.

Idéias Greco-Religiosas Sobre Deus

Quando *Fílon* e seus contemporâneos judeus-gregos apareceram no cenário filosófico, a concepção de Deus tornou-se questão predominante na Filosofia. *Fílon*, por exemplo, vinha da grande tradição religiosa dos hebreus, em cujo centro se situava a idéia de um só Deus, todo-poderoso e todo bondade. Colocou essa tradição em relação com a filosofia grega e procurou demonstrar que era consistente com o que havia de melhor no pensamento grego.

Segundo *Fílon*, Deus paira acima do homem em grandeza, bondade, poder e perfeição; que não podemos saber o que Ele é. Podemos, entretanto, ter certeza de que existe. *Fílon* pregava que Deus é a fonte de tudo, absolutamente bom, perfeito, bem-aventurado. Sendo tão glorificado, não pode entrar em contato com a matéria. Mas dEle saem, como a luz de uma vela, seres ou forças que se reúnem formando outra, a que deu o nome de *Logos* ou divina sabedoria. O *Logos* criou o universo e é o intermediário entre Deus e o mundo. Deus acha-se separado do mundo e há nítida distinção entre o Deus todo-pureza e o mundo impuro da matéria, o mundo em que vivemos.

Na teoria de *Plotino*, que abordou quase a mesma matéria de que se ocupou *Fílon*, Deus é a fonte de tudo no universo. Mas é tão perfeito que nada podemos afirmar sobre Ele. Podemos dizer o que *Ele não é*, mas jamais podemos dizer o que *é*. Tudo que pensarmos sobre Ele é demasiado fraco para se Lhe aplicar. Deus está acima de tudo o que possamos pensar.

Ainda na concepção de *Fílon*, Deus criou o mundo não diretamente, porém por meio de emanções, seres que procedem dEle mas não são Ele. Na de *Plotino*, Deus é como uma corrente infinita, que está sempre fluindo sem jamais se esgotar. O mundo depende de Deus, mas Deus não precisa do mundo.

Plotino refere-se à criação como uma cascata oriunda de Deus. No fundo dela acha-se matéria pura, a parte mais afastada de Deus. Aí também notamos nítida separação entre Deus e o mundo, entre Deus puro e o mundo impuro.

Concepção de Deus Segundo os Primeiros Cristãos e os Cristãos Medievais

O Cristianismo, conforme vimos, começou muito cedo, em sua história, a sentir os efeitos da filosofia grega. O Evangelho de São João, escrito cerca do ano 100, mostra claramente essa influência. O livro começa com uma doutrina distintamente grega, a doutrina do *Logos* ou do espírito do mundo que emana de Deus e criou o próprio mundo.

À medida que o Cristianismo se foi desenvolvendo e influenciando cada vez mais o mundo grego e romano, tornou-se necessário introduzir nele muita coisa da filosofia grega. Foi então que os *apologistas* procuraram associar o pensamento grego ao cristão. Ensinavam que a ordem e a razão, no universo, indicam a existência de uma Primeira Causa, um ser que é a fonte de tudo, bom e eterno. Essa Primeira Causa, ou Deus, é o princípio eterno de todas as coisas que se transformam. Ele emite o *Logos*, assim como o sol emite a luz, e, através do *Logos*, criou o universo.

Segundo os apologistas, Deus é a razão pura personificada, julgada pessoa. Para eles, portanto, a razão é o princípio fundamental do universo, sua causa, a força diretriz e controladora.

Santo Agostinho, em seus ensinamentos, salienta a grande diferença entre Deus e o mundo. Deus é eterno, transcendente, todo bondade e sabedoria, absoluto em todos os sentidos. Além disso, Santo Agostinho ensinava que Deus, no começo, predeterminou tudo de modo que sabia, desde o princípio, o que aconteceria a todas as criaturas por toda a eternidade.

O Deus de Santo Agostinho é a idealização de tudo o que o homem considera bom e digno. É a força absoluta, a perfeita bondade, a fonte e o criador de todas as coisas. Sabe tudo e controlou o universo, de modo que tudo está determinado por Ele para todo o sempre.

Durante vários séculos a idéia que a Igreja Cristã sustentava sobre Deus permaneceu muito semelhante à de Santo Agostinho. *João Escoto Erígena* pregava que Deus é a fonte de todas as coisas, mas foi mais longe que Santo Agostinho quando sustentou que Deus e a criação são um só. Para ele, Deus é o mundo, o mundo é Deus, mas Deus é também mais que o mundo, muitíssimo mais. O mundo, afirmava Erígena, é apenas leve revelação de Deus, que é muitíssimo mais que todo o universo.

Com essa teoria, Erígena está a par com a Igreja, que afirma ser Deus a perfeita bondade, força e sabedoria, jamais completamente conhecido pelo homem. O homem pode saber alguma coisa sobre Deus ao contemplar o universo, mas este é apenas uma pequena e insignificante parte de Deus. Para esse pensador antigo, Deus é, na realidade, incognoscível e indefinível. Não pode o homem, com o seu pequeno cérebro, esperar compreender Deus ou Seus processos.

Com o desenvolvimento do Cristianismo durante os primeiros séculos da era cristã, surgiu um problema demasiado difícil. Deus, conforme vimos, era concebido como puro, sagrado, perfeito. Tornou-se, então, necessário introduzir um ser intermediário, o Logos, para explicar a criação do universo. Muitos pensadores identificaram esse ser com Cristo. Mais ainda, os pensadores cristãos sustentaram que havia um Espírito, ou poder de origem divina, que se difundia no Universo, o Espírito Santo.

Debatendo o problema da natureza de Deus, os filósofos acharam necessário explicar a existência do Logos, de Cristo e do Espírito Santo. Tinha-se que elaborar uma doutrina estabelecendo a relação entre um e outro, e com Deus. Foi então que surgiu a concepção da Trindade. Deus é referido como o Uno, a Unidade, o Todo. Mas é também Três: Deus, o Logos ou Cristo e o Espírito Santo.

Ensinavam os apologistas que o Logos e o Espírito Santo são emanções de Deus, sendo Jesus Cristo o Logos na forma de homem. Sustentavam, conseqüentemente, que, embora Deus seja Uno, é também Três Pessoas. A Divindade é a Unidade, mas manifesta-se no mundo como o Logos criador ou Cristo e como a Razão Divina que se difunde em todas as coisas.

Pouco tempo depois sobressaiu um grupo de pensadores, os *modalistas*, que afirmavam que as três pessoas, ou Trindade, são verdadeiramente Deus em três formas ou modos. O Logos é Deus-Criador; o Espírito Santo, Deus-Raciocínio, e Deus, Deus-Ser. Isso levou a uma prolongada discussão sobre se o Logos é da mesma natureza ou da mesma substância que Deus. É o Logos uma emanção de Deus ou é Deus em outra forma?

Santo Agostinho esposava a concepção ortodoxa sobre a Trindade. Acreditava que Deus é um só, manifestando-se no universo como três pessoas, emanções. É a teoria conhecida por atanasiana devido ao fato de ter sido desenvolvida por *Atanásio*, chefe de um grupo de antigos pensadores cristãos. Segundo Atanásio, Cristo é o princípio da salvação e foi gerado, não feito, pelo Pai, Deus. É eterno com o Pai, sendo da mesma substância. Partilha de toda a natureza do Pai. Em Jesus, Logos ou Cristo uniu-se a um corpo humano. O Espírito Santo, afirmava ele, é um terceiro ser. Assim, a Divindade é concebida como uma Trindade da mesma substância, três pessoas da mesma natureza: Pai, Filho e Espírito Santo.

Roscelino, um dos primeiros nominalistas, aplicou a doutrina do Nominalismo à Trindade. Argumentou que as coisas simples são as únicas realidades e que os universais, os conceitos gerais, são meros nomes ou palavras. Conseqüentemente, sustentava ele, não pode haver realidade que corresponda ao nome Deus. Há substâncias diferentes ou pessoas iguais em poder. Portanto, para ele, a Trindade não é Uma em Três, mas compõe-se de três seres distintos.

Essas idéias contrariavam a doutrina ortodoxa e provocaram grande oposição por parte da Igreja. Tornou-se evidente, aos sacerdotes, que a preservação da Trindade como doutrina da Igreja se apoiava na adoção da teoria realista, segundo a qual os universais são os únicos reais, e os indivíduos, formas do universal. Essa teoria tornou-se, então, dominante entre os escolásticos e os fundamentos de grande parte da estrutura intelectual e eclesiástica da Idade Média.

A obra de *Anselmo* girou, em grande parte, em torno da idéia de que os universais existem independentemente de determinados objetos. Baseando-se nessa idéia, argumentava a favor da existência de Deus. Doutrinava que a idéia de Deus, como um ser que existe, implica que deve existir. Se Deus não existe, essa idéia não seria a da maior coisa concebível. O homem poderia pensar em algo maior ainda, algo que realmente existisse. Assim, a perfeição de Deus, a idéia de um ser perfeito – sustentava – implica a existência de Deus, porque perfeição deve incluir existência.

Esse argumento, naturalmente, não podia ser sustentado, como muitos pensadores o demonstraram. A simples idéia de uma coisa, uma idéia que inclua conceito de existência, não garante que seja de um objeto que existe. *Gaunilo*, um teólogo da época, mostrou que se pode ter idéia de uma ilha perfeita, sem que haja, entretanto, prova de que ela exista.

Em sua *Teologia*, *Abelardo* expôs que a Trindade compreende o pai, que é Uno ou Bondade; o Espírito Santo, ou a Alma do Mundo; e o Logos, ou o Espírito de Deus. Afirmou, também, que as três pessoas da Trindade são o poder, a boa vontade e a sabedoria de Deus.

Enquanto esses pensadores tentavam tornar a religião um sistema racional, e a natureza de Deus, pelo menos em parte, compreensível, surgiu o movimento dos que tinham perdido a esperança de chegar a tal compreensão. Foi conhecido como *Misticismo*. Para o Misticismo, deve-se procurar sentir Deus, mais do que conhecê-lo. Não O compreendemos em nosso espírito, mas chegamos a Ele diretamente através de uma experiência mística. Alcança-se Deus pela contemplação. Essa aproximação a Deus permite uma compreensão, sobre Ele, que nenhum raciocínio jamais poderá conseguir, argumentava *Ricardo de São Vitor*. O objetivo do místico é a “misteriosa ascensão da alma ao céu, o doce retorno da terra dos corpos à região do espírito, a absorção completa do *ego* para Deus”. Mas essa absorção não é coisa que se possa conseguir por vontade própria. Tudo o que o homem pode fazer é preparar-se, por meio de certos exercícios, para o “mergulho no oceano da verdade infinita”. Cumpre, depois, esperar. Se Deus o favorecer, permitir-lhe-á dar o mergulho.

S. Tomás de Aquino foi grandemente influenciado pela teoria de Aristóteles, procurando adaptá-la à teologia cristã sem destruir as doutrinas fundamentais da Igreja. Na verdade, acreditava que os ensinamentos de Aristóteles pudessem, de certo modo, sustentá-las.

Deus, disse ele, é a forma pura. Inferimos Sua existência dos fatos de Sua criação. Por exemplo, tudo que se move deve ter uma causa motriz. Encontramos movimento no universo. Por conseguinte, a fonte final desse movimento deve ser um princípio imutável, a Causa Motriz imóvel, de Aristóteles, ou Deus. Mais ainda, o universo revela que as coisas se acham relacionadas numa escala graduada de existência, desde as formas inferiores até aos objetos mais ou menos perfeitos. Isso leva o indivíduo a inferir que deve haver, acima de tudo, algo perfeito, Deus.

Segundo *S. Tomás de Aquino*, Deus é a causa primeira e final do universo, a forma ou energia pura. É absolutamente perfeito. É a fonte, Aquele que criou o mundo do nada. Na criação, Ele se revelou. Além disso, governa o universo através de Sua vontade perfeita.

Aquino, desenvolvendo essa teoria da natureza de Deus, estabeleceu para todos os tempos um padrão para a crença dos católicos em Deus. A Igreja Católica segue praticamente, até hoje, o ponto de vista traçado por *Aquino*.

Os ensinamentos de *João Duns Escoto* são muito semelhantes aos de *S. Tomás de Aquino*. Deus é uma forma ou energia pura. É a causa do universo, causa consciente que tem um objetivo ao criá-lo e governá-lo. É a vontade infinita que está completamente livre, tão livre que pode dominá-la sempre que queira. Tudo isso, explica *Escoto*, prova-se pelas experiências que temos do mundo que nos cerca.

Meister Eckhart, um místico dos séculos XIII e XIV, doutrinava que Deus é inconcebível, uma substância espiritual indefinível, algo em que todas as coisas se acham reunidas. Sendo assim, Deus não pode revelar-se, mas torna-se conhecido apenas através da Trindade. As Três Pessoas da Trindade fluem constantemente dEle e a Ele retornam. Deus é o fundamento do universo. Todas as coisas acham-se em Deus, e Ele em todas as coisas. Eu sou Deus comunicando a Si mesmo. Sou imanente na essência de Deus.

Ele opera através de mim. Ao volver a Deus, na experiência mística, uno-me novamente a Ele.

Bruno, Boehme e Outros Precursores da Renascença

Na alvorada da Renascença, e ao começarem os homens a julgar-se livres do longo domínio da Igreja e de suas doutrinas, perceberam inúmeras inconsistências nas doutrinas do Escolasticismo. Viram que algumas das idéias sobre Deus, sustentadas por aqueles filósofos, não resistiriam ao impacto da razão em suas pesquisas. Mas, conquanto atacassem o raciocínio dos escolásticos, não se mostravam inclinados a abandonar a idéia relativa a Deus.

Nicolau de Cusa, por exemplo, afirmou que podia ter uma intuição imediata de Deus, algo semelhante à experiência do místico. Essa experiência solve as contradições e inconsistências que aparecem, em quaisquer tentativas do pensamento sobre Deus. Não podemos conhecer Deus através da razão; além da razão acha-se a *ignorância dos cultos*, essa super-sensível experiência com relação a Deus.

Giordano Bruno, fascinado pela imensidão do universo, que a astronomia de seu tempo estava revelando, afirmou que Deus é imanente nesse universo infinito, o princípio da atividade. Doutrinava que Ele é a união de todos os opostos no universo, uma união sem opostos que o espírito humano não pode alcançar.

Seguindo a mesma tradição, encontrava-se o inculto místico alemão, *Jacob Boehme*. Ensinou que Deus é a união de todos os opostos no universo, a fonte original de todas as coisas, uma vez que é o fundamento de tudo. Deus torna-se cômico de Si através dos objetos do universo. Um desejo cego e divino dá origem ao universo com todos os seus opostos. Todos esses opostos unem-se, porém, em Deus.

Teorias de Bacon, Hobbes, Descartes e Pascal

Esse desespero da razão, por parte de muitos, como meio de chegar à compreensão de Deus, participava da tendência para libertar a Humanidade dos laços da Igreja, a fim de que se pudesse dedicar ao estudo dos homens em termos científicos. A Teologia e a Ciência iam-se separando gradativamente, e cada uma ia tomando seu lugar no esquema das coisas. Contudo, prosseguia a luta para compreender a natureza de Deus, se bem que as interpretações fossem, em muitos casos, diferentes das da Idade Média. Tornou-se evidente que o Deus da razão é muito diferente do da fé. Em consequência, aconteceu muitas vezes não ser o Deus dos filósofos e dos teólogos.

A teoria de *Francis Bacon* exemplifica, claramente, esse desenvolvimento. Dividiu a teologia em *natural* e *revelada*. A natural, doutrinou ele, é o conhecimento sobre Deus que podemos conseguir através da natureza e das criaturas de Deus. Fornece uma prova convincente de Sua existência, nada mais. O restante, deve vir da teologia revelada. Nela devemos “abandonar o pequeno barco da razão humana e pôr-nos a bordo do barco da Igreja, o único que possui a bússola divina para a travessia certa. As estrelas da Filosofia nada nos adiantarão. Da mesma maneira por que somos obrigados a obedecer às leis divinas, embora murmuramos contra

elas, somos também obrigados a crer na palavra de Deus, embora nossa razão com isso se choque.”

Thomas Hobbes, interpretando Deus em termos de sua filosofia materialista, diz-nos que, durante a criação, Deus movimentou todas as coisas. Sugere, ainda, que Deus é corpo, um ser corpóreo; mas quanto a isso não está muito certo, porquanto duvida que possamos saber o que Deus é. Devemos limitar-nos à afirmação de que Deus existe. Hobbes, porém, não se refere a Deus como pondo o universo em movimento, nem como governando o mundo através dos governantes humanos do próprio mundo.

Descartes, através de seu método de conduzir a razão, procurou provar a existência de Deus, dizendo-nos muitas coisas a esse respeito. Descobriu a idéia sobre Deus entre as que teve, uma idéia sobre um ser absolutamente real, perfeito e infinito. Explicou que a causa dessa idéia deve ser tão real quanto ela. Por conseguinte, Deus existe. Afirmou que devia ter sido posta nele pelo próprio Deus. Esse Deus é causado por Si mesmo, é eterno, onisciente, todo-poderoso, bondade perfeita, verdade e o criador de todas as coisas. Deus não enganará o homem. Tudo que Ele puser no homem é real, até mesmo suas idéias, ao pensar.

Para Descartes, ainda, Deus é a substância básica do universo, dependendo dEle estas duas substâncias relativas: espírito e corpo. “Deus” – escreveu – “criou primeiramente a matéria, juntamente com o movimento e o repouso; e agora, apenas com Seu concurso, preserva, no todo, o mesmo grau de movimento que naquele tempo colocara nela.” Deus é a Primeira Causa Motriz do universo.

A concepção de Descartes sobre Deus é demasiado confusa. Apresentou-O como independente da natureza, levantando assim o problema de como Deus pode manifestar-se na natureza para que o homem possa saber algo sobre Ele. E mais: como pode Deus, sendo espírito puro, dar movimento à matéria? Descartes deixou esse problema, entre muitos outros, para seus adeptos, o problema de harmonizar a teoria da Mecânica, da nova ciência dos tempos, com a Teologia do Cristianismo.

Blaise Pascal, atacando o problema, sugeriu ser impossível ao homem demonstrar a existência de Deus, pois as provas filosóficas não têm valor real em relação a Ele. Conhecemos Deus, afirmou, somente através do sentido religioso. Deus é puro espírito, e só podemos conhecê-Lo através da experiência espiritual.

Natureza de Deus Segundo Espinosa

Foi *Espinosa* quem elaborou o que parecia então a solução magistral do problema deixado por Descartes. Segundo Espinosa, Deus é a única substância independente, no universo. Fora de Deus não pode haver substância. Espírito e corpo, pensamento e extensão, são atributos de Deus, não independentes dEle. Deus é a causa de todas as coisas. É a substância pensante e extensa. É o pensamento no espírito humano e a árvore na floresta. Assim, Deus é tudo e tudo é Deus. Nada existe fora de Deus ou que dEle seja independente. Deus é o princípio simples, eterno e infinito da natureza e de todas as coisas, causado por Si mesmo. Deus e o mundo são um só. Vê-se nisso um nítido panteísmo.

Podemos perceber apenas dois atributos de Deus: pensamento e extensão. Conhecemos, pois, Deus através de idéias e corpos. Isso não diz, porém, tudo. É mais do que tudo isso, e não podemos conhecê-Lo completamente.

Segundo Espinosa, Deus não é pessoa nem consciência. Não se caracteriza por inteligência, sensação ou vontade. Seus atos não são dirigidos por intenção; todas as coisas, porém, resultam de sua natureza, de conformidade com leis estritas. Todas as idéias, no mundo, somadas, constituem o pensamento de Deus. Meu pensamento e o seu, leitor, e o de todos no mundo, formam o de Deus.

Espinosa procurou resolver o problema de Descartes apresentando Deus como tudo e mais que tudo. O espírito e o corpo não são coisas inteiramente diferentes, porém, Deus visto de dois modos. Pode, pois, Deus afetar o mundo do pensamento e o das coisas, porque Ele é ambos e, portanto, o próprio ser.

Teorias de Locke, Berkeley, Hume e Leibnitz

Com *John Locke* atacou-se novamente o problema da natureza de Deus. Fiel à crença de que não podemos ter idéias inatas, Locke teve que ensinar que não podemos ter uma idéia inata sobre Deus. Afirmou, porém, que podemos saber algo sobre Ele, se usarmos corretamente nossa capacidade natural. Podemos formar idéia sobre Deus – explicou – de outras idéias que temos. Se tomarmos, por exemplo, nossas idéias sobre existência, poder, prazer, felicidade, etc. e as imaginarmos estendendo-se para o infinito e reunindo-se, teremos idéia sobre Deus. Deus é, pois, idéias que recolhemos pela experiência e estendemos ao infinito.

Deus deve seguramente existir, declarou Locke. O homem, analisando-se, percebe que deve ter sido criado por algum ser maior do que ele. Deus é, portanto, o *ser real* pensante, onisciente, todo-poderoso e justo. Na teoria de Locke, Deus é substância espiritual, a terceira substância além do espírito e do corpo.

Como criador do mundo e do homem, Deus estabeleceu certas leis divinas que se podem descobrir através do estudo da natureza, ou pela revelação. Além disso, Deus pode forçar a prática dessas leis pelo castigo e pela recompensa, neste e no outro mundo até à eternidade. A moral baseia-se na vontade e nas leis de Deus; somente conhecendo Sua vontade e Suas leis, podemos dizer se uma coisa é justa ou não.

George Berkeley, bispo de Cloyne, por volta do meado do século XVIII, esposou a teoria de que Deus é o Supremo Espírito e a fonte de tudo no universo. Explicou que, com base na teoria de Locke, se deve admitir que as coisas somente existem quando são percebidas. Mas dizer que uma mesa existia apenas quando era percebida não o satisfez. Raciocinou, portanto, que, conquanto não pudesse, em determinado momento, perceber a mesa, Deus poderia. Por conseguinte, a mesa continuaria a existir, como pensamento, no espírito de Deus, mesmo que ele, Berkeley, deixasse a sala. O mundo material é uma criação do espírito de Deus, é mental e reflete em nossos sentidos, para que tenhamos idéias, como aliás argumentou Locke.

Deus é, pois, a causa do mundo natural; mas este mundo não é material, é espiritual, mental.

Berkeley julgou ter assim resolvido o problema de Descartes e Espinosa. Ambos debateram sobre o espírito e a matéria. Descartes doutrinou que são duas substâncias secundárias, as quais, de certo modo, derivam da substância primária, Deus. Espinosa argumentou que o espírito e a matéria são dois aspectos, duas maneiras de ver a mesma substância, Deus. Berkeley eliminou a matéria, afirmando que Deus, substância espiritual, é tudo o que existe. Aquilo que julgamos ser matéria é, verdadeiramente, uma idéia no espírito de Deus.

Deus é, portanto, espiritual, criador de todas as coisas, no universo, através de Seu próprio espírito. Eliminava-se o dualismo – espírito e matéria – que, desde o começo, tanto preocupou os filósofos. Fora-se a matéria, ficando apenas o espírito. E podemos agir de acordo com o princípio de que o Autor da Natureza sempre agirá uniformemente, se bem que não possamos prová-lo, pois Deus é livre para mudar Seu modo de operar, no momento em que desejar.

David Hume era um cético. Procurou, por conseguinte, mostrar que a razão humana não pode demonstrar a natureza de Deus. Todos os argumentos que os filósofos passados haviam empregado, para provar a existência de Deus e Seus atributos, foram examinados por Hume e declarados falhos. A razão humana, afirmou, é demasiado fraca, cega e limitada para construir qualquer concepção adequada de Deus.

Hume achava, entretanto, que se deve crer na existência de Deus porquanto tal crença é a base de todas as esperanças humanas, da moral e da sociedade. Como não encontramos coisa alguma que exista sem uma causa – argumentou Hume – chegamos à conclusão de que a causa do universo deve ser Deus, um ser de absoluta perfeição. Isso, porém, não pode ser provado pela razão; tampouco podemos dizer qualquer coisa sobre a natureza ou características de Deus.

Hume sugeriu, no entanto, um meio provável de se considerar Deus. É possível, disse ele, que Deus esteja relacionado ao mundo, tanto quanto a alma ao corpo, sendo o princípio ativo do universo. Apressou-se, porém, a acrescentar que isso é uma simples probabilidade. Não há, a respeito, prova que o homem possa fortalecer.

A crença em Deus, ensinava Hume, não vem do raciocínio humano, mas do desejo que o homem tem de ser feliz, do seu temor pela morte e miséria futura, e da sede de vingança, por parte de muitos. Tendo essas características emocionais e impulsivas, como seres humanos, construímos a crença em Deus e procuramos, depois, provar que a razão a justifica. Hume expande-se nessa tentativa de demonstrar que, conquanto do ponto de vista da razão devamos ser céticos acerca de Deus, do ponto de vista de nossa natureza emocional e impulsiva cremos nele e construímos, a Seu respeito, uma teoria que nos é necessária. Essa feição do problema foi, conforme veremos depois, a parte da filosofia de Hume que estimulou Emmanuel Kant a estabelecer uma distinção entre a razão pura e a razão prática.

Ao desenvolver sua teoria sobre as mônades, *Leibnitz* ensinou que essas unidades, que contêm em si o universo, se acham dispostas numa série contínua de crescente clareza. Numa extremidade está a mônade mais sombria, noutra Deus, a mônade mais elevada e mais perfeita, a atividade pura, a “mônade das mônades”.

Mais ainda, para ele, Deus é a causa final de todas as coisas. Conquanto as mônades estejam separadas de tudo e não possam afetar uma à outra, Deus construiu o universo de tal modo que cada uma age como se estivesse afetada e afetando.

O homem não pode formar uma idéia clara sobre Deus, pois Ele é a mônade mais elevada e mais perfeita, e o homem a mais baixa e menos perfeita. Somente outra mônade perfeita poderia conhecer Deus. O homem pode, no entanto, formar uma idéia sobre Deus, considerando certas qualidades encontradas em si mesmo – bondade, força, conhecimento – e elevando-as ao infinito. O resultado constitui a idéia de que Deus é a bondade, a força, o conhecimento, etc. infinitos.

Ora, como Deus é perfeito e completo, não pode sofrer transformações ou desenvolvimento, como acontece com todas as outras mônades. Ele abrange, completamente, todas as coisas e todo o tempo num simples golpe de vista. Criou o mundo que é “o melhor de todos os mundos possíveis”.

Concepção de Deus no Pensamento de Kant

Deus, na teoria de *Emmanuel Kant*, é a noção ou a idéia mais elevada que o homem possa ter, a idéia da entidade mais alta, do Todo Absoluto, que inclui e abrange tudo. Essa idéia transcende a experiência e por meio dela não pode ser obtida. É um dos resultados da razão, que enfeixa em si todos os acontecimentos.

Kant insiste para que não nos esqueçamos de ter formado a idéia sobre o todo da experiência. Ela nada é que possamos saber, como se dá com as idéias a que chegamos através da experiência, pois não podemos sentir todo o universo. Depois de termos formado essa idéia, fazemos desse todo uma entidade e personificamo-la. Então ela vem a ser Deus para nós.

Kant ataca os argumentos pró-existência de Deus, apresentados pelos filósofos que o antecederam, procurando provar que cada um está repleto de inconsistências e ilogismos. Conquanto seja impossível provar a existência de Deus pela razão, torna-se, entretanto, necessário crer em Sua Existência em benefício da vida moral. Precisamos dessa Idéia do Todo, dessa teologia transcendente, como fundamento para nossos princípios éticos.

Embora Kant critique os argumentos de outros em favor da existência de Deus, oferece seu próprio argumento ou prova, que crê assentar em base filosófica mais verdadeira que os demais. Acreditava que cada indivíduo encontrou, inerente à própria razão, o imperativo categórico: “Age somente de acordo com uma máxima que possas, ao mesmo tempo, querer que se converta em uma lei geral; age de modo a poderes desejar que todo o mundo siga o princípio de teu ato.” Isso constitui uma ordem para que o indivíduo viva de acordo com uma vontade absolutamente sã. Mais ainda, viver assim é merecer a felicidade. Por conseguinte, a felicidade e a

vida justa deveriam estar sempre unidas no mundo. É o que não se dá muitas vezes. Vemos pessoas boas muito infelizes; e outras, muito ruins, que são felizes.

Deve, portanto, haver um Deus que seja perfeitamente sábio, bom e poderoso para unir a felicidade à bondade. Deus, segundo Kant, pode saber tudo, é um Ser que possui nossas idéias morais e tem absoluto poder.

Vê-se que a teoria de Kant é um novo desenvolvimento da de Hume. Não podemos saber, pela razão, que Deus exista ou o que possa ser, se existir. Ninguém pode provar coisa alguma sobre Ele, quer por argumentos quer pela razão. Mas podemos, com base em nossas fracas experiências formar uma idéia sobre o Todo do universo e personificá-lo. Além disso, precisamos da idéia de Deus como fundamento de nossa vida moral. Kant chamou essa idéia, sobre Deus, *transcendente*, porquanto transcende nossa experiência. É também uma idéia necessária para uma vida justa, para a moral.

Esse ponto de vista é a resposta de Kant ao ceticismo. Os filósofos conduzidos por John Locke, em seus argumentos ardentes, declararam que o homem só pode ter conhecimento daquilo que sente. Mas o homem não pode sentir Deus. Na melhor das hipóteses, pode desenvolver suas fracas e pequenas idéias até ao infinito e chamar a isso Deus. Kant concordou com os que afirmavam não podermos ter conhecimento de Deus através da razão, mas acrescentou que precisamos de Deus. Por conseguinte, a razão pode lembrar Deus como uma incógnita necessária.

Fichte, Schelling, Schleiermacher, Hegel e Outros Pensadores Alemães Posteriores

A influência de Kant penetrou profundamente no pensamento daqueles que se lhe seguiram. *Fichte* chegou à conclusão de que a fonte do universo é a razão universal, a inteligência em si, o *ego* puro. Este *ego* é distinto do de cada ser humano. É a razão ativa universal que criou e não pode deixar de criar. A isso chamou Deus. Deve-se julgá-la como o *processo-vida universal*, dominando a consciência de todo indivíduo.

Esse *ego* universal ou Deus, além disso, é, segundo *Fichte*, o propósito geral do universo, devendo sua existência ser provada – como assevera Kant – pelas leis morais. A moral exige tal Ser, portanto, Deus existe.

A concepção de *Schelling* sobre Deus é muito similar à de *Fichte*. *Schelling* ensinou que Deus deve ser compreendido como a energia criadora, o fundamento absoluto de tudo. Essa força ou princípio é a alma do universo, através do qual se concretiza. A teoria sustentada por *Schelling* é, na realidade, puro panteísmo. O mundo está vivo, e está porque é Deus, e Ele, naturalmente, está vivo também.

Friedrich Ernst Daniel Schleiermacher adotou a teoria de que Deus, o Absoluto, e o mundo são um só. Para ele, Deus não esteve, em todos os tempos ou na eternidade, sem o mundo. Onde quer que tenha estado, o

mundo também esteve. Deve-se, porém, estabelecer uma importante distinção entre Deus e o mundo.

Conquanto, na teoria de Schleiermacher, se deva julgar Deus como uma entidade, uma, sem espaço e tempo, o mundo, conforme o concebemos, representa muitas coisas no espaço e no tempo. Embora, pois, esse filósofo participasse da escola do pensamento a que chamamos panteísmo, não estabeleceu distinção entre Deus e o mundo.

Afirmou ainda que é impossível atribuir a Deus os usuais atributos de pessoa, pensamento, vontade, etc. Para ele, deve-se julgar Deus como a força criadora geral no universo, a fonte de toda vida. Deus é tal, que o homem só pode concebê-Lo através da sensação religiosa, a sensação de absoluta dependência. Em seus argumentos, diz Schleiermacher que o homem chega a essa sensação de dependência e reconhece que a coisa da qual é dependente, para tudo que ele é, deve ser o *fundamento do mundo*, Deus.

A teoria de *Hegel* sobre Deus faz parte de toda a sua teoria sobre a evolução, a que já nos referimos. Diz-nos ele que Deus é Idéia. Com isso, quer dizer que devemos julgá-Lo todo o processo da evolução, passado, presente e futuro. O processo dialético, que se desdobra na evolução acha-se contido em Deus. (Por *dialético* ou *processo dialético* queremos dizer processo da razão.)

Assim, Deus é a razão criadora do mundo e nele se revela; e, com o desenvolvimento do mundo através da evolução, Ele se torna cômico de si, chega ao conhecimento mais completo de si mesmo. No homem, Ele atinge a mais clara consciência de si mesmo. Evidencia-se que o Deus de Hegel não está completo; está desenvolvendo-se com o mundo. É, na sua concepção, um Deus em desenvolvimento.

O mundo em que *Hermann Lotze* acreditava, o mundo das realidades espirituais, não pode – segundo ele – ser julgado a menos que se admita a existência de uma substância universal, da qual todas as unidades espirituais sejam modos ou expressões. Lotze via, neste mundo de muitas unidades inter-relacionadas, a expressão de certa vontade absoluta que as unificava, a qual impedia que todas se emaranhassem numa confusão sem fim. Toda a natureza, pois, acha-se de certo modo controlada pelo Absoluto, a substância da qual são estados todos os processos da própria natureza. Isso, evidentemente, é panteísmo.

Interpretamos esse Absoluto em termos do que concebemos ser o mais elevado e o melhor possível. A Ele, portanto, nos referimos como a uma pessoa absolutamente bondosa, como a um Deus amoroso.

Gustav Theodor Fechner doutrinava que se deve julgar Deus como a alma mais elevada, a alma do mundo que se acha relacionada ao próprio mundo da mesma maneira que a alma humana ao corpo humano. Na teoria de Fechner, a natureza é o corpo de Deus. Seu pensamento partiu dos processos mentais que descobriu no homem. O indivíduo pensa; entrega-se ao que denominamos processos psíquicos. Acrescentou então que existem, também, formas mais elevadas de processos psíquicos no universo. Todas elas, unidas, constituem o mundo – a alma ou Deus.

Esse grupo de filósofos referia-se a Deus como a fonte ou causa fundamental do universo. Ele é, de certo modo, o que se acha atrás do mundo. Uns disseram-nos que podemos conhecê-Lo através da razão, ao passo que outros afirmaram que a razão não pode penetrar atrás do mundo e atingir-lhe a causa. Outros, ainda, declararam que somente podemos ter conhecimento de Deus através das sensações.

Teorias de Comte, Spencer e Bradley

Os filósofos posteriores inclinaram-se a abandonar o esforço de conhecer a natureza de Deus e deixaram a questão para os teólogos ou religiosos. *Augusto Comte*, como representante dos positivistas, afirmou que todas as tentativas, para chegar à essência das coisas, constituíam sintomas do desenvolvimento imaturo do espírito humano. O indivíduo, ao atingir a fase do positivismo, renuncia a toda tentativa para descobrir Deus, ocupando-se mais em descobrir as relações que existem entre as coisas, entre os fenômenos.

Sir William Hamilton afirmava que se podia crer em Deus se se quisesse, mas que é impossível saber alto a respeito dEle, porquanto o final deve ser incondicionado e o espírito humano só pode conhecer o que é condicionado por algo mais.

Herbert Spencer argumentou que só podemos conhecer o que é finito e limitado. Podemos, entretanto, relacionar as coisas ao Absoluto ou a algo não relacionado. Contudo, podemos conhecer esse Absoluto, a substância fundamental de tudo que conhecemos. Por conseguinte, o Absoluto, segundo Spencer, é o Incognoscível. Existe. Ele não o contesta. Argumentando, porém, declarou que ninguém pode saber o que é.

F. H. Bradley discorda de Spencer, afirmando que o Absoluto é cognoscível. Sustenta ainda que esse Absoluto é um sistema harmonioso, um Todo que, de certo modo, se encontra em toda parte do universo.

Teorias de James e Dewey

William James, fiel ao seu pragmatismo, afirma que a crença em Deus é necessária para a satisfação da natureza humana. Não podemos provar que Ele existe, nem qualquer coisa a Seu respeito, mas temos vontade de crer nEle e devemos satisfazer a essa vontade.

O Deus, no qual James declara dever o homem crer, faz parte do universo e dele não se acha separado. Trabalha com o homem para a concretização dos ideais deste. James a Ele se refere como o grande Companheiro do homem, seu auxiliador. Várias vezes fala em Deus como um ser muito semelhante ao homem – consciente, pessoal e bom – mas, de um modo ou outro, mais poderoso.

John Dewey não emprega o termo Deus sem defini-lo de modo tal que deixe de ter qualquer significado real. Reconhece que o universo existe, passando os homens por certas experiências que têm interpretado em termos de Deus. Afirma que tais interpretações implicam muita coisa que não se pode provar, não devendo, por conseguinte, ter sido feitas.

Assim, o homem, em seu pensamento, tem-se visto num mundo que não compreende e que lhe prepara muita coisa que, a seu ver, representa um

mal. O homem tem procurado explicar o mundo e, ao mesmo tempo, salvar-se dos males que o assolam. Resultam disso muitas teorias sobre Deus, a fonte do universo e a salvação do homem.

Desde os primeiros homens, até ao presente, descobrimos teorias sobre como o universo surgiu e continua a existir. Muitas delas giram em torno de Deus ou de um ser poderoso, muito semelhante ao homem, porém, superior a ele, ser que criou do nada o universo. Esse Deus é, muitas vezes, julgado como a força, o princípio ou o poder, a trabalhar dentro do universo a fim de mantê-lo em movimento.

Em muitas filosofias, conforme vimos, esse Deus preocupa-se, por assim dizer, com o homem. Oferece-lhe salvá-lo do mundo e de seus males. Zela especialmente pelo homem.

A tradição religiosa, com poucas exceções, tem-se apegado a um Deus mais ou menos pessoal que cuida do homem e é, ao mesmo tempo, o criador do universo. Outra tradição, a científica, não se mostra tão segura quanto ao fato de haver algo, no universo, que cuide do homem, ou que a força criadora do universo seja semelhante ao indivíduo. A Ciência conhece forças, impulsos e energias que, no universo, trabalham, criam e destroem. Vê o homem, com seus valores e esperanças, surgindo ao trabalharem essas forças e sendo destruído ao continuarem elas a trabalhar. Os cientistas não se opõem a que se dê a essas formas um nome, a que se empregue o nome de *Deus*; apressam-se, porém, em dizer que a palavra *Deus* não deve ser aplicada com todas as conotações tradicionais.

A filosofia moderna tem-se movimentado rumo à Ciência. Ora nega diretamente a existência de Deus, insistindo em que se reserve o nome para o fenômeno, na História, ao qual foi dado originariamente, ora torna a definir o termo, fazendo-o perder seu significado original, transformando-o apenas em um nome para as forças a que se referem os cientistas. Conquanto exista considerável número de pessoas que se apegam à crença em Deus conforme foi desenvolvida por Santo Agostinho e S. Tomás de Aquino, e haja alguns filósofos que sustentem essa teoria, o grosso dos filósofos modernos abandonou a concepção cristã tradicional sobre Deus, pondo em seu lugar a teoria do Absoluto, quer como fundamento do universo, quer como entidade também do universo, uma substância da qual tudo o mais se criou, quer apenas o universo considerado como um todo, com suas consistências e semelhanças acentuadas.

Tudo isso nos deixa à vontade para escolhermos uma dentre as inúmeras teorias. Podemos seguir a tradição ou aceitar a teoria científica.

CAPÍTULO V

DESTINO *VERSUS* LIVRE-ARBÍTRIO

**PITÁGORAS – SÓCRATES – PLATÃO – ARISTÓTELES –
BACON – DESCARTES – ESPINOSA – LOCKE – HUME –
VOLTAIRE – ROUSSEAU – KANT – SCHELLING – HERBART –
SCHOPENHAUER – MILL – JAMES – DEWEY**

É o homem livre para moldar seu próprio destino ou mera folha exposta ao vendaval do destino? Significam nossos ideais, esperanças, atos e vontades, alguma coisa no mundo? É verdade, conforme afirmam alguns, que nos originamos do desconhecido, vivemos à mercê de forças sobre as quais não temos controle, e voltamos novamente para o desconhecido?

A crença geralmente aceita, de que a vida do homem primitivo era livre e feliz, não encontra fundamento no que se sabe acerca de suas idéias e pensamentos. A mais generalizada, encontrada entre os povos mais antigos, é a denominada “animismo”, isto é, que cada objeto, no mundo, é verdadeiramente uma pessoa muito semelhante ao próprio homem, porém, muito mais poderosa. Além disso, o homem primitivo acreditava que muitos daqueles objetos vivos não lhe eram amistosos.

Acreditava que o rio, a montanha, as árvores, o sol, a lua e cada estrela, enfim, todas as coisas no universo eram seres vivos ou a morada de um espírito. Julgava-se que cada ser ou espírito era muito poderoso, zeloso de sua força, ofendia-se facilmente e era terrível em sua cólera. O homem primitivo vivia, portanto, constantemente receoso de que, inadvertidamente, pudesse ofender e encolerizar um desses seres ou espíritos, e sofrer o mais tétrico dos castigos.

Tais seres ou espíritos dominavam-no sempre, além de outros que pudessem estar à solta no mundo e penetrar nele em qualquer ocasião. A doença, a loucura, e os outros infortúnios que podiam acometer o homem, eram obra dos espíritos dentro dele. Assim, o mundo do homem primitivo, tanto dentro como fora dele, vivia repleto de seres e espíritos que determinavam tudo que fazia ou lhe acontecia.

Nesse mundo de “forças e principados”, o homem não era livre. Nunca lhe entrara pela cabeça que podia ter livre-arbítrio e agir como entendesse. Os seres e espíritos do universo dirigiam e determinavam cada ato e cada pensamento seu.

Mais tarde, a espécie humana ultrapassou a crença no animismo, porém, não chegou a adotar a crença no livre-arbítrio. Se as forças que governavam todos os atos do homem já não eram consideradas objetos vivos da natureza, ou espíritos que ocupavam os objetos naturais e o próprio homem, eram, entretanto, julgadas como sendo as Parcas, seres de grande poder e influência que determinavam a sorte de cada indivíduo. Na antiga mitologia grega, encontramos a concepção das Parcas: criaturas que teciam a

teia do destino, na qual era colhida a espécie humana, sem que esta dela se pudesse libertar.

Tanto a idéia de espíritos como a de Parcas são expressões de uma sensação básica, entre os primeiros povos, de que, de certo modo, o destino de cada homem está determinado por forças que se acham além de seu próprio controle. É a idéia de que toda vida constitui um padrão consistente, determinado por forças fora do homem e às quais ele está completa e absolutamente sujeito. Não se encontra nesse ponto qualquer coisa parecida com o livre-arbítrio do homem. Este é apenas um títere, cujos atos são controlados e determinados pelo puxão de cordéis, pelas mãos de forças que estão muito acima e além dele; tem que seguir sua orientação e nada mais pode fazer.

A Idéia dos Primeiros Pensadores Gregos Sobre o Destino

Vamos encontrar, em toda parte do pensamento grego, a crença no poder absoluto das forças do universo. O destino do homem acha-se determinado por elas, conquanto não se sinta talvez satisfeito com isso, vê-se impotente ante elas. Deve obedecer-lhes.

Os *pitagóricos* estavam convencidos de que o universo, o homem inclusive, é um sistema fechado. Somente pode ser compreendido se se compreenderem as relações entre suas partes. Além disso, essas relações podem ser expressas em termos de números. Conseqüentemente, se o indivíduo pudesse penetrar os segredos dos números, conheceria os segredos do universo e o destino do homem. Isso conduziu a um minucioso estudo dos números, num esforço para predizer o futuro do homem.

No pensamento de *Pitágoras* e de seus adeptos, a natureza do universo é formada de maneira a determinar o destino do homem. Os segredos de sua sorte acham-se encerrados nos números; somente podem ser desvendados se se compreender seu significado. Conseqüentemente, a maneira de saber o que acontecerá ao homem, a cada um, está em compreender a linguagem dos algarismos. Os pitagóricos dedicaram grande parte de suas energias a essa tarefa.

Heráclito ensinou que o processo cósmico segue determinadas leis. Escreveu: “Essa ordem de coisas, que não foi feita por qualquer dos deuses ou pelos homens, sempre foi e será um fogo eterno que se acende e extingue de conformidade com medidas fixas.” Toda mudança, afirmou ele, está de acordo com uma lei fixa e imutável, lei que é o princípio básico do mundo. O homem está completamente sujeito a ela. Heráclito refere-se a essa lei, ou princípio, chamando-a, às vezes, *destino*; outras, *justiça*. Mas, qualquer que seja o nome empregado, o significado é simples. Na base do mundo encontra-se a lei inevitável, à qual estão sujeitas todas as coisas, o homem inclusive. Não resta a este outra alternativa senão seguir-lhe os ditames. “Unicamente isto é sabedoria: conhecer a inteligência pela qual todas as coisas são conduzidas através de todas as demais.” Quando o homem compreende sua sorte, não se revolta, aceita-a como inevitável.

Ponto de vista similar foi adotado por todos os filósofos que antecederam Sócrates. Consideravam o universo construído por alguma força ou poder fundamental que, ao construí-lo, estabeleceu-lhe os padrões

para as partes funcionarem de modo completo e inevitável. O homem, como parte deste mundo, é governado por essa força. Conquanto os filósofos, em sua teoria, não transformassem a *força inevitável* numa pessoa com o título de *destino*, defendiam a crença de que a sorte do homem está determinada, não pelo que faça, porém, pelos fatos de sua criação. As Parcas da religião popular grega e a crença na *força inevitável* da natureza eram, por conseguinte, por princípio, as mesmas.

A primeira brecha nessa tradição surgiu com os *sofistas*. Eles centralizaram a atenção no homem, nele encontrando possibilidades não realizadas. O homem, *medida de todas as coisas*, não podia ficar inteiramente preso a um processo ou a leis de que não pudesse desvencilhar-se. Conquanto não fossem muito claros em sua exposição, parecia-lhes impossível que o homem não exercesse certo efeito sobre o próprio destino. Ao que se afigura, tinham a convicção de que o homem pode moldá-lo entre os de sua espécie. Pode aprender e vencer, como membro da sociedade, a defender-se nos tribunais e a conquistar para si uma posição no Estado. Qualquer que seja o seu destino, pode, pelo menos, moldar sua existência de maneira a satisfazer seus desejos. O homem não está inteiramente escravizado às Parcas.

O Destino Segundo Sócrates, Platão e Aristóteles

Essa concepção forçou os filósofos a pensarem novamente no problema da relação entre o homem e o universo, e das forças responsáveis pela sua existência e atividades. O homem não mais se conformava em aceitar essa *força inevitável* do mundo sem um desafio, sem luta, sem uma corajosa tentativa para defender sua própria integridade.

Sócrates acentuou esse interesse pelo homem. Afirmou que o conhecimento constitui sua realização suprema. Alcançando o conhecimento, o homem age com acerto, é bom. Sem o conhecimento corre o risco de agir com desacerto. Além disso, Sócrates acreditava que o homem pode, pelo conhecimento, ter certa influência sobre seu destino na terra e na vida futura. Pode, até certo ponto pelo menos, exercer influência sobre a sorte que lhe cabe. Eis o começo de uma crença, embora vaga, de que o homem possui certo grau de liberdade de escolha. Essa liberdade não é mera ilusão, mas o futuro do homem pode muito bem depender do uso apropriado que dela faça.

No pensamento de Sócrates, muitas pessoas escolhem erroneamente e, em conseqüência disso, sofrem. Empregam sua liberdade para fins maldosos. Vemos em Sócrates e nos sofistas as Parcas perdendo o domínio sobre o homem. Este começou a erguer-se e a declarar a crença em sua própria capacidade, em sua força, mesmo contra as forças do mundo.

A crença na liberdade aparece claramente nos trabalhos de *Platão*. O homem pode vencer, e de fato vence, os objetivos do mundo. Embora seja uma criatura do Criador divino, pode ordenar sua vida de modo a vivê-la com espírito de justiça e sensatez. Os apetites ou as paixões podem dominá-lo; pode recusar-se a obedecer aos ditames de sua parte mais elevada, a razão ou o espírito. O ideal é o homem justo, com cada parte de sua natureza funcionando harmoniosamente; pode ele, entretanto, destruir essa harmonia.

De fato, em sua obra posterior, *As Leis*, encontramos Platão insistindo na liberdade como base necessária a uma vida justa. Para ele, o homem é livre para construir uma vida que valha a pena viver. Com isso, é evidente haver Platão acreditado que uma vida justa, por não poder ser outra coisa mais, não é na realidade justa. O bem aparece porque alguém se viu a braços com o mal e o dominou, soube fazer uma verdadeira escolha, escolheu direito. Isso implica que o homem não é delimitado pelo mundo, podendo fazer sua escolha e sendo livre para determinar, em última análise, o próprio destino.

Princípio dominante no pensamento de *Aristóteles* é a crença na liberdade do homem. Para ele, a moral não é questão de lei inevitável, porém de livre escolha. Escreveu que “a virtude, como o mal, jaz em nosso poder”. Temos liberdade de fazer o que é bom ou o que é mau. Não há força no mundo que nos obrigue a agir num ou noutro sentido. Em outro tópico, diz: “A virtude é uma disposição ou hábito que envolve, deliberadamente, uma escolha ou um objetivo.”

Aristóteles sustentava ainda que o supremo fim do homem é a realização do que existe de mais elevado e melhor nele como ser humano: sua razão. O homem pode escolher entre aviltá-la ou realizá-la em sua totalidade. É livre de lutar para vir a ser tudo que está nele para ser, ou para tornar-se menos do que é. Cabe a ele a escolha final.

Tanto Platão como Aristóteles, pois, tinham como certo que não pode ser bom um mundo no qual o destino domine completamente. Num mundo assim, não se poderia julgar o homem responsável pelos seus atos. Seria bom ou mau, dominado por uma força além de seu controle; não poderia, portanto, ser censurado. A moral, no pensamento de ambos os filósofos, exige o livre-arbítrio, uma oportunidade para escolher o que é real e não simples ilusão. Homem bom, afirmavam eles, é o que faz a escolha acertada, realizando o melhor através de sua força de vontade. O mau, o que faz a escolha errônea.

Conquanto ambos os filósofos reconhecessem existirem, no mundo, certas leis e consistências, não se mostraram inclinados a dar-lhes rigidez tal que fizesse com que todos os atos do homem sejam determinados. Tinham que deixar lugar para o livre-arbítrio ou liberdade, para que não se negasse a existência de uma vida verdadeiramente justa.

Teorias dos Filósofos Gregos Posteriores

Epicuro e os epicuristas reconheceram o valor da liberdade. Ao seguirem, porém, a teoria atomística de Demócrito, corriam o risco de tornar impossível tal liberdade. Se o homem, assim como toda a natureza, resulta da agregação de átomos, e se desaparece quando esses átomos se desagregam, então estará sujeito à natureza deles. Para vencer a dificuldade, Epicuro afirmou que os átomos são dotados de espontaneidade. Não são impelidos nem puxados pelas forças da natureza; têm o poder de movimentar-se como queiram. Por conseguinte, se o homem é uma composição de átomos, tem, também, força interior para movimentar-se e agir como quiser.

Crendo que não se pode explicar o mundo do homem como resultado de um destino cego, Epicuro não se inclinava a deixar o homem como o títere de forças inexoráveis. Afigurava-se-lhe importante o livre-arbítrio. Como resultado, deu liberdade aos átomos para que eles, por sua vez, pudessem dar liberdade ao homem.

O homem pode, portanto, fazer escolhas e determinar seu destino. Pode lutar pela prudência. Pode procurar o prazer, que lhe vem através da satisfação dos desejos ou da eliminação de todos eles.

Zenão e os estóicos assumiram a outra posição extrema relativamente à liberdade humana. Para eles, o mundo é o resultado de leis fixas e imutáveis. Tudo, nele, está determinado com precisão tal, que não admite falha. Até a vontade do homem é determinada. Nada existe que possa acontecer por acaso. Existe, desde o começo, e existirá até ao derradeiro fim, uma ininterrupta cadeia de causas determinadas pela natureza do universo.

O homem não pode ter livre-arbítrio no sentido verdadeiro do termo, doutrinavam os estóicos. Ele faz parte dessa cadeia causal e todos os seus atos resultam de fatores sobre os quais não tem controle.

É possível ao homem – afirmou *Zenão* – obedecer cortês ou descortemente, mas em qualquer dos casos obedece. Sua única liberdade, pois, está em aceitar o destino, concordar com o que a sorte decretou para si.

Segundo os estóicos, tudo no mundo tem o começo, a origem, na vontade de Deus. Deus é quem governa e determina. Toda a evolução resulta dos propósitos de Deus. O destino e a vontade de Deus são, portanto, a mesma coisa.

Ao abordarem, porém, o problema da ética ou da vida justa, os estóicos abandonaram o determinismo completo de sua metafísica. (Por *metafísica* referimo-nos à concepção dos filósofos sobre o universo e a realidade.) Em sua ética, os estóicos ensinam que o homem pode determinar se obedecerá ou não à lei moral, se seguirá ou não a razão e se procurará ou não realizar o supremo bem. O homem pode entregar-se às paixões e tornar-se seu escravo, ou delas pode escapar, levando uma vida moral. Torna-se livre ao vencer as paixões. É essa a verdadeira liberdade, segundo os estóicos.

Assim, conquanto os estóicos, ao procurarem cingir-se a um mundo no qual a causa e o efeito se acham determinados, neguem a liberdade em sua metafísica, vêem-se incapazes de levar essa teoria a conclusões lógicas. Ao abordarem o problema da ética, percebem que o homem deve ser livre, se o bem e o mal significarem na realidade alguma coisa. Nesse ponto, os estóicos seguem a tradição de Sócrates, Platão e Aristóteles.

Teoria dos Pensadores Gregos Religiosos

Fílon, em seus esforços para conciliar a religião judaica e a filosofia grega, concebeu o corpo como fonte do mal. Quando a alma entra no corpo, partilha do mal dele, um mal que tem sido do corpo desde o começo. A encarnação, pois, da alma no corpo, constitui, segundo *Fílon*, uma queda.

Mas a alma possui o que *Fílon* concebia como pura inteligência, o acréscimo que ela recebe da divindade, de Deus. Isso faz o homem

semelhante a Deus, à divindade. Mas, mesmo que a alma seja relacionada à divindade e, em certo sentido, parte dela, tem o poder de aceitar ou rejeitar livremente o domínio de Deus.

A divindade não exerce completo domínio sobre o homem, mas fá-lo de modo que possa entregar-se aos sentidos e às paixões corporais, ou vencer estas últimas e elevar-se à divindade. O homem tem, portanto a liberdade e pode exercê-la para determinar seu próprio destino num sentido real.

Em caso análogo, *Plotino* concebeu a alma do homem como parte da do mundo e, como tal, partilha da liberdade desta última. Mas a alma do homem teve o desejo de formar e moldar a matéria e, com isso, ficou emaranhada na matéria e caiu. Nessa queda, cada alma perdeu a liberdade original. A verdadeira alma, ao afastar-se da vida dos sentidos, no corpo, reconquista a liberdade. Quando mais diretamente retornar a Deus tanto mais liberdade terá.

No conceito de *Plotino*, a alma é dotada de liberdade original, da mesma maneira que alguém, do lado de fora de uma prisão, tem liberdade. Ao emaranhar-se na matéria, penetra, por assim dizer, numa prisão, perdendo então a liberdade. Mas a alma pode afastar-se do corpo e reconquistá-la. Pode escapar da prisão do corpo, do desejo dos sentidos, e retornar a Deus que é a liberdade em sua perfeição.

Fazer ou não fazer isso – acreditava *Plotino* – é coisa que depende da própria alma. Não há compulsão por parte do destino ou de uma lei inevitável. O homem tem liberdade de sujeitar sua alma ao desejo dos sentidos ou de libertá-la do corpo para elevar-se, unir-se a Deus.

Esses primeiros filósofos não duvidavam que Deus fosse a liberdade perfeita e, como o homem ou a alma humana é semelhante a Ele, partilha dessa liberdade. Assim, para eles, o homem é fundamentalmente livre. Mas, em virtude de seu desprezo quase geral pelo mundo, morada do mal, acreditavam que a encarnação dessa alma livre no corpo, ou na matéria, constitui uma queda ou perda de liberdade. Contudo, nessa encarnação, a alma não perde sua capacidade de salvar-se. É ainda livre para libertar-se do corpo se o quiser. Todos esses pensadores não se mostraram inclinados a dar à matéria absoluto domínio sobre a alma.

Os Pensadores Cristãos dos Primeiros Tempos e da Idade Média

Essa concepção penetrou no Cristianismo em seus tempos primórdios. Os *apologistas*, sem exceção, doutrinavam que o homem é basicamente livre e sua queda advém do contato com o corpo. Por ocasião da criação, acreditavam, a alma era dotada da faculdade de escolher entre o bem e o mal. Como resultado, algumas preferem afastar-se de Deus e entregar-se aos pecados da matéria. Mas o homem pode, com o auxílio da divindade e levando uma vida cristã, retornar a Deus. Pode fazer uma escolha que determinará para sempre o seu destino. Essa escolha é real e eterna. A liberdade do homem, portanto, é real, visto possibilitá-lo a determinar seu estado para todo o sempre.

A primeira doutrina cristã da obra de Jesus está de acordo com essa teoria. Jesus, acreditavam os *apologistas*, veio ao mundo para salvar os

homens do pecado. Mas o pecado implica culpa; esta nada significará, a menos que o homem seja, de certo modo, responsável pelos seus pecados. Não se pode considerar um homem culpado de um ato, salvo se pudesse agir diferentemente. Assim, somente se for livre para fazer sua escolha pode o homem ser condenado pelos seus pecados. Se pecou, é então livre.

Além disso, os antigos cristãos explicavam que Deus, toda bondade e perfeição, não pode ser responsável pelo mal e pelos pecados do mundo. O homem deve, portanto, arcar com essa responsabilidade e é livre. O antigo monge cristão *Pelágio* doutrinava que Deus deu liberdade ao homem para que possa escolher entre o bem e o mal. Cada um faz sua própria escolha dentro do espírito do livre-arbítrio. Assim, pode desviar-se do pecado por um ato de livre-arbítrio, repudiar o mal e receber o perdão divino.

Evidencia-se que esses primeiros cristãos acreditavam ser necessário explicar a obra de Jesus e todo o esquema da salvação.

Santo Agostinho negou a concepção de liberdade do indivíduo. Segundo ele, a espécie humana era livre ao tempo de Adão; este preferiu pecar e perdeu a liberdade, não só para si como para todos os descendentes. Agora ninguém é livre; todos são presas do pecado, escravos do mal.

Deus, porém, escolhe entre os homens aqueles que salvará e aqueles que permitirá sejam destruídos por causa do pecado. Essa escolha não é influenciada por qualquer ato do homem, porém, apenas determinada pelo que Deus quer.

Encontramos em Santo agostinho o fatalismo e a predestinação, no que diz respeito ao homem em si. Com Adão não havia fatalismo. Era livre. Mas Deus sabia, mesmo então, como Adão agiria; sabia que ele pecaria. Resolveu então, desde o princípio, eleger aqueles que salvará. Estão predestinados, desde o começo, à salvação, e todos os restantes predestinados ao castigo eterno. O pecado de Adão, segundo Santo Agostinho, tornou-se hereditário, resultando que o futuro de cada homem se acha determinado e tem sido assim desde o começo dos tempos.

A doutrina do pecado original, tão predominante na antiga Igreja Cristã, conduziu, em Santo Agostinho, à crença no fatalismo no tocante ao indivíduo. Seu futuro está selado, não pode por qualquer ato seu, mas pelo ato do primeiro homem e o livre-arbítrio do próprio Deus.

Abelardo não estava de inteiro acordo com Santo Agostinho, pois afirmava que o homem é livre para escolher entre o bem e o mal. Para ele o pecado está em consentir na prática de um ato mau, reconhecido pelo indivíduo como mau. Se alguém pratica o mal, tencionando, porém, fazer o bem, não é pecado. Mas se sabe que o ato é mau e insiste nele, peca. Essa escolha de atos é questão do livre-arbítrio do homem. Ele pode decidir com base em seu conhecimento e agir em termos de sua decisão.

Enquanto Santo Agostinho tirou ao homem o direito de escolher, Abelardo restituiu-lho, a fim de preservar as noções de culpa e pecado. Sem o direito de escolha, não pode existir pecado, afirmava.

Encontramos em *S. Tomás de Aquino* uma nítida crença na liberdade da vontade humana. O homem, doutrinava ele, é um ser dotado de vontade e

inteligência. Não é impelido pelo exterior a agir, como os animais; ele mesmo pode determinar suas ações. Sua vontade pode seguir o intelecto, fazendo o que este afirmar ser direito. Mas a vontade pode escolher se deve ou não agir. Quando a razão lhe diz que certa ação é boa, o homem pode resolver quais os atos que realmente se adaptam melhor à realização do fim proposto.

Ao considerar, porém, doutrinas religiosas específicas, S. Tomás de Aquino modifica um tanto sua doutrina sobre o livre-arbítrio. Acreditava, da mesma maneira que Santo Agostinho, na doutrina do pecado original. Para ele, o pecado de Adão foi transmitido a todos os homens, carregando consigo suas conseqüências naturais. Somente a graça divina pode proporcionar a salvação, cumpre à vontade humana cooperar. Deus prevê que alguns não aceitarão a graça que Ele oferece e predestina-os ao castigo eterno.

João Duns Escoto doutrinava que, se a vontade fosse inferior ao intelecto, conforme acreditava Aquino, não podia ser livre. Se a vontade tem que atender ao intelecto para orientá-la, estará então sujeita a ele. Por conseguinte, tornar a vontade inteiramente livre, doutrinava Escoto, é considerá-la superior ao intelecto.

A vontade, pois, na concepção de Escoto, é completamente livre e pode tomar decisões entre os sentidos e as leis morais. É a mais alta faculdade da alma, mais alta que o intelecto. Isso conduz naturalmente à teoria de que a vontade de Deus é superior ao seu intelecto, e que o *direito é direito* simplesmente porque Deus quer que assim seja e não porque o seja em termos da razão. Deus fez certas coisas direito. Podia também ter feito justamente o oposto, porquanto é Sua vontade arbitrária que determina o que é *direito*. A vontade de Deus é arbitrária.

Esta é a teoria extremada de que a vontade é livre. Enquanto a vontade for influenciada, em suas ações, pelo intelecto ou pela razão, não poderá ser inteiramente livre. Mas se for livre da razão, terá então alcançado a liberdade culminante. Essa a orientação do pensamento de Escoto, se bem que ele se incline a recuar ante os resultados lógicos finais de sua teoria, um completo caos, porquanto a vontade humana se tornaria uma lei para si mesma. Aquilo que quero é direito, e aquilo que você quer também é. Não pode haver medida acima da vontade humana. Escoto recuou, quando se viu próximo a essa conclusão. Mas apegou-se tenazmente à idéia de que a vontade humana é livre e não está sujeita ao intelecto. De fato, tomou a seguinte posição: se lhe fosse necessário optar por um intelecto sem vontade ou uma vontade sem intelecto, escolheria a última. Nesse ponto, foi um dos grandes paladinos do livre-arbítrio.

Com a Renascença, o homem empenhou-se em libertar-se do domínio da Igreja e de suas doutrinas e em estudar livremente o mundo. Foi uma manifestação da liberdade do homem. O espírito humano recusava-se a ficar mais tempo atado a doutrinas e crenças do passado, mas aspirava pesquisar o universo com olhos desvendados e contar o que encontrasse lá.

Curioso, porém, que, ao empreender essas pesquisas, começasse ele a descobrir leis inexoráveis e consistências matemáticas, pelas quais tudo, no universo, parecia estar controlado. Os primeiros cientistas apartaram-se da

Igreja e de Aristóteles, voltando-se para o mundo em redor. Nele descobriram coisas que aconteciam e lhes pareciam movidas por processos mecânicos. Galileu, Kepler, Sir Isaac Newton, cada um deles descobriu eventos no universo, seguindo o que pareciam ser leis definidas.

E a esse sistema de leis o homem parecia adaptar-se por necessidade. Seu ser, suas ações e até seus pensamentos eram concebidos como sujeitos às leis do universo, leis que não toleravam interferências ou alterações. Libertava-se, assim, o homem da autoridade do passado e da Igreja, para ver-se novamente escravizado a um senhor mais poderoso e mais inflexível que qualquer outro que conheceu antes. O homem, na filosofia de muitos cientistas da Renascença, passou a ser simples parte de um universo mecânico, controlado por forças, e sem significado, salvo como unidade de um todo inexorável.

Teorias de Bacon, Hobbes, Descartes e Espinosa

Francis Bacon é o protótipo do homem que desejava, ardentemente, libertar-se das tradições do passado e abordar o universo sem preconceitos religiosos ou intelectuais. Fundamental em seu pensamento foi a crença de que o homem devia libertar-se das formas e preconceitos do passado, e seguir um novo método no estudo do universo. Seu objetivo era libertar o espírito dos *ídolos*, que o passado nele inculcara, a fim de considerar claramente o universo.

Assim liberto, o espírito humano poderia descobrir as leis que governam o universo e determinar suas próprias ações, tal era a certeza de Bacon.

Contudo, Bacon não pôde escapar inteiramente às idéias do passado. Conquanto relegasse a Religião para um reino próprio e diferente da Filosofia, sustentava que há leis religiosas que o homem deve obedecer, pareçam elas razoáveis ou não. Separando a Teologia da Filosofia, Bacon pôde libertar esta última, para empreender um estudo imparcial do universo. Mas deixou o homem sujeito à vontade de Deus e, com isso, destituído de liberdade. É evidente que essa teoria não podia satisfazer por muito tempo o espírito de um pensador. Era demasiado contraditória.

Thomas Hobbes viu os resultados insatisfatórios da doutrina sugerida por Bacon; foi mais longe ao afirmar que tudo, no universo, está sujeito a uma série de causas e efeitos puramente mecânica. Tudo, até mesmo as ações e o destino do homem – argumentou – pode ser explicado mecanicamente. Todo o universo é movimento. Todos os pensamentos ou idéias são simples movimentos no cérebro.

Assim, na opinião de Hobbes, é absurdo afirmar que o homem tem livre-arbítrio. O indivíduo vê-se cenário de desejos e aversões que se alternam. Quer fazer algumas coisas e outras não. Ao entrarem em conflito esses opostos, em seu espírito, delibera, pensa. O último desejo ou aversão denomina-se vontade. Ele completa sua deliberação e decide agir ou não.

Cada desejo ou aversão é causado. Conseqüentemente, o último desejo ou aversão, o ponto no qual o indivíduo se detém, é também causado. Nesse caso, a vontade é causada, não podendo, portanto, ser livre. O homem,

afirmou Hobbes, é livre de agir depois de ter querido agir, mas não é livre para querer ou não, de acordo com o que quer.

O problema de *Descartes* foi, conforme vimos, conciliar as teorias mecânicas de seu tempo com as idéias sobre Deus, a alma e a liberdade. Não se satisfaz em aceitar a teoria mecanicista do universo, do homem inclusive, que a ciência de seu tempo parecia exigir. Ao mesmo tempo, não se inclinou a desacreditar completamente a Ciência, voltando para a mais antiga tradição espiritualista.

A solução estava em fazer nítida distinção entre o espírito e a matéria. Segundo ele, o corpo faz parte do universo orgânico e é governado por processos puramente mecânicos. Acreditava que nisso dominavam a causa e o efeito, não havendo interrupções na cadeia de causas e estando tudo determinado pelo que vinha antes. Todo o universo, o homem inclusive, podia ser, portanto, explicado mecanicamente.

Mas o espírito, ou alma, é livre. Impõe a vontade como princípio ativo. É livre de ter pensamentos puros ou não. É livre de criar quadros imaginários e mover o corpo em qualquer sentido que queira. A parte volitiva da natureza do homem, portanto, está na alma e apenas indiretamente pode ser influenciada pelo corpo.

A vontade, segundo Descartes, é independente do corpo, podendo, se quiser, produzir estados do corpo. É livre. Mais ainda: o ideal, pelo qual o homem deve lutar, é manter a vontade livre de influências do corpo e de quaisquer outras influências exteriores.

Descartes, conquanto tivesse separado o espírito do corpo, num esforço para conciliar a ciência mecanicista de seu tempo e a religião dos séculos, deixou sem resposta a questão sobre a relação entre um e outro. Como pode o livre-arbítrio do indivíduo afetar o corpo? Foi esse o problema que seus sucessores imediatos atacaram.

Os *ocasionalistas*, dos quais *Guelincx* é um representante, afirmavam que Deus está sempre a par do que o indivíduo vai querer e dispõe o mundo de modo a que sempre aconteça aquilo que ele quer. A vontade humana é livre, mas Deus tem presciência e pode, assim, agir no sentido de parecer que a vontade afeta o corpo ou outros corpos.

Outros sucessores de Descartes, *Blaise Pascal* e *Pierre Bayle*, por exemplo, colocaram a liberdade no reino da religião, afirmando que, embora não possamos provar a liberdade do homem pela razão, podemos saber que o homem é livre através de uma experiência religiosa direta.

Vemos em *Espinosa* que ele abandonou completamente a idéia de Liberdade. Seu sistema filosófico é determinista. Tudo no universo segue alguma coisa, mas numa cadeia causal definida, cujos elos se acham necessariamente ligados ao antecedente e ao conseqüente.

Deus, ou Substância, na teoria de Espinosa, é absolutamente independente, causado e determinado por Si mesmo. É total e completamente livre. Todos os objetos finitos e todos os pensamentos e todos os pensamentos, porém, formam duas linhas, interligadas numa seqüência estritamente causal. Assim, conquanto a substância fundamental

de todas as coisas, e de todos os pensamentos seja livre, a coisa, ou pensamento individual, não pode ser livre; é determinada pela sua história, pelo seu passado.

Não pode existir, portanto, o que se chama livre-arbítrio. Segundo Espinosa, a vontade é simplesmente a alma, que afirma ou nega o que é verdadeiro ou falso, e a afirmação é determinada pela idéia. Conseqüentemente, a vontade está sob o domínio do intelecto, não podendo em qualquer sentido, ser livre.

Ademais, a vontade não pode afetar o corpo. Este e o espírito são atributos de Deus, ou Substância, e cada um é independente do outro.

O homem, afirmou Espinosa, ilude-se ao pensar que é livre pelo fato de não ver a cadeia de causas que determina suas ações. Realmente, qualquer objeto igualmente ignorante podia pensar que era livre. Mas quando o homem chega a compreender a cadeia causal, então percebe que não é absolutamente livre.

Espinosa ensina também que temos diferentes fases de vontade. Num nível estão as paixões. São idéias confusas e inadequadas. Aí *queremos* antes que a idéia esteja completa e definida. As idéias adequadas resultam em vontade própria, na ação adequada em consonância com as idéias. Ao atingir o homem essas idéias adequadas, liberta-se das paixões e age à luz de uma clara compreensão. Ao ter o homem conhecimento, liberta-se do ódio, do temor, da cólera, etc., mas sua vontade fica sempre determinada pela compreensão e não pode, portanto, ser julgada livre.

Teorias de Locke, Hume e Leibnitz

Perguntar se a vontade do homem é livre ou não, constitui, segundo *John Locke*, uma tolice. “É tão fútil” – escreve ele – “perguntar se a vontade do homem é livre, como perguntar se seu sonho é de curta duração ou se sua virtude é inequívoca.” Isso é exato – argumenta ele – porque a vontade é o poder que tem o indivíduo de imaginar suas próprias ações e preferir agir ou não. Se alguém pode escolher suas ações, preferir uma a outra, é que tem vontade. Por outro lado, a liberdade é, também, um poder, o poder de fazer ou não qualquer coisa especial em termos daquilo que o indivíduo quer.

O homem pode ter ambos os poderes. Pode imaginar claramente acerca de seus atos e chegar a uma preferência entre os atos possíveis. Além disso, pode fazer aquilo que prefere ou pode ver-se incapaz de agir de acordo com sua preferência. São dois poderes distintos e, como tais, devem ser reconhecidos, acentua *Locke*.

Deus, afirmou ele, dotou o homem de certos desejos ou preocupações de espírito pela necessidade que tem de algum bem ausente. Esses desejos determinam a vontade. Predispõe-se a realizar o desejo mais importante. È isso que sua vontade quer.

David Hume afirmava que a idéia de necessidade e a de causa, que os homens têm, resultam da observação da uniformidade existente na natureza. Ao contemplar o mundo em redor, o homem reconhece que certas coisas sempre seguem outras. Isso o leva a raciocinar que existe uma ligação causal necessária entre as duas coisas.

Igualmente, ao observar-se, o homem descobre que, ao desejar alguma coisa, advêm atos que se orientam no sentido de consegui-la.

Em virtude, pois, dessas experiências, chega à conclusão de que o universo se caracteriza pela necessidade causal, havendo uma relação de causa e efeito entre os desejos do homem e as ações em que ele se empenha. Contudo, o homem encontra uma necessidade nas relações causais da natureza, mas não encontra uma necessidade similar quando estuda as próprias ações. Se bem que acredite ser a natureza caracterizada por uma relação rígida de causa e efeito, seus próprios atos não são tão rigidamente determinados pelos seus motivos.

Hume sustenta, porém, que, onde quer que haja uniformidade de ação, existe necessidade. Existe uniformidade na natureza e, similarmente, nas ações do homem. Conseqüentemente, podemos inferir de uma coisa, na natureza, até sua causa. As ações do homem resultam de seu caráter e são resultados necessários a esse caráter. Dê-se-lhe outro caráter, e suas ações serão diferentes.

Na teoria de Hume, a liberdade é simplesmente esta ligação necessária. Enquanto as ações do homem advierem de seu próprio caráter, natureza ou desejos, elas serão livres. Mas se ele age por causa de alguma compulsão exterior, contrária a esse caráter ou desejos, ele não é livre.

Por exemplo, um homem fere outro. Se a ação resulta de sua natureza interior, caráter ou desejo, advêm necessariamente da natureza que é sua, porém ele é livre ao agir assim. Mas se alguém o obriga a ferir o indivíduo contra seu próprio desejo e caráter, então não é livre. Em ambos os casos, acha-se presente a necessidade. Mas, no primeiro caso, a necessidade é a da própria natureza do homem em ação, ao passo que, no segundo, ela vem de fora dele, não estando de acordo com sua natureza.

Gottfried Wilhelm Leibnitz atacou o problema como fez Descartes. Percebeu que, de certo modo, a Filosofia deve conciliar as realizações da Ciência e os elementos do Cristianismo, considerados valiosos. Mas, ao passo que Descartes concebeu uma só substância universal e dois atributos, Leibnitz acreditava na existência de um infinito número de unidades minúsculas ou substâncias, as mônades.

Cada mônade, dizia ele, acha-se completamente isolada de qualquer influência exterior a ela. Não pode ser determinada por nenhuma outra que não seja ela. “Não tem janelas.” Por conseguinte, o que faz resulta de sua própria natureza e não por causa de forças exteriores.

O homem, à semelhança de todos os objetos na natureza, compõe-se de certo número de mônades intrincadamente organizadas. Como cada mônade se acha isolada do exterior e, portanto, livre de influências exteriores, deve então o homem achar-se livre de tais influências. Mas, do mesmo modo que a mônade está determinada pelas leis de sua própria natureza interior, está o homem determinado, do interior, pela sua própria natureza, seus impulsos e desejos.

A vontade, segundo Leibnitz, é simplesmente o esforço consciente do indivíduo, esforço que é guiado por uma idéia clara. O homem sabe o que quer e luta para conseguir o que deseja. Essa luta é a vontade. Assim, a

vontade é sempre determinada pela idéia que o indivíduo tem daquilo que quer. A decisão está simplesmente em selecionar o desejo mais forte. O homem não é livre, em qualquer sentido absoluto do termo, para decidir por uma ação ou outra independentemente de seus desejos. Tem que decidir pelo desejo mais forte e lutar para realizá-lo através de ações. *Queremos* aquilo que a natureza nos diz ser o melhor.

Leibnitz acreditava que, com sua teoria, salvaguardara o homem do mecanismo da Ciência e tornara possível a realização dos valores do pensamento cristão. A mônade não está sujeita a influências exteriores e não é, portanto, determinada mecanicamente. As ações são determinadas pela sua própria natureza interior e, por conseguinte, são livres.

O Destino e o Livre-Arbítrio Segundo Voltaire e Rousseau

Em seus primeiros trabalhos, *Voltaire*, o grande propagandista do movimento filosófico conhecido como Iluminismo, pregou a doutrina do livre-arbítrio, que se aproximava de uma completa irresponsabilidade; mas em seus trabalhos posteriores vemo-lo abandoná-la para adotar um determinismo quase igualmente integral. Escreveu: “Quando posso fazer o que quero, sou livre, mas eu quero forçosamente aquilo que minha vontade quer.”

Seguiu-se uma longa plêiade de brilhantes pensadores que, mais influenciados pelo lado científico da filosofia de seus antecessores, procuraram provar que o homem é, inteira e completamente uma máquina destituída de qualquer coisa que possa, num sentido qualquer chamar-se livre-arbítrio. Viam no homem, em todas as suas partes, um ser similar às máquinas complicadas que os inventores estavam construindo. *John Toland, David Hartley, Joseph Priestley, La Mettrie, Barão de Holbach* e muitos outros pregavam que o pensamento é mera função do cérebro, achando-se o indivíduo inteira e completamente determinado pelo jogo das forças no universo, à mercê das quais ficava ao encontrarem-se e separarem-se elas. Nada possui que se possa chamar *vontade*, que tenha o poder de moldar essas forças aos fins que possam ser seus.

A teoria geral de todos os filósofos do Iluminismo foi que o homem, em todos os aspectos, se acha governado pelas mesmas leis que governam o mundo natural. No entender deles, o homem, em todos os aspectos, se acha governado pelas mesmas leis que governam o mundo natural. No entender deles, o homem é apenas outra máquina, porém, mais complicada e mais divertida.

Jean Jacques Rousseau lançou uma bomba no meio desse brilhante grupo de pensadores. Tomou posição oposta às de todos aqueles homens, quando afirmou que a mais verdadeira característica do homem não é o espírito científico, porém o sentimento do coração. Para ele, o homem não é um títere nas mãos das leis naturais, porém uma alma livre, lutando para viver segundo os ditames dessa liberdade. Rousseau via nessa tendência para as ciências a destruição inevitável de tudo aquilo que o homem chegara a acreditar mais valioso. Ele atirou-se, portanto, contra essa corrente, procurando deter as ondas que ameaçavam tragar a Humanidade.

Kant, Fichte, Schelling, Schopenhauer e Outros Pensadores Alemães

Diz-se que *Kant*, recebendo um exemplar de *Émile*, de Rousseau, ficou tão fascinado pelos argumentos ali expendidos, e pelo ponto de vista adotado, que deixou de dar seu costumeiro passeio da tarde. Deixar de dar tal passeio afigurava-se quase uma grande tragédia na comunidade, pois o velho filósofo fazia-o diariamente, com tal pontualidade que os aldeões podiam acertar seus relógios pela sua aparição à porta da casa. Foi Rousseau quem encorajou Kant no grande esforço de salvaguardar a liberdade do homem num mundo de ciências.

Kant ensinava que não há prova de liberdade enquanto se apegar à experiência. Encontramos nesta as relações necessárias: causa e efeito. Não podemos, portanto, provar teoricamente a existência do livre-arbítrio. Até aí Kant concordava com os mecanicistas, aqueles que viam o mundo como uma série de leis mecânicas e operações que se entrelaçam. Não há, do ponto de vista da razão pura prova que apóie a crença no livre-arbítrio.

Mas Kant acreditava que o espírito tem a faculdade da razão, faculdade empenhada em reunir os vários processos, eventos e ocorrências em um todo ou idéias. Essas idéias, embora não sejam questões de experiência, constituem bases legítimas para o raciocínio do homem. E os resultados desse raciocínio devem ser aceitos como bases legítimas para crenças e atos.

Não é na experiência que se vai encontrar a idéia de liberdade. Nela encontramos apenas causa e efeito *ad infinitum*. Mas, argumentava Kant, assiste-nos o direito de ir além da experiência até às *idéias transcendent*es, idéias criadas pela razão independentemente da experiência.

Além disso, é necessário, para preservar a vida moral, que o homem creia na liberdade. É uma idéia prática, uma crença necessária. O livre-arbítrio é, portanto, uma idéia que o homem constrói por causa das exigências de sua natureza moral. É necessário e, portanto, legítimo, mesmo que não possa ser provado pela experiência.

O homem é, pois, segundo Kant, um agente livre. Pode agir voluntariamente, não sendo, portanto, seus atos, elos numa cadeia de causas naturais. O homem, como agente livre, cria o ato que, ao ser visto pelo espírito, faz parte de uma intrincada tela de causa e efeito.

É impossível, sustentava Kant, provar sempre que a vontade é livre. Contudo, por ser necessária tal crença, podemos agir e viver como se a vontade fosse livre. Contudo, por ser necessária tal crença, podemos agir e viver como se a vontade fosse livre. Quando assim agimos e vivemos, descobrimos serem possíveis certos discernimentos morais. Por exemplo, podemos responsabilizar cada indivíduo pelos seus atos e estar em condições de lutar por uma vida melhor. Não estamos mergulhados num desespero moral total, nem colhidos nesse inevitável emaranhado de causa e efeito que caracteriza o mundo da natureza. A vida torna-se mais significativa para nós, como seres humanos, quando podemos crer que aquilo que fazemos representa o resultado da livre escolha e tem, com isso, uma significação moral. A consciência moral do homem implica ser livre a vontade.

Nessa teoria, Kant reserva um lugar para os valores que a Ciência de seu tempo estava arrancando celereamente do cenário. Concordou com os

cientistas em que a experiência não dava lugar para esses valores, os quais, entretanto, se tornavam tão necessários que nos sentíamos justificados em agir como se eles fossem reais.

Elemento básico para essa atitude foi a tese de que existe uma verdade mais elevada que a das ciências, a verdade da natureza moral do homem. As leis morais, no homem, constituem a garantia do mundo além dos sentidos, um mundo no qual se aplica a liberdade. A fé nesse mundo foi o modo com que Kant escapou do aterrador mundo da experiência.

Fichte começou seu pensamento a essa altura. O ponto fundamental foi a crença na liberdade, na idéia de que a vontade ou o *ego*, conforme a chamava, não é um elo na cadeia científica de causa e efeito, porém, livre, agindo por determinação própria. Segundo ele, essa vontade é a única coisa real no mundo.

O *ego*, sendo pura atividade, cria o mundo que ele conhece. Meu mundo não é algo que me foi dado do exterior, porém a criação do *ego* puro, ativo e livre, do qual faço parte. O *ego* Absoluto, ou Deus, é livre, autodeterminado. Cada *ego* individual, ou vontade, faz parte desse *ego* Absoluto, sendo igualmente livre e criador. Aquilo que faço, como indivíduo, é simplesmente o *ego* Absoluto em ação, e sendo ele livre, eu também sou.

Perguntarão alguns: Se aquilo que faço é mera realização dos objetivos do *ego* Absoluto, não sou um escravo desse *ego*? Respondeu *Fichte* que podemos resolver entre ser instrumentos cegos desse *ego* Absoluto ou instrumentos conscientes e autônomos de seus fins. Ao fazermos a escolha, nós, como indivíduos, somos livres. Mas, tendo feito a escolha, deixamos de sê-lo. Minha liberdade jaz, portanto, em minha escolha, em servir voluntariamente ou não ao *ego* Absoluto. É a liberdade de escolha.

Schelling adotou quase o mesmo ponto de vista de *Fichte*. Para ele, também, o fundamento do mundo é um *ego* ou princípio criador, livre e vivo, do qual todas as coisas constituem uma expressão. Ao estabelecer o homem sua idéia de liberdade, ele descortina-a, no mundo, por inferência e passa a conhecer o *ego* Absoluto como o princípio da liberdade. Como vivemos uma vida de liberdade criadora, afirmava ele, percebemos que o mundo, no íntimo, é livre. “A liberdade – escreveu *Schelling* – “só pode ser compreendida pela liberdade.”

A filosofia de *Schleiermacher* procurou salvaguardar a liberdade humana da doutrina do Absoluto. Fazem parte do mundo, sendo, portanto, controlados pelo mundo como um todo. Têm que adaptar-se a ele, concordar com suas leis e exigências. Cada indivíduo, porém, é dotado de seu próprio talento e capacidade especiais. Se se não permitir que essas qualidades se desenvolvam e alcancem toda a sua florescência, o mundo não se desenvolverá em todo o seu apogeu. Por conseguinte, o indivíduo é livre de desenvolver-se e de crescer em termos de sua natureza interior ou talento.

Schleiermacher, por causa de sua teoria básica, que fazia o indivíduo depender do *fundamento do mundo* ou Absoluto, corria o grave perigo de fundir ambos e deixar, assim, o indivíduo inteiramente determinado pelas

leis do Absoluto. Escapou desse completo determinismo acentuando a contribuição específica de cada *ego* para o desenvolvimento do todo, se o Absoluto tem que realizar-se inteiramente.

Hegel afirmava que o mundo é um processo de evolução, no qual se realiza finalmente aquilo que lhe era inerente no começo. Nessa realização, o todo se completa inteiramente. A rosa, por exemplo, é inerente à semente, sendo o resultado da evolução desta até àquela. Contudo, a semente só é inteiramente ela mesma com o florescimento da rosa. Isso se aplica ao mundo, acreditava *Hegel*.

Como Deus, na concepção de *Hegel*, é a razão viva e movimentadora do mundo, somente no espírito dos seres humanos é que Ele se torna inteiramente realizado. O indivíduo, cômico de si mesmo, é a mais completa realização do mundo.

Mas esse indivíduo deve ser livre. A liberdade é inerente ao mundo desde o começo e se realiza inteiramente no indivíduo, na sociedade que contribui para ela. Segundo *Hegel*, o progresso é o desenvolvimento da percepção de liberdade.

Via a liberdade como o fim, o objetivo de seu processo dialético, processo de desenvolvimento desde o mais simples e mais primitivo até ao Espírito Absoluto. O homem é livre, porém é livre para realizar a natureza do mundo. Ao realizá-la, realiza a si mesmo. É, portanto, livre para realizar-se completamente.

Herbart recusou-se a seguir a orientação de *Fichte*, *Schelling* e *Hegel* ao defender a doutrina de liberdade. Não via liberdade para o homem. Sua ambição era construir uma ciência do espírito humano paralela às ciências físicas. Ao esforçar-se nesse empreendimento, acreditou que tinha encontrado leis definidas sobre a conduta humana, tão absolutas que não permitiam a liberdade do indivíduo. Todas as coisas, explicou ele, seguem leis fixas, as leis de uma ciência definida.

Por outro lado, *Schopenhauer* doutrinava que o coração do mundo é a vontade. Luta ou vontade encontra-se em todas as coisas, é o princípio da existência delas. Ao passarmos, por exemplo, da rocha para o homem, vemos a vontade tornar-se cômica de si. Ela é constante, persistente e eterna em todas as coisas.

A vontade de viver e de ser é a causa de todas as lutas, sofrimentos e males do mundo. Em tal mundo, ser moral é ter piedade pelos outros. A simpatia gera bons atos. Se o homem pode demonstrar simpatia gera bons atos. Se o homem pode demonstrar simpatia e remorso, sua vontade deve ser livre. De fato, é livre para anular a vontade.

Schopenhauer vê a vontade do homem como base de todos os males, porquanto o torna egoísta. Ele quer aquilo que quer, é, portanto, egoísta. Mas é também capaz de mostrar simpatia, de sofrer remorso pelos seus atos e os de outros. Nisso, abole a vontade. O homem sente-se feliz e em paz quando, e apenas quando, suprime os desejos egoísticos, quando repudia e abole a vontade, quando não deseja *querer*.

Teorias de Mill e Green

John Stuart Mill concorda com a teoria de Hume quando afirma que toda a confusão no pensamento moderno, quanto ao problema do livre-arbítrio, é devido a um equívoco nos termos. É verdade, assinala, que as ações humanas resultam de muitos fatores. Há uma seqüência de eventos que, se forem inteiramente conhecidos, permitirá predizer os atos futuros de alguém.

Uma dessas causas ou fatores é o desejo do indivíduo. É-me possível resistir a outros fatores, desejar alguma coisa para ser diferente e trabalhar para esse fim. Esse fato torna possível o sentido de liberdade moral. Sem essa capacidade de desejar, e a de querer moldar os resultados, não nos seria possível julgar o indivíduo culpado de seus pecados. Não há lugar para louvores ou censuras num mundo inteiramente determinista. Mill, porém, vê base para louvores e censuras no fato de ser o desejo do indivíduo uma causa dos atos.

A liberdade é, por conseguinte, um fato da existência humana, segundo Mill.

Thomas Hill Green viu que experiências passadas determinam os fatores que o indivíduo aceita como bons e os que aceita como maus. Mas, mesmo nas experiências passadas, o homem foi um fator e participou, portanto, da determinação delas. É, por conseguinte, responsável pela espécie de bem que agora lhe agrada.

Além disso, Green achava o homem capaz de imaginar um mundo melhor. Pode construir seus próprios ideais, visões daquilo que se esforçará por vir a ser. De fato, construindo-os, poderá lutar para realizá-los e para ser melhor no futuro. O homem é, portanto, livre, argumentava Green, livre para desejar uma existência melhor.

Essa capacidade de desejar, de lutar e de, em certo grau, realizar, torna o homem um agente moral e responsável pelos seus atos. Ele é livre, devendo, por conseguinte, aceitar a responsabilidade pelas próprias ações.

Teorias de James e Dewey

William James encontrou no homem a vontade de crer, e foi isso que colocou como base de seu pensamento. Todo sistema filosófico, argumentou, depende, em última análise, da vontade de crer. O homem deseja crer de certo modo, porque a crença parece satisfazê-lo completamente. É a prova pragmática. Ela se ajusta bem e surte efeito.

Ora, se a vontade de crer é fundamental, o homem não pode ficar tolhido por condições e leis imutáveis. Deve fazer parte do cenário num sentido real. Deve, portanto, ser livre. Neste mundo, é livre para construir suas idéias e arriscar tudo para a sua realização.

John Dewey foi mais longe ainda. Concebeu um mundo em formação e o homem fazendo alguma coisa na sua criação. A menos que isso seja ilusão, uma comédia para os espectadores, deve o homem ser livre para tomar decisões e, finalmente, fazê-las valer na natureza das coisas. São as necessidades, os desejos e as tendências humanas que dirigem o mundo.

Conquanto o homem esteja sujeito aos fatores do mundo em que vive, pode inquirir, pensar, traçar planos, tomar decisões e agir de acordo com elas; suas ações podem modificar o mundo. Para Dewey, o pivô do progresso é o ser humano inteligente, prevendo livremente as possíveis conseqüências dos eventos e atirando-se na corrente a fim de modificar-lhe, pelo menos em certo grau, o curso, tornando-o mais conforme aos seus ideais.

Assim, durante toda a história do pensamento humano, debateu-se o homem com esta questão: Sou um simples peão no tabuleiro de xadrez das forças universais, sobre as quais não tenho controle algum, ou posso, até certo grau, pelo menos, determinar minha sorte e destino? Filósofos têm tomado posição em ambos os sentidos, e muitos se colocaram entre os dois extremos. Até então, a grande maioria tem se esforçado por encontrar certa liberdade no homem. Houve, entretanto, muitos que mais ou menos deliberadamente, o entregaram a um destino impenetrável. Contudo, o espírito humano não pôde, durante muito tempo, satisfazer-se em colocar-se inteiramente nas mãos do destino e, inevitavelmente, levanta-se para proclamar a liberdade e desafiar quaisquer forças existentes a fim de derrotá-las.

Inevitavelmente, a morte deve surpreender o homem. Os pessimistas erguem-se para afirmar que ela provou seus argumentos e que o homem, por mais que proteste, é finalmente obrigado a curvar-se diante do destino, que não pode mais desafiar. Já os otimistas retrucarão que a morte não é uma derrota, porém, verdadeira vitória para a vontade do homem.

Embora derribado vezes sem conta pelas forças do mundo, o homem levanta-se para proclamar:

Sou o senhor de meu destino,

Sou o senhor de minha alma.

*

FIM

CAPÍTULO VI

A ALMA E A IMORTALIDADE

**EMPÉDOCLES – PLATÃO – ARISTÓTELES – PLOTINO –
SANTO AGOSTINHO – S. TOMÁS DE AQUINO – BRUNO –
DESCARTES – ESPINOSA – LOCKE – LEIBNITZ – KANT –
SCHLEIERMACHER – SCHOPENHAUER – LOTZE – JAMES –
DEWEY**

É a morte o fim da existência humana? Ou existe algo para o homem numa região além-túmulo? Podemos descobrir no homem uma alma, algo distinto do corpo, que sobrevive ao evento da morte e vive eternamente? Que podemos crer acerca do céu e do inferno?

A morte é uma experiência universal. Todo homem, grande ou pequeno, rico ou pobre, alto ou baixo, encaminha-se inevitavelmente para essa hora em que a vida cessa, voltando o corpo ao pó, donde veio. Para os olhos é o ponto terminal, o fim, a conclusão. O corpo, abandonado a si mesmo, desintegra-se e desaparece e, com o tempo, não deixará traço algum de sua existência.

É o que tem sido desde que a vida apareceu na terra. Ela tem curta duração; logo se esvai. A morte escreve *Finis*, e a vida de ontem passa para o esquecimento. O homem nasce, cresce, sonha, traça planos e constrói para, afinal, entregar-se à morte.

O espírito humano, no entanto, jamais se contentou em deixar a questão nesse ponto. Durante toda a História da Humanidade persistiu a convicção, às vezes obscura e outras muito forte, de que a morte não pode ser o fim, que o túmulo não é uma vitória de adversários do homem, e a morte não inflige uma ferretoada cósmica. Houve, em todas as eras, milhões de criaturas firmes na crença de que aquilo que é mais verdadeiro na Humanidade persiste, em certa forma ou estado, depois da morte.

O homem primitivo tinha seus sonhos. Neles, vagueava por toda parte, caçava, pescava, passava por muitas aventuras e perigos. Mas, ao despertar, seus amigos asseguravam que não tinha saído da caverna ou tenda. Como isso acontecia freqüentemente, passou a acreditar haver nele algo que podia libertar-se do corpo e viver vida própria. Foi, provavelmente, o começo da crença na alma humana.

Mas se o homem tem alma, outras coisas também devem tê-la. Conforme assinalamos, o homem primitivo acreditava que tudo na natureza tem vida. A árvore tem alma ou espíritos; o rio tem alma, e tudo o mais, no mundo do homem primitivo, tem alma, espírito que pode deixar o corpo e voltar a ele depois de ir onde quiser e fazer o que bem entender.

Era crença, nos primeiros tempos, que aquilo que afeta o corpo pouco ou nenhum efeito produz na alma. A liberdade de que goza, de ir e vir, e sua

natureza especial, tornavam-na mais ou menos imune ao que acontecia ao corpo. Não deixa, portanto, de ser natural que o homem acreditasse no fato de a alma sobreviver ao corpo e continuar ativa, muito tempo depois do desaparecimento do corpo.

E assim, gradativamente, foi o homem formando a crença na alma, como algo distinto do corpo, e na sua imortalidade depois da destruição do corpo pela morte.

A imortalidade da alma não era, entretanto, necessariamente eterna para muitos povos primitivos. Acreditavam muitos que, tendo abandonado o corpo, permanecia perto dele durante algum tempo, voltando, vez ou outra, para o corpo. Colocavam-se então junto a este alimentos, bebidas e outras coisas úteis, a fim de que a alma pudesse ser atendida em suas necessidades.

Outras criaturas acreditavam que a alma somente deixava um corpo para ir habitar outro. Nisso, vemos a idéia de que a vida anterior da alma determinava qual a espécie de corpo que passava a ocupar. A alma boa entrava num corpo melhor ou num de escala mais elevada, enquanto a má deveria entrar num corpo de escala bastante inferior.

Outras, ainda, acreditavam que a alma ia para um lugar de sombras e formas espirituais, onde suspirava pelo mundo dos homens. Os primeiros gregos e os antigos hebreus, entre outros, mantinham essa crença. Seus mortos passavam a eternidade numa região escura, inóspita e lúgubre, presa de sofrimentos e remorsos.

A Alma Segundo a Concepção dos Primeiros Filósofos Gregos

Muitos dos primeiros filósofos gregos construíram suas teorias sobre a alma e a imortalidade assentando-as sobre crenças populares, próprias da cultura da época em que viveram. Que a natureza tivesse vida, poucos eram os que o contestavam. Tampouco contestavam a crença de que o homem tem uma alma que, de certo modo, dele faz parte. Os primeiros filósofos gregos referiam-se a essa alma como a menor forma material da substância especial de que tudo, no mundo, fora feito.

Anaxímenes, por exemplo, ensinava ser o ar a substância fundamental do mundo; afirmava igualmente que a alma é um ar muito fino e rarefeito, a substância que mantém o indivíduo consolidado. Quando deixa o corpo, este começa a desintegrar-se e, com isso, destrói-se.

Pitágoras e seus adeptos, os pitagóricos, afirmavam que o destino da alma, depois que abandona o corpo, é determinado pela vida neste. Conseqüentemente, estabeleceram longas e complicadas regras, que cada homem devia conhecer e seguir com o máximo rigor, a fim de assegurar-se de uma existência desejável depois da morte.

Nos ensinamentos de *Heráclito*, vamos encontrar a crença de que o princípio vital do mundo é o fogo eterno. É esse, também, o princípio da vida ou da alma do ser humano. A alma é a forma mais fina (mais rarefeita) do fogo, que sempre se está transformando, porém, sem se destruir jamais. A essa crença básica, Heráclito acrescentou a idéia de que as almas variam em qualidade. Algumas são muito secas e quentes. São as melhores, porque parecem mais com a grande alma cósmica, a alma do mundo, o mais puro

fogo. Outras não são tão secas nem quentes. São as que parecem menos com o fogo cósmico e, portanto, as menos boas.

A alma, segundo *Empédocles*, deixa o corpo por ocasião da morte deste, para entrar em outro e continuar a viver. É a doutrina da transmigração da alma. Ao invés de deixar o corpo e ir para algum lugar a ela reservado, ou ser destruída com o corpo, a alma, segundo essa doutrina, emigra, muda de lugar, passando de um corpo para outro quando sua atual morada não é mais habitável. Foi essa a crença muito generalizada entre os membros de um célebre e antigo grupo religioso, os órficos, que exerceram influência sobre muitos dos primeiros filósofos e tiveram muitos adeptos, durante a era pré-cristã e a primeira fase do Cristianismo.

Leucipo, *Demócrito* e outros atomistas ensinavam que, do mesmo modo que o mundo se compõe de átomos ou partículas de matéria, a alma também se compõe dos mais finos, mais puros e mais perfeitos átomos de fogo. Esses átomos, afirmavam, acham-se espalhados por todo o corpo, um átomo-alma colocado entre dois outros. Enquanto o homem vive, respira e expele átomos-alma. Quando morre, os átomos-alma espalham-se pelo mundo. O corpo semelha uma jarra em que existem muitos átomos-alma. Ao quebrar-se a jarra, por ocasião da morte, derramam-se todos.

Esses átomos, porém, não se perdem ou destroem. Para aqueles filósofos, é impossível a destruição dos átomos. Os átomos-alma podem espalhar-se mas entram em outros corpos, reorganizam-se e criam, assim, outro ser. Acreditavam eles que a transformação não é absoluta. Não podemos criar ou destruir, em qualquer sentido real do termo. A única transformação, verdadeiramente possível, é a de agregarem-se os átomos, formando novos padrões ou seres. Os átomos-alma vivem eternamente, mas estão sempre se reorganizando no mundo, do mesmo modo que todos os outros átomos.

Demócrito ensinava, como também o fizeram os primeiros atomistas, que se tem que identificar a alma com a razão, o pensamento e a parte julgadora do homem.

A Alma e a Imortalidade Segundo Platão e Aristóteles

Platão fez distinção entre a alma do mundo e a alma individual dos seres humanos. Em seu livro *Timeu* descreve, em termos mitológicos, como o Demiurgo, ou arquiteto do mundo, dotou o mundo de alma, a causa do movimento, da beleza, da ordem e da harmonia. Essa *alma do mundo* acha-se entre o mundo das idéias e o das coisas que vemos e sentimos. Age de conformidade com leis definidas, leis de sua própria natureza, e é a causa de todas as leis, harmonia, ordem, vida, espírito e conhecimento.

O Demiurgo criou, segundo Platão, as almas dos planetas e de todos os indivíduos. As últimas, doutrinava ele, são eternas, tendo existido antes de terem entrado no corpo. Nessa preexistência, cada alma viu todas as idéias puras num reino de idéias perfeitas. Mas, ao entrar no corpo, é como se entrasse numa prisão. O corpo cobre a alma e ela esquece tudo que viu. É degradada e aviltada pelo corpo.

Assim, o objetivo da alma, segundo Platão, é libertar-se do corpo a fim de poder ver claramente a verdade. Além disso, por certas experiências,

a alma relembra as idéias puras que viu em seu estado preexistente. O conhecimento não é, pois, algo novo para a alma, mas uma lembrança daquilo que foi esquecido por causa do corpo.

A alma humana, portanto, faz parte da razão pura. É, entretanto, aviltada pelo corpo. Contudo, como existiu antes de penetrar nele, pode dele libertar-se e continuar a existir depois de o corpo ser destruído. Segundo Platão, a alma é imortal.

Platão ofereceu várias provas da imortalidade. Primeiro, sustentou ele, a alma está numa forma absolutamente simples, não podendo, portanto, ser dividida ou destruída. Segundo, a alma é vida, e não é possível que a vida possa vir a ser *não-vida*. A vida deve permanecer sempre vida e a *não-vida* tem que permanecer sempre *não-vida*. Uma não pode vir a ser a outra.

Desejosa de possuir um corpo, a alma que ocupa uma estrela deixa sua morada celeste e entra na matéria, ou corpo. Daí por diante luta para libertar-se do corpo. Se consegue, volta para a estrela, onde passa a morar para sempre. Mas, se falhar, afundar-se-á cada vez mais, passando de um corpo para outro. Vemos aí também a antiga idéia, nossa conhecida, da transmigração da alma.

O objetivo final da vida, segundo Platão, é a alma libertar-se do corpo a fim de voltar para a estrela e, ali, passar a eternidade contemplando o belo e o puro mundo das idéias. Mas, possa ou não libertar-se da matéria e seus males, não pode a alma ser destruída. A eterna preexistência e a imortalidade da alma é a doutrina fundamental de Platão.

Aristóteles pregava que a alma se encontra onde quer que haja vida e, uma vez que em toda parte são encontrados sinais de vida, a alma deve estar em toda a natureza. Se examinarmos esta, descobriremos – assim dizia *Aristóteles* – uma série de almas que principia com as das plantas inferiores ou almas-plantas e sobe até ao mais alto, as almas humanas. As almas-plantas ocupam-se apenas em comer e digerir o alimento, ou nutrição, e com o desenvolvimento do corpo e a reprodução. A alma do homem, porém, possui outros poderes mais elevados.

Ao estudarmos o homem, afirmava *Aristóteles*, descobrimos que sua alma se assemelha muito à da planta, porquanto governa as funções da vida. Semelha também à do animal, visto que, por meio dela, pode receber as impressões dos sentidos e guiar-se por elas. É por meio dessa função da alma que o homem conhece o mundo exterior ao seu corpo e com ele entra em relação.

Contudo, a alma humana é mais elevada, pois tem o poder de pensar em termos de conceitos e acerca da natureza interior das coisas. A alma do homem tem, portanto, o poder da razão. Esta percebe os conceitos, assim como a parte inferior da alma percebe os objetos no mundo.

Nesse ponto, *Aristóteles* subdivide a razão em *razão passiva* e *razão criadora*. A primeira é uma possibilidade que a segunda torna realidade. Assim como em todo o universo *Aristóteles* acreditava acharem-se unidas a matéria e a forma, a fim de que esta constantemente se concretize na matéria – doutrina que já discutimos – assim também na alma. A esse respeito, doutrinava ele que a razão criadora é a forma, e a passiva, a matéria.

A razão criadora, a forma, existia – afirmava – antes que o corpo e a alma tivessem sido criados. Enquanto a razão passiva, ou a parte material do corpo, se acha a este ligada e perece quando ele é destruído, já a razão criadora não se acha afetada por ele; é imaterial e continua a viver depois do corpo. A razão criadora é a centelha divina, uma parte de Deus que, procedente de fora, entra na alma e não se acha afetada pelo seu lado vil.

Uma vez que tudo, exceto a razão criadora, perece com o corpo, a imortalidade da pessoa é impossível no sistema de Aristóteles. A única parte da alma que sobrevive à morte faz verdadeiramente parte de Deus, e a Ele volta. Tudo o mais perece.

Teoria dos Pensadores Gregos Posteriores

Como os *epicuristas* baseavam sua metafísica na obra de Demócrito, eram logicamente obrigados a sustentar que a alma se compõe de átomos, da mesma maneira que as demais coisas no mundo. Mas os átomos da alma são extremamente finos e de variada espécie. Há átomos de fogo, ar, sopro e matéria muito fina. Acham-se espalhados pelo corpo, sendo controlados por uma parte racional que, segundo os epicuristas, está localizada no peito. Além disso, todas as sensações do corpo resultam da alma.

Como a alma, para esses filósofos, é material, não pode ser imortal. Ao morrer e desintegrar-se o corpo, os átomos da alma espalham-se por todo o universo. A morte é, portanto, o fim do corpo e da alma. Assim escreveu Lucrecio, um dos últimos epicuristas: “Um tolo não conseguirá, na vida futura, mais do que tenha conseguido na vida presente.”

Afirmavam os *estóicos* que o homem é alma e corpo, sendo a alma uma centelha do fogo divino controlada por uma parte predominante localizada no coração. É uma espécie de tabuinha em branco, sobre a qual são as coisas escritas por meio de gravações, da mesma maneira que se escreve numa placa de cera. É essa a fonte de nosso conhecimento.

A alma do homem, ensinavam os estóicos, é a fonte do que conhecemos como percepção, juízo, sensações e tendências. Em sua melhor feição, torna-se racional, capaz de pensar em termos de conceitos ou idéias. A alma, pois, torna possível ao homem deliberar e fazer escolha antes de agir.

Vários estóicos sustentavam diferentes idéias, sobre a imortalidade. Alguns pregavam que somente as almas boas e sábias continuam a viver depois da morte do corpo. As demais perecem com este. Outros, afirmavam que todas as almas, independentemente da bondade ou maldade, vivem até ao fim dos tempos.

Teoria de Plotino

Vemos em *Plotino* uma tentativa para interpretar os ensinamentos de Platão em termos dos interesses religiosos posteriores. Ao fazê-lo, Plotino passou a ser um dos participantes da escola conhecida como Neoplatonismo. Para ele, a alma humana faz parte da alma do mundo. A princípio, ela estava num reino onde via a alma pura do mundo e conhecia tudo o que era bom. Voltou-se, porém, para a matéria e decaiu, por desejar amoldar esta última.

Desse estado de degradação, a alma precisa lutar para libertar-se da matéria. Se fracassar, deve, por ocasião da morte do corpo, entrar no de outro homem, planta ou animal. Mas, sendo bem sucedida em livrar-se da matéria, volta para Deus e, com isso, se realiza.

Sendo parte da alma do mundo, que é uma emanção de Deus, a alma humana é imortal e continua a viver depois da morte do corpo. Se se tiver purificado, voltará a Deus, do qual faz parte, e viverá do mesmo modo que Deus.

Concepção da Alma Segundo os Primeiros Cristãos e os Cristãos Medievais

O Cristianismo, segundo a interpretação dos *apologistas*, pregava que a alma e o corpo são coisas distintas, sendo a alma a parte do indivíduo que mais aproximadamente representa o que é bom no mundo. Para eles, portanto, ela é imortal, porém continua a viver num corpo ressuscitado. A morte, na teoria desses pensadores, não era a alma separar-se do corpo, antes a purificação do corpo para que fosse um lugar conveniente para a alma habitar durante toda a eternidade.

Santo Agostinho desenvolveu mais ainda esse ponto de vista, doutrinando que o homem é a união da alma ao corpo. Para ele, porém, o corpo é a prisão da alma, a fonte de todos os males. A alma, por outro lado, é imaterial e inteiramente diferente e distinta do corpo. Conquanto ensinasse que ela dirige e forma o corpo, não explicou como isso acontece.

Além disso, Santo Agostinho ensinava que cada indivíduo tem sua própria alma, não sendo ela uma emanção de Deus. A alma não existe antes do corpo, no qual habita. Sua criação constitui um mistério. Depois que surge, continua a viver eternamente. A alma humana, segundo Santo Agostinho, é imortal. Contudo, sua vida, depois da morte do corpo, pode ser feliz ou amargurada, conforme a maneira que o indivíduo viveu durante a existência terrena. Se durante essa existência ele recebeu o favor de Deus, terá bem-aventurança. Se não, estará eternamente condenado a uma vida amargurada.

Durante a era denominada Idade Média, nos ensinamentos dos escolásticos e seus adeptos, mantinha-se a crença de que o homem possui uma alma distinta do corpo, mas que pode ser, de um modo ou outro, afetada pelo corpo. Julgava-se que o destino eterno da alma depende, pelo menos, de certo grau de suas experiências durante o tempo em que ela esteve no corpo. Não se contestava a sua imortalidade. Tivesse tido uma existência antes de ter entrado no corpo, conforme afirmavam os influenciados por Platão, ou tivesse surgido, por ocasião da criação do corpo, não se duvidaria que vivesse eternamente depois do perecimento do corpo.

Tivesse sido boa, seria recompensada, com a permissão de continuar a existência num reino de completa bem-aventurança. Mas se o indivíduo possuidor da alma tivesse levado vida má, seria condenada ao sofrimento e tormento eternos. A imortalidade era indiscutível em ambos os casos. Como se julgava o corpo a fonte do mal e um perigo para a alma, muitos filósofos afirmavam que esta devia, tanto quanto possível, libertar-se dele e de suas tentações. Em muitos casos, os homens procuravam meios de torturar e

repudiar o corpo para que a alma pudesse viver dentro do espírito do bem, preparando-se, assim, para a felicidade eterna.

S. Tomás de Aquino foi o filósofo que completou e generalizou esse ponto de vista. Doutrinou que a alma humana foi criada por Deus. Segundo ele, é o princípio imaterial, espiritual e vital do corpo. Essa alma espiritual é agregada ao corpo por ocasião do nascimento. Se bem que haja outras, a do homem delas difere por ser inteligente e dotada de vontade. Essa alma inteligente não depende do corpo para sua existência ou função; pode continuar a agir depois dele ter perecido. Mais ainda: continua a existir como existiu durante a vida do corpo. Forma, pois, por si mesma, um novo corpo, um corpo espiritual, por meio do qual atua por toda a eternidade. Esse ponto de vista constituiu a norma aceita pelos católicos ortodoxos, que eles tornaram fundamental para sua crença. Pensadores cristãos posteriores não alteraram seus detalhes, mesmo os mais insignificantes. Surgiram heresias, vez ou outra, mas foram repelidas pela força da teoria ortodoxa.

A Alma Segundo os Precursores da Renascença

Ludovico Vives, precursor do interesse pela ciência que assinalou a Renascença, aconselhava que se deviam abandonar as doutrinas, devendo o homem fazer minucioso estudo científico da alma a fim de descobrir não sua essência, porém, a maneira pela qual age. *Bernardino Telésio* procurou explicar a alma, mecânica e materialmente, de modo algo semelhante ao dos primeiros gregos. Afirmava que a alma é uma substância muito fina, semelhante ao calor, centralizada no cérebro, porém, difundida por todo o corpo através dos nervos. Como tal, acreditava que ela faz com que as partes do corpo se mantenham unidas e se movimentem como indivíduo. Além dessa alma material, doutrinava que existia uma imortal, agregada à alma material por Deus.

Giordano Bruno ensinava que a alma é uma mônade imortal ou elemento não causado, similar às mônades ou elementos que compõem todas as coisas do universo.

A esses homens que figuraram na alvorada da nova era da Humanidade, o Período Moderno, não satisfaziam as teorias da alma, desenvolvidas que pelos pensadores antigos quer pelos homens da Igreja medieval. Achavam que aquelas primeiras teorias e idéias não resistiam aos testes da Ciência. Procuraram, então, uma teoria sobre a alma e a imortalidade que se enquadrasse na cultura que começava a florir.

Teorias de Bacon e Hobbes

Vê-se claramente, nos trabalhos de *Francis Bacon*, que se procurou romper com o passado. Doutrinou ele que a alma humana é, verdadeiramente, duas, uma divina ou racional e outra irracional. A primeira – afirmou – é da alçada da Religião. Já a segunda está livre para estudo e compreensão por parte do homem, que para isso se utiliza de métodos científicos. Acreditava Bacon que, por meio desses métodos, veríamos ser material essa alma, porém invisível, habitando a cabeça e irradiando-se através dos nervos, para todas as partes do corpo. Ela é a morada da razão, da imaginação, da compreensão, da memória, dos apetites e da vontade.

Hobbes rompeu completamente com o passado. Sustentou que o mundo todo é material, nada havendo nele que corresponda à alma humana como a descreveram os primeiros filósofos. Sua posição materialista não deixou lugar para a alma imaterial, que pudesse sobreviver à desintegração do corpo.

Teorias de Descartes e Espinosa

Descartes achava que o resultado lógico da Ciência era um mundo materialista e mecânico, mas estava também certo de que isso não explicava completamente o mundo. Conseqüentemente, procurou descobrir um meio pelo qual pudesse explicar tudo o que a Ciência parece exigir e, ao mesmo tempo sustentar a existência da alma humana. O resultado foi sua teoria sobre a existência de uma única substância absoluta, Deus, e duas substâncias relativas, espírito e corpo. Tendo estabelecido a distinção, foi-lhe fácil afirmar que a alma é distinta do corpo, não estando, portanto, como este, sujeita às mesmas leis.

A alma – explicou – é uma unidade ou um princípio simples que se manifesta de inúmeros modos, entre os quais estão os de querer, sentir e raciocinar. É vista, portanto, agindo e, também, tendo paixões.

Como essa alma faz parte do todo, faz parte de Deus ou da Substância Absoluta, não se pode admitir que desapareça e, sim, que continua a existir enquanto Deus continua a existir. A morte do corpo é apenas uma mudança. Sendo a alma livre dele e não sendo verdadeiramente afetada por ele, não sofre nenhuma influência com sua desintegração.

Embora afirmasse que Deus é a única substância, *Descartes* achou necessário estabelecer uma separação nítida entre a alma e o corpo, e, com isso, deixou um dualismo. Isso não satisfez seus seguidores. Evidenciavam-se facilmente dois meios para resolver o problema. Por um lado, um filósofo poderia desprezar o corpo e concentrar-se na alma. Foi o que fez *Malebranche*. Para ele, a alma é a única realidade, sendo aquilo que pensamos do corpo mera idéia do corpo na alma. Temos aí o idealismo puro. *Hobbes* tomou outra atitude: negou a existência da alma e concentrou-se na teoria materialista do mundo.

Restou a *Espinosa* oferecer sua solução sem sacrificar os resultados da ciência natural ou da alma. Como Deus, segundo ele, é a única substância, a alma nada mais podia ser que um modo de Deus. Como tal, identifica-se com o lado espiritual do mundo. Percebe-se a alma quando se considera a substância mais pelo lado do espírito do que pelo lado do corpo. Ela está, por conseguinte, sujeita tão-somente às leis espirituais e não às leis da Ciência ou do mundo material.

Além disso, como modo da substância absoluta, a alma não pode ser imortal num sentido individual; tem, na realidade, imortalidade como um modo de Deus que, da mesma maneira que Deus, não pode ser destruído. Como modo de Deus, continua forçosamente mesmo que mude a forma visível do corpo, que é também um modo de Deus.

Locke, Berkeley, Hume e Leibnitz

A teoria de *John Locke* semelha bastante à de Descartes. Considerava o mundo composto de duas substâncias: corpos e almas. Estas, segundo ele, são substâncias espirituais, dotadas do poder de percepção, pensamento e vontade. O homem chega à idéia da alma combinando as várias operações do espírito humano, tais como as da vontade, conhecimento, etc., e admitindo um apoio para elas. Esse apoio ou fundamento é a substância alma. Eis seu argumento: “Se temos em nós idéias claras e distintas, tanto sobre o pensamento como sobre a solidez, não sei por que não podemos também admitir a existência de uma coisa pensante sem solidez, isto é, imaterial, bem como de uma coisa sólida destituída de pensamento, isto é, matéria. Não é mais difícil conceber a existência do pensamento sem a matéria do que conceber como pensaria a matéria.” A alma é essa coisa imaterial que pensa.

A alma do homem é, segundo Locke, ativa e passiva. Pode afetar e mover os corpos e, ao mesmo tempo, ser por eles afetada de modo a ter idéias. Verifica-se aí, portanto, uma interação.

Se a alma é imortal, se vive depois da morte do corpo, isso, na opinião de Locke, é questão de fé, não se podendo ter a respeito uma idéia clara e distinta. Está acima da razão, mas nela se pode crer pela fé.

Espírito e alma são termos que *Berkeley* emprega de modo permutável. O mundo, conforme vimos, é, segundo ele, todo espírito. Seguindo a teoria de Locke, de acordo com a qual tudo o que podemos conhecer são as nossas idéias, Berkeley adotou a tese de que o espírito, criador e fonte das idéias, é tudo que existe. Idéias que não são criação do espírito são criação de Deus, que é também espírito. A alma do homem é, portanto, o começo e o fim do mundo. Naturalmente não pode morrer; viverá como parte da fonte espiritual do mundo.

Hume, levando a teoria de Locke à sua conclusão lógica, conforme vimos, sustentava que não podemos ter conhecimento seguro quer da substância material, quer da espiritual. Não podemos saber se existe o mundo material ou se existe a alma. Tudo o que sabemos é que existe uma sucessão de idéias. Se existe fundamento para essas idéias, uma alma que as tenha é coisa que não se sabe. Devemos, pois, ser agnósticos (isto é, sem convicção definida) quanto à alma.

Nenhuma pesquisa, afirmou Hume, revelará uma substância-alma imaterial, indivisível e imperecível. Escreveu ele: “quando entro intimamente no que denomino meu *eu*, sempre tropeço em uma ou outra percepção especial de calor ou frio, de luz ou sombra, de amor ou ódio, de dor ou prazer. Em tempo algum me pilho sem uma percepção; nada observo que não seja percepção.” O espírito é, pois, nada mais que uma sucessão ou mistura de percepções. Assim, qualquer idéia sobre a imortalidade da alma é inteiramente sem fundamento, não podendo ser aceita.

Esse raciocínio era puro ceticismo. Como tal, não podia satisfazer os filósofos. Eles não o aceitaram pelo que representava, antes tinham certeza de que, ao longo do raciocínio de Locke e Hume, havia alguma coisa errada, alguma coisa importante que havia sido omitida. Trataram então de procurar o erro, a parte que faltava e que tornaria o quadro completamente diferente.

A teoria de *Leibnitz* pareceu mais promissora que o ceticismo de Hume. Segundo ele, o mundo compõe-se de um infinito número de mônades ou unidades de força. Mesmo a alma é tal substância, uma unidade de força espiritual. Realmente, a alma-átomo é, no universo, o modelo de todas as mônades.

O organismo humano difere do de todos os outros seres porquanto contém além de outras mônades, uma *mônade-rainha* ou alma, mônade-guia ou controladora de todas as que formam o organismo. Essa alma-mônade organiza as mônades do organismo, tornando-as uma unidade, um todo. Mas o controle da alma-mônade sobre todas as outras do corpo não constitui matéria de influência direta. Nenhuma mônade exerce influência sobre outra. Ao contrário, Deus criou todas elas de modo a haver, no homem, uma harmonia preestabelecida entre a alma-mônade e as outras mônades. Conforme vimos, a alma-mônade parece controlar as outras mônades da mesma maneira que um homem a outro. Isso, porém, é ilusão. Na realidade agem conjuntamente por causa dessa harmonia preexistente.

A alma-mônade, assim como todas as outras mônades, desenvolve-se e movimenta-se para sua auto-realização, por causa de sua própria natureza, por causa do que está nela internamente.

Além disso, todo conhecimento chega à alma-mônade não do exterior, porém de seu próprio interior. Está implícito dentro da alma e é questão do desenvolvimento do que é latente na sua própria natureza. A experiência apenas agita-a para realizar aquilo que está dentro dela.

Nenhuma mônade pode ser destruída e isso se aplica, também, à alma-mônade. É eterna e continua a viver, mesmo que as que formam determinado corpo se separem por ocasião da morte. A alma é, pois, imortal.

Durante o século XVIII, foi muito forte a influência de Leibnitz na Alemanha, onde os filósofos se esforçavam por provar a existência da alma e sua imortalidade. Já na Inglaterra, onde dominava a influência de Locke, Berkeley e Hume, havia uma tendência para a teoria mecanicista do homem e seu universo. Dominava a idéia de que o homem nada mais é que uma máquina. Tal idéia, naturalmente, não dava lugar à concepção da alma. Homens como Toland e Hartley procuraram demonstrar que qualquer idéia, sobre a alma, estava fora de questão.

A Alma e a Imortalidade Segundo Kant

Foi *Kant* quem reuniu as muitas correntes do pensamento num sistema que provou ser uma das mais importantes realizações da história do pensamento humano. Afirmou que o intelecto somente pode conhecer aquilo que experimentamos. Contudo, a razão pode ir além e conceber um mundo do qual não temos, de fato, experiência. Ela, portanto, transcende, eleva-se acima da experiência e fornece-nos princípios transcendentais.

A razão dá ao homem uma idéia da alma como resultado de todos os processos mentais. Conquanto não sintamos a alma, a idéia sobre ela tem valor, e podemos, portanto, nela pensar.

Como não pode haver conhecimento sem *conhecedor*, assiste-nos concluir que há tal coisa como alma, que age como se ela existisse. Embora não possamos provar a existência de uma alma imortal, podemos agir como se existisse, porquanto vale realmente fazê-lo. Kant afirmava que o emprego dessa idéia é regulador, porquanto unifica muitos conceitos nossos e sistematiza muitas de nossas idéias. A idéia sobre a alma serve como ponto focal, para o qual podemos orientar as experiências conscientes.

Além disso, a idéia sobre a alma tem valor ético. É resultado da lei moral e serve como base para a vida moral. A lei moral, que discutimos em outro capítulo, exige boa vontade e é de tal forma regulada que age sempre de modo à sua ação poder muito bem tornar-se geral, pelo menos como princípio. Essa boa vontade deve ser realizável. Mas o homem não pode tornar-se absolutamente bom em todo momento, durante sua existência mortal. Conseqüentemente, esse princípio torna necessária a imortalidade da alma, a fim de as exigências da lei moral poderem ser atendidas. Durante esse tempo infinito, tornado necessário e possível, a alma humana encaminha-se para a perfeição, para a completa realização das exigências da lei moral.

Fichte, Schleiermacher, Herbart e Schopenhauer

A asserção de Kant de que a lei moral constitui a base para o homem agir, como se existisse um mundo supersensível, um mundo além da Ciência, da experiência, foi o ponto de partida da filosofia de *Fichte*. Baseado nesse princípio, *Fichte* e aqueles que o seguiram construíram o que passou a ser conhecido como o *idealismo post-kantiano*. O *ego* ou vontade, segundo *Fichte*, é a fonte, criador do mundo que conhecemos. O homem somente pode compreender aquilo que ele criou.

O *ego*, porém, é pura atividade, razão universal, princípio absoluto que difere do *ego* de cada pessoa que vive. É o processo da vida universal a dominar cada consciência individual. Esse *ego* desfaz-se em pedaços, os *egos* individuais, da mesma maneira que a luz se rompe em partículas, sem, no entanto, romper-se da fonte. Portanto, o *ego* individual nada mais é que a manifestação do *ego* universal ou princípio criador.

Esse *ego* individual, por causa da lei moral que nele se encontra, conforme sustentara Kant, deve continuar lutando e ser, portanto, imortal. Faz parte do indivíduo que outros denominaram alma, não se podendo julgá-lo sujeito a perecer com o corpo.

Embora não se mostrasse inclinado a aceitar as doutrinas de idealismo até esse ponto, como Fichte, *Schleiermacher*, entretanto, acreditava que o *ego* individual tem uma independência que o torna autodeterminador. Pode desenvolver seu próprio talento e contribuir, assim, para o desenvolvimento do Todo, ou Absoluto, do qual faz parte. Mas, mesmo essa liberdade não basta para admitir a imortalidade do *ego* ou alma. A única imortalidade que *Schleiermacher* se propõe a aceitar é a da união com o infinito. Segundo ele, a alma é imortal quando se torna “eterna em todos os momentos do tempo”.

Herbart impugnou todo o ponto de vista idealístico. Para ele, há muitos *reais*, ou substâncias muito simples e imutáveis, que se agregam para formar os objetos. A alma – doutrinava – é um *real* que se pode caracterizar como simples, absoluto, destituído de tempo e espaço. O corpo do homem é uma massa de *reais*, com a alma estabelecida no cérebro. Conquanto todas as almas sejam essencialmente semelhantes, diferem, entretanto, no desenvolvimento, devido à natureza do corpo em que cada uma reside.

Ao chocar-se uma alma contra outra, surgem sensações, as quais se acham organizadas na alma e formam seu conteúdo. A alma é originariamente vazia, sendo seu revestimento as sensações que resultam ao procurar ela preservar-se, no contato com as demais.

Como o mundo dos *reais* é imutável, sendo a única mudança a mistura e *remistura* dos reais, a alma não desaparece quando o corpo se desfaz; continua a existir.

A *vontade*, de *Schopenhauer*, corresponde à alma de outros filósofos. É a *coisa-em-si-mesma* de Kant, o sustentáculo de toda experiência, de todas as coisas. A vontade individual é imortal porquanto faz parte da vontade universal. Por ocasião da morte, a vontade individual cessa de ser individual, como expressão especial da vontade universal. Mas a vontade não morre. É básica para o mundo inteiro e assim continuará para sempre.

O mundo exterior, segundo *Hermann Lotze*, é a criação da alma na alma. Essa alma acha-se situada no cérebro e só neste pode entrar em contato com o corpo. Enquanto o corpo está vivo, ela é o princípio dominante e controlador. Depois da morte, não é claro, argumenta *Lotze*, o que acontece com a alma; acreditava, porém, como ato de fé, que cada indivíduo deve, em certo tempo e algures, receber a recompensa ou o justo castigo. *Lotze* acreditava, portanto, de certo modo, na imortalidade da alma, embora não pudesse prová-lo.

Concepções Recentes e Atuais da Alma e da Imortalidade

A filosofia mais recente abandonou a antiga concepção sobre a alma e a imortalidade. Lendo-se os filósofos modernos, causa admiração o fato de a alma ser, em suas obras, raramente mencionada, e de quase não se admitir a palavra *imortalidade*. Numa antologia recente de filosofia moderna, um livro de cerca de seiscentas e cinquenta páginas selecionadas dos trabalhos de filósofos atuais, não há menção à alma, sendo muito poucas as citações sobre a imortalidade.

Encontrar-se-á base para tal atitude no interesse atual pelas Ciências, e na convicção geral de que é perigoso ir além da ação observável. Interesse e respeito caracterizam a atitude do homem moderno para com os métodos científicos. Esses métodos, se aplicados minuciosamente, não conduzem à alma, tampouco à crença na imortalidade.

A psicologia behaviorista, conforme foi defendida por John B. Watson e outros, centralizou a atenção moderna no comportamento, como elemento a ser observado. Embora muitos pensadores não se inclinem a ir até o limite do behaviorismo – e admitam, com os seus mais entusiásticos defensores, que o comportamento, conforme o vê um observador, é o começo e o fim do estudo científico do homem – a influência dessa atitude tem sido, entretanto, grande.

Além disso, a idéia antiga de explicar a capacidade do homem, de pensar e raciocinar, sob o fundamento de possuir um espírito ou alma, foi, em grande parte, abandonada. Tem-se a impressão de que tal explicação não é verdadeira e, sim, um meio de fugir à questão. O pensamento, diz-se, é uma atividade com certa qualidade, própria da mente. O homem que pensa não tem a mente, com a qual ele pensa, distinta do corpo. Mas, por ser mais bem organizado e construído, pode realizar atos que se caracterizam como resultantes dos pensamentos.

Encontramos essa atitude geral nos representantes das escolas “positivista” e “pragmática.” Entre os positivistas encontra-se *Augusto Comte* que acreditava serem a alma e a crença na imortalidade características de uma fase mais primitiva e mais infantil do desenvolvimento do homem. Ao tornar-se mais maduro no desenvolvimento racial, o homem reconhece que tais crenças não são exatas, porém, meros desejos que não se podem provar ou fundamentar com fatos. Conseqüentemente, devem ser abandonadas, argumenta Comte.

O pragmatismo segue a mesma tradição. *William James* reconheceu que muitos homens acreditam na existência de uma alma dotada de imortalidade, admitindo que tal crença tem certa utilidade na vida moral do homem. Ele não sabia, porém, como enquadrar essa crença na estrutura de um pensamento exato. *John Dewey* apresenta-se mais convicto do que James ao afirmar que não existe base para a crença. Está convicto de que a doutrina da alma poderá ser realmente prejudicial, porquanto traz consigo uma carga de tradições que oprime o homem e o faz renunciar, completamente, à idéia de compreender as experiências que tenham sabor religioso.

Embora haja ainda muitos filósofos, quase todos influenciados pela tradição religiosa, que procuram interpretar o termo *alma* e o que o acompanha, *imortalidade*, de modo a poder adaptá-los ao esquema da ciência moderna sem muita deturpação e desfiguração, a tendência moderna é abandonar completamente essas idéias no que diz respeito à Filosofia.

A alma é considerada nada mais que um nome para certa espécie de atividade, de natureza espiritual. Não significa entidade ou coisa, que se possa possuir da mesma maneira que se possuem mãos, olhos, etc. Além disso, a imortalidade não significa, para a maioria dos filósofos modernos,

a continuação eterna de uma coisa ou a vida eterna da entidade individual que conhecemos como nós mesmos. Imortalidade biológica ou existência contínua da estrutura do germe do homem, imortalidade da influência ou do contínuo efeito da influência do indivíduo depois da morte do corpo, e imortalidade do grupo ou a continuação do todo, do qual cada indivíduo faz parte durante certo tempo, são as teorias aceitas pelos pensadores modernos.

A antiga e tradicional idéia de que existe o dualismo corpo, ou alma, ambos com vidas mais ou menos separadas, tem sido quase inteiramente abandonada. Assim, a concepção de que um membro de tal dualismo, o espírito ou alma, pode continuar a viver e funcionar depois que o outro tenha deixado de funcionar, foi também abandonada.

Em lugar dessas idéias tradicionais, que têm longa e honrosa tradição, vemos hoje em dia a concepção mais científica de ser o homem um ente que, dado o seu longo e altamente especializado desenvolvimento evolucionista, é capaz de fazer coisas inteiramente impossíveis em qualquer outro nível do processo evolucionista. Pode raciocinar, pensar, traçar planos e executá-los, conceber valores espirituais e lutar pela sua realização. Pode fazer adaptações exatas a tudo que o cerca. De fato, pode conceber o mundo na esfera de seu pensamento e traçar planos inauditos para dominá-lo e transformá-lo de acordo com seus desejos. Essa capacidade acha-se acima de qualquer coisa que conhecemos no mundo. Tem, portanto, uma qualidade diferente da de quaisquer outras atividades que o homem conhece. O pensamento moderno, contudo, não se sente inclinado a passar desses fatos para a teoria de que tais atos não resultam do corpo, antes, porém, de outra coisa que o homem possui, e que se chama espírito ou alma. No pensamento moderno, afirma-se que essas atividades são da mente ou do espírito e parte da atividade completa do indivíduo.

Um exemplo auxiliará a tornar mais clara essa atitude. Dir-se-á que determinado homem é feio ao passo que outro é bonito. Que é que produz essa diferença? Indagam os filósofos modernos. Possui o segundo daqueles homens algo que possamos designar *beleza* e por cuja razão é ele bonito? Não. A beleza não é uma coisa, porém uma qualidade. Por serem de tal modo construídas e organizadas as características de um indivíduo, dizemos que ele é bonito. Não há coisa ou entidade, como *beleza*, que faça o indivíduo bonito.

Igualmente, o homem não tem alma ou espírito, mas seus atos são de tal natureza que os caracterizamos como voluntários ou espirituais.

Essa teoria faz com que a filosofia moderna abandone a idéia da imortalidade da alma, da maneira que foi sustentada no passado. Se não há coisa ou entidade que corresponda à alma, não pode haver imortalidade. Daí decorre o abandono da concepção de um lugar para onde vai a alma depois da morte do corpo. Essa concepção se estende desde a antiga idéia hebraica, sobre Sheol, e a dos gregos sobre Hades, a terra das sombras do outro lado do Rio Styx, até à idéia altamente imaginosa sobre o Céu, mantida pela tradição cristã. De fato, quase toda religião tem se apegado à crença numa região além-túmulo, para onde vão as almas a fim de receberem e gozarem a recompensa. Muitas religiões conceberam também

outra região, onde as almas más vão receber o castigo. Mas, não havendo alma, não podem existir regiões de recompensas e castigos.

O pensamento moderno volta-se, portanto, para o homem e sua vida entre o nascimento e o túmulo, à cata de um reino para seus valores. Dentro desse intervalo encontra o filósofo moderno tudo o que precisa a fim de compreender o homem. Muitos pensadores admitem crenças ou hipóteses a respeito de experiências do além-túmulo, mas não as incluem em esquemas filosóficos, nem encontram provas suficientes para torná-las diferentes de idéias oriundas de uma tradição mais antiga e menos científica, ou do desejo daqueles que não se satisfazem com a interpretação científica da vida.

*

CAPÍTULO VII

O HOMEM E O ESTADO

**PITGÁGORAS – DEMÓCRITO – OS SOFISTAS – SÓCRATES
– PLATÃO – ARISTÓTELES – OS EPICURISTAS – OS ESTÓICOS
– SANTO AGOSTINHO – MAQUIAVEL – GRÓCIO – HOBBS –
LOCKE – ADAM SMITH – ROUSSEAU – HEGEL – MARX – MILL
– NIETZCHE – DEWEY**

A sociedade é feita para o homem ou o homem é feito para a sociedade? É o Estado uma criação divina, que não se deve contestar, ou resulta de um “contrato social” entre os homens, sujeito a alterações quando não mais servir? Como os governantes conseguem sua autoridade? É justificável a revolução? Qual o correto, o totalitarismo ou a democracia?

O homem é um ser gregário. Por natureza, vive com os semelhantes e sente prazer nisso. De fato, não existe mais cruel punição, infligida ao indivíduo, que a de isolá-lo de outros homens durante um longo espaço de tempo.

Se o prazer de conviver com outros é próprio da natureza originária e básica do homem, não se sabe. É claro, porém, que os primeiros homens, a respeito dos quais sabemos alguma coisa, viviam juntos, fosse numa caverna ou em rudes abrigos construídos de ramos e folhas, ou acorados à sombra de árvores, ou junto a rochedos proeminentes que os protegessem. Fosse o que fosse, os homens mais primitivos desejavam sempre estar perto dos de sua espécie. A razão talvez estivesse no desejo de segurança e na idéia de que um homem, sozinho, estaria mais perigosamente exposto aos inimigos, ao passo que dois ou mais, juntos, estariam mais capacitados para se proteger.

Qualquer que seja a razão ou o lugar, onde quer que encontremos provas da existência do homem, iremos encontrar testemunhos de que homens e mulheres viviam em grupo. Como a vida em conjunto, de homens ou de animais, ocasiona choques de idéias e desejos, é quase certo que os primeiros indivíduos organizaram certa forma de sociedade e criaram regras aceitas por todos. As primeiras regras, provavelmente, não foram conscientemente determinadas, ou feitas de maneira que todos pudessem aprendê-las. É possível que tivessem sido aceitas como justas e necessárias, sem que os homens se detivessem em analisá-las, se é que o faziam.

Foi dessas simples disposições para a vida em comum que se desenvolveram as primeiras necessidades sociais. Gradativamente, foi evoluindo uma série de costumes e processos aceitos pela maioria. Passaram a ser leis da tribo ou regras do grupo social. As normas que se julgava preservarem o grupo, protegendo-o contra os inimigos de fora e de dentro, eram sustentadas tenazmente; aquelas que não serviam para esse objetivo eram abandonadas.

Por esse meio, as organizações de grupos ou de tribos desenvolveram-se com seus modos de vida, transmitidos pelas gerações antigas às mais novas. Certas normas eram, pelos jovens, aprendidas com os companheiros na vida cotidiana. Viam outros agirem de certo modo e aceitavam, como certos, os usos e costumes. Outras, eram transmitidas em cerimônias solenes, realizadas pelos membros do grupo, em ocasiões especiais; a principal era aquela em que o jovem, na puberdade, passava a membro efetivo da tribo.

Esses costumes e leis, não escritos, mantinham o grupo solidamente unido, sendo severamente punidos os que os infringissem, mesmo nos mínimos detalhes. Muitas vezes, a morte era a punição àquele que deixasse de seguir a tradição. A sociedade era estreitamente unida, com suas leis, costumes e punições, sociedade que transmitia suas tradições, de geração a geração, pela palavra oral e pelos rituais.

Veio depois o tempo em que as leis e costumes passaram a ser registrados, do que resultaram os códigos, conjuntos de leis compulsórias porque provaram ser necessárias à preservação da vida do grupo social. Foram a origem da sociedade e do Estado.

Só muitos séculos depois voltaram os filósofos a atenção para aquelas organizações sociais e perguntaram como haviam surgido e qual sua natureza e seu significado. “São elas o resultado natural da vida do homem em comum ou têm origem divina?” – perguntavam. – “São mera conveniência, que deve ser modificada e revista à medida que os tempos vão passando, deve ter uma posição permanente tal, que o homem, ao modificá-la, o faz por sua conta e risco? Onde está o poder do Estado, no povo ou nos governantes que o recebem de Deus? Qual a melhor forma de Estado e como o homem poderá atingi-la?”

Essas questões, e muitas outras, têm ocupado a atenção de muitos dos grandes filósofos. Não só têm sido causa de debates filosóficos, como também têm servido para levar os homens à guerra ou a ameaças de guerra. Têm surgido revoluções porque os homens têm divergido na resposta a essas questões, dispondo-se a morrer para provar que estão certos. Mesmo em nosso tempo, os homens têm desencadeado guerras, que envolvem o mundo todo, por não poderem concordar quanto à resposta a algumas dessas questões.

Os antigos acreditavam serem os deuses os supremos governantes do Estado e terem os companheiros, que sobre eles exerciam o poder, recebido a autoridade diretamente dos deuses. Admitiam, sem contestar, a crença de que todas as leis, sob as quais viviam, haviam sido dadas pelos deuses aos seus antepassados e não podiam, portanto, ser de forma alguma modificadas.

Exemplo desse modo de pensar é a crença dos antigos hebreus de que Moisés, seu grande legislador, recebera as leis do deus Yahweh (Jeová), gravada na pedra. Acreditavam que os Dez Mandamentos, a base de suas leis, eram de origem divina, sendo Yahweh o único soberano. Moisés e os outros que os governaram não mantinham sua posição pelo próprio poder, mas como representantes de Yahweh. As penalidades pela infração da lei não eram aplicadas pelo homem, e sim por Yahweh.

Todos os primeiros povos mantiveram essas crenças, apenas substituindo pelo nome de seu deus o Yahweh dos hebreus. Consideravam o Estado criação divina e divinas as leis-mandamentos, que o homem transgredia por sua conta e risco, pois o castigo era certo e justo. O deus encolerizava-se e desencadeava sua vingança sobre aqueles que ousassem desrespeitar sua vontade.

Os primeiros gregos não tiveram leis gravadas na pedra, mas no espírito de seus chefes. Os costumes dos antepassados, desenvolvidos através de gerações e experiências, passavam para o grupo e eram interpretados e postos em prática pelos velhos. Com o tempo, os costumes foram reunidos e registrados por Licurgo. As regras para a vida em comum, num grupo ou Estado, eram assim apresentadas claramente para que todos as conhecessem e obedecessem.

Entre aqueles povos primitivos, o grupo ou o Estado era mais importante que qualquer de seus membros ou cidadãos. Reconheceram que o indivíduo não pode viver muito tempo, nem gozar de muitas vantagens, a menos que viva num grupo. Além disso, perceberam que o maior bem para o maior número dependia da preservação do grupo como unidade. Conseqüentemente, qualquer indivíduo que, pelos seus atos, ameaçasse a segurança do grupo, cometia um crime que merecia o mais severo castigo. Viram que era necessário preservar o grupo até com o sacrifício do indivíduo. Quando este e o grupo entravam em choque, era aquele quem devia ceder ou ser destruído, pois a destruição do grupo seria fatal para todos.

*

O Estado Segundo os Primeiros Filósofos Gregos

Os *pitagóricos*, representantes do antigo ponto de vista reinante entre os gregos, ensinavam que o indivíduo deve sujeitar-se à coletividade como um todo e agir, sempre, no sentido do bem do Estado. Pregavam o respeito à autoridade, às leis e às virtudes cívicas daqueles tempos, e o ideal do sacrifício em prol do bem comum.

Esse ponto de vista foi adotado por *Demócrito*. Sustentava que cada um deve dedicar-se inteiramente ao bem do Estado, pois “um Estado bem administrado constitui nossa maior proteção”. Escreveu algures: “Quando o Estado está em condições sadias, tudo prospera; quando está corrompido, tudo cai em ruínas.” Como o bem-estar de todos depende do Estado, é muito razoável afirmar que o bem-estar deste deve constituir a principal preocupação do homem.

Depois das guerras pérsicas (500-449 A.C.), Atenas tornou-se o centro da antiga cultura grega. Os acontecimentos que levaram os gregos àquelas guerras, e o desenvolvimento que durante elas se processou, criaram nos atenienses, dentre outros povos daqueles tempos, o interesse pelos problemas do governo e pela forma democrática da existência humana. Isso produziu, naturalmente, o desenvolvimento do pensamento independente, do que resultou a crescente preocupação pelas teorias de governo. Começou-se a contestar a antiga e cega lealdade ao poder do Estado, e muitos homens passaram a reivindicar a própria independência e

o direito a uma vida mais ou menos livre do domínio do governo estabelecido. Pairava no ar o individualismo. Uns sugeriam que o homem devia desligar-se da autoridade, mantendo-se livre para enfrentar o grupo e criticar livremente as antigas tradições.

Os *sofistas*, conforme assinalamos anteriormente, lideraram essa marcha para o individualismo. Concentraram a atenção não no grupo, porém no membro individual do grupo. Acentuaram-lhe o valor e a independência. Propuseram-se a ensinar ao indivíduo como vencer, como conseguir seus próprios fins, à sombra da lei, e, mesmo, como contorná-la com argumentos hábeis.

De fato, houve sofistas que sustentaram serem as leis meras invenções dos membros mais fracos do grupo, da sociedade, com o fito de escravizar e subjugar os mais fortes. No diálogo de Platão, intitulado *Górgias*, um sofista muito conhecido argumenta que “os legisladores constituem a maioria, que é fraca; fazem as leis, distribuem louvores e censuras visando a si mesmos e seus próprios interesses, aterrorizando os mais fortes e aqueles que poderiam dominá-los, a fim de que não levassem a melhor”. Prossegue dizendo que os grandes homens da História foram aqueles que se recusaram a obedecer às leis da maioria fraca que se organizara para dominá-los. A isca que apresentaram ao povo de Atenas foi enunciada por Cálicles: “Se houvesse um homem dotado de bastante força, ele se desvencilharia de tudo isso; esmagaria com os pés todas as nossas fórmulas, encantos e seduções, e todas as nossas leis que contrariam a natureza.” Foi um desafio ao espírito de independência, em movimento no país, desejoso de se impor e recusar, por mais tempo, a repressão pelos fracos, ignorantes e tolos.

É evidente que se podia interpretar facilmente esse ponto de vista como um apelo à anarquia, um incentivo à rebelião contra toda autoridade. E muitos indivíduos o consideraram como tal. A influência dos sofistas, conduziu à desarrazoada recusa à sujeição dos ditames do grupo, ameaçando a solidez do Estado ateniense. Havia, entretanto, sofistas que não pretendiam que tal acontecesse. Não estavam satisfeitos com a antiga e tradicional idéia de que o homem devia sujeitar-se inteira e incondicionalmente ao Estado, e contra isso rebelavam-se. Mas não queriam ir ao outro extremo, à anarquia completa (isto é, falta de governo). A tragédia do pensamento deles estava no fato de não poderem oferecer algo melhor, embora enxergassem o problema e o perigo da filosofia tradicional do Estado. Não podiam oferecer uma solução ao problema social, que promovesse a união e evitasse, ao mesmo tempo, a subserviência ao Estado.

Contudo, em seus esforços para solucionar o problema, gravaram nos espíritos da época as questões em jogo e desafiaram maiores inteligências a que procurassem a solução. Impossibilitaram os filósofos que os seguiram de contornar o problema do desenvolvimento de uma filosofia estatal adequada. Os grandes espíritos, que trabalharam durante os dois séculos seguintes, muito contribuíram para a solução do problema.

O Estado Segundo Sócrates, Platão e Aristóteles

Sócrates indagou em primeiro lugar quais as questões importantes envolvidas pelo problema. *Xenofonte*, em seu *Memorabilia*, repete que Sócrates não se cansava de perguntar a todos os que encontrava: “Que é Estado? Que é estadista? Que é governante dos homens? Que é um caráter soberano?” Embora não respondesse às perguntas, traçou as bases para a resposta em sua grande teoria, de que o conhecimento deve ser a maior preocupação de qualquer cidadão. O bom cidadão é aquele que, constantemente, está em busca do verdadeiro conhecimento e está sempre indagando. Quando o homem descobre o verdadeiro conhecimento – argumentava – age de acordo com ele e conduz-se com acerto em todas as relações com seus semelhantes.

Embora Sócrates visse defeitos no Estado ateniense e passasse grande parte do tempo assinalando-os e criticando os governantes pelas idéias errôneas sobre administração, era, entretanto, muito leal a Atenas. Ao ser condenado à morte pelo tribunal ateniense, condenação que ele e muitos outros julgaram injusta, recusou a proposta dos amigos de subornar os guardas e fugir. Argumentou que, se fizesse isso, estaria infringindo as leis do Estado, tornando-o assim mais fraco. O Estado, a despeito de seus erros, afigurava-se-lhe a mãe que lhe tinha dado a vida e feito dele o que era. Traí-lo seria trair a mãe. Seu método não era o da rebelião. Tampouco aceitaria o exílio e fugiria. Preferiu aconselhar seus adeptos a permanecerem leais ao Estado e, com sua lealdade, auxiliarem-no a corrigir as faltas e erros.

Platão, o ilustre discípulo de Sócrates, tomou o problema onde o mestre deixou e esforçou-se para encontrar uma solução. Afirmou que o Estado era necessário para maior desenvolvimento do indivíduo. A bondade, para ele, não podia ser isolada; tinha que estender-se ao grupo. Homem bom era o bom cidadão. Assim, o Estado seria organizado de forma a ser possível vida boa para todos.

Argumentava que o indivíduo devia sujeitar-se ao Estado; isso, porém, era simplesmente o meio pelo qual poderia alcançar o desenvolvimento mais perfeito. Considerava o bem-estar de cada homem ligado ao bem-estar do grupo. As leis são necessárias somente porque algumas pessoas se recusam a cooperar com o bom Estado. Servem para obrigá-los a procederem direito e, assim, tornar bom o todo.

No Estado, dizia Platão, as melhores almas e os melhores espíritos são os que devem reinar. Formam uma classe de governantes-filósofos, cuja autoridade não deve ser contestada pelos restantes membros do grupo. Estes compreendem o que é justo e, sem dúvida, o aplicam. Os outros membros do Estado, Platão os colocava em classes, adequadas a suas aptidões. Aqueles que tivessem aptidão para a guerra seriam colocados na classe dos guerreiros; os que tivessem aptidão para negócios, no comércio ou na classe mercantil; os escravos seriam colocados na classe de escravos. Platão acreditava que tal organização daria o Estado melhor possível e que, nele, cada indivíduo, fazendo o trabalho que lhe fosse atribuído, seria feliz e desenvolver-se-ia ao máximo.

Platão imaginou o Estado ideal em seu famoso livro *República*. Noutro, posterior, denominado *Leis*, argumentava que todo cidadão teria voz no governo, e todo o trabalho seria confiado aos escravos.

Essa teoria é fundamentalmente aristocrática. Platão era rico, filho da classe mais favorecida de Atenas. Como tal, não poderia ser totalmente democrático. Acompanhava o pensamento mais aristocrático de seu tempo. Além disso, sua teoria era socialista, porquanto dispunha sobre o completo controle do Estado sobre a vida de seus membros. A riqueza devia ser usufruída por todos, à medida que dela necessitassem e quando a merecessem; e os governantes podiam determinar a classe em que cada indivíduo devia trabalhar e viver. A autoridade suprema cabia ao Estado, mas atenuava-se o rigor da doutrina pelo argumento, nela adicionado, de que os indivíduos seriam felizes e desenvolver-se-iam ao máximo.

Aristóteles, discípulo de Platão, desenvolveu uma filosofia que muito se assemelhava à do mestre. Afirmava que o homem é, por natureza, um animal sociável e, como tal, só pode perceber seu verdadeiro *eu* na sociedade e entre os de sua classe. Embora as primeiras formas de vida social fossem a família e, depois, a comunidade, o objetivo da evolução social era, a seu ver, a cidade-Estado, tal como então era conhecida na Grécia.

Como Aristóteles acreditava, conforme assinalamos antes, que o todo é anterior a suas partes, afirmava que o Estado é anterior a seus membros individuais. O indivíduo nasce no Estado, que já existia antes dele tornar-se um de seus membros. O objetivo do Estado, doutrinava Aristóteles, é produzir bons cidadãos. Por conseguinte, deve ser organizado e dirigido de modo a possibilitar que cada membro se torne inteiramente bom. Será um mal se o Estado chegar a ponto de não possibilitar ao indivíduo uma vida virtuosa e feliz.

Qualquer constituição – argumentava ele – deve ser adaptada à natureza e às necessidades dos membros de determinado grupo. Há, porém, em qualquer grupo, indivíduos que não são iguais sob muitos aspectos. Nessas condições, a boa constituição deve reconhecer essas desigualdades naturais e conferir os direitos de acordo com elas. Onde todos os homens foram iguais, a constituição deve conceder direitos iguais; onde desiguais, direitos diferentes. Entre as desigualdades, acham-se as da capacidade pessoal, de posses, nascimento e liberdade. O escravo deve ser tratado diferentemente do homem livre, e o nascido do escravo diferentemente do nascido do homem livre.

Aristóteles alegava que a monarquia, a aristocracia e a *organização política* nas quais os membros são quase iguais, constituem as melhores formas de Estado. Por outro lado condenava a tirania, a oligarquia e a democracia, tachando-as de más.

Acreditava que a escravidão é uma prática justa num bom Estado, porquanto, em seu entender, se tratava de instituição natural. Contudo, admitia apenas estrangeiros na classe dos escravos. Assim pensava por considerar os estrangeiros, de todos os países, inferiores aos gregos, não devendo, por isso, ter os mesmos direitos destes.

Sócrates, Platão e Aristóteles não puderam resolver o problema do Estado e do indivíduo. Suas teorias são interessantes no papel, e muitos espíritos profundos daquele tempo estudaram-nas com interesse. Mas o individualismo, que os sofistas defendiam, tomava conta da Grécia e cada homem se preocupava primariamente consigo e com seu próprio êxito. Lentamente, porém de modo seguro, destruiu-se a união do Estado. O individualismo não era uma estrada que conduzisse à união contra os inimigos de Atenas e outras cidades-Estado gregas. Resultou que esses inimigos levaram a melhor, e as cidades-Estado gregas caíram, uma a uma, sob seu domínio. Atenas, Corinto e Esparta, as três grandes cidades-Estado, tombaram e toda a Grécia acabou sendo dominada por Filipe da Macedônia, na Batalha de Queronéia, no ano 338. A. C. O individualismo provara ser o veneno interno que enfraquecera, de tal modo, as cidades-Estado gregas, que elas não puderam oferecer resistência eficiente aos inimigos; a queda foi, portanto, inevitável.

*

Teorias dos Pensadores Gregos Posteriores

Em meio ao desmoronamento gradual das cidades-Estado da Grécia, os *epicuristas* procuraram desenvolver uma teoria que se adaptasse à situação. Ensinavam que toda vida social se baseia no interesse próprio do indivíduo. Tornamo-nos membros de um grupo social simplesmente porque achamos que, nele, podemos obter mais vantagens para nós mesmos e dele receber melhor proteção contra nossos inimigos. Não pode haver, portanto, justiça absoluta ou leis e direitos naturais. É um bem aquilo que os homens concordam em designar como bem. As leis são, simplesmente, normas que o grupo aceita e de acordo com as quais os membros estão dispostos a viver. Se os membros do grupo entendem que certa lei não tem mais valor para conseguirem o que querem, podem modificá-la ou eliminá-la.

A injustiça não é um mal em si, afirmavam. Somos justos somente porque nos favorece sê-lo. Quando a obediência às leis não mais nos favorecer, poderemos transgredi-las se pudermos fugir à punição.

Os epicuristas não acreditavam que a participação na vida pública contribuía para a felicidade do indivíduo; afirmavam, então, que o homem sensato devia evitar, tanto quanto possível, cargos e responsabilidades públicos. Essa teoria, como se evidencia, é puro individualismo e egoísmo. O indivíduo associa-se a outros apenas para vantagem própria e foge do grupo, e das necessidades deste, assim que vê vantagem em fazê-lo. Mais ainda, o indivíduo auxilia o grupo e participa de suas responsabilidades somente até ao momento em que lhe convém. Esse ponto de vista não constrói, certamente, uma forte solidariedade ou lealdade ao grupo. É o oposto da primeira teoria grega, de lealdade para com o Estado. É realmente a expressão clara da doutrina do *egoísmo esclarecido*. Diz-se a cada pessoa que ela deve fazer a própria felicidade, sendo só isso o alvo de tudo o que faz.

Os *estóicos* defenderam uma teoria oposta à dos epicuristas no tocante às relações do homem com o grupo. Doutrinavam que o homem é mais que um mero indivíduo interessado no bem-estar próprio. É também um indivíduo dotado de impulso social inato, que torna necessária a vida

em grupo. De fato, todo homem é membro de uma grande sociedade cósmica, o Estado universal. Todos nós temos deveres e obrigações, nesse Estado, sendo suas leis as leis naturais, às quais devemos obedecer queiramos ou não.

O Estado, para os estóicos, é universal e, portanto, domina completamente o indivíduo. Cada um deve estar sempre disposto a sacrificar-se pelo bem do Estado. Os interesses individuais estão sempre subordinados ao todo, devendo-se preservar o Estado, custe o que custar.

Assim, os estóicos doutrinavam que todos devem participar dos negócios públicos e contribuir, tanto quanto possível, para o bem-estar do grupo. Mas, e isso é o mais importante, nunca pregaram um nacionalismo acanhado, no qual o Estado fosse superior ao bem-estar geral da Humanidade. O bom Estado, segundo eles, é aquele cujas leis e práticas estão em harmonia com o bem de toda a espécie humana e com as leis naturais do mundo.

O estóico, portanto, devia ser um cidadão universal, membro da Grande Sociedade que abrange todos os homens, e cujas leis são as leis universais da própria natureza. Cada homem deve subordinar-se ao ideal universal e viver de modo a servir o bem da coletividade, onde quer que esta exista. Uma sociedade mundial, enraizada na natureza, era seu ideal. Essa teoria, evidentemente, era em tudo diversa da dos epicuristas e de outros individualistas do tempo, e se opunha, igualmente, à daqueles que queriam que o homem se submetesse a determinado Estado ou grupo social. O ideal dos estóicos, uma confraternidade universal, foi o ponto culminante a que atingiu o pensamento do período grego, para o qual outros filósofos haveriam de lutar no futuro.

Na verdade, os estóicos ensinaram muita coisa que se tornou ponto fundamental do pensamento moderno. Ao perder a Grécia sua independência, começaram eles a considerar todos os homens irmãos e a pregar a fraternidade universal e a igualdade de direitos para todos. Sentiam a doutrina da solidariedade da raça humana e a dignidade do homem independentemente de sua posição na sociedade, riqueza, nascimento e educação. Pode-se resumir sua idéia nestas palavras: “A virtude não despreza ninguém, seja grego ou bárbaro, homem ou mulher, rico ou pobre, homem livre ou escravo, sábio ou ignorante, são ou doente.” O conceito aproxima-se, como se vê, do ponto de vista moderno.

*

Teorias dos Primeiros Pensadores Cristãos

Esse ponto de vista foi também dominante no pensamento de muitos pensadores e filósofos cristãos. Para eles Deus é o Pai de toda a espécie humana, de modo que os homens são todos irmãos. A comunidade cristã era um grupo social, onde as costumeiras distinções de raça e posição social haviam sido eliminadas. Além disso, os cristãos consideravam o Estado temporal uma instituição subordinada a Deus, sendo dEle que emanava o poder. O homem, portanto, devia ser leal ao Estado somente enquanto este obedecesse às leis de Deus. Sua lealdade era, primeiramente, para com Deus.

Contudo, no pensamento de muitos, o Estado temporal tinha até então falhado em ajustar-se à vontade de Deus; o homem estava mais ou menos livre de quaisquer obrigações para com aquele. O *desprezo pelo mundo*, que caracterizava a metafísica de muitos *apologistas*, ressaltava também sua atitude para com o Estado. A corrupção reinante naquela época fez com que muitos procurassem a vida reclusa, separada do Estado, monástica. Desprezavam as obrigações sociais e esforçavam-se em salvar a alma através de uma vida isolada, contemplativa.

Durante quase todo o primeiro período cristão, a lealdade para com Deus e Suas leis figurava no primeiro plano do pensamento. Só enquanto o Estado as obedecesse, poderiam os cristãos ser-lhes leais.

Com o desenvolvimento da Igreja, como instituição, e ao espalhar-se o Cristianismo por todo o Império Romano, tornou-se necessário, aos pensadores cristãos, reverem suas idéias sobre governo e associações humanas. Vamos encontrar, durante certo tempo, autores cristãos vacilando entre o antigo desprezo pelo mundo e pelas coisas mundanas, e a atitude oposta, de interesse por ele e por tudo quanto encerra. Em *Santo Agostinho*, por exemplo, essa incapacidade de fazer a escolha entre rejeitar e aceitar o mundo constitui notável evidência.

Em *Santo Ambrósio*, antigo pensador da Igreja, afirmava ser *condenável* a posse de propriedades e riquezas, Santo Agostinho admitia ao indivíduo o direito de adquirir riqueza. Achava, porém, que isso podia constituir obstáculo para uma vida cristã.

Encontramos na teoria de Santo Agostinho, sobre o Estado, a mesma incapacidade de decidir entre o mundo e o desprezo por ele. Achava que o Estado se baseia no egoísmo e, muitas vezes, conduz ao desprezo por Deus e todas as Suas leis. Mas no seu livro *Cidade de Deus* prega desprezo por si próprio e amor completo a Deus. Assim, seu ideal é essa Cidade de Deus. Ele escreveu, porém, que o Estado é uma comunidade ética, sendo seu objetivo principal a felicidade do gênero humano. Nele, pode reinar a justiça.

A despeito dessa suspensão entre dois Estados, como se depreendia, Santo Agostinho apega-se firmemente à idéia de que a Igreja, como a encarnação mundana da Cidade de Deus, deve ter supremacia sobre o Estado, devendo o chefe da Igreja governar os dirigentes dos Estados. Ademais, os governantes podem errar, o que não se verifica com o Chefe da Igreja. Sua palavra e suas leis são infalíveis, porquanto ele é o representante de Deus na terra.

Enquanto, pois, Santo Agostinho temia o Estado e nele via perigos para a alma do homem, nunca pôde desprezá-lo completamente e condená-lo como inteiramente pecaminoso. O antigo desprezo cristão pelo mundo assediava-o, mas jamais pôde dominá-lo completamente. Embora a vida monástica fosse para ele o ideal, era bastante prático para compreender que muitos homens não podem atingir esse ideal e têm, portanto, que esforçar-se da melhor maneira que possam, como membros do Estado temporal.

*

Durante o período chamado de Idade Média, depois que as tribos do norte invadiram o Império Romano e destruíram grande parte da cultura e da organização social dos primeiros séculos da era cristã, o princípio de autoridade foi soberano. Durante todo aquele período o homem esteve sujeito a alguma autoridade. O Estado e seus governantes assumiram o controle sobre o povo, de modo que o homem se viu, em toda parte, sob o comando de alguém. A obediência às leis, qualquer que fosse sua origem, tornou-se, portanto, uma prática estabelecida.

Gradativamente desenvolveu-se a idéia de que o rei recebia sua autoridade de Deus, a qual não podia, portanto, ser contestada. Qualquer desobediência a ela implicava em desobediência à autoridade suprema do universo, a Deus. De fato, a autoridade pairava acima da opinião pública e o Estado acima do indivíduo. Nesse ponto, o individualismo dos últimos gregos foi completamente dominado, surgindo, em seu lugar, o domínio completo do indivíduo pelo Estado.

O pensamento dos *escolásticos*, conforme foi assinalado anteriormente, limitava-se à interpretação dos dogmas da Igreja. Embora fossem, às vezes, de espírito arguto, esses filósofos se encerravam entre as muralhas das doutrinas e tradições da Igreja, e tinham que despende o talento na análise minuciosa de seu significado. Assim, o pensamento acerca do Estado e do lugar que o homem ocupava na estrutura social limitava-se ao que a Igreja se dispunha a aceitar como autêntico.

Mas, em todas as eras, enquanto a grande maioria de pensadores segue as normas-padrão, há aqueles que, muitas vezes sem compreender toda a importância de seu pensamento, plantam sementes que, mais tarde, afetam grandemente a tradição.

Entre os escolásticos havia dois grupos conhecidos como o dos realistas e o dos nominalistas. Os primeiros sustentavam que o todo é a única coisa real e que as partes, unidades, não o são verdadeiramente. Os segundos afirmavam que as partes, unidades, são as coisas reais, sendo o todo apenas um nome. Aplicado ao nosso problema imediato, o Estado, isso significa que os realistas consideravam o Estado a única realidade, e seus membros, homens e mulheres, meras unidades sem realidade alguma. Os nominalistas, por outro lado, consideravam o homem a verdadeira realidade e o Estado mero agregado de homens sem existência ou realidade própria fora de seus membros.

O resultado lógico da existência dessas duas correntes de pensamento foi que uns defendiam a tese de que a autoridade real se assenta no Estado, como a única realidade, ao passo que outros alegavam que a verdadeira autoridade se assenta no homem e não no Estado. O realismo e o nominalismo foram doutrinas aplicadas ao problema do Estado e seus membros.

João Escoto Erígena foi um realista. Embora não tivesse elaborado sua doutrina adaptando-a ao Estado, concebia o universal, o todo, como existindo antes do indivíduo. Estava, portanto, seguindo a tradição de Platão e Aristóteles, e de outros, que viam o Estado eventualmente soberano e anterior a qualquer membro individual.

Também *Anselmo* figurava nessa tradição realista. Dedicou muito tempo e pensamento para provar que os universais são anteriores ao indivíduo.

Roscelino representa o outro ponto de vista. Segundo ele, o indivíduo é a única realidade, qualquer universal nada mais sendo que um simples nome para um grupo de indivíduos. Eliminem-se estes, nada mais restará senão um nome. Não fica realidade alguma.

Como se dá em todos os casos em que há duas doutrinas extremadas, e o realismo e o nominalismo o eram, cedo ou tarde surge alguém procurando fazer uma acomodação. *Abelardo* foi esse homem, naquele tempo. Designou-se sua teoria pelo nome de *conceptualismo*. Ensinava que os universais não podem ser realidades à parte das coisas e, sim, conceitos no espírito do homem. Ele estava particularmente interessado nas coisas e quis assinalá-las, mas reconheceu que as idéias de grupos tinham certa realidade no espírito do homem.

Para ele, portanto, o indivíduo é extremamente importante, mas o grupo também tem sua importância e deve ser levado em consideração. Ambos são fatores importantes para se compreender o homem e suas relações com os semelhantes.

Foi então que os pensadores da Idade Média lançaram as sementes que haveriam de destruir a suprema autoridade do grupo social. Depois que essa doutrina sobrepujou o individualismo e dominou o pensamento do homem durante vários séculos, o individualismo novamente se impôs e começou a exigir seu reconhecimento. Gradativamente foi ganhando ascendência, começando o homem mais uma vez a contestar a autoridade que o governava.

S. Tomás de Aquino, o último dos grandes pensadores da Igreja da Idade Média, procurou fundir o pensamento de Aristóteles com o de Santo Agostinho. Doutrinava que o homem é naturalmente um ser político e procurava estar em sociedade. Mais ainda, que o fim supremo do Estado é o bem da coletividade, podendo isso somente ser conseguido se a sociedade estiver fortemente unida e for capaz de oferecer uma sólida frente contra os inimigos. Por conseguinte, a monarquia, na qual o poder se acha fortemente centralizado é, segundo ele, a melhor forma de governo, o qual, porém, não deve oprimir seus membros. Não deve haver tirania.

É injustificável a rebelião contra o governo. *S. Tomás de Aquino* doutrinava que qualquer mudança de governo deve ser processada pelos meios legais, pois o governo tem origem divina. Se não for possível ao membro obter, por meios legais, reparação por danos e males sofridos, deve deixar a questão a Deus que, no fim, resolverá tudo bem.

S. Tomás de Aquino afirmava que a Igreja é superior ao Estado, devendo o governante do Estado sempre obedecer ao da Igreja. Referia-se, pois, ao Estado como organização estabelecida pela divindade e cujo poder sobre o povo era recebido de Deus através de Sua Igreja. O homem deve, finalmente, tributar lealdade à Igreja e a Deus, mas tem, também, que obedecer ao Estado porquanto este, por sua vez, recebeu seu poder da Igreja.

O ponto de vista de *João Duns Escoto* é interessante porque se desenvolve partindo da premissa de que Deus é absolutamente livre e supremo. A sociedade é criação de Deus, sendo o que é porque Deus assim a fez. Deus poderia, do mesmo modo, ter feito outra espécie de sociedade e leis diferentes. E essa outra espécie teria sido justa, e justas teriam também sido suas leis. Isso se afasta muito da concepção sofística sobre o Estado, resultado de um acordo entre os homens e suas leis, estabelecidas segundo o desejo deles. Na teoria de Escoto, o Estado é uma criação de Deus, não por necessidade mas por sua própria e livre vontade. É o que é porque Deus assim quer. Deve, portanto, o homem obedecer às leis do Estado, se não quiser sofrer o castigo divino.

Conquanto Escoto não previsse o resultado, sua teoria dava grande força aos Estados e governantes. Estes poderiam alegar que sua autoridade fora recebida diretamente de Deus e empregar o temor pelo castigo eterno a fim de dar força à sua soberania.

Mas o homem não se mostrava disposto a aceitar o domínio do Estado, mesmo baseado nas teorias dos grandes homens da Igreja. Persistia a atitude nominalística, e havia sempre quem surgisse constantemente para pregar a liberdade do indivíduo sobre a autoridade do Estado. *Guilherme de Occam* foi um dos elementos. Acentuou a realidade do indivíduo e, com isso, deu ao homem um forte argumento para impor sua dignidade e contestar o poder do Estado quando este parecesse violar a vontade de seus membros.

Isso, juntamente com outros fatos, conduziu a uma batalha cada vez maior entre o Estado e a Igreja. Surgiram homens que sustentaram que o Estado é uma instituição temporal, que recebe o poder e a autoridade dos governados, estando, portanto, livre de qualquer domínio por parte da Igreja. Às vezes, era esta que estava a cavaleiro, e dominava os Estados então existentes; outras, os Estados dominavam-na e impunham sua vontade.

*

O Estado Segundo a Teoria dos Precursores da Renascença

Foi naquele tempo que o homem começou a reivindicar sua própria liberdade e a desafiar o poder dos governantes que mantinham posição-chave no Estado. O espírito democrático estava em ação e o governo absoluto estava sendo eficientemente derrotado em muitos lugares. De fato, em toda parte o espírito de liberdade estava rompendo a pesada crosta da Idade Média, e o homem lutava para tornar-se um verdadeiro indivíduo e obter alguma força para governar a si mesmo.

Adicione-se a isso o crescente sentimento de nacionalismo que se evidenciava por todos os lados. Grupos de indivíduos, de língua, costumes e tradições comuns, começaram a surgir e a querer impor-se sobre outros grupos. Houve oposição a todos eles por parte da Igreja, que via ameaçado seu domínio mundial. Resultou uma luta em que, gradativamente, se desenvolveram os povos do mundo moderno, grandes grupos de indivíduos com interesses comuns e o desejo crescente de se estabelecerem como unidades.

O indivíduo, além disso, começou a reivindicar sua própria independência de pensamento e a crer que a razão humana é superior à autoridade. Lentamente foi tomando forma a idéia de que a verdade é uma coisa que se alcança pelas operações da razão humana e não algo transmitido pela Igreja autoritária.

Esses movimentos tendiam a enfraquecer o poder da Igreja e a colocar o homem, tanto como indivíduo como membro de um grupo político, no centro da cena, onde os filósofos começaram a sonhar com um grupo social perfeito, no qual existissem condições ideais. Um exemplo dessa tendência é *Cidade do Sol*, um tratado utópico de *Tommaso Campanella*. Nesse volume, Campanella traça o esboço de um Estado socialista similar ao encontrado na *República* de Platão, Estado no qual o conhecimento representa a força e o poder. Todos, nesse Estado, são iguais porque existe apenas uma classe. Contudo, Campanella estabelece distinção entre os homens, considerando seus conhecimentos. Os filósofos, que são também sacerdotes, são os governantes. Ao fazer essa asserção, ele demonstra o desejo de um acordo entre a Igreja e o crescente sentimento de nacionalismo daqueles tempos. Nesse Estado deveria haver uma espécie de monarquia papal, uma unidade religiosa como base para a unidade política.

O trabalho de Campanella é típico das obras preliminares para o traçado de novas teorias sobre o Estado e suas relações com os cidadãos. Contudo, a tendência geral daqueles tempos era afastar-se da autoridade e domínio da Igreja e encaminhar-se para a independência política.

*

Concepção de Maquiavel Sobre o Estado

O ataque mais violento contra a Igreja e seu domínio, geralmente aceito sobre o Estado, foi feito por *Nicolau Maquiavel*. Sua ambição era estabelecer uma nação italiana unida e inteiramente independente da Igreja. Tomou como modelo, para esse Estado, as velhas formas políticas estabelecidas por Esparta, Roma e Veneza.

Como a situação geral de seu tempo era de corrupção, Maquiavel afirmou que tal Estado somente poderia ser instituído por um déspota forte e resoluto. Embora semelhante estrutura viesse a destruir a liberdade civil, Maquiavel julgava-a um estágio intermediário necessário, durante o qual o homem poderia eventualmente libertar-se, à medida que houvesse menos corrupção. Seu ideal era uma nação livre e independente, na qual os direitos cívicos seriam enaltecidos e a liberdade individual garantida.

Para realizar seus fins, o príncipe ou governante tinha o direito de usar os meios que fossem necessários, até mesmo a força, ardis ou a transgressão das leis morais, bem como empregar as mesmas armas na luta contra as fraudes e falsidades.

*

Grócio, Hobbes e Outros Pensadores da Renascença

Outro pensador daquele período, *Jean Bodin*, doutrinava que o Estado se funda num contrato entre o povo e o governante. A cláusula fundamental desse contrato é a que se refere à cessão, ao governante, de

toda a autoridade e a não permissão, ao povo, para em circunstância alguma retirá-la.

Johannes Athusius atacou essa teoria, afirmando que o povo jamais pode ceder sua autoridade. Ao contrário – argumentava – o contrato entre o povo e seu governante só pode prevalecer enquanto este cumpre sua parte. Violando-o, pode ser destronado e executado, colocando-se outro governante em seu lugar.

Hugo Grócio, chefe do partido aristocrático da Holanda, desenvolveu minuciosamente e com muitos argumentos de força convincente a teoria absolutista. Afirmou que o homem tem certos direitos naturais em sua própria natureza, os quais nem Deus pode mudar ou destruir. Contudo, tais direitos podem ser limitados; são, de fato, limitados pelas leis positivas, resultantes do acordo voluntário entre os homens para viverem em grupo. Renunciamos ao privilégio de exercer certos direitos naturais a fim de podermos viver como membros de um Estado. Por conseguinte, o Estado resulta do livre acordo celebrado entre seus membros. Conseqüentemente, em tempo algum pode o homem renunciar incondicionalmente aos direitos naturais. Pode, porém, delegá-los para sempre a um governante.

A tendência, durante esse primeiro período moderno, era, portanto, no sentido do absolutismo. O governante tinha poderes que, embora originariamente recebidos do povo, passavam daí por diante a ser absolutos. Havia, naturalmente, oposição a esse ponto de vista. Quando a prática da soberania mais ou menos absoluta atingiu seu auge no reinado de Luís XIV, em França, expresso na famosa frase “*L’Etat c’est moi*”, foi grande a oposição, suficiente para derrubar a teoria e surgir a idéia mais moderna de democracia.

O materialista *Thomas Hobbes* baseou sua teoria no princípio fundamental de que o homem tem o direito natural de fazer o que lhe apraz. O impulso mais primitivo é o da autopreservação; para conseguir esse fim, pode empregar todos os meios que julgar necessários. Nesse Estado natural, pode até invadir o campo dos direitos de terceiros; o resultado é, porém, o caos.

O homem, pois, é fundamentalmente um animal feroz, empenhando-se em guerras e pilhagens, sempre à procura do proveito próprio. Mas, em tal Estado, ninguém poderia ser forte bastante para preservar-se durante muito tempo. Cada um procuraria destruir o outro e seria, por sua vez, destruído. Para escapar a esse fim inevitável, o homem criou uma sociedade, renunciando, voluntariamente, a muitos de seus direitos. É um contrato que os homens celebram entre si e pelo qual renunciam a certos direitos a fim de obter outros. Para se assegurar esse contrato mútuo, são outorgados poderes a um governante ou a uma assembléia. Os homens devem obedecer ao governante ao ser este empossado e investido dos poderes.

É verdade, reconheceu Hobbes, que, às vezes, o governante pode ser injusto e criar dificuldades para os homens. Estes, porém, não têm o direito de rebelar-se. Hobbes justificou sua teoria afirmando que, mesmo na pior feição, as injustiças de um governante jamais são tão más quanto as do Estado primitivo, antes da cessão dos poderes.

Hobbes acreditava ser a monarquia a melhor forma de governo. Há, porém, certas coisas que nem mesmo o rei pode obrigar o homem a fazer. Entre elas figuram o suicídio, o assassinio ou a confissão de crimes. São atos que o rei não tem o direito de impor ao homem.

Hobbes argumentava, ainda, que o rei é o representante de Deus na terra e que Deus fala por intermédio dele, rei. Não se pode, portanto, tolerar a liberdade de religião. A do rei deve ser a de todo o povo.

A teoria de Hobbes é, verdadeiramente, uma tentativa para se defender filosoficamente o poder do rei inglês e a estrutura geral da monarquia inglesa. Essa defesa conduz à teoria do *direito divino* dos reis e à de que o rei não pode errar. Enquanto ele protege o povo, é absoluto e ninguém tem o direito de contestar sua autoridade.

*

Teorias de Espinosa, Locke e Adam Smith

Percebe-se também nos ensinamentos de *Espinosa* a crença de que o Estado representa, de certo modo, o resultado de um contrato social entre os homens. No estado natural, afirmava ele, a força estabelece o direito, e o homem tem o direito de fazer tudo o que estiver a seu alcance. Pode destruir os semelhantes para conseguir seus fins, pode enganar, mentir, empenhar-se, enfim, em atividades que venham a auxiliá-lo. Mas, em tal Estado, inevitavelmente surgem conflitos e muitos homens são destruídos.

Conseqüentemente, o indivíduo renuncia a muitos direitos naturais a fim de poder gozar de certa paz, em meio à qual possa realizar outros desejos. O Estado representa o resultado dessa renúncia. Consoante acordo geral, os homens limitam seus direitos naturais pelo bem de todos. Somente, pois, num Estado assim, podem ter significado a justiça e a injustiça. Segundo os direitos naturais, tudo é justo. Contudo, num Estado, é injusta a desobediência às leis estabelecidas em virtude do contrato social. A justiça é que torna possível a vida social.

John Locke discordou completamente de Hobbes e outros que acreditavam ser de guerra e egoístico o estado natural do homem. Mais ainda, opunha-se à doutrina de que o rei governa em conseqüência de um direito divino, tendo o poder de agir como queira. Locke sustentava que o Estado primitivo e natural é o da perfeita liberdade e igualdade. Como todos os homens são livres e iguais, ninguém tem o direito de tirar a vida, a liberdade e as posses de outrem.

Além disso, a natureza original do homem é pacífica, de boa vontade e assistência mútua. Tende, pois naturalmente, à vida social. Na sociedade, estabelece leis, um juiz imparcial e outro com poder executivo para resolver as questões de interesse comum. Tal estrutura é estabelecida em contrato social que obriga a todos os membros do grupo.

Estabelecida a sociedade, cada membro fica obrigado a submeter-se à autoridade da maioria. Isso é necessário, para se poder viver eficientemente em comum, embora um acordo unânime seja quase impossível num grande grupo.

O principal objetivo da lei, ensinava Locke, é preservar o grupo social, devendo, portanto, limitar-se ao bem da sociedade. Fora disso, deve-se deixar o homem livre. Disse Locke que existem certas áreas nas quais a lei não pode penetrar. Excluiu especificamente o direito de escravizar, de destruir ou de empobrecer o homem.

Locke não julgava conveniente dar aos legisladores o direito de executarem as leis. Conseqüentemente, dividiu os poderes do governo em legislativo e executivo, mantendo os dois ramos separados para o bem público. Os homens têm o direito de afastar os legisladores sempre que desejarem, uma vez que o poder, em última análise, emana do povo. Têm também o direito de punir os legisladores ou o executivo sempre que estejam convencidos de que qualquer deles agiu contra os interesses públicos.

É óbvio que Hobbes e Locke eram expoentes de duas doutrinas muito diferentes. Enquanto Hobbes interessava-se em apresentar uma justificativa filosófica para a monarquia absoluta e o direito divino do governante em reinar sem ser responsável perante o povo, Locke interessava-se em justificar a doutrina da liberdade política. Procurou provar que o poder do Estado se apóia sempre no povo, sendo os governantes meros servos, sujeitos à vontade dele, povo. Jamais esse direito poderá ser-lhe arrebatado, tampouco poderão os homens a ele renunciar. Locke afirmava que, uma vez que são concedidos poderes ao governante pelo povo, pode este tomá-los, independentemente da atuação do governante.

Foram esses os dois pontos de vista que muitas vezes surgiram nos escritos políticos do século XVIII e na primeira parte do século XIX. Estiveram constantemente em choque, que até hoje não desapareceu.

Essa teoria, conforme foi desenvolvida por Locke, teoria da liberdade do homem e do Estado como instituição encarregada de manter a ordem, muito limitada, conduziu à célebre doutrina do *laissez-faire*, segundo a qual o Estado não deve intervir mais do que o absolutamente necessário nos negócios de seus membros, tendo o indivíduo o direito natural de exercer suas atividades, na esfera econômica, com o menos possível de interferência por parte da sociedade.

Adam Smith escreveu o célebre trabalho *Wealth of Nations*, para demonstrar que o melhor Estado que existe é aquele que permite aos homens empenharem-se em competições sem restrições, ter liberdade de comércio e interesses próprios esclarecidos. Nesse trabalho, o pêndulo do pensamento filosófico afastou-se da teoria de que o Estado deve regular todas as atividades humanas, sustentada por Platão e muitos outros pensadores, inclinando-se para o extremo oposto, de que o Estado deve observar estritamente uma política de não interferência e permitir que o homem exerça seus direitos naturais em todas as direções, salvo naquelas em que a segurança do grupo seja ameaçada.

Vemos em Adam Smith, e em outros autores que seguiram Locke, a idéia de levar a teoria deste, sobre a liberdade e direitos naturais, a vários campos da atividade humana e libertar o homem, em cada um desses campos, das restrições governamentais tão comuns, pelo menos, desde o tempo em que se começou a escrever a História. Em muitos casos, julgava-

se que seriam obtidos os melhores resultados se se deixasse o indivíduo livre, tanto quanto possível, em todas as atividades. O governo nelas não interviria, salvo nas questões em que a segurança do Estado corresse perigo.

*

Teorias de Voltaire e Rousseau

O brilhante *Voltaire* não se cansava de condenar a autoridade tradicional e defender a liberdade humana. Mas não acreditava que as classes inferiores tivessem capacidade para se governarem a si mesmas. Considerava a “ralé ignorante” um perigo, sempre que se removessem as restrições da lei. Assim, a liberdade devia ser privilégio somente dos esclarecidos, dos inteligentes.

Um poderoso oponente a essa teoria foi *Jean Jacques Rousseau*. Ele tinha fé em todos os homens e lutava pela sua liberdade. Rejeitava o governo representativo e colocava em seu lugar o governo emanado diretamente do povo. Apresentava como modelo a república suíça, povo pequeno e fortemente unido que, como um só grupo, considerava todos os problemas e determinava pelo seu voto o próprio destino. De fato, “Rousseau levou a idéia de Locke sobre a democracia muito a sério”, argumentando que, uma vez que todos os homens foram criados livres e iguais, não deviam ser espoliados ou dominados por uma classe privilegiada.

Para conseguir essa liberdade, Rousseau rejeitava todos os encantos da sociedade moderna e retornava à natureza. A sociedade moderna – dizia ele – baseia-se num “contrato social”, pelo qual a liberdade individual fica sujeita às imposições das leis que resultam da vontade geral. Sustentava que a soberania cabe sempre ao povo e dele não pode ser arrebatada. O governo apenas cumpre a vontade do povo, tendo este, a qualquer tempo, o direito de dissolvê-lo e estabelecer outro.

Locke, Rousseau, Fichte, Schelling e muitos outros pensadores, conquanto diferissem, em alguns pontos, eram de parecer que o verdadeiro *eu* do homem só pode ser realizado na forma justa de um grupo social. Consideravam que a associação humana não é prejudicial; ao contrário, é um meio de se conseguir a melhor espécie de vida. O homem, quando vive entre seus semelhantes, desenvolve características valiosas. Procuraram, portanto, a forma justa de grupo social, chegando à conclusão de que o grupo em que os homens desfrutassem a maior liberdade atenderia aos requisitos da sociedade. Schelling alegava que um *eu* isolado não em consciência da liberdade. Esta somente pode ser conhecida na vida em comum e em relação a possíveis restrições.

*

O Estado Segundo Hegel, Marx e Lassalle

Hegel doutrinava que a razão universal atinge seu ponto culminante numa sociedade de indivíduos livres, cada um subordinando sua razão individual à universal. Não é livre o indivíduo que vive para si e exerce seus próprios caprichos. Somente quando ele se funde no grupo é que

atinge a verdadeira liberdade. Em todos os tempos tem-se lutado pela realização de um perfeito Estado, afirmou Hegel, um Estado no qual cada membro se funde de tal modo que a vontade do todo representa a sua.

Segundo Hegel, há uma razão universal a ser descoberta através da História. Vemo-la pairando numa sociedade e depois passando para outra. Assim, quando uma sociedade destrói ou conquista outra, a razão universal passa para o outro grupo e nele continua a atuar. O conquistador torna-se o agente. A guerra, segundo o espírito de Hegel, é justificável porque constitui o caminho para o progresso.

O sistema hegeliano foi adotado pelo Estado prussiano. Muitos pensadores afirmavam que o Estado prussiano se destinava a levar avante a realização da vontade universal através de eventual conquista do mundo.

Certas opiniões de *Marx* e *Lassalle*, bem como de outros dos primeiros socialistas (fundadores do socialismo moderno), foram extraídas de Hegel, especialmente sua idéia de que a evolução é o caminho do aperfeiçoamento. Sustentavam que um tipo de sociedade, que em certo período parece bom, deve inevitavelmente ceder lugar a outro, julgado melhor, uma síntese de opostos. Por exemplo, a sociedade baseada na propriedade privada cede lugar a outra em que impere o socialismo. Eles viram em Hegel uma justificativa filosófica para a nova sociedade que desejavam.

*

De Maistre, Saint-Simon e Comte

O resultado da teoria de Locke, sobre a liberdade e a soberania popular, foi em França uma revolução, seguida de convulsão social e política. Isso, como era inevitável, deu ímpeto a muitas reações dos conservadores, que acentuavam a necessidade da autoridade. *Joseph de Maistre*, por exemplo, alegava que o homem demonstrara incapacidade de governo; disse que uma sociedade estável somente é possível com base na tradição e numa autoridade forte.

Contudo, o desejo de *liberdade, igualdade e fraternidade* continuou a arder fortemente, e o sonho de reformar a sociedade assediou os filósofos. Reconheceram eles que não bastava apenas proclamar a liberdade e a igualdade; era necessária, também uma grande reforma na sociedade. *Clude Henri de Saint-Simon* entendia que se poderia alcançar liberdade e igualdade se os homens instituíssem uma sociedade científica, baseada nas leis da vida em grupo. Tal sociedade elevaria o pobre e o humilde, trazendo ao mundo o verdadeiro Cristianismo, com sua doutrina de amor aos oprimidos. Nela, haveria igual distribuição da propriedade, poder, cultura e felicidade.

Mas Saint-Simon não foi capaz de desenvolver essa sociedade científica. Via a necessidade de sua criação e de pregar essa idéia, mas coube a um homem de grande força intelectual – *Augusto Comte* – tentar verdadeiramente a construção lógica da filosofia positiva. Ele julgava impossível a reforma social, sem o conhecimento das leis da sociedade e o desenvolvimento de uma ciência social que, com exatidão lógica, se igualasse às outras ciências de seu tempo.

A Sociologia, ciência da sociedade, era, na opinião de Comte, a mais complexa das ciências, incluindo o conhecimento da sociedade como então existia e, também, o estudo e a compreensão de seu progresso.

Comte afirmava que a sociedade começou como um meio de satisfazer o impulso social do homem, nele fundamental. À medida que progredia, a vida social atravessou três fases: o militarismo, no qual predominaram a disciplina e a força, a revolução, e a fase positiva, na qual mais se acentuam os problemas sociais do que os problemas políticos. É nessa fase positiva que os peritos orientam as pesquisas científicas e controlam todas as fases da vida. Eles não devem depender dos ignorantes; não é desejável, portanto, o governo popular.

O ideal da vida social, o Estado positivo, é, segundo Comte, aquele que atravessa a fase do caos, representada pelas revoluções que se seguiram à influência de Locke. Nela, surgem os peritos que, pela força de sua capacidade, podem conduzir a sociedade a uma vida cada vez mais perfeita. Eles vêem as reformas de que a sociedade necessita e podem realizá-las. As massas aceitam sua orientação pelo fato de provir de peritos.

*

Teorias de Mill e Spencer

O sonho de uma reforma social e a instituição de outra mais ideal foi, também, elemento básico no pensamento de *John Stuart Mill*. Ele entendia que os fenômenos da vida social estão de conformidade com leis fixas, da mesma maneira que os demais. Reconhecia, entretanto, que os fatores envolvidos na sociedade são de tal forma numerosos e mudam tão constantemente, que qualquer predição é impossível. Por conseguinte, os métodos usados em outras ciências, os de laboratório, não são aplicáveis ao estudo da sociedade. Pelo método de dedução, usado em muitos casos, podemos observar tendências no desenvolvimento social e indicá-las como guias para as atividades dos homens, continuava.

Considerando verdadeira a teoria, Mill sustentava que a tarefa dos cientistas sociais é investigar os grupos sociais para descobrir como as diferentes formas de sociedades se desenvolvem e sucedem. Assim, por meio do estudo da História, podemos descobrir as leis do progresso e desenvolvimento sociais. Podemos, depois, assinalar as tendências na estrutura social presente e predizer a existência de um alto grau de probabilidade em esperar certos resultados sociais.

O estudo das civilizações antigas, por exemplo, mostra as razões de sua queda. O historiador pode assinalar os fatores, na estrutura social que contribuíram para a ruína dessas civilizações. Depois, se no exame de uma sociedade atual for revelada a presença e a atuação dos mesmos fatores, poder-se-á predizer, com certo grau de probabilidade, que sociedade também cairá.

Mill, como muitos de seus predecessores, reconhecia que o bem-estar social é necessário para o bem-estar do indivíduo; este está ligado ao grupo e sua felicidade depende da do grupo. Sonhava, pois, com uma sociedade na qual fossem certas a felicidade e a prosperidade, e na qual todos partilhassem da riqueza do grupo. Em sua *Autobiografia*, escreveu:

“Embora repudiemos, com a máxima energia, a tirania da sociedade sobre o indivíduo que, supõe-se, se dá em muitos sistemas socialistas, mesmo assim almejamos o tempo em que a sociedade não mais será dividida em duas classes: a dos indolentes e a dos operosos; a lei, segundo a qual não devem ser alimentados os que não trabalham, não será aplicada só aos pobres, mas a todos, imparcialmente; a divisão do produto do trabalho, ao invés de depender de circunstâncias de nascimento, como se dá, em grande parte, será feita de acordo com um rigoroso espírito de justiça; e não seja impossível, ou julgado impossível, às criaturas humanas esforçarem-se arduamente para conseguir benefícios que não sejam exclusivamente seus; os benefícios devem ser partilhados com a sociedade a que elas pertencem. Consideramos o problema social do futuro unir a maior liberdade individual de ação à posse comum da matéria-prima do mundo e igual participação de todos nos benefícios do trabalho coletivo.”

Mill, nesse ponto, lutava com um problema que, desde sua época, parece tornar-se cada vez mais claro: o problema da pobreza imerecida e igualmente, da riqueza imerecida. A sociedade, conforme ele a compreendia, existe para o bem de todos os seus membros. Por conseguinte, cada um deve ter liberdade para trabalhar e ser recompensado pelos seus esforços. A matéria-prima do mundo não pode ser propriedade exclusiva de poucos. Pertence a todos e deve ser defendida pela sociedade, representante de todos. Mill achava que viria o tempo em que tal se daria, e em que a sociedade pudesse garantir liberdade econômica para todos.

Herbert Spencer aceitou a doutrina de que cada indivíduo tem o direito de salvaguardar-se. De fato, via na natureza uma luta, na qual sobrevivem os mais aptos, perecendo os menos aptos. O homem devia, pois, ser livre para lutar e provar sua aptidão para sobreviver.

Mas a sobrevivência das criaturas humanas mais aptas depende da vida em grupo, explicou. Isolado dos semelhantes, mesmo o mais apto dos homens perecerá. É, portanto, essencial a sociedade. Ela necessita de um curso de atividades no qual o direito de cada indivíduo é restringido pelo dos demais. O indivíduo, nessa luta, pode fazer o que lhe apraz, mas não deve violar a liberdade de outrem. Todos têm o direito de agir até certo limite, não além desse limite.

Spencer não aceitava, entretanto, a tese socialista de Mill. Em sua opinião, o poder do Estado deve ser restrito. Suas principais funções são evitar a agressão interna e proteger seus membros contra uma invasão estrangeira. Não pode ir além disso. Em seu modo de pensar, não é função do Estado ser o senhor da matéria-prima do mundo e distribuí-la para o bem de todos. Via nisso um perigo, o perigo do domínio absoluto do Estado e a inevitável supressão do indivíduo.

Deve-se permitir e estimular a concorrência entre os membros da sociedade. Ele acreditava que esta, bem como o bem-estar de cada indivíduo, seriam melhor servidos com o estabelecimento do mínimo possível de restrições sobre a concorrência. Nesse ponto, Spencer advogava a teoria de *laissez-faire*. A melhor vida, doutrinava ele, era aquela em que houvesse o mínimo de regulamentações por parte do Estado.

Concepção de Nietzsche Sobre o Estado

Friedrich Nietzsche não via vantagem na teoria da igualdade ou algo que sugerisse democracia. O desejo de domínio constitui sua idéia predominante. Esse desejo expressa-se na luta do mundo; os mais poderosos vencem e têm o direito de vencer. Se outros são mais fracos e incapazes de sobreviver, constitui isso um bem. Os fracos devem ser destruídos de um modo ou outro para dar lugar aos fortes.

Nietzsche reconhece diferenças entre os homens e acha que elas devem ser salientadas. Os mais fortes devem governar e os mais fracos ser governados. A escravidão parece-lhe perfeitamente natural. A seu ver, não é de esperar que a mulher, sendo mais fraca que o homem, venha a ter os mesmos direitos. Assim, repudia tudo o que foi defendido por uma longa série de filósofos, cujo tema constante era a igualdade de todos os homens e o direito de todos em participar igualmente dos bens da sociedade. Para Nietzsche, a sociedade é um simples campo de luta, no qual os fortes têm a oportunidade de demonstrar sua força e ganhar sua recompensa, ao passo que os fracos são derrotados e arrastados para fora da arena a fim de serem eliminados completamente. Como a desigualdade constitui uma característica da natureza e do estado natural do homem, não é natural substituí-la por uma igualdade forçada.

*

Teorias de Dewey e de Pensadores Recentes

John Dewey sempre demonstrou forte interesse pela sociedade e seus problemas. Tentou, constantemente, interpretar o ponto de vista democrático moderno, para revelar-lhe o significado e predizer o futuro. Julgava a sociedade, em sua melhor feição, um grupo de indivíduos que partilham suas experiências e se desenvolvem através dessa partilha. O indivíduo deve ser livre, não devendo, porém, tal liberdade ser a da tradição antiga. Ao tornar-se verdadeiro membro da sociedade, o indivíduo incorpora-se de tal modo no grupo que pode contribuir para o bem-estar de todos e receber do todo aquilo que o faz verdadeiramente humano.

Dewey reconheceu sempre a importância do indivíduo. Afirmava que ninguém deve ser tratado como instrumento, como um meio para atingir um objetivo que não seja o seu. Ao contrário, cada um deve ser tratado como um objetivo em si mesmo. “Respeito à personalidade humana” constitui a principal afirmação de sua filosofia. É, talvez, a única doutrina absoluta de Dewey, a base de seu pensamento.

O homem, afirmava ele, é um homem porque vive em sociedade. Enquanto suas atividades no grupo conduzirem a atividades mais ricas e mais compensadoras, estará agindo com senso e exatidão. A sociedade, vida em grupo, é a estrada que conduz à vida completa e produtiva, pois nela é possível mútua participação.

Por conseguinte, podemos dizer serem dois os pontos de vista básicos do grande número de trabalhos recentes sobre o Estado. Em um lado, figuram aqueles que seguem, mais ou menos completamente, a orientação dos homens que, de Platão a Nietzsche, sustentaram que a desigualdade é o estado natural do homem. Sendo esse o caso, cada membro da sociedade

deve ocupar seu próprio lugar na estrutura social. É perfeitamente justo e natural, argumentam esses homens, que alguns devam ser governantes e outros governados, não devendo os últimos contestar os atos dos primeiros. Tais autores repelem a democracia, o socialismo e todos os demais sistemas que pregam a igualdade e a liberdade humanas. Platão considerava a democracia uma porta aberta para a anarquia. Preferia o domínio do filósofo-rei, ocupando todos os demais indivíduos seus lugares num sistema fortemente organizado.

Hegel, nessa idéia, deu um passo à frente ao sustentar que certos Estados ou grupos de indivíduos eram, por natureza, superiores a outros, devendo, portanto, estes serem governados por aqueles. Isso, naturalmente, constitui o ponto de vista básico de todas as formas totalitárias.

Em oposição a toda essa tendência, temos a tradição democrática, que se desenvolveu a partir da Renascença e concretizou-se na obra de homens, tais como Locke, Rousseau e seus seguidores. Segundo ela, todos os homens são, por natureza, livres e iguais. É a teoria básica da Revolução Francesa e da Declaração da Independência e da Constituição dos Estados Unidos. Existem certos direitos com os quais o homem é dotado pelo Criador e que não podem ser arrebatados em circunstância alguma. Tais direitos foram relacionados de vários modos, sendo os principais: “vida, liberdade e procura da felicidade”.

Essa teoria conduziu à influente doutrina do *laissez-faire*, que caracterizou os primeiros anos do desenvolvimento dos Estados Unidos. Limitava a autoridade do Estado e ampliava, para o indivíduo, a liberdade de trabalhar e conservar os frutos do trabalho.

Os filósofos, hoje em dia, procuram descobrir um equilíbrio entre os dois pontos de vista. A liberdade completa conduz ao grosseiro individualismo, no qual o poderoso oprime o fraco. A regulamentação completa conduz ao mesmo fim, porém os opressores são aqueles que, por acaso, conquistam o poder. Dewey – muitos pensadores modernos concordam nesse ponto – procura uma liberdade, dentro do grupo social, pela qual o indivíduo e o grupo prosperem. Muitas experiências sociais da atualidade tendem para isso; procura-se equilibrar os interesses do grupo e do indivíduo, de modo a servir-se a ambos, isto é, sem que um prejudique o outro.

*

CAPÍTULO VIII

O HOMEM E A EDUCAÇÃO

**OS SOFISTAS – PLATÃO – ARISTÓTELES – QUINTILIANO
- ABELARDO – LUTERO – BACON – HOBBS – COMÊNIO –
LOCKE – ROUSSEAU – PESTALOZZI – HERBART –
FROEBEL – DEWEY**

Por que criamos escolas e as mantemos? É objetivo fundamental da educação preparar cidadãos que obedecem a um Estado totalitário ou formar homens livres numa democracia? Devem as escolas ser dominadas pela Igreja ou pelo Estado? Que deve ser ensinado em nossas escolas?

Ao pesquisarmos todo o curso do desenvolvimento do homem, desde os primeiros tempos até ao presente, e desde os modos de vida mais primitivos e simples até aos mais complexos, ficamos fortemente impressionados com o fato de sempre ter havido certo interesse pela educação, onde quer que os homens tenham vivido agrupados. À medida que o agrupamento se tornava mais complexo, aumentava esse interesse e criavam-se instituições encarregadas do ensino. Surgiram, assim, as escolas e desenvolveu-se o sistema educacional.

Tanto quanto sabemos, pelos poucos registros deixados, o sistema educacional dos primeiros homens foi muito simples. Grande parte da educação da criança provinha de suas relações com os pais e outros membros da família, da tribo, do clã ou de grupo maior. Aprendia a pescar e caçar, preparar alimentos, lutar contra os inimigos e cuidar das necessidades mais simples e elementares. Em resumo: aprendia a sobreviver no mundo em que se encontrava.

Com o tempo, porém, ao desenvolverem-se as tradições e costumes, deixaram de ser suficientes essas simples relações. A criança não podia aprender, por esse método, tudo que era necessário, disso resultando que os homens mais velhos, em certas fases da vida, tomaram a si a tarefa de instruir os jovens sobre as tradições, os costumes e os conhecimentos do grupo. Uma das fases mais importantes era a da puberdade, quando, para o grupo, a criança começava a tornar-se adulto. Realizavam-se ritos especiais. Se o jovem resistisse às provas que lhe impunham, contavam-lhe as coisas mais secretas do grupo, e ele, então, era aceito como membro, com todos os direitos. A educação, assim, tornou-se definitivamente uma preocupação do grupo.

Crescendo a complexidade da vida do grupo, certos membros cuidaram de familiarizar-se com as tradições e os costumes e dedicaram a maior parte do tempo ao ensino dos jovens. A princípio, o ensino era ministrado onde quer que o mestre e os alunos quisessem reunir-se. Tempos depois estabeleceram-se lugares próprios para o ensino e o estudo, as primeiras escolas.

Muitas vezes, tais lugares eram também aqueles onde os membros do grupo se reuniam para fins religiosos, devido ao fato de a religião estar intimamente ligada às tradições, aos costumes, aos conhecimentos e modos de vida dos povos primitivos. Acreditava-se serem seus deuses que estabeleciam os costumes e as tradições. O culto e a observância de costumes e tradições achavam-se, portanto, tão estreitamente unidos que a educação era, em grande parte, de ordem religiosa e tudo o que se aprendia devia ter a sanção da religião. Conseqüentemente, era natural que os mestres fossem homens com poderes religiosos, e os locais de ensino também os destinados ao culto.

A história dos antigos hebreus revela claramente esse fato. Suas escolas funcionavam na sinagoga ou lugar para o culto religioso, sendo professores os rabinos. Embora a educação, mais tarde, cuidasse de outros pontos além das simples questões religiosas, os guias da vida religiosa do povo continuaram a manter posição dominante no ensino dos jovens, e grande parte das matérias ensinadas era, direta ou indiretamente, de natureza religiosa.

Com o tempo, pensadores ou filósofos começaram a dedicar considerável atenção à educação. Procuravam saber o que se devia ensinar aos jovens e como fazê-lo. Meditaram sobre a relação da educação com a vida do grupo, sua importância e necessidade. Suscitaram-se questões sobre seus objetivos e métodos de ensino, e sobre o que devia ser ensinado. Tornou-se, assim, questão importante para os filósofos.

Era lógico e necessário tal desenvolvimento. Se um filósofo julgava verdadeiro certo ponto, logo indagava como ensiná-lo aos outros, a fim de acreditarem ser verdadeiro. Todo filósofo, quando desenvolvia sua filosofia, via-se frente ao problema de como fazer com que os outros a aceitassem como verdadeira. A resposta era sempre esta: “através do ensino”.

*

A Educação Segundo as Teorias dos Primeiros Filósofos Gregos

Entre os gregos, conforme vimos, os *sofistas* eram individualistas. Achavam que o homem deve ser preparado para cuidar de si e progredir a todo custo na comunidade. Advogavam assim um sistema de educação que promoveria a felicidade e asseguraria o triunfo do indivíduo. Como grande parte das atividades do homem, naquele tempo, girava em torno de discussões e problemas públicos, os sofistas basearam a educação no preparo para debates e oratória. Queriam que os jovens se preparassem de modo a poderem argumentar bem, e de modo convincente, perante seus companheiros, a fim de poderem triunfar em suas causas.

O ensino era feito cuidadosa e minuciosamente. Os jovens aprendiam a usar argumentos lógicos que não pudessem ser destruídos e a imprimir, à voz e à personalidade, persuasão capaz de conquistar os ouvintes. O ensino abrangia preparo em lógica, domínio das leis e costumes dos atenienses, conhecimento da literatura do passado, da qual se extraíam exemplos, grande prática para falar, cuidadoso treinamento da voz e completo

domínio da língua do povo, de modo a ser empregada com facilidade e brilho.

Os sofistas, professores errantes que ensinavam mediante certos honorários, afirmavam que o indivíduo, assim preparado, podia elevar-se a altas posições na vida de Atenas e dirigir o povo. Mas, ligado a isso, havia também entre muitos deles a crença de que o melhor orador seria o melhor homem. Julga-se ter sido *Protágoras* quem disse: “Se te associares comigo, nesse mesmo dia voltarás a ser um homem melhor do que quando vieste.” Segundo o modo de ver de muitos sofistas, parte do trabalho de preparar um jovem para uma carreira brilhante consistia em torná-lo homem melhor, em todos os sentidos.

*

A Educação Segundo Sócrates, Platão e Aristóteles

Sócrates, embora discordasse dos sofistas em muitos pontos, participava da crença geral de que a educação torna o homem melhor cidadão e, com isso, mais feliz. Mas, ao passo que os sofistas se preocupavam mais com o homem como indivíduo, Sócrates o considerava como membro do grupo. Doutrinava que a coisa mais valiosa que o homem pode possuir é o saber, que se obtém eliminando as diferenças entre os indivíduos e descobrindo os elementos essenciais com os quais todos eles estejam de acordo.

Esse pensamento levou Sócrates a perambular pelas ruas de Atenas desafiando as declarações e crenças daqueles a quem se dirigia. Gostava de mostrar que muitas delas eram falsas por serem artificiais. Continuava depois o debate analisando profundamente o problema até descobrir a verdade essencial nele contida. Seu método tornou-se conhecido como *dialético* ou *socrático*. Consistia em tomar a declaração feita por outrem, analisá-la e revelar sua inconsistência. Depois que o outro reconhecia a fraqueza da própria opinião, Sócrates endereçava-lhe uma série de perguntas nas quais expunha o que julgava ser verdade.

Sócrates foi um grande mestre, dedicado à prática do ensino. Seu discípulo, *Platão*, desenvolveu uma das primeiras teorias sobre a educação. Na *República*, uma de suas grandes obras, encontramos o sistema educacional que, na sua opinião, asseguraria a existência de um Estado justo e feliz.

Como Platão acreditava serem os homens diferentes por natureza, devendo ser colocados em classes que correspondam às diferenças básicas, desenvolveu um plano educacional que atenderia a essa necessidade. Segundo esse plano, os homens seriam selecionados e preparados para trabalhar em uma das três classes por ele enunciadas. Durante os primeiros dezoito anos da vida, o jovem dedicar-se-ia à Ginástica, à Música e à Literatura, aprenderia a ler, escrever, representar e cantar e tomaria parte em muitos esportes. Aos 18, os rapazes que se mostrassem capazes continuariam a receber instrução, ao passo que os demais cessariam os estudos e tornar-se-iam negociantes, mercadores, etc.

Os rapazes que continuassem naquele sistema educacional receberiam dois anos de instrução como cadetes. Aos vinte, os julgados

incapazes para continuar passariam para a classe militar e ficariam encarregados da defesa da pátria. Os restantes fariam um curso mais extenso de Filosofia, Matemática, Música, Ciências e outras matérias culturais e, eventualmente, tornar-se-iam líderes na sociedade.

Nesse sistema, Platão procurava empregar a educação para a escolha de homens para os vários deveres de um grupo social. Em cada caso, porém, procurava selecioná-los em termos de sua capacidade, segundo era descoberta pelo próprio sistema educacional. É evidente que Platão considerava a educação uma questão de interesse estatal. Devia ser sustentada e controlada pelo Estado, sendo sua função selecionar e preparar homens para nele servirem. Platão acreditava que, se o Estado adotasse tal sistema educacional, teria uma sociedade ideal, na qual todos se dedicariam ao trabalho para o qual fossem aptos e estivessem preparados, e a sociedade, assim, seria feliz.

Aristóteles afirmava que o objetivo da educação é fazer as pessoas virtuosas. Devia, portanto, haver três períodos de treinamento, adaptados aos três períodos do desenvolvimento do homem. O primeiro, que vai do nascimento aos sete anos de idade, seria inteiramente dedicado aos exercícios do corpo, como preparativos para o ensino escolar formal. O segundo seria o do ensino formal, indo dos sete aos vinte e um anos. Consistiria no ensino da Literatura, Música, Ginástica, etc.

Na teoria de *Aristóteles*, como na de Platão, a educação era questão afeta ao Estado, cabendo a este controlá-la. Segundo *Aristóteles*, cumpre ao Estado determinar quais as crianças que, devido a um defeito físico, devem viver e quais as que devem ser destruídas logo após o nascimento. O Estado determina, também, com quem o homem deve casar-se, a fim de ser assegurada uma prole desejável. O Estado, afirmava ele, deve empregar a educação para criar cidadãos que possam defendê-lo e torná-lo melhor.

As teorias de Platão e *Aristóteles*, ressaltando o emprego da educação pelo Estado como meio de preparar bons cidadãos, não exerceram, em sua época, grande influência na vida de Atenas. Ao contrário, dominava a dos sofistas, na qual a educação se destinava a atender aos interesses individuais. O individualismo daquele tempo não seria logo eliminado por uns poucos filósofos. O povo ouvia-os, mas seguia seus próprios interesses e exigia um tipo de educação que os tornasse mais felizes e lhes proporcionasse maiores êxitos. Viviam empolgados por visões de vitórias pessoais e pela felicidade de certas criaturas; de modo algum sentiam disposição para ouvir os filósofos que davam a entender que o êxito e a felicidade dependiam do bem-estar do grupo.

*

Concepção dos Romanos Sobre a Educação

Em Roma, a educação seguia o padrão desenvolvido pelos sofistas. O homem ideal do romano era o orador, que sabia arrebatrar multidões com a eloquência. O êxito na vida pública era, em grande parte, determinado pelo poder que o indivíduo tivesse de falar em público e exercer influência sobre a opinião das massas. *Quintiliano*, autoridade romana em educação, ressaltou que o orador devia ser mais do que um homem eloqüente.

Precisava ser, também, um *homem bom*, um homem de *espírito excelente*. Afirmava: “O homem que pode manter devidamente seu caráter de cidadão, que está apto para dirigir os negócios públicos e privados e pode, com seus conselhos, governar comunidades, regularizando-as por meio de leis e melhorando-as por meio de decretos justos, certamente nada mais pode ser que um orador.”

A essência, pois, da educação romana era formar oradores. Compreendia conhecimentos de lógica e boa moral, cuidadoso estudo das leis do país e formação de um caráter acima de qualquer suspeita. *Cícero* desenvolveu esse esquema minuciosamente e, ele mesmo, tornou-se o modelo dos oradores romanos.

*

Concepção dos Primeiros Cristãos Sobre a Educação

Com o desenvolvimento do Cristianismo, os homens passaram mais uma vez a preocupar-se, no tocante à educação, com as questões religiosas. Os indivíduos que desejassem tornar-se membros da comunidade cristã deveriam instruir-se nas crenças e ritos da fé cristã. Estabeleceram-se, assim, escolas de *catecúmenos* ou candidatos à admissão ao grupo. Depois, ao entrar o mundo cristão em contato com outras religiões e as filosofias do mundo, tornou-se necessário preparar chefes que pudessem explicar as crenças cristãs aos líderes e povos daqueles tempos. Isso deu causa ao estabelecimento de escolas *catequéticas*, nas quais o ensino se fazia pelo método de perguntas e respostas, o método do catecismo. Surgiram, dessas escolas, os *apologistas*, homens que podiam enfrentar as perguntas dos que se interessavam pelo Cristianismo e, além disso, sabiam responder às muitas críticas a esse movimento religioso. Muitos apologistas, depois de receberem instrução nas escolas catequéticas, tornaram-se professores nelas e ministraram instrução a grande número de indivíduos, os quais se espalharam por toda parte do mundo então conhecido, e pregaram e ensinaram as crenças e doutrinas cristãs. Entre os mais importantes deles figuravam *Clemente de Alexandria* e o grande teólogo *Orígenes*.

Esses homens, e muitos outros, consideravam a educação o único meio capaz de proteger o movimento cristão e disseminá-lo pelo mundo. Para eles, a educação não era um instrumento do Estado, como sustentavam Platão e Aristóteles, porém, um instrumento da Igreja, para ser usado a serviço de Deus. Foi grande a influência dos primeiros pensadores cristãos; começaram a surgir, por toda parte, escolas sob o domínio e direção da Igreja. Por volta de 529, esse movimento tornou-se tão poderoso que o Imperador Justiniano ordenou o fechamento de todas as escolas pagãs; permitiu que somente funcionassem as cristãs. Com isso, a educação cristã, um sistema sob o controle da Igreja, ficou sem rival no vasto Império Romano.

*

São Bento e o Sistema de Vida Monástica

Como a vida, no Império Romano, ia se tornando cada vez mais corrupta, muitas pessoas devotas fugiram da sociedade e estabeleceram-se em grupos reclusos, que viviam em mosteiros. A esse modo de vida nos

referimos como *monaquismo*. Conquanto o principal objetivo dos vários mosteiros fosse a vida voltada para a religião, não se descurou da educação. *São Bento*, dirigente do célebre mosteiro de Monte Cassino, na Itália Meridional, estabeleceu *regras* para o governo dos membros do seu mosteiro. Elas compreendiam o trabalho e os estudos e acentuavam a crença de que a educação é necessária para a vida do Cristianismo. À medida que se espalhava a influência de São Bento e suas *regras* eram, em princípio, adotadas por outros mosteiros, as escolas iam fazendo parte da vida monástica. A princípio, dedicavam-se ao preparo de jovens que tencionavam ingressar nos mosteiros. Mais tarde, os moços que desejavam receber instrução, embora não pretendessem dedicar-se à vida religiosa, começaram a procurá-los. Desenvolveram-se, assim, dois tipos de escolas ligadas aos mosteiros: uma para os *internos*, aqueles que se devotavam à religião, e outra, para os *externos*, aqueles que somente iam receber instrução.

A princípio, a educação consistia apenas na leitura, para que se pudesse estudar a Bíblia, na escrita, a fim de se poderem copiar os livros sagrados, rudimentos de cálculos, para serem determinados os dias santos e outras festas da Igreja. Em fins do século VI, a educação tinha se expandido e abrangia as *sete artes liberais*: Gramática, Retórica, Dialética, Aritmética, Geometria, Música e Astronomia, ensinadas quase inteiramente pelo método de perguntas e respostas.

Assim, durante todo o período da Idade Média, na história européia, naqueles séculos em que se turvara a luz da lâmpada da civilização, preservou-se certa cultura nos mosteiros, cultura que se achava inteiramente sob o controle da Igreja e a serviço dela. Seu objetivo fundamental era salvar a alma humana, no mundo de tentações e pecados. Esse tornou-se o objetivo geral da educação, durante aqueles dias de trevas.

*

A Educação na Idade Média e nos Primeiros Tempos da Renascença

Uma luz, nos séculos de trevas, foi a obra de Carlos Magno, imperador do Santo Império Romano durante a primeira parte do século IX. Ele chamou o anglo-saxônico *Alcuíno*, da escola monástica de Iorque, Inglaterra, para auxiliá-lo a fundar uma escola em seu palácio e reformar o ensino no império. Alcuíno fundou a escola monástica de Tours e escreveu livros didáticos sobre Gramática, Retórica e Dialética, bem como um trabalho sobre Psicologia.

Alcuíno exerceu grande influência no império e deixou a força de seu caráter impressa em muitos eruditos, entre eles *João Escoto Erígena*. Este e outros de seu grupo seguiram a teoria, então geralmente aceita, de que a educação era, fundamentalmente, da esfera da religião e da salvação da alma humana. Seu objetivo era vocacional, tão-somente no que pudesse servir ao preparo de jovens para a Igreja. A educação do povo devia basear-se inteiramente nas matérias religiosas, e tudo se encaminhava, de um modo ou outro, para a religião. Essa teoria naturalmente auxiliava a Igreja a manter-se como instituição dominante.

No Escolasticismo, o ensino não se afastou desse ponto de vista geral. Se bem que os estudos dos escolásticos tivessem grande amplitude, seu objetivo era provar serem razoáveis as doutrinas da Igreja. *Pedro Abelardo*, um dos maiores escolásticos, dedicou grande parte de seu tempo ao ensino, exercendo grande influência na fundação da Universidade de Paris. Nela, a Teologia foi a matéria dominante, sendo a essência do ensino apresentar as doutrinas da Igreja. Abelardo jamais perdeu a convicção de que podia ser provado serem lógicas e científicas as doutrinas da Igreja.

Depois de vários séculos, conforme vimos, começaram os pensadores a contestar o domínio completo da Igreja. Era inevitável, ao começarem os homens a tentar provar as doutrinas dela por meios racionais, que alguns contestassem as provas oferecidas.

Além disso, começaram a surgir as classes dos negociantes e hábeis mercadores, cujos interesses estavam, em grande parte, fora da Igreja. Desejavam uma educação que habilitasse os filhos a segui-los no comércio ou a serem bem sucedidos nos empreendimentos comerciais. Quando esses hábeis trabalhadores começaram a fundar suas *associações*, instituíram escolas para o preparo dos jovens a fim de servirem em determinadas profissões. Surgiram, assim, as escolas das associações e, depois, as dos burgos e cidades. Conquanto as matérias religiosas fossem nelas consideradas, seu principal objetivo era mais vocacional que religioso.

Assim, ao apagar das luzes bruxuleantes da Idade Média, foi a Igreja perdendo o inteiro domínio em matéria de ensino. Com as escolas das associações e dos burgos surgiram as palatinas, fundadas e sustentadas pelos governantes ricos das cidades italianas. Uma das mais famosas e influentes foi presidida pelo célebre erudito *Vittorino da Feltre*, em Mântua. Ele procurou desenvolver, harmoniosamente, o espírito, o corpo e a moral, seguindo os ensinamentos dos antigos gregos. Desejava preparar os rapazes para a vida prática. Dedicava-se ao ensino do Latim, da Matemática, da prática de esgrima, luta, dança, jogo da pelota e outros exercícios físicos e, também, ao ensino dos clássicos latinos e gregos, novamente descobertos por homens como Petrarca e seus contemporâneos.

Fundaram-se escolas similares às de Vittorino em Florença, Pádua, Milão, Ferrara e outras cidades italianas. Todas elas representavam um movimento no sentido de afastarem-se da Igreja e um claro desafio ao domínio da religião sobre a educação.

*

Martinho Lutero e a Reforma

Enquanto os líderes da Renascença italiana desafiavam o domínio da Igreja sobre a educação, os da Renascença setentrional, ou alemã, substituíam o domínio da Igreja Católica Romana, nos templos do povo, pela da Igreja Luterana. *Martinho Lutero*, a ponta de lança da Reforma Protestante, cópia setentrional da Renascença italiana, doutrinava que todo homem deve saber ler a Bíblia e interpretá-la de conformidade com a própria compreensão.

Lutero e seus adeptos, assim, por necessidade lógica, viram-se impelidos a apoiar a educação para todos. Advogaram o estudo de

elementos de leitura, escrita e cálculo, sustentando que esses conhecimentos, além de possibilitarem a compreensão da Bíblia e da religião, eram também necessários à formação de bons cidadãos. Escreveu Lutero que, embora não existisse céu e inferno, a educação é necessária ao cidadão.

Esse esforço para remover o domínio da Igreja sobre a educação, bem como o controle, cada vez maior, que as forças seculares sobre ela passaram a exercer, provocaram a fundação de escolas e a criação de sistemas educacionais pelo governo das cidades e pelos grupos particulares interessados. É exemplo disso a escola de *Johann Sturm*, em Estrasburgo, então na Alemanha. O alvo dessa instituição era a “piedade, o conhecimento e a eloquência.” Conquanto a religião fosse fator proeminente no ensino ali ministrado, outras matérias eram também ensinadas, e o controle da escola não estava nas mãos da Igreja.

À medida que se fortalecia a tendência pela educação secular, começaram a aparecer homens que tentavam colocá-la em forma filosófica, elaborando uma filosofia da educação que se adaptasse à nova época e às novas necessidades. *John Milton*, o grande poeta inglês, também mestre-escola, aconselhava os estudantes a estudarem os antigos autores gregos e romanos, não por causa da forma, mas por conterem seus trabalhos tudo que o homem necessitava para viver feliz. Dizia que a melhor educação possível poderia ser obtida pelo estudo daquelas obras clássicas.

*

Teorias de Bacon e Hobbes

A devoção ao passado não pôde, porém, manter-se, face ao crescente interesse pela sociedade na qual os homens viviam. A Ciência fazia-se conhecida e respeitada. Em toda parte, o homem percebia o valor da compreensão científica. Começou-se a ressaltar a necessidade de conhecer a Ciência. Assim, qualquer filosofia sobre a educação, provada aceitável para a época, devia basear-se no conhecimento científico de então.

Francis Bacon acentuou a necessidade de idéias claras e exatas, mostrando que o domínio do mundo em que o homem vive, depende de uma exata compreensão dos fatos desse mesmo mundo. Bacon aconselhava, em primeiro lugar, a libertação do espírito de todo e qualquer preconceito. Devia-se, depois, fazer observações minuciosas e colher todos os dados possíveis para, deles, serem tiradas conclusões ou hipóteses, que deviam ser provadas por outros dados que, mais tarde, se pudessem colher. À medida que a sociedade acumulasse conhecimentos, transmiti-los-ia aos jovens através das escolas, a fim de que estes, em suas idéias, partissem do ponto atingido por seus pais ou pelos membros mais antigos da sociedade. Para Bacon, portanto, a educação representava a transmissão aos jovens, dos conhecimentos do passado, acumulados pela sociedade.

O interesse de *Thomas Hobbes* pelo governo levou a argumentar que o governante deve ter o direito de determinar a espécie de educação adaptável aos súditos, devendo estes aceitar o sistema educacional estabelecido. A educação, segundo Hobbes, é a escolhida pelo poder absoluto do soberano. Serve para fortalecer o Estado, devendo, portanto,

ser cuidadosamente vigiada e sempre controlada. Nesse ponto, vemos a educação como instrumento do Estado, instituída e controlada para servir ao governante e à forma de governo. Cada criança seria preparada para melhor servir ao Estado.

*

Filosofia de Comênio Sobre a Educação

Figurou entre os grandes educadores daquele período *João Amos Comênio*, bispo e professor na Morávia. Acreditava que todos podiam aprender tudo. Imaginou, assim, um longo período de preparação enciclopédica, durante a qual seriam divulgados ao estudante todos os conhecimentos científicos. A princípio, ensinar-se-ia tudo de “maneira geral e indefinida”, e, à medida que a criança fosse crescendo, o ensino tornar-se-ia mais apurado e específico.

Essa preparação, argumentou Comênio, seguiria o *método da natureza*. Seu plano consistia em expor o aluno ao mundo em que vivia, deixá-lo observar e, com isso, fazê-lo compreender as coisas que o cercam. À proporção que a criança se ia desenvolvendo, suas observações passariam a ser mais minuciosas, abrangendo área cada vez mais extensa.

*

Locke e Rousseau

Embora a tendência científica da educação, conforme a desenvolveram Bacon, Hobbes e Comênio, interessasse a *John Locke*, seu interesse, entretanto, era mais no sentido da formação de cavalheiros ingleses, mocidade de boa estirpe e culta. Condenava a educação de seu tempo, considerando-a pouco mais que a reprodução do antigo interesse pelos clássicos e pela religião. Não acreditava que semelhante interesse preparasse o homem para os seus múltiplos deveres para com a sociedade. Procurou, portanto, um tipo de educação mais prático e mais eficiente.

Locke afirmava que a alma humana, ao nascer, é uma tabuinha em branco, mas com o poder de receber impressões do mundo exterior e dotada do desejo de prazeres. Conseqüentemente, via na educação um processo para aquisição de conhecimentos, através de experiências com o mundo exterior, e de trabalho para realização da felicidade. Seu ideal era: *Mens sana in corpore sano*.

Para realizar esse ideal, Locke recomendava a prática de exercícios, de um processo de robustecimento, pelo qual o corpo tornar-se-ia forte e capaz de resistir, sem desfalecimentos, a provações e longos esforços físicos. Mais ainda: a criança devia ser posta, tanto quanto possível, em contato com o mundo que a cerca, a fim de receber considerável número de impressões. Defendia, como método de formação, viagens, ensino por professores particulares e larga experiência no mundo social.

O objetivo da educação, argumentava, deve ser a formação de indivíduos que conheçam todos os métodos apropriados para as relações com seus semelhantes e os costumes do mundo, de modo a poderem

sempre cuidar de si, ser piedosos e ter conhecimentos suficientes para atender às necessidades decorrentes do meio ambiente. Tratava-se, naturalmente, de educação prática, que adaptaria o jovem para viver, perfeitamente, na sociedade da época.

Contrastando com a predominância da sociedade na educação, *Jean Jacques Rousseau* afirmava que a sociedade perverte a criança, sendo má a sua influência. Conseqüentemente, ele protegeria sempre a criança contra essa má influência, até que estivesse completamente desenvolvida, quando, então, seria difícil destruir-lhe a natureza interior.

Em seu famoso livro *Emílio*, Rousseau traça a educação de um jovem de maneira natural e espontânea. Permite-se a Emílio, o herói da história, desenvolver-se na conformidade de sua própria natureza, sem interferências. A educação é o meio de proteção, o meio de defender a criança contra a influência da sociedade, a qual deformaria o desenvolvimento natural de seu verdadeiro *eu*.

Para os primeiros quatro anos da vida da criança, Rousseau acentuou a importância do preparo físico, do desenvolvimento do corpo. Dos cinco aos doze anos, a criança desenvolveria os sentidos. Viveria no mundo da natureza e observaria muitas coisas. O preparo intelectual, através de livros, etc., começaria aos treze anos. Mesmo aqui, Rousseau segue a curiosidade natural do menino, recomendando a instrução somente quando ele a peça naturalmente. Nesse período, o jovem aprenderia um ofício, a fim de tornar-se economicamente independente. Entre os quinze e os vinte anos receberia instrução moral. A esse tempo entraria em contato com os semelhantes, aprendendo os princípios básicos da simpatia e da bondade e a servir à Humanidade. Nesse ponto, entrava em cena a religião.

Embora Rousseau prescrevesse o preparo natural para os meninos, não acreditava que o mesmo deveria ser aplicado às meninas. Estas deveriam ser educadas para servir aos homens e fazê-los felizes. Tinham que se adaptar a normas restritas. Ao passo que o rapaz deve ser livre, para desenvolver-se segundo sua própria natureza interior, a moça deve ser moldada de forma a adaptar-se às normas estabelecidas pelo homem.

Rousseau exteriorizou a acentuada crença, de seu tempo, de que se devia libertar a vida das muitas restrições que a ela haviam sido impostas. Os homens estavam renegando o passado e todos os seus empecilhos. Tinham escapado ao domínio da Igreja, mas viam-se dominados pelas restrições impostas pela sociedade. O ponto de vista de Hobbes, de que o governante, como representante da sociedade, devia instituir um sistema educacional que tornasse os jovens cidadãos livres, não era aceitável para muitos. Achavam que o sistema deturparia a natureza original do homem. Rousseau declarou e escreveu, portanto, o que jazia no espírito de muitos de seus contemporâneos. Eles desejavam libertar-se, não só da Igreja como também das muitas exigências da sociedade. A liberdade era o lema deles.

Johann Bernhard Basedow sofreu a influência de Rousseau, cujas idéias procurou concretizar, numa instituição educacional que fundou. Sua escola ressaltava a importância da conversação e da representação. Os interesses da criança foram considerados de modo a transformar-se a escola, em grande extensão, num *centro infantil*. A instrução começava

pelas questões em que elas estivessem interessadas, progredindo à medida que crescia o interesse. A idéia espalhou-se. Muitos outros educadores procuraram aplicar as idéias de Rousseau ao magistério.

*

Concepção de Pestalozzi Sobre a Educação

Um dos maiores educadores de maior prestígio, que sofreram a influência de Rousseau, foi *Johann Heinrich Pestalozzi*. Procurou compreender a natureza da criança e elaborar um método de ensino de acordo com o “desenvolvimento natural, progressivo e harmonioso de todas as forças e capacidade da criatura humana”. Conhecendo as leis naturais, procurou educar as crianças de conformidade com elas.

Dentre dois princípios fundamentais, o do controle social e o da natureza, alguns educadores, pois, apoiaram um, e outros, o outro. Qual seria o dominante? Deve a educação ser empregada para formar cidadãos segundo determinado padrão, aceito pela sociedade, ou para acompanhar a natureza interior da criança? Reaparece aí o velho problema do indivíduo e do grupo, visto de outro ângulo. Qual dos dois deve prevalecer? Foi esse o problema do século XVIII, em que se dava importância cada vez maior ao indivíduo e à sua liberdade, e as idéias de liberdade estavam sendo concretizadas nas revoluções francesa e americana.

Johann Gottlieb Fichte abordou a questão da educação do ponto de vista do Estado. Num dos momentos mais negros da vida do Estado prussiano, levantou-se para dirigir seus célebres *Discursos ao Povo Alemão*. Neles, argumentou em prol da união da coletividade e da solidariedade social, de maneira a poder criar-se uma nação nova e forte. Como base dessa união, defendeu um rígido sistema educacional que moldaria o povo, tornando-o um só todo. Segundo ele, a educação devia ser o meio de construir uma nação.

A educação devia, portanto, ter em vista a grandeza da nação. Em certo sentido, devia adotar-se um programa pelo qual o povo chegasse a conhecer e amar os fatores importantes da vida nacional. Fichte acreditava ser a educação necessária à união e ao progresso do país.

*

Teoria de Herbart Sobre a Educação

Outro grande educador daquele período foi *Johann Friedrich Herbart*. Seu interesse era fundamentalmente psicológico e abrilhantou seu pensamento em matéria de educação. Em seu conceito, a experiência é a única fonte de conhecimento. O espírito recebe impressões e ordena-as. Depois, as que se lhes seguem, e seu uso, ficam determinados pelas já recebidas e ordenadas.

É da maior importância, pois, o ambiente em que se colocam as crianças. Elas recebem impressões desse ambiente. Se é bom, as impressões serão boas, e as crianças, moralmente sãs. Herbart acentuava,

ainda, a importância do professor no sistema educacional. É o professor quem, em grande parte, determina as impressões que a criança recebe. Se é sensato e inteligente, prepara o cenário de modo que a criança possa receber impressões corretas, adquirindo, com isso, bom caráter.

*

Concepção de Froebel Sobre a Educação

Um dos firmes adeptos das idéias de Rousseau sobre o naturalismo na educação foi, sem dúvida, *Friedrich Wilhelm August Froebel*. Acreditava ser boa a natureza da criança e que se lhe devia permitir um desenvolvimento natural. Para ele, a educação é o processo de permitir e tornar possível esse desenvolvimento. Deu à sua escola o nome de *Kindergarten*, jardim de infância. Em sua opinião, deve-se operar na escola da mesma maneira que se opera num jardim. O professor deve auxiliar a criança, em seu desenvolvimento, do mesmo modo que o jardineiro auxilia o das plantas.

Froebel, contudo, foi mais longe que Rousseau, pois tentou levar em conta o fato de a criança não ser somente um indivíduo, membro de uma coletividade. Não se protege a criança contra a sociedade; deve-se ajudá-la a adaptar-se à sociedade, a fim de que suas experiências sociais e individuais a auxiliem no desenvolvimento da personalidade.

Vemos, pois, em Froebel, uma tentativa de conciliar as duas doutrinas divergentes sobre a educação, que os filósofos anteriores defendiam. Froebel reconhecia o valor do desenvolvimento natural e não desejava que fosse deturpado ou sofresse interferências; mas compreendia, também, que a sociedade exerce grande papel, o de tornar civilizadas as pessoas. Não se deve, portanto, desprezá-la, tampouco educar a criança renegando completamente o valor da sociedade.

A participação social, o trabalho em grupo, por conseguinte, constitui um dos objetivos do *Kindergarten*, conforme o havia concebido Froebel. No começo do dia, as crianças reuniam-se em círculo, de mãos dadas. Supunha-se que o círculo simbolizava a união do grupo. Ele se rompia depois, e as crianças iam brincar ou executar suas tarefas, em grupos ou sozinhas. Ao término do dia, formava-se novamente o círculo para ressaltar o fato de que a criança também era membro do grupo, embora fosse um indivíduo e, como tal, devia desenvolver-se.

O problema do indivíduo e do grupo ainda constitui, atualmente, o grande problema das idéias sobre a educação. A sociedade tem erigido escolas, mantidas por meio de impostos. Reconhece, portanto, a necessidade da educação para sua preservação. Mais ainda, determina o que, nelas, deve ser ensinado e seleciona os professores, que devem satisfazer a certos padrões por ela instituídos.

Todos esses fatores indicam que a sociedade tem grande interesse pela educação. Existem pessoas que argumentam ser o seu objetivo fundamental preparar e moldar indivíduos para servir o Estado. Todo o sistema educacional totalitário, nas ditaduras do século XX, é dessa

natureza. A educação é inteiramente controlada pelo Estado, nada se permitindo, a quem quer que seja, fazer ou ensinar, salvo coisas que contribuam para a formação de cidadãos que passem a servir devotadamente o Estado e a obedecer à vontade do governante.

Os educadores, nos países democráticos, vêem, entretanto, o perigo que representa a destruição da individualidade das crianças. Acham que, permitindo ao indivíduo desenvolver-se, segundo sua natureza, e desviar-se do grupo, ele poderá fazer contribuições que aumentam o progresso da coletividade.

Um dos líderes no campo da educação da democracia norte-americana é *John Dewey*. Ele concorda com aqueles que crêem deva ser a criança, individualmente, o alvo da educação. Reconhece, porém, que não se deve dar importância exclusivamente ao indivíduo ou exclusivamente ao grupo. O indivíduo torna-se verdadeiramente desenvolvido como membro da sociedade. Mais ainda: esta tem o direito de exigir dele que se prepare, a fim de servir aos mais altos interesses do grupo. Dewey sustenta, porém, que tais interesses são atendidos quando o indivíduo desenvolve o próprio talento e sua natureza individual. A educação interessa-se pelo indivíduo na sociedade e não isolado dela.

Esse ponto de vista levou à criação do que geralmente se conhece hoje em dia como *centro escolar infantil*. Em alguns casos, esse centro tem ido ao extremo da filosofia sobre a qual se baseia, acentuando a preponderância dos interesses da criança sobre todos os demais. Muitas escolas denominadas *progressistas* são deste tipo. Contudo, representantes mais judiciosos do movimento, sob a direção de Dewey, têm procurado encontrar adequada adaptação que concilie os dois relevantes extremos – o que diz respeito ao indivíduo e o que diz respeito à sociedade. Resulta, pois, uma escola, na qual os interesses, talento e objetivos são considerados o meio de contribuir para o bem da coletividade.

*

CAPÍTULO IX

ESPÍRITO E MATÉRIA

**ANAXÁGORAS – PLATÃO – ARISTÓTELES – FÍLON –
ANSELMO – ROGÉRIO BACON – PARACELSO – FRANCIS
BACON – HOBBS – DESCARTES – ESPINOSA – LOCKE –
BERKELEY – KANT – BRADLEY – ROYCE – JAMES – DEWEY**

É o mundo, na realidade, apenas um grande espírito ou é matéria em toda a extensão? É o espírito matéria ou a matéria é espírito? Se é espírito e matéria, qual a relação entre ambos? Como pode o espírito afetar a matéria e esta o espírito? Encontraram os filósofos solução para o problema da relação entre o espírito e a matéria?

Quem abrir os olhos para observar, descobrirá um número infinito de objetos que podem ser revolvidos, mudados de um lugar para outro, despedaçados, ajustados e moldados de muitas maneiras e que, entretanto, “parecem ser indiferentes a todo esse movimento”. Pode-se dar mil e uma formas a um bloco de argila. Uma rocha pode rolar a esmo, fragmentar-se e ser triturada até ficar reduzida ao mais fino pó.

O indivíduo que tenha notado esses fatos sabe, também, que outros objetos parecem *importar-se* com o que lhes acontece. De fato, encontra provas de que fazem planos para o futuro e se esforçam para executá-los. Um homem, por exemplo, parece traçar planos para suas ações e resistir às forças que queiram desviá-lo de seu objetivo, podendo moldar o ambiente para que se adapte aos planos. Entra numa região estéril, arquiteta planos para um gigantesco sistema de irrigação, constrói-o e acaba transformando a região num moderno Éden de flores, árvores e relva verdejante.

A diferença entre a rocha e o homem, segundo muitos filósofos, encontra-se no fato de, no último, haver um espírito, o que não se dá com a rocha. O espírito, argumentam, controla a parte do indivíduo que não é espírito, chamada *matéria*.

Os primeiros povos, dos quais temos conhecimento, notaram essa diferença entre os objetos. Observaram-na até dentro de si mesmos. Sentiram o corpo, como composto de matéria, mas estavam vagamente conscientes de que ela era animada por alguma coisa diferente e dela distinta. Tanto quanto podemos remontar aos primeiros tempos da atividade do pensamento humano, verificamos que o homem reconhecia a diferença entre o espírito e a matéria, colocando o primeiro num reino mais elevado.

As primeiras crenças sobre espírito e matéria achavam-se ligadas às relacionadas à alma e ao corpo. Na infância da Humanidade, a alma, aquilo que torna o homem diferente de outras coisas, não estava claramente definida ou compreendida. De fato, em muitas regiões, os primeiros homens acreditavam que tudo no mundo tem alma, a rocha, a árvore, o rio, assim como o corpo. Mais tarde, com o desenvolvimento do homem, a

idéia de espírito como propriedade peculiar dele e distinta da matéria, tornou-se mais clara.

Os gregos expuseram todas as fases desse desenvolvimento, desde a feição mais primitiva até uma clara distinção entre o espírito e a matéria. Os primeiros registros que deles temos revelam que eram adoradores da natureza e criam que tudo, nela, é dotado de alma. Aos poucos, desenvolveram a mitologia, ou série de histórias, acerca das atividades da natureza, a qual consideravam ter vida. Tendo distinguido, por fim, as coisas animadas das inanimadas, não mais consideraram as rochas e árvores como dotadas de alma; criam que deuses as governavam. Foi o período das grandes teogonias ou genealogias dos deuses que governavam as coisas da natureza.

Ao amadurecer o espírito dos gregos, as invenções da fantasia e da infância da raça cederam lugar a estudos mais minuciosos sobre a natureza e o homem. Os deuses foram colocados num reino de glória celeste e de paz; a natureza passou a ser considerada dotada de vida, porém destituída de alma; e o homem passou a ser tido como uma singular combinação de alma e corpo. Os gregos, então, começaram a estudar o mundo e a si mesmos. Aproximavam-se cada vez mais da crença de que deve haver clara distinção entre os dois aspectos do mundo: de um lado, a matéria, e de outro, o espírito. A realização final dessa distinção, contudo, seguiu um processo longo e difícil.

*

O Espírito e a Matéria Conforme Apresentados Pelos Primeiros Pensadores Gregos

Os primeiros filósofos gregos, conforme já vimos, interessaram-se pelo problema da natureza do universo. Viram-no composto de uma ou mais substâncias originais e simples. Para explicar o fato de se transformarem essas substâncias básicas em o universo, apresentaram uma força que, de certo modo, as movimentava. *Anaximandro*, por exemplo, afirmava que o *infinito* era a substância básica, eterna e imperecível. Dotou-a, porém, de movimento eterno, a fim de explicar como surgiu o universo da maneira por que ele e seus adeptos o viam. Temos aí uma primeira distinção entre a massa, ou substância, e a força que a move e a transforma em objetos e coisas.

Essa distinção atravessou a primeira filosofia grega. Cada filósofo sugeriu alguma substância ou princípio básico, de que se compõe o universo, e explicou-lhe o aparecimento, acrescentando outro fator que a distinguia da substância básica e fazia assumir as muitas formas que vemos em redor de nós, no mundo.

Heráclito tentou apresentar a substância originária e a causa das formas que assume como uma só e a mesma, ao sustentar que o princípio básico do universo foi o fogo, como símbolo da transformação. Via incessantes atividades por toda a parte e, raciocinando, declarou que essa transformação ou atividade era tudo o que havia no universo. Achava, contudo, que além dessa transformação existia alguma entidade que transformava, algo diferente desse princípio de transformação.

Quando passou a falar sobre o homem, Heráclito revelou claramente esse fato. Fez uma distinção entre o corpo do homem e a sua alma. O corpo era material e a alma tinha afinidades com a razão divina. Vemos, pois, mesmo em Heráclito, uma distinção entre aquilo que move e aquilo que é movido.

Vamos encontrar em *Parmênides* a idéia de que o pensamento ou espírito é, de certo modo, o criador ou a causa daquilo que não é espírito. É este o princípio que, desenvolvendo-se mais tarde, passou a presidir o grande movimento idealista. Parmênides argumentava que o ser e o pensamento são um só e o mesmo, pois aquilo que não pode ser *pensado* não pode existir, e o que não pode existir não pode ser *pensado*. Para ele, pensamento ou espírito, e ser ou substância são idênticos. Toda realidade, afirmava, é dotada de espírito, e este é, de modo não muito claro, para ele, a causa de tudo. O espírito faz existir a matéria; cria-a. Se bem que Parmênides não percebesse tudo o que essa teoria implicava e nela não se mantivesse firmemente, vemos em seus escritos o prenúncio de uma das grandes teorias concernentes ao espírito e à matéria, a de que o espírito é tudo que existe, e, aquilo que chamamos matéria, criação do espírito para seus próprios fins.

Ao tempo de *Anaxágoras*, durante o século V A.C., vamos encontrar uma exposição clara da teoria de que todo movimento é causado pelo espírito ou *nous*, distinto da substância que se move. Esse espírito, segundo Anaxágoras, é a fonte de todo o movimento, uma fonte livre. Mais ainda, conhece todas as coisas do passado, do presente e do futuro e é quem dispõe e causa todas as coisas.

Nisso, Anaxágoras exprimiu, regular e claramente, o que muitos filósofos antes dele tinham lutado por expressar, o vago dualismo entre a matéria e algo mais que a faz mover-se e transformar-se. Para ele, porém, o espírito não é uma coisa individual, que se encontra em cada objeto. Ao contrário, é um mundo-espírito que se acha livre dos objetos individuais do mundo, porém, que serve como princípio-motor deles. Esse mundo-espírito governa todas as coisas e com elas não se confunde nem se atrapalha. Foi o princípio do mundo e está, de certo modo, nele, e é sua causa imediata.

Anaxágoras, como muitos filósofos de seu tempo, ansiava por explicar o universo em termos mecânicos. Encontrou, porém, casos em que a explicação não lhe parecia adequada. Voltou-se então para a teoria mundo-espírito. Aristóteles, ao comentar esse ponto, disse: “Anaxágoras introduz o espírito, como processo com o qual constrói o universo, e quando se vê incapaz de dar uma explicação da razão da necessidade de tudo; em outros casos, atribui a criação das coisas mais a outras causas do que ao espírito.” Em outras palavras, Anaxágoras lutava por fugir à idéia de que a matéria não é um princípio independente, mas achava-se ainda preso às crenças do passado.

Os *sofistas* não se interessaram em explicar a natureza do universo. O fato é que muitos deles achavam que toda tentativa, para a descoberta de sua origem ou para localizar a primeira substância, ou substâncias, de que tudo o mais foi criado, não passava de tolice. Concentraram a atenção no homem e, especialmente, em seu espírito. Consideravam ser o espírito o

eixo em torno do qual tudo o mais gira. Toda verdade é, segundo eles, medida pelo espírito do indivíduo, de modo que aquilo que o espírito de cada homem lhe diga ser verdadeiro o é, de fato. Os sofistas aceitavam, portanto, o dualismo “espírito e matéria” e afirmavam ser o espírito que determina todas as coisas.

*

Platão, Aristóteles e os Filósofos Gregos Posteriores

Segundo *Platão*, o espírito, a que ele também chamava alma, é a sede de todos os conhecimentos. As idéias implantam-se nele antes de se estabelecerem no corpo. O nascimento obscurece-o, de modo que o indivíduo se esquece do que antes o espírito sabia. Mas, por meio de um processo de dialética, é possível – acreditava *Platão* – fazer o espírito lembrar-se do que sabia antes de nascer. Todo conhecimento, sustentava ele, está localizado no espírito, conhecimento adquirido de experiências anteriores ao nascimento. O indivíduo adquire o conhecimento quando este é lembrado.

Platão apegou-se firmemente à idéia de que o universo se compõe de dois princípios: espírito e matéria. O primeiro é inteiramente distinto do segundo. A seu ver, a matéria é peso morto que o espírito carrega por ter-se emaranhado nela. É a matéria-prima na qual opera o espírito. Não tem forma nem realidade, salvo quando o espírito atua sobre ela e lhe dá a forma para a vida. O espírito é a única realidade verdadeira, a coisa mais digna, o princípio das leis e da ordem do universo.

A matéria, morta e, portanto, escrava, recebe do espírito a impressão das idéias que ele experimentou no mundo ideal, idéias verdadeiras e reais. Toma a forma dessas idéias e conserva-a durante algum tempo. A árvore que você e eu vemos não é uma árvore real para *Platão*. Surgiu porque o espírito tomou alguma matéria e nela imprimiu a idéia de árvore. A verdadeira árvore, a árvore real, só existe no reino das idéias e foi vista pelo espírito antes de nascer.

Platão recorre a um mito para explicar como o espírito, puro e imaculado, se envolveu a princípio com a matéria. Diz que ele existia numa estrela em sua forma pura e viu-se possuído do desejo de passar para o mundo dos sentidos. Veio então a ficar prisioneiro num corpo. Dele procura libertar-se, pois quer voltar para a estrela. Naturalmente não é essa uma explicação satisfatória; é evidente que, nesse ponto, *Platão* não estava muito seguro de si. Estava percebendo o que viria a ser, mais tarde, um problema difícil: explicar a relação entre a matéria pura e o espírito puro. Como podem essas coisas, tão opostas, chegar a ter qualquer relação entre si? O problema tem desafiado os filósofos até hoje. *Platão* não pôde resolvê-lo; mantém-se ainda insolúvel.

Aristóteles não pôde solucioná-lo, mas percebeu que a solução jazia na íntima relação entre os dois. Para ele, o espírito está na matéria como princípio formador, como sua forma. Afirmava que não pode haver matéria sem espírito nem espírito sem matéria. Mesmo as formas inferiores da matéria, conhecidas, têm forma e, portanto, têm espírito. À medida que

avancamos na escala até ao homem, vamos encontrar um espírito mais claro. Contudo, o espírito está em toda a parte.

O espírito, pois, para Aristóteles, não se acha fora da matéria como afirmava Platão, porém dentro dela, como causa de tudo o que existe. A matéria tem existência e oferece resistência ao espírito, que tenta dar-lhe forma. É, também, o terreno dos seres e deve, portanto, procurar certo meio para ser moldado. O espírito tem, pois, na matéria, um auxiliar que é, ao mesmo tempo, antagonista e cooperador.

Os *epicuristas*, em seus esforços para explicar a relação entre o espírito e o corpo, recorreram aos trabalhos de Demócrito. Esse antigo filósofo alegava que toda percepção dos sentidos resulta de *ídolos* ou imagens que os objetos expõem e atingem os órgãos dos sentidos. Por exemplo, quando contemplo uma cadeira, meus olhos estão sendo bombardeados pelos pequenos ídolos da cadeira, a qual constantemente os expõe. Essas imagenzinhas percorrem o espaço até aos meus olhos, e, então, eu vejo a cadeira.

O mesmo se dá – argumentavam os epicuristas – quando, por exemplo, quero correr. A imagem de *correr* surge no espírito. Este afeta a alma com a imagem. Como a alma está espalhada por todo o corpo, afeta-o com a imagem e o corpo corre. Isso parece muito cru e inacreditável hoje em dia, mas foi uma séria tentativa para explicar como o espírito, tão diferente da matéria, pode, quando tem uma idéia, afetar a matéria e fazer com que o corpo aja de conformidade com a idéia.

Os *estóicos* afirmavam que o espírito é material tanto quanto a matéria, porém, de textura mais fina. É a centelha do fogo divino. É, segundo eles, a alma que se torna racional ou adquire o poder do pensamento conceptual. O espírito é, pois, distinto da matéria apenas em grau, não em espécie.

Os *céticos*, como Pirro, por exemplo, sustentavam que é impossível provar a existência da matéria, pois tudo que temos são idéias ou pensamentos. É impossível demonstrar existir algo que corresponda aos nossos pensamentos. Precisamos agir de acordo com eles, esperando obter o que esperamos, mas sem certeza alguma. O espírito existe; quanto à matéria, não há prova de sua existência.

*

Teorias de Fílon e Santo Agostinho

Ao entrar o pensamento grego em contato com o pensamento religioso judaico de homens, como *Fílon*, por exemplo, procurou-se encontrar uma base para conciliar as idéias de ambas as teorias sobre o pensamento. Fílon, fundamentalmente interessado na religião, considerava Deus o espírito do mundo que dá forma à matéria. Assim, para ele, o universo compõe-se de espírito e matéria. O pensamento puro, *nous*, constitui a principal essência do homem, sendo a matéria, ou corpo, aquilo em que o espírito opera. Por conseguinte, no homem, o espírito controla o corpo, ou matéria, da mesma maneira que o espírito do mundo, Deus, controla a matéria no mundo. Deus acrescentou a inteligência pura à alma, ligando assim o homem, no mundo, à divindade.

O Cristianismo trouxe à baila a idéia de que a matéria é a fonte de todos os males, os quais devem ser evitados. A matéria oprime a alma e deve, portanto, ser repudiada pela alma, se se quer obter a salvação. Embora os primeiros filósofos julgassem a matéria algo inferior ao espírito, morta, ou o material no qual o espírito atua, não a degradaram completamente como o fizeram, caracteristicamente, os cristãos. Mais ainda, não há o desejo ardente de escapar à matéria, desejo nascido do medo dela. Os primeiros cristãos doutrinavam que a matéria é a fonte de todos os males e que a salvação do homem estava em fugir dela e voltar para o puro espírito de Deus.

Santo Agostinho reconhecia a diferença entre o espírito e a matéria, no homem, mas afirmava que a verdade não é algo que o espírito humano cria. É, segundo ele, algo que existe independentemente do espírito, tendo sua fonte em Deus. O espírito pode descobrir a verdade, do mesmo modo que o espírito de Platão via idéias no mundo ideal. No conceito de Santo Agostinho, o espírito de Deus é a morada das idéias e da verdade.

*

Teorias dos Pensadores Cristãos Medievais

O Cristianismo ressaltou outro princípio que causou poderoso efeito sobre o homem. Não só depreciou a matéria, apresentando-a como fonte de males, como também o próprio espírito humano. Fê-lo para elevar Deus ao lugar, no universo, que os pensadores cristãos acreditavam devia Ele ocupar.

O espírito humano, doutrinavam os filósofos cristãos, é um instrumento pobre e ineficiente. Está cheio de erros e faltas. O homem pode, naturalmente, usá-lo para raciocinar, mas suas conclusões devem estar de conformidade com a autoridade divina. Não se pode permitir, a quem querem que seja, que chegue a uma conclusão através da atividade do espírito que conteste, de uma forma ou outra, os editos da autoridade. Acreditava-se que a Igreja e suas doutrinas são o princípio fundamental da verdade. Santo Agostinho afirmava que a verdade é independente do espírito humano. A função, pois, do espírito não é criar a verdade, mas descobri-la.

Quando a Igreja dizia ser verdadeira certa doutrina, o espírito humano tinha que aceitá-la sem contestar. *Anselmo* defendeu vigorosamente esse ponto. Argumentava que o espírito humano pode tentar compreender as doutrinas da Igreja e, caso não as possa compreender, mesmo assim as deve aceitar. Eis a primeira atitude assumida pelos pensadores cristãos: quanto mais contraditória uma coisa para a razão, tanto mais fé requer para nela se crer. O espírito humano jamais deve duvidar. A crença deve preceder a razão.

Abelardo, ao adotar o ponto de vista de que a fé deve preceder a razão, ia contra uma longa e venerável tradição. Mas não duvidou sequer um momento que a razão provasse serem verdadeiras as doutrinas cristãs. Inclina-se a dar ao espírito humano liberdade para contestá-las, mas estava convicto de que o verdadeiro raciocínio faz o espírito aceitá-las como verdadeiras, colocando-as acima de qualquer dúvida. Uma vez,

porém, que se permita ao espírito humano contestar uma doutrina cristã, a estabilidade desta corre perigo. O homem não mais será torturado pela autoridade e aventurar-se-á a impugnar a doutrina. O espírito humano, que ficou durante muitos séculos preso a um corpo de doutrinas aceitas, começou, depois de Abelardo, a sondar um caminho que o conduzisse à independência.

O resultado não deixou de ser quase revolucionário. Atenuadas as limitações, começou o homem a meditar sobre muitos problemas e a contestar muitas doutrinas, o que não ousara fazer anteriormente. Começou a exercitar o espírito e a debater inúmeros problemas que, até então, evitara discutir, até mesmo os que não tinha vislumbrado anteriormente. Era a alvorada de um mundo novo e empolgante.

Tomás de Aquino, embora desenvolvesse uma teoria fundamentalmente religiosa, procurou defender o espírito humano, esforçando-se em demonstrar que o mundo, como revelação de Deus, é racional. Reconhecendo o poder do espírito, procurou mostrar que o Cristianismo, conforme a interpretação da Igreja, é logicamente consistente. Ao fazê-lo, enquadrou-se na teoria que se tornava tão importante, segundo a qual o espírito humano se transformava celeremente em tribunal de última instância. Não era mais possível a qualquer instituição, mesmo à Igreja, menosprezar a razão humana ou insultá-la, propondo doutrinas inconsistentes com os melhores fundamentos que o espírito conhecesse.

Era claro, para Tomás de Aquino, ser o homem espírito e matéria e acharem-se ambos intimamente ligados. Não acreditava, contudo, que o espírito estivesse ligado ao corpo de tal forma que não pudesse funcionar mais ou menos livre dos males da matéria. Mesmo que esta seja a sede do mal, o espírito pode criticá-la e fugir dela e de suas tentações.

*

Rogério Bacon e Paracelso

Com a ascensão das Ciências Naturais, o espírito humano começou a ocupar um lugar mais importante no esquema das coisas. *Rogério Bacon*, uma interessante mistura de monge medieval e letrado cientista moderno, deteve-se a meio caminho entre o antigo ponto de vista religioso e o mais moderno, o da confiança na força do espírito. Dispôs-se a usar o espírito para compreender a matéria e, em pequeno grau, controlá-la. Surpreendeu-se ao descobrir que não só podia conhecê-la como controlá-la. Nele, vemos o símbolo da Humanidade procurando galgar alturas, o do espírito atacando o mundo da matéria e obtendo êxitos que incentivavam novos ataques, e uma crescente confiança no poder do espírito.

Era inevitável que o pensamento livre assumisse um lugar cada vez mais proeminente no novo mundo que surgia. O homem, à medida que pensava e apreciava o próprio pensamento, começou a pensar mais e, gradativamente, foi se revoltando contra as autoridades que lhes negavam o direito de pensar. O êxito dava coragem e, desta, resultava maior uso do espírito e novos sucessos. O processo, uma vez iniciado, não mais cessou.

Não se podia naturalmente evitar que os primeiros clarões do êxito levassem a extravagâncias, a um excesso de entusiasmo sobre o poder do espírito. Num homem, como *Paracelso*, por exemplo, vemos provas desse excesso. Ele imaginou pequenos atalhos na estrada do domínio mental do mundo; sugeriu muitas coisas estranhas que hoje em dia parece não passarem de meras superstições. A alquimia e a magia afiguravam-se-lhe os meios pelos quais o espírito podia dominar a matéria.

Essas fantasias, porém, logo seriam corrigidas por homens que enxergavam mais longe e com mais clareza. Os grandes cientistas, entre os quais *Galileu*, *Kepler*, *Newton*, etc., perceberam que o domínio sobre o conhecimento da matéria, pelo espírito, constituía uma tarefa muito longa e árdua, que exigia minuciosos estudos e uma crescente argúcia para sua compreensão. Colocaram o homem nessa acidentada estrada de um modo explícito e provaram, pelos êxitos obtidos, que era a única estrada que conduziria ao sucesso.

*

Francis Bacon e Hobbes

Surgiu então *Francis Bacon* (não confundi-lo com Rogério Bacon), um homem que pôde apreender o espírito moderno da confiança na força do espírito humano, e a ciência, também moderna, e entrelaçá-los, de modo a sugerir um método pelo qual o espírito pudesse dominar o mundo. Mostrou como essa nova força podia ser empregada e como podia indicar o caminho para o êxito.

Considerando hoje o método de Francis Bacon, vemo-lo que era bem simples. Primeiramente, ele eliminava do espírito todos os *ídolos* ou os falsos processos de raciocínio. Depois, o espírito, como instrumento livre, podia atacar o mundo por meio de cuidadosas observações e da compilação e interpretação dos dados. Era o método de *indução*, pelo qual, partindo de inúmeras provas, se chega a um princípio geral que explica os dados coligidos. Era um método que o espírito podia empregar e que, segundo Bacon, conduziria indubitavelmente ao êxito. Bacon estabeleceu, pois, uma norma para o raciocínio, incitando o homem a pensar clara e meticulosamente.

A questão sobre a relação existente entre o espírito e a matéria, contudo, surgiria inevitavelmente. Embora alguns filósofos anteriores tivessem atacado o problema, nada puderam fazer senão esboçar-lhe os contornos. Aconteceu, porém, que, durante aqueles primeiros tempos de Renascença, o homem estava empolgado pela nova força que estava descobrindo, e o problema mergulhou na obscuridade. O homem mostrava-se mais interessado em empregar o espírito do que inquirir sobre ele. Mais cedo ou mais tarde, porém, o problema surgiria novamente para exigir uma solução.

Com *Thomas Hobbes* temos a primeira tentativa moderna para explicar a relação entre o espírito e a matéria. Sendo materialista e acreditando que se podia explicar tudo em termos materiais, Hobbes afirmava ser o espírito movimento no cérebro. Em outros tópicos, refere-se ao espírito como substância, corpo sutil, na cabeça. Quando o espírito

abriga uma idéia, isso nada mais representa do que movimento da substância material, no cérebro. Nesse ponto Hobbes pareceu resolver o problema da relação entre o espírito e a matéria, afirmando que o espírito é matéria, não existindo nenhuma diferença entre um e outro. O espírito é simplesmente matéria mais sutil que a do corpo. Era a explicação antiga.

Mas, conquanto fosse materialista, Hobbes não pareceu satisfeito com essa explicação. Em outras passagens, vemo-lo falando sobre processos mentais mais como aparências e efeitos do movimento do que movimento propriamente dito. A consciência vem em seguida ao movimento, como efeito deste. Essa teoria é conhecida, na filosofia moderna, como *epifenomenalismo*

Embora, pois, Hobbes procurasse explicar o espírito em termos de matéria, não se satisfaz muito com os resultados, parecendo, às vezes, deixar-se levar para um dualismo, de um lado o movimento, e de outro, o efeito do movimento.

*

Descartes e Espinosa

Descartes viu-se desafiado pelo mesmo problema. Não procurou esquivar-se ao debate, declarando claramente que, a seu ver, o universo compreende duas substâncias, espírito e corpo, fundamentalmente diferentes. Se o espírito é inteiramente diferente do corpo, ou matéria, como pode afetar ou fazer mover o corpo? Como se explica, então, que, se uma pessoa desejar andar, anda?

É vaga e confusa a solução que *Descartes* oferece. Insistindo em apegar-se ao seu dualismo, total e absoluto, sentiu dificuldade em explicar a interação. O espírito, diz-nos ele, é perturbado pela matéria por meio dos processos que se verificam no corpo. Em outro trecho, apresentou uma interessante explicação sobre a interação, mas não completamente satisfatória. Sugeriu que o corpo e o espírito podem fazer contato com a glândula pineal, uma pequena glândula no cérebro. O corpo ou o espírito move-a. Qualquer que seja o caso, o movimento é transmitido ao outro que, então, também se move: Eu quero andar; transmito o movimento à glândula pineal; esta o transmite ao corpo, e eu ando.

Essa teoria insatisfatória prova que *Descartes*, tendo-se baseado em seus princípios sobre as diferenças entre o espírito e a matéria, não pôde encontrar qualquer explicação para o fato experimentado da interação. Parece que ele devia negar a interação, deixar a questão sem ser resolvida ou adotar a teoria de que o espírito e a matéria são bastante semelhantes para poderem afetar um ao outro.

Os sucessores de *Descartes* rejeitaram a idéia de interação e procuraram explicar a relação entre o espírito e a matéria por outro princípio. *Arnold Guelincx* ensinou que Deus, desde o começo, dispôs o mundo de tal forma que, ao ter o espírito uma idéia, a matéria se movimenta como se tivesse sido afetada; mas, verdadeiramente, não existe interação. Deus criou o mundo e, nesse momento, determinou tudo de tal modo que, ao ter meu espírito a idéia de andar, meu corpo anda. Escreveu *Guelincx*: “Deus, em sua infinita sabedoria, instituiu leis de movimento a

fim de que este, que é inteiramente independente de minha vontade e poder, coincida com minha livre volição.”

Nicolau Malebranche afirmava que não sentimos o mundo da matéria e, por ele, não somos afetados. Deus, sendo um espírito, exerce a influência sobre o nosso, de modo a julgarmos sentir o mundo material. De fato, disse Malebranche: “Se Deus tivesse destruído o mundo criado e continuasse a afetar-me como faz agora, eu continuaria a ver o que vejo e acreditaria que este mundo (criado) existe, pois não é este mundo que age sobre meu espírito, mas o próprio Deus.”

Outro ponto de vista sustentado por muitos cartesianos foi o seguinte: Toda vez que algo acontece na matéria, Deus nos afeta para que julguemos ficar influenciados pelo acontecimento. Essa teoria é conhecida por *ocasionalismo*; o evento, no mundo da matéria, é a ocasião para Deus agir sobre nós.

Essas teorias, naturalmente, não são satisfatórias. Apresentam Deus como uma espécie de artista apresentando um número teatral, no qual nos mistifica por meio de artifício. Ficamos tentados a perguntar: Se Deus criou o mundo, por que criou tal situação? Não teria sido mais fácil ter criado um mundo, no qual o espírito e a matéria exercessem ação mútua?

Os filósofos, porém, não se sentiram satisfeitos. Esforçaram-se por encontrar uma teoria mais aceitável sobre a relação entre o espírito e a matéria. *Espinosa* declarou que ambos são atributos de uma só e mesma substância, Deus. Segundo ele, os dois atributos são absolutamente independentes um do outro, e um não pode afetar o outro. Sendo, porém, atributos de Deus, temos então o pensamento e a ação movimentando-se paralelamente, constituindo ambos o pensamento e a ação de Deus. É a teoria do *paralelismo psicofísico*. Meu espírito – argumentava *Espinosa* – é um modo do atributo pensante Deus; meu corpo, o modo do atributo, prolongado de Deus. Ao meu pensamento corresponde a ação no corpo, de modo que meu espírito parece afetar o corpo; mas não existe, verdadeiramente, influência direta.

*

Locke, Berkeley e Hume

John Locke renunciou à tentativa de fazer duas coisas diferentes afetarem uma à outra. Seu pensamento parte da tese de que o espírito é uma espécie de tabuinha em branco, na qual o mundo da matéria escreve por meio de sensações. Esse espírito não tem idéias inatas, mas tem o poder de dispor as impressões de maneira a produzir um sistema de pensamentos consistentes. Segundo *Locke*, o espírito e o corpo existem como coisas reais, porém, exercem ação mútua. O corpo age sobre o espírito e produz sensações. *Locke* despende muito tempo desenvolvendo essa tese, mas, ao defrontar-se com a questão de como as duas substâncias diferentes exercem ação mútua, atrapalha-se; sem que o queira, cai no ocasionalismo.

George Berkeley, aceitando o dualismo *espírito e corpo*, como ponto de partida, concluiu que a matéria não existe, sendo o espírito a única coisa que podemos provar como existente. A matéria, crença que conduz ao ateísmo e ao materialismo, conforme argumentava ele, não existe. Existir

significa ser percebido; portanto, os corpos não têm existência sem espírito. O espírito cria o mundo material, que tem existência somente no espírito. É a teoria idealista na filosofia moderna.

David Hume foi mais além, mostrando que, com base no dualismo de Locke, não se pode provar até mesmo a existência do espírito. Tudo o que podemos provar é que as idéias, as impressões, vêm umas após outras, não se podendo provar donde vêm. Segundo Hume, não existe mundo material nem espírito, mas tão-somente uma sucessão de impressões.

A filosofia não se sentia inclinada a submeter-se a essa teoria muito lógica. Como era lógica, os filósofos começaram a perguntar se não poderiam ser falsas as premissas – dualismo *espírito e matéria* - nas quais se baseava.

*

Teoria de Leibnitz

Leibnitz atacou o problema afirmando que o corpo, ou matéria, não é algo morto e estático, mas composto de muitas mônades ou centros de força. Essas mônades diferem, em clareza de suas percepções, e o espírito compõe-se dessas percepções. Toda mônade, ou centro de força, tem o poder de percepção. Quanto mais elevada a mônade, tanto mais clara é a percepção.

Segundo ele, o organismo humano contém uma mônade central ou *mônade-rainha*, que tem diante de si a representação de todo o corpo. Deus, ao criar o mundo, dispôs as coisas de modo a que as mônades, que compõem o corpo, e a *mônade-rainha* estejam em perfeita harmonia. “As almas – escreveu ele – agem, segundo as leis das causas finais, por meio de desejos, fins e meios. Os corpos, segundo as leis do movimento ou causas eficientes. E esses dois reinos acham-se em harmonia um com o outro.

Evidencia-se que, nesse ponto, Leibnitz tentou afastar até certo ponto a completa diferença entre o espírito e a matéria, sustentando que ambos são centros de força, sendo a *mônade-rainha* simplesmente mais clara e mais perfeita que as que compõem a matéria, ou corpo. Conquanto nenhuma mônade, seja *rainha* ou outra menos clara, possa afetar outra, existe, entretanto, certa relação entre elas. O espírito, ou a mônade-alma, mantém sua posição por ser a melhor, não por ser algo diferente das outras.

*

Kant e os Filósofos Alemães Posteriores

Com *Kant* surgiu uma teoria bem definida sobre o espírito, como única fonte do conhecimento. Embora admitisse a existência de um mundo diferente do mundo do espírito, mundo do qual o último recebe impressões, afirmou que o espírito não pode conhecer este mundo, esta *coisa-em-si-mesma*. O espírito recebe impressões segundo sua natureza ou suas categorias e molda-as em padrões que não se harmonizam com o mundo fora dele e sim com a natureza do espírito.

Conhecemos, pois, somente aquilo a que o espírito dá forma e amolda. Por causa das necessidades de natureza moral, podemos crer na

existência dessa *coisa-em-si-mesma*, mas o espírito não pode prová-lo, tampouco provar que seja destituída de espírito. Estamos encerrados em nosso espírito e temos que interpretar tudo em termos dele. O espaço e o tempo, por exemplo, não são realidades que existam por si, porém, por meios que o espírito possui para receber sensações e dar-lhes forma. “Elimine-se o indivíduo pensante – argumentava Kant – e todo o mundo corpóreo desaparecerá, pois ele nada mais é que aparência, na sensibilidade do indivíduo.”

O ponto de vista de Kant deu origem ao grande movimento idealista alemão do século XVIII. Os filósofos que o seguiram acharam que a única solução para o problema do espírito e da matéria estava em eliminar esta última. Parecia ser esta a concepção mais lógica. O espírito parecia evidente, mas a matéria tinha que ser interpretada como algo diferente e fora do espírito. Isso, porém, trouxe à baila o problema de como essas duas coisas, tão diferentes, pudessem atuar uma sobre a outra. O problema, e todas as suas dificuldades, podiam ser eliminados abolindo-se a matéria. Tal solução, conforme vimos, não era nova, mas foi grandemente fortalecida pelos trabalhos de Kant. Ele indicou o caminho e ofereceu seguras provas de que era o certo e verdadeiro.

Johann Gottlieb Fichte tomou a deixa de Kant e argumentou que o espírito, ou *ego*, é tudo, nada havendo fora dele. Afirmou que a *coisa-em-si-mesma*, de Kant possivelmente não podia existir fora do espírito. Segundo ele, o mundo material é criação do espírito, servindo como princípio limitativo para o espírito. É uma projeção, no espaço, de objetos que só existem no espírito.

Contudo, segundo Fichte, o espírito que cria este mundo não é o do indivíduo; é o espírito universal, o *ego* absoluto, que precedeu e está acima de todos os indivíduos. É o criador do mundo material que só existe no espírito universal. O mundo material “não é um mundo de coisas mortas, dispostas numa ordem espacial, temporal e causal: é a revelação do princípio absoluto na consciência humana, e não poderia existir não fosse o *ego* universal”. Fichte procurou resolver o problema tornando a matéria uma criação do espírito e negando-lhe qualquer existência diferente da que lhe é fornecida por este.

Friedrich Wilhelm Schelling apoiou-se em Fichte ao desenvolver sua teoria sobre o espírito. Para ele, o espírito absoluto limitou-se a criar o mundo material. Mas este é vivo, embora esteja em nível inferior e menos claro. Verdadeiramente, apenas existe uma diferença de grau entre o mundo material e o espírito. Ambos são espírito de certa espécie.

Abordando a questão um tanto diferentemente, *Hegel* segue a mesma tradição idealista. Em seu entender, a evolução do espírito atravessa três fases: a do espírito subjetivo, a do espírito objetivo e a do espírito absoluto. O espírito subjetivo depende da natureza como alma, à qual se contrapõe como consciência e com ela se concilia como espírito. Em seu ponto mais elevado, é o criador do mundo que ele conhece.

Para Hegel, o espírito é o criador do mundo material; vamos, portanto, descobrir tanto no mundo como no espírito os mesmos princípios

dialéticos. Hegel encontra, em todo o mundo, o espírito criando e concretizando-se em objetos e instituições.

A tradição idealista, desenvolvida do pensamento de Kant, predominou durante um século na Alemanha. Não satisfazia, porém, a todos os filósofos. Muitos acreditavam que o mundo material é demasiado real para ser explicado simplesmente como criação do espírito, fosse individual ou absoluto. *Herbart* é o representante dessa teoria. Sustentou que as *coisas-em-si-mesmas* existem, não sendo o mundo simples idéia nossa. Baseou seu pensamento na premissa de que a experiência constitui a única fonte do conhecimento.

Toda sensação é a sensação de alguma coisa fora do espírito. Deve haver, portanto, um mundo real que afeta o espírito. Segundo *Herbart*, esse mundo compõe-se de muitos princípios simples ou *reais*. O mundo dos *reais* é estático e imutável. A alma é um *real* que se impõe sobre outros *reais*, produzindo, assim, sensações em si. Estas, organizadas, constituem o espírito. Para *Herbart*, a vida mental é a fusão muito complicada de idéias, união e organização de sensações que passam a ser idéias ou unidades, do espírito. Este é, pois, material e da mesma natureza geral do mundo material.

*

Bradley, Royce e Bergson

Há três respostas principais à questão da relação entre o espírito e o mundo material. Uma, a do Idealismo, que afirma ser o espírito, de certo modo, o criador daquilo que aparece como matéria. O método, pelo qual ele cria a matéria, pode ser julgado diferentemente por vários idealistas, mas, em todos os casos, é o espírito a coisa real, sendo a matéria criação do espírito, dele dependente para sua própria existência. Os mais recentes idealistas, *F. H. Bradley*, *Josiah Royce*, *Henri Bergson* e outros, desenvolvem de um modo ou outro essa tese.

*

Comte, James, Dewey e Santayana

Outra maneira de encarar a questão é-nos apresentada pelo Realismo. Nele, sustenta-se que o espírito e o mundo material são verdadeiramente materiais. Os realistas afirmam que o espírito constitui outra forma do mundo material, talvez mais aprimorada, porém, na realidade, material. Representantes recentes do Realismo são os positivistas – *Augusto Comte* – e os pragmatistas – *William James* e *John Dewey*.

Embora diverjam em muitos aspectos, concordam em ser o espírito uma espécie de conduta. Temos, por exemplo, ações de tal natureza que parecem destituídas de espírito. Outras têm natureza diferente, e a elas podemos referir-nos como guiadas pelo espírito ou tendo dele características. Assim, para esses filósofos, o espírito não é uma *coisa* e sim uma espécie de conduta.

Dada a importância moderna às Ciências Naturais e o fato de muitos filósofos deixarem de dar uma interpretação espiritual ao mundo, a teoria idealista ficou à margem. O ponto de vista materialista pareceu mais lógico,

no mundo das Ciências Naturais. *Bertrand Russel* apresenta-se mais à vontade, nesse mundo moderno, do que *Jorge Santayana*. John Dewey exprimiu os pensamentos do homem da oficina e da rua, do homem de *bom senso*, de modo mais completo que Fichte ou Hegel.

Mas, com o advento do mundo de hoje, no qual os homens contestam seriamente as premissas materialistas, há indicação de que se vislumbra no horizonte nova forma de idealismo. O materialismo não parece explicar completamente os valores, as experiências, os ideais e as aspirações. Há uma crescente sensação entre os filósofos de hoje, de que o próximo grande passo da Filosofia será para um novo idealismo.

*

CAPÍTULO X

AS IDÉIAS E O PENSAMENTO

**HERÁCLITO – SÓCRATES – PLATÃO – ARISTÓTELES –
GALILEU – DESCARTES – ESPINOSA – LOCKE – KANT –
HEGEL – COMTE – MILL – JAMES – DEWEY**

Donde vêm nossas idéias? Nascem conosco e tornam-se conscientes com o tempo, ou as recebemos das experiências dos sentidos? São-nos reveladas por algum deus? Quais as leis do pensamento? Como os filósofos, de cada época, se manifestaram sobre o pensamento?

Todos nós pensamos. Temos *idéias* ou pensamentos, contemplamos o mundo que nos cerca e lembramo-nos do que vemos. Fazemos inferências dos fatos que experimentamos, tiramos conclusões e nelas baseamos nossas ações. O homem – afirmamos – é um ser pensante.

Se os animais pensam ou não é questão que tem interessado gerações e mais gerações. Seu cão vê, ouve e sente. Recebe impressões do ambiente. Além disso, parece tirar conclusões dessas impressões e agir de conformidade com elas. Percebe que um indivíduo é amigável, e age de acordo. Percebe que outro não o é, e também age de acordo com esse fato. Será que ele pensa? Será que tem idéias?

Os primeiros filósofos debateram arduamente os problemas que se agrupam em torno da questão sobre idéias e pensamento. Como se formam as idéias? Donde as recebemos e qual a sua natureza? Como chegamos a conclusões, de acordo com as quais agimos? Como se vem a saber que certos atos trarão felicidade e outros, infortúnio? Todos esses problemas, e muitos outros, apareceram nas páginas de obras filosóficas, desde os primórdios do pensamento humano, e continuam fascinando os filósofos.

Quando os primeiros homens meditaram sobre tais problemas, chegaram à única conclusão possível em sua cultura: acreditaram que suas idéias lhes vinham do mundo dos espíritos que os cercava permanentemente. Deus punha-lhes as boas idéias na mente, e o demônio, as más. Achavam que os pensamentos vinham de fora, de forças que governavam e controlavam todas as fases de sua vida.

Na História da Filosofia, a explicação sobre as idéias e o pensamento tem-se afastado firmemente do sobrenatural. O homem tem-se esforçado para explicar o pensamento em termos naturais, como resultado de processos naturais e sujeito às leis naturais.

*

Significado do Pensamento Para os Primeiros Filósofos Gregos

Os primeiros filósofos gregos interessaram-se primariamente pela natureza da substância; pouca atenção deram ao homem e aos processos de seu pensamento. Concentravam a atenção na natureza, no mundo em que o homem vivia, e procuraram explicar como surgira o mundo e qual a sua

essência. *Heráclito* foi um dos poucos que dispensou alguma atenção ao problema. Achava ser a razão uma fonte de conhecimentos mais exata que a percepção dos sentidos, e ser a vida racional a melhor vida. Para ele, a razão humana está associada à divina; é uma espécie de centelha da divindade no homem que pode ver a verdade, em particularidades que não eram dadas ao homem destituído da razão. Muitos não vivem de acordo com os ditames da razão e, sim, sob o domínio das paixões, disse ele.

Empédocles acreditava que o homem, já que conhecia os elementos de que foi o universo criado, devia ser composto dos mesmos elementos. Conhece-se uma coisa por outra igual, argumentava. Por conseguinte, se o homem conhece o universo, deve ser como ele é. O homem conhece a água porque as partículas desta passam para os olhos e, neles, encontram também partículas de água. O contato de água com água capacita o homem a conhecê-la. *Empédocles* aplicou o mesmo método de raciocínio ao conhecimento do homem sobre outras coisas do universo.

Na teoria de *Demócrito*, a experiência dos sentidos proporciona conhecimento obscuro. Realmente *conhecemos*, argumentava ele, quando transcendemos a percepção dos sentidos. O verdadeiro conhecimento começa quando a percepção não nos pode levar mais além. Nesse ponto, vemo-nos numa região que trata de coisas mais sutis do que as que os sentidos podem mostrar, a do verdadeiro conhecimento.

Esses primeiros gregos, conquanto interessados primariamente nos problemas da natureza da substância, reconheceram que a capacidade de o homem ter idéias, e conhecer o mundo que o cerca, era problema igualmente difícil. As soluções que apresentaram para o problema, todavia, estavam em harmonia com suas tendências materialistas. De certo modo, achavam que as idéias e o mundo material devem ser similares, se bem que, talvez, mais sutis.

O interesse dos primeiros filósofos gregos, pela natureza do universo, pareceu aos *sofistas* grande desperdício de tempo. Achavam que as muitas teorias sugeridas pelos vários filósofos ressaltavam o fato de não ser possível uma explicação verdadeira. Deixaram, portanto, de lado tais questões, para se ocuparem com o homem; e a conclusão de seus estudos foi que o indivíduo que *sabe* é a coisa mais importante e, portanto, a que deve ser estudada. Mais ainda, concluíram que o conhecimento depende inteiramente do indivíduo que *sabe*. Minhas idéias são verdadeiras para mim e as suas para você, costumavam dizer. Na teoria deles, não pode haver verdade absoluta que seja a mesma para todos os homens. Antes, aquilo que parece verdade para um homem é verdade para ele. “O homem – disse *Protágoras* – é a medida de todas as coisas”, até mesmo da verdade.

Essa crítica do conhecimento, isto é, tornar todo conhecimento dependente do indivíduo que *sabe*, representava um desafio àqueles que admitiam, sem contestação, a capacidade de o homem conhecer a verdade. Ao negarem a possibilidade de se ter um conhecimento exato e universal, os sofistas como que obrigaram os filósofos a investigar mais minuciosamente o pensamento e, com isso, abriram as portas para a teoria do conhecimento. Eles apressaram a descoberta das leis corretas do pensamento e o desenvolvimento da Lógica, a ciência do pensamento.

Teorias de Sócrates, Platão e Aristóteles

Sócrates aceitou o desafio dos sofistas e afirmou, sem hesitação, que o conhecimento é a chave de todos os demais problemas. Interessou-se especialmente por descobrir um método para alcançar o verdadeiro conhecimento, distinto de simples opiniões. O método que desenvolveu consistia em eliminar, primeiramente, as noções falsas e depois proceder a minuciosas observações e desenvolver pensamentos, a fim de atingir ao juízo universal. Em meio à diversidade de pensamentos, Sócrates procurou descobrir aquilo que era comum a todos, uma base que não admitisse contestação.

Através de cuidadosas indagações e meticoloso exame de asserções e opiniões, Sócrates prosseguiu estabelecendo definições que, mais tarde, empregou como base de novas opiniões e declarações. Estabelecido um princípio, empregava-o para definir outros.

É costume falar em lógica como indutiva ou dedutiva. A indução consiste em começar com um fato particular e chegar a um princípio geral. A dedução começa com um princípio geral e mostra sua aplicação a fatos particulares. A dedução é o método mais característico dos primeiros filósofos, e a indução o da ciência moderna. Sócrates costumava empregar ambos os métodos.

Platão figurou entre os primeiros filósofos que ofereceram uma teoria quase completa sobre o conhecimento. Concordou com Sócrates em que a percepção dos sentidos não pode fornecer um conhecimento verdadeiro. O homem deve passar além dos sentidos, para idéias que não se derivam da experiência e dela não dependem. A alma, doutrinava ele, vem para o mundo, trazendo, dentro de si, idéias verdadeiras. Estas foram nela implantadas numa existência anterior ao nascimento. Alcança-se o verdadeiro conhecimento, quando essas idéias são lembradas e passam a ocupar o primeiro plano da consciência. É o *conhecimento conceptual*, distinto do dos sentidos, que não é verdadeiramente conhecimento. Este revela mais a essência das coisas do que meros fatores acidentais.

Aristóteles levou o raciocínio mais longe, ao sustentar que, embora o mundo de nossa experiência seja o mundo real, o verdadeiro conhecimento consiste em saber a razão ou causa das coisas. Para alcançar essas causas básicas, deve o homem seguir certas leis da Lógica ou os verdadeiros processos do pensamento. O padrão dos verdadeiros pensamentos, argumenta, é o *silogismo*, no qual passamos de um princípio geral aceito, para outro, particular.

Um celebre exemplo de silogismo é:

Todo homem é mortal.

Sócrates é um homem.

Logo Sócrates é mortal.

Todo homem é mortal. Eis um princípio geral provado através de inúmeras experiências. Olhamos em volta e, após observarmos certo

número de homens e verificarmos que todos morrem, cedo ou mais tarde, chegamos à conclusão geral de que todo homem é mortal. Como Sócrates era um homem, pode-se classificá-lo sob o título geral *todo homem*. Aquilo que é verdadeiro acerca de *todo homem* deve ser também para Sócrates. Se todo homem é mortal, esse homem determinado – Sócrates – é também mortal.

Aristóteles elaborou a ciência da lógica dedutiva de modo tão completo que pouco ou nada lhe tem sido acrescentado até ao presente. Traçou todas as leis e deu exemplos que os homens puderam seguir com êxito até agora.

*

Teorias dos Filósofos Gregos Posteriores

Epicuro voltou-se para os sentidos como critério para apreciar a verdade. Devemos confiar em nossos sentidos, argumentava. Todo conhecimento vem através deles e o erro é um engano no julgamento. Se fizermos observações exatas, chegaremos à verdade. Quando fazemos falsas interpretações sobre nossas sensações, ou as referimos erroneamente a outros objetos, cometemos enganos e não obtemos o verdadeiro conhecimento. É, pois, empregando os sentidos que conseguimos aprender. Devemos, portanto, ser muito cuidadosos para usá-los corretamente.

Percebemos cópias de objetos, as quais são verdadeiras porquanto vêm diretamente deles. Elas atingem os órgãos sensoriais e produzem idéias em nós. Se não embaralharmos as idéias, teremos a verdade acerca do mundo real.

Os *estóicos* concordaram com os epicuristas, afirmando que todo conhecimento advém da percepção dos sentidos. Declararam que a alma, ao nascer, é uma tabuinha em branco que recebe impressões. As impressões nela se mantêm e formam imagens-lembranças, com as quais se formam as idéias gerais. Assim, todo conhecimento que temos advém – afirmavam eles – de impressões e da disposição que damos a estas últimas. Se temos imediata convicção de que existe um objeto real que corresponde à nossa idéia, esse objeto real existe verdadeiramente.

É evidente que os estóicos discordaram completamente de Platão. As idéias não estão na alma, por ocasião do nascimento, conforme Platão argumentava. Vêm à alma de fora, através dos sentidos. O espírito não tem idéias enquanto os sentidos não lhe fornecerem impressões de que possa dispor para ordená-las e transformá-las em idéias. Platão era *racionalista* ao afirmar que o espírito tem idéias, independentemente da experiência. Os estóicos eram *empíricos*, ao sustentarem que as idéias vêm da experiência.

O pensamento grego deu-nos essas duas grandes teorias filosóficas. Os racionalistas sustentavam que as idéias do homem são inatas. A experiência serve simplesmente para despertá-las na consciência. Os empiristas afirmavam que o espírito não tem idéias próprias. Contempla o mundo através das janelas dos sentidos; quando estes são estimulados pelo mundo exterior, as experiências gravam-se no espírito que, por sua vez, as ordena e transforma em idéias. O progresso da Filosofia é, mais ou menos,

uma batalha entre as várias formas dessas duas grandes teorias sobre as idéias.

*

Teoria Cristã Medieval

Uma fase do conflito entre nominalistas e realistas, em meio aos filósofos cristãos medievais, versou sobre o pensamento. Os realistas sustentavam que as idéias são conceitos gerais ou universais que têm existência independentemente das coisas ou da experiência. As idéias são reais no sentido de não serem criadas pelas experiências do indivíduo. Os nominalistas afirmavam que as idéias resultam da experiência e não podem ter existência salvo quando por ela apoiadas. Formamos idéias gerais, tais como justiça e bondade, das experiências, e, sem as experiências individuais e singulares, não poderíamos ter idéias gerais.

Com *Santo Agostinho* chegamos a um período em que uma das principais características era a distinção entre as idéias comuns, recebidas através de experiência, e o conhecimento revelado recebido de Deus. Sustentava Santo Agostinho que o homem tem conhecimento natural do mundo que o cerca. Conhece a natureza física e pode agir de acordo com esse conhecimento. Para as necessidades comuns da vida, tal conhecimento é suficiente. Mas existe, também, outro mais elevado, que não vem das experiências na natureza nem é da mesma espécie do conhecimento natural. É o revelado, que vem através da fé.

Santo Agostinho e os letrados cristãos procuraram, desse modo, proteger as doutrinas da Igreja. Muitas delas não estavam de acordo com a lógica do pensamento humano. Pareciam contradizer tudo aquilo que o homem encontrara na experiência. Esses filósofos, porém, afirmavam que eram verdadeiras por serem de conhecimento diferente e acima do conhecimento natural. Eu *sei* porque Deus mo revelou, era a teoria adotada por eles.

Essa interpretação possibilitou a Igreja a estender os limites do conhecimento muito além da experiência natural. Quando o homem atingiu os limites de sua capacidade para pensar logicamente, raciocinar segundo os princípios de Aristóteles, pôde, por esse método de conhecimento divino, continuar a aceitar as doutrinas da Igreja.

A teoria tornou-se fundamental para a filosofia da Igreja e acabou sendo a da *verdade dupla*. Uma fase da verdade é a que se pode robustecer pelo raciocínio lógico. Outra é a que se fortalece pela fé e autoridade da Igreja. *S. Tomás de Aquino* adotou esse ponto como base de sua teoria geral. Uma fase de seu pensamento versava sobre idéias recebidas de sensações. Argumentou que o verdadeiro conhecimento é conhecimento conceptual, tendo os conceitos origem nas sensações. O espírito pode, entretanto, formar noções gerais dessas sensações. Os objetos exteriores atuam sobre a alma. Essa matéria-prima é recebida e transformada em conhecimento conceptual pelas faculdades mais elevadas da alma.

Mas há, também, o conhecimento intuitivo, superior ao que se adquire através das sensações, da razão ou da simples fé. Têm sua fonte na revelação divina e também adquire sua autoridade da divindade. Temos

conhecimento de Deus, da imortalidade, da divindade de Jesus e de outras doutrinas da Igreja, não pelo raciocínio, porém, por esse tipo de conhecimento mais elevado.

João Duns Escoto vai mais longe que S. Tomás de Aquino, ao limitar a esfera da razão. Não acreditava que qualquer das doutrinas da Igreja possa ser demonstrada pela razão, e sustentava que todas elas dependem da revelação. A razão, afirmou ele, não pode provar essas doutrinas, mas está em perfeita harmonia com elas. Se chegar a conclusões diferentes das doutrinas da Igreja, tem que curvar-se à autoridade superior e reconhecer que está errada.

Assim, conquanto os filósofos cristãos aceitassem a *verdade dupla*, é evidente que se julgava o conhecimento originado da revelação divina superior ao oriundo da experiência. O resultado natural era que a razão humana estava sendo constantemente corrigida pela Igreja. As idéias que os homens adquirem pelo esforço do pensamento eram tidas como contrárias à autoridade da religião e a Igreja era bastante poderosa para suprimir tais conclusões, no interesse daquilo que sustentava ser conhecimento revelado.

*

Galileu e o Começo da Atitude Científica

A situação não podia naturalmente perdurar indefinidamente. À medida que o homem começava a adquirir confiança em si e a desafiar a autoridade da Igreja em certos pontos, era inevitável que desafiasse sua autoridade na questão do conhecimento oriundo da revelação divina. Com a força que se ia criando, as bases fundamentais do pensamento escolástico começaram a esboroar-se e o homem foi se firmando, cada vez mais, intelectualmente. Percebeu a força da experiência dos sentidos, e igual força da razão, em premissas como as que Aristóteles havia estabelecido. O silogismo e a experiência dos sentidos conquistaram o respeito dos homens, começando a fraquejar a autoridade da Igreja. O homem exigia que todo conhecimento se apoiasse na capacidade do espírito humano e não no que tivesse sido revelado por alguma autoridade.

Galileu, como representante desse movimento, rejeitou a autoridade e as especulações místicas no campo das ciências, afirmando que todas as idéias devem apoiar-se em observações ou experiências. Acrescentou à experiência também a compreensão e construiu as idéias por meio das observações e experiências e do pensamento.

Os cientistas dos séculos XVI e XVII seguiram esse ponto de vista. Perceberam o que se podia fazer com as observações e experiências e não estavam dispostos a aceitar que qualquer outra autoridade determinasse o pensamento do homem. Como podiam demonstrar, cada vez mais, os resultados de sua teoria, a autoridade dos processos extra-rationais veio à baila. Isso aumentou a confiança no espírito humano para formar suas próprias idéias e padrões de pensamento. Em outras palavras, o homem estava exigindo o direito de pensar por si e chegar a conclusões independentemente da autoridade.

*

Bacon, Descartes e Espinosa

Isso acarretou, inevitavelmente, interesse pelos processos através dos quais o homem formula suas idéias e motivos para sua autoridade. *Francis Bacon* sugeriu um método para receber impressões verdadeiras e transformá-las em idéias também verdadeiras. Aconselhava aos homens que desembaraçassem o espírito de todos os *ídolos* ou preconceitos e falsos pontos de vista e observassem o mundo atentamente. Com os dados colhidos, estariam em situação de tirar conclusões, que teriam a autoridade dos dados sobre os quais elas se baseavam.

Para chegar a conclusões justas, deve o homem estudar todos os casos em que aparece determinado fator, depois aqueles em que não aparece e, depois, em que aparece com maiores ou menores variações. Por exemplo, se se procura descobrir se certa água que se bebe causa ou não doença, estudar-se-ão todos os casos de doença em que se bebeu a água, e todos aqueles em que não foi bebida. Estudar-se-á, depois, a quantidade bebida em cada caso. Com base nos dados colhidos com esses estudos, estar-se-á em condições de concluir se a água é causa da doença.

Descartes procurou uma base para a verdade. Segundo seu raciocínio, o indivíduo deve partir de premissas que não possam ser contestadas. Parecia-lhe que a Matemática fornecia tais premissas. Via, nela, o modelo do raciocínio exato, o método de raciocinar com base em verdades evidentes. Parecia-lhe este o método pelo qual se pode obter o verdadeiro conhecimento. Procurou, então, primeiramente, as verdades evidentes por si mesmas. A única que descobriu foi: Penso, logo existo. Tomando-a como base, formulou um corpo de idéias que acreditava não pudessem ser contestadas. Tais idéias, para ele, eram claras, distintas e, portanto, verdadeiras e fora de discussão.

Descartes estabeleceu, como princípio fundamental do pensamento, que todas as idéias verdadeiras devem ser claras e distintas. O espírito tem suas normas claras e distintas, normas que lhe são dadas em virtude de sua natureza. Assim, o conhecimento vem ao homem – argumentava – não pela percepção dos sentidos, mas através de cuidadoso raciocínio, partindo-se de premissas fundamentais; cada idéia pode ser aceita se, após ser deduzida logicamente, é clara e distinta.

Espinosa afirmava que o homem pode ter três espécies de conhecimento. Idéias obscuras e inadequadas – argumentava – dependem da percepção dos sentidos, resultam da imaginação e, também do fato de o indivíduo não ter feito uma interpretação exata. O conhecimento adequado, racional, idéias claras e distintas resultam do raciocínio baseado em coisas já conhecidas. O terceiro tipo de conhecimento, o intuitivo, é a espécie mais sutil de conhecimento; proporciona a verdade que não pode ser contestada. Nesse, não é possível o erro.

*

Locke, Berkeley, Hume e Leibnitz

John Locke fez do estudo do conhecimento sua principal ocupação. Concluiu que todas as idéias vêm ao indivíduo através da experiência dos sentidos. Para ele, o espírito é uma tabuinha em branco, apenas com o poder de assimilar ou ordenar impressões. À medida que o contato com o ambiente estimula os sentidos e causa impressões, o espírito vai recebendo-as e ordenando-as em idéias e conceitos. Não há, portanto, no espírito, idéias inatas; todas vêm de fora. Ele denominou idéias simples as que se recebem através de impressões dos sentidos. Ao serem elas ordenadas, formam-se pelo espírito as idéias complexas.

Os trabalhos de Locke se ocuparam, em grande parte, da classificação das idéias e do estudo do poder das coisas em produzir idéias.

George Berkeley foi mais longe que Locke, ao acentuar a importância do espírito: afirmou que não podemos conhecer coisa alguma além daquilo que esteja no espírito. Não podemos conhecer o mundo material, uma vez que não o temos no espírito. De fato, não podemos provar que nossas idéias resultam do contato com o mundo material. Procurando explicar a consistência entre as idéias, Berkeley declarou ser Deus quem no-las dá. Não as percebemos de um mundo material e sim de Deus, que é espírito num nível mais elevado.

David Hume foi ainda mais longe, afirmando que as idéias são tudo o que temos ou podemos conhecer. Não podemos provar a existência do mundo material nem a de Deus. Existe apenas uma corrente de idéias. O espírito é essa corrente, segundo ele. Recebemos impressões, mas ignoramos donde vêm. As impressões são depois ordenadas e formam idéias. Ao experimentarmos as idéias, vemos que têm certa relação entre si. Obtemos assim idéias de relação e chegamos, por exemplo, à de causa e efeito. Mas não podemos dizer que os objetos, no mundo material, estejam assim relacionados. Tudo o que podemos dizer é que as idéias seguem umas às outras, em certa ordem, e a essa ordem chamamos causa e efeito.

Todo o conteúdo do espírito são idéias em certas relações. É até onde podemos ir. Temos idéias e pensamos em termos delas e de suas relações. Nesse ponto temos que parar. Não podemos demonstrar coisa alguma além disso.

Leibnitz discordou de Locke, Berkeley e Hume, afirmando que a mônade é autônoma e não pode ser afetada ou influenciada de fora. Assim, todas as idéias têm que estar encerrada na mônade. A experiência apenas as traz à tona. “Os sentidos – escreveu ele – podem despertar, justificar e verificar tais verdades, mas não podem demonstrar sua certeza eterna e inevitável.” As idéias e as verdades são inatas no espírito, como tendências. Não recebemos idéias, mas temos-las durante todo o tempo.

Leibnitz afirmou que Locke não fora longe bastante em sua teoria. Declarou que Locke tinha razão ao afirmar que, no intelecto, nada existe que não tenha existido antes nas sensações, mas que devia acrescentar “salvo o próprio intelecto”.

Todos os últimos filósofos referidos tentaram conseguir uma explicação sobre como o indivíduo, vivendo e tendo experiências num ambiente, podia pensar, ter idéias e pensamentos. Alguns chegaram à

conclusão de que o indivíduo enfrenta o ambiente puro e imaculado e dele recebe idéias através dos sentidos. Outros sustentaram que as idéias são inatas no espírito, necessitando apenas do estímulo das sensações para trazê-las à consciência.

*

Kant, Fichte e Hegel

Kant procurou vencer as dificuldades de ambos os extremos, afirmando que recebemos impressões do ambiente, da *coisa-em-si-mesma*, mas que a natureza do espírito é tal, que ele dá forma a essas impressões transformando-as em idéias. Segundo *Kant*, o espírito semelha uma bacia com muitas cavidades e estranhas depressões no contorno. Quando nela se derrama água, esta toma-lhe a forma e enche todas as cavidades. Do mesmo modo, o ambiente derrama impressões no espírito que as recebe, assumindo elas a forma de acordo com a natureza desse espírito.

O conhecimento é, entretanto, universal. Isso é devido ao fato de serem todos os espíritos fundamentalmente semelhantes. Todos têm certas categorias fundamentais, como totalidade, unidade, pluralidade, realidade, etc. Por serem todos da mesma natureza geral, pensamos de modo muito igual. Ordenamos as impressões transformando-as em idéias. Mas estas são idéias do espírito e não podem ser aplicadas a um mundo fora dele. Podemos agir como se existissem e podemos corrigir nossas idéias em termos das impressões adicionais que recebemos. Além disso, não podemos ir, porém. Nossas idéias resultam da espécie de órgãos de pensamento que temos, sendo determinadas pela sua natureza.

Podemos, naturalmente, reunir as idéias em idéias grandes e gerais, agindo como se a generalização fosse verdadeira. De fato, para satisfazer nossa natureza moral, precisamos agir assim. Mas, nesse ponto, estamos tratando de juízos e não de idéias que possam ser provadas.

O argumento poderoso de *Kant*, para o espírito como criador de idéias, levou *Fichte* à conclusão de que somente se pode compreender aquilo que se pode criar livremente no pensamento. As idéias que um indivíduo tem, o conteúdo de sua consciência, resultam de um ato criado. O *ego*, ativo e livre, cria tudo que o homem sabe, mesmo o *não-ego* ou aquilo que não pareça ser o *ego*.

Ao referir-se ao *ego*, *Fichte* refere-se à razão universal ou inteligência como tal, não ao *eu* individual. A razão, toda a ordem de idéias que o indivíduo tem, é anterior ao indivíduo; é a criação de uma razão que existia antes do homem. Conhecemos apenas nossas idéias. Estas não resultam do mundo material que experimentamos, porém, do *ego* universal.

Hegel era de opinião que os processos do espírito humano e da natureza são os mesmos. Encontrou, em ambos, aquilo que denominou *processo dialético* em operação. Se o indivíduo estudar o espírito, encontrá-lo-á cheio de contradições, discordâncias e opostos. Mas um novo estudo revelará que existe um processo, no espírito, pelo qual cada par de opostos se concilia numa síntese que inclui ambos, porém, num nível mais elevado.

Esse processo está em toda parte. Primeiro há uma *tese* ou afirmação, depois descobrimos a *antítese* a essa *tese*, ou sua contradição. A forma mais alta do pensamento está em conciliar ambas numa síntese que eleve o pensamento para um ponto mais alto. O espírito humano não cessa com as contradições; esforça-se por desembaraçar-se delas fazendo sínteses. Não se deve confundir isso com acomodação. Na verdadeira síntese, os valores da tese e da antítese são conservados e, juntos, movimentam-se para novos valores.

A mais alta função do espírito, portanto, é a atividade que possibilita o indivíduo a ver as coisas no seu todo, a ver unidos os opostos. Nisso, o homem galga as verdadeiras alturas de sua natureza. O pensamento passa das idéias simples para as complexas, do individual para o geral em toda a sua força.

Hegel percebeu o que poucos filósofos haviam percebido até então. Reconheceu que o pensamento não é coisa estática, mero receptáculo de impressões. Para ele, o pensamento é um processo, o movimento de um ponto para outro. O ser pensante é um processo lógico e vivo, no qual existe desdobramento e progressão. O estudo do pensamento convenceu Hegel de que o pensamento se movimenta das idéias simples para as complexas, não aos saltos, mas por meio do desenvolvimento gradativo, em sínteses, que passam a ser teses para sínteses ainda mais elevadas.

Como a natureza e o pensamento seguem o mesmo processo de evolução, Hegel deduziu que toda realidade é um processo lógico da evolução. O mundo é um processo lógico do pensamento e não matéria morta, onde o pensamento opera.

Esse ponto de vista, segundo o qual tudo é processo lógico de pensamento, que obedece às leis da evolução, partindo do simples para o mais complexo, dominou na Alemanha e exerceu influência em outros países até meados do século XIX. Embora tivesse mesmo perdido certa popularidade após essa data, continuou a preponderar no pensamento mundial durante muitos anos ainda.

Influência contrária foi o trabalho de Herbart; este considerou o pensamento a ordenação e a integração de reais. Por meio da experiência, a alma expelle os *reais* que se organizam na consciência, transformando-se em idéias e pontos de vista. Muitos deles são empurrados para o subconsciente, para ali esperarem até que o tempo seja favorável para voltarem à consciência e dominarem esta última.

*

Comte, Mill e Spencer

Comte adotou a teoria de que o conhecimento que se pode usar é o único de valor. Não se interessava pelas teorias, pelas tentativas de descobrir o que o conhecimento representa, mas interessava-se pela descoberta do conhecimento que se pudesse usar nas situações da vida. Ter conhecimento, ter idéias que dêem resultado e atendam aos problemas e os resolvam, é tudo de que se precisa. Sua fonte ou história é de pouca importância ou, mesmo, sem importância.

John Stuart Mill baseou sua teoria da lógica nas leis das associações. Procurou descobrir como, e por que, se passa do conhecido para o desconhecido pelo processo de inferências. Isso tornou-se sua teoria sobre a indução. Ao colherem-se dados através da experiência, tiram-se certas conclusões. Os dados servem de base para as conclusões. Quando se passa desses dados para generalizações, está-se agindo na crença de que a natureza é uniforme. Mill acreditava que o homem tem o direito de agir dessa maneira.

Nossas idéias resultam, portanto, de experiências e de meticulosas inferências delas. Existem leis, afirmava Mill, pelas quais as inferências podem ser feitas. Tais leis têm autoridade, porque a experiência provou serem de valor. Os homens delas se serviram no passado e chegaram a conclusões bem sucedidas. Por conseguinte, o *teste* da experiência provou serem exatas e podemos, pois, utilizar-nos delas com alto grau de confiança.

Herbart Spencer afirmava que todo pensamento se baseia em relações. Pensamos em termos de diferenças e semelhanças. Nossas conclusões, nossas idéias, são sobre essas diferenças e semelhanças entre as coisas. Conhecemos as coisas em termos de suas diferenças e semelhanças, não diretamente. Temos aqui a teoria da relatividade do conhecimento. As idéias são expressões de relação entre as coisas.

*

James e Dewey

Muitos pensadores modernos, sob a influência do progresso da Psicologia no último século, passaram da teoria do conhecimento para o estudo do próprio pensamento. *William James* afirma ser o pensamento um instrumento e não ser melhor que o seu serviço que presta numa situação. Pensamos com vistas a um objetivo. James ressalta, portanto, o processo do pensamento, o interesse pela maneira que opera e se pode tornar mais eficiente.

John Dewey deu-nos uma das análises mais claras, até então elaboradas sobre a reflexão. Identifica-se com a solução dos problemas e afirma que o homem não pensa, a menos que tenha um problema para resolver. Simples fantasias passageiras, devaneios e coisas semelhantes não representam pensamento, no sentido verdadeiro do termo. Mas quando o indivíduo se vê face a uma situação para a qual não tem solução pronta, passa então a pensar.

Ora, o processo que se tem de seguir, para ser bem sucedido na obtenção da solução do problema, consiste em dar vários passos mais ou menos bem definidos. Primeiro, deve haver um problema claramente definido. Segue-se um período durante o qual se colhem os dados relativos ao problema. Depois, com base nesses dados, chega-se à hipótese ou à solução possível. O quarto passo consiste em examinar, mentalmente, a solução ou hipótese sugerida, para se descobrir se há uma razão qualquer para que não seja a solução desejada. Se a hipótese resistir ao *teste* do exame mental, será, portanto, posta em ação, registrando-se os resultados. Se o *teste* for também satisfatório, generalizar-se-á e aplicar-se-á o

conhecimento adquirido a outras situações similares, tornando-se, assim, um princípio geral que poderá passar a ser a base de idéias futuras.

Toda reflexão realiza-se desse modo, segundo Dewey. Se se executar cuidadosamente cada passo sem erros, haverá alto grau de probabilidade de que a pessoa pensante chegará a uma adequada solução para o problema. Mas se se negligenciar em algum passo, ou não se seguir meticulosamente o processo, poderá a hipótese aceita ser falsa.

Outros filósofos afirmam que, nesse ponto, Dewey está considerando apenas um tipo de pensamento e negligenciando-se do mais importante: o pensamento criador. Estudos feitos parecem indicar que o pensamento criador observa três fases. Primeira: há um período preparatório, durante o qual a pessoa pensante estuda o problema cuidadosamente e colige os dados que lhe são pertinentes. Segunda: deve haver um período de incubação, quando os dados e o problema são postos de lado, como estavam, a fim de serem assimilados; é, dizem eles, processo do subconsciente, que não pode ser precipitado e cujo resultado não se pode prever. Se for bem sucedido, a terceira fase manifestar-se-á, aquela em que o indivíduo experimenta a inspiração, o clarão de uma possível solução para a hipótese. A hipótese não é necessariamente a solução procurada; precisa ser testada mental e praticamente para se descobrir se é adequada. Se falha, o problema deve voltar ao subconsciente, continuando o processo de incubação.

A filosofia moderna parece movimentar-se cada vez mais para a direção sugerida por James, Dewey e outros pragmatistas. Posto que muitos filósofos estejam às voltas com o problema do conhecimento, procurando descobrir como se formam as idéias, o espírito moderno da eficiência tem, de tal modo, dominado muitos pensadores, que eles se tornam impacientes com tal atividade. Não vêem valor real algum em determinar se as idéias são inatas ou vêm do mundo exterior. Parecem-lhes destituídos de importância os problemas com os quais Kant, Fichte, Schelling, Herbart e outros lutaram. O interesse deles não converge para a gênese das idéias tanto quanto para sua operação nas situações da vida presente. O filósofo - declaram eles - está interessado na vida e nas situações da vida. Nisso, as idéias são instrumentos para a solução de problemas. O pensamento é o meio ao qual recorreremos para enfrentar situações difíceis, e sua eficiência deve ser medida pelo êxito que o indivíduo experimenta ao empregá-lo. Se, pensando, o indivíduo resolve o problema, o processo provou ser satisfatório e as idéias verdadeiras.

*

CONCLUSÃO

Podemos julgar as experiências, quer do leitor, quer as minhas, quer as de um grande filósofo, como peças de um *quebra-cabeça*. Elas se acham espalhadas por toda parte, no tempo e no espaço. Algumas datam dos primeiros tempos da infância, ao passo que outras se encontram agora em processo de nascimento. Um resultam de acontecimentos distantes, beirando o horizonte, enquanto outras se encontram em nosso próprio corpo. Muitas vezes têm formas desnorteantes. Cada um de nós procura ajustar as peças, que são as nossas experiências, para com elas formar uma figura que nos satisfaça.

Muitas vezes procuramos forçar a adaptação das peças, quando não estão feitas para se adaptarem da maneira que desejamos. Empurramo-las de um jeito ou outro, até que os espaços entre elas se tornem os mais diminutos possíveis. Ao fazê-lo, tiramo-las quase sempre da forma. O quadro final acaba, então, ficando cheio de falhas que, talvez, não possamos ver, mas que se tornam evidentes para outras pessoas mais experientes e de compreensão e percepção mais agudas. O quadro, assim, apresentará contrastes de cores que chocam.

Embora o quadro, que formamos, possa ser adequado a muitas situações práticas em que nos encontramos, tempos de crises virão, nos quais não provará ser apropriado. Nessas ocasiões, poderemos tentar dar nova disposição às peças, de modo a preparar um lugar para a nova experiência, fazendo, assim, um quadro muito diferente, ou poderemos lançar fora as peças, dizendo que se trata de experiência *irreal*, falsa, ou de uma ilusão.

As experiências que o Grande Filósofo emprega para tecer seus padrões, sua filosofia, são mais numerosas que as nossas. Ele procura incluir no quadro que constrói, o universo todo, tudo que nele se contém. Mais ainda, está constantemente alerta para descobrir as falhas, os tons delicados e os finos cortes das peças que manuseia. Exercita o espírito até um alto grau de sensibilidade para com essas diferenças. Pode perceber enganos, na interseção das peças, que escapam a um espírito menos experimentado. Assim, o quadro que apresenta ao mundo é mais exato e mais completo que o nosso.

Mas até mesmo o Grande Filósofo não prepara um quadro perfeito. Somente um Deus, que conheça todas as experiências de todos os homens e possa perceber as minúsculas relações, é que pode elaborar um quadro perfeito. Mas nenhum filósofo é tal Deus. Por conseguinte, o quadro de todo Grande Filósofo é imperfeito e está sujeito a aperfeiçoamento.

A História da Filosofia é a história de como filósofos diferentes elaboraram quadros diferentes e propuseram soluções, também diferentes, para o *quebra-cabeça* que é a experiência humana. Determinado filósofo oferecerá solução e muitos a aclamarão como a melhor. Mas, passado certo tempo, eis que surge outro filósofo que

descobre e assinala erros no quadro apresentado; revela falhas e distorções propondo solução diferente, que lhe parece mais próxima da perfeição. Ele, por sua vez, será seguido de outro que repete o processo.

Nas páginas que constituem este livro vimos como muitos Grandes Filósofos tentaram reunir todas as peças da experiência humana, procurando encontrar resposta a alguns dos problemas que, muitas vezes, nos têm interessado. Vimos como cada um deles deu resposta diferente e como filósofos posteriores as corrigiram, apresentando outras soluções.

Você e eu podemos, assim, num sentido real, basear-nos nos fundamentos de todos os Grandes Filósofos do passado. Ao contemplarmos o mundo, também podemos formar nossa filosofia, beneficiando-nos da experiência e dos conselhos deles. Podemos aprender deles e, com isso, tornar nosso quadro mais exato e mais completo. Cada filósofo diz: “Eis o que o mundo da experiência humana significa para mim, e eis os erros que encontrei em outros filósofos que me precederam. Esta filosofia é a melhor que conheço. Tome-a, comece a pensar, considerando-a ponto de partida.”

Você e eu estamos no ápice de lutas seculares com os grandes problemas da Humanidade. Atrás de nós encontram-se grandes espíritos que nos oferecem o serviço de sua experiência e pensamento. Devíamos, realmente, ser maiores filósofos do que quaisquer outros do passado, pois temos todo o passado para auxiliá-nos. Consideremos, portanto, o que eles nos disseram. Ponderemos cuidadosamente seus conselhos e continuemos a obra, partindo do ponto em que tiveram que parar. É esta a estrada que conduz ao progresso e a uma filosofia mais perfeita.

*

F I M

NOTAS BIOGRÁFICAS

ABELARDO, Pedro: (1079-1142). Nasceu em Palais, nas proximidades de Nantes, na Bretanha. Abriu uma escola em Paris, em 1103, e sobressaiu-se pelo seu espírito arguto e conhecimento de Teologia.

AGOSTINHO, Aurélio: (354-430). Nasceu em Tagaste, África. Tornou-se bispo de Hipona. Em seus escritos, atacou vigorosamente todos aqueles que considerava hereges.

ALCUÍNO: (735-804). Teólogo inglês muito erudito. Foi chamado de Iorque para auxiliar Carlos Magno a estabelecer um sistema educacional no Império dos Francos. Na velhice, retirou-se para o Mosteiro de Tours e dedicou-se à Teologia.

ALTHUSIUS, Johannes: (1557-1638). Pensador alemão a quem se atribui a criação da teoria moderna das leis naturais. Nasceu em Diedenshausen, estudou em Basiléia e Genebra e tornou-se professor de Direito em Herbon.

AMBRÓSIO, Santo: (340-397). Nasceu em Treves e tornou-se bispo de Milão, em 374. Entrou muitas vezes em choque com as mais altas autoridades de seu tempo. Escreveu o grande hino cristão: *Te Deum Laudamus*.

ANAXÁGORAS: (500-428 A.C.). Nasceu em Clazomenae. Depois de viajar por muitas terras, instalou-se em Atenas, onde abriu uma escola de Filosofia. Muitos pensadores famosos estudaram com ele. Incriminado de impiedade, foi condenado à morte; revogou-se a sentença, sendo ele mandado para o exílio. Retirou-se para Lâmpsaco, onde ensinou Filosofia até aos últimos dias de sua vida.

ANAXIMANDRO: (610-546 A.C.). Célebre matemático e filósofo. Explicou que a Lua recebia a luz do Sol e que a Terra era redonda. Acreditava na existência de muitos mundos.

AQUINO, S. Tomás de : (1227-1274). Conhecido como “Doutor Angélico”. Descendia dos Condes de Aquino, da Calábria. Em 1323, foi canonizado pelo Papa João XXII. Seus trabalhos formam a base da escola tomista.

ARISTÓTELES: (384-322 A.C.). Nasceu em Estagiros, Trácia. Começou os estudos com Platão aos 20 anos de idade. Filipe da Macedônia fê-lo preceptor de seu filho Alexandre, o Grande. Foi acusado de impiedade e exilado para Cálcis, onde morreu.

BACON, Francis: (1561-1626). Nasceu em Londres. Galgou grande posição no governo inglês, tendo sido *lord-chanceler*. Mas sua venalidade como juiz provocou-lhe a queda e a prisão. Tendo sido perdoado pelo rei, afastou-se da vida pública e mergulhou nos estudos.

BACON, Rogério: (1214-1294). Cientista e publicista inglês. Consta ter inventado a pólvora e fabricado lentes de aumento.

BENTHAM, Jeremy: (1748-1832). Ilustre autor inglês. Escreveu sobre Economia Política e Jurisprudência.

BERGSON, Henri: (1859-1940). Nasceu em Paris. Foi um dos grandes filósofos franceses modernos e recebeu muitas honras do governo francês. Foi membro da Academia Francesa em 1914. Ocupou importantes cadeiras de Filosofia em França.

BERKELEY, George: (1685-1753). Célebre sacerdote inglês. Nasceu na Irlanda e estudou no Colégio da Trindade, Dublin. Concebeu um plano para converter a América ao Cristianismo. Partiu para as Bermudas para erguer ali um colégio, mas o projeto falhou por não ter recebido os fundos que esperava. Tornou-se bispo de Cloyne, em 1734l.

BRUNO, Giordano: (1548-1600). Membro da Ordem Dominicana. Deixou-a e vagueou pelo mundo. Retornou finalmente à Itália, onde foi aprisionado pelo Inquisição. Morreu na fogueira.

CAMPANELLA, Tommaso: (1568-1639). Monge dominicano que foi perseguido pela inquisição. Passou 27 anos de sua vida na prisão por ter idéias que jamais tentara pôr em prática.

CARNÉADES: (213-129 A.C.). O maior cético da Academia fundada por Platão.

CÍCERO, Marco Túlio: (106-43 A.C.). Nasceu em Arpino. Orador e estadista romano. Ocupou muitos cargos elevados em Roma; combateu contra conspiradores e acabou sendo assassinado pelos emissários de Marco Antônio.

COMÊNIO, João Amos: (1592-1670). Grande educador da Morávia e chefe da vida religiosa dos morávios. Sofreu violentas perseguições, mas continuou a manter sua fé e esforços educacionais. Advogou, no ensino, o *método da natureza*.

COMTE, Augusto: (1798-1857). Nasceu em Montpellier, França. Freqüetou a Escola Politécnica, em Paris. Era muito versado nas Ciências Exatas e na Matemática.

DEMÓCRITO: (460-370 A.C.). Nasceu em Abdera, Trácia. Viajou muito e escreveu inúmeros livros sobre Ciências, Filosofia e Matemática.

DESCARTES, René: (1596-1650). Nascido em Turena, França. Foi soldado e serviu no exército dos holandeses e bávaros. Instalou-se na Holanda, onde escreveu muitos livros que exerceram grande influência por todo o mundo.

DEWEY, John: (1859-1952). Ilustre filósofo norte-americano. Nasceu em Vermont. Autor de vários livros sobre Filosofia, Educação, Psicologia e Ciência Política. Através de seus trabalhos e conferências, exerceu influência sobre os processos do mundo do pensamento.

ECKHART, Meister: (1260-1327). Místico alemão. Membro da Ordem Dominicana. Lecionou e escreveu muito, tendo exercido grande influência como sacerdote.

EMPÉDOCLES: (495-435 A.C.). Nasceu em Agrigento, Sicília. Filho de uma família rica, dotada de espírito público. Foi chefe dos elementos democráticos de sua cidade, constando ter recusado a chefia do reino. Foi também mestre religioso, poeta e médico. Acreditava possuir o dom da magia.

EPICURO: (341-270 A.C.). Nasceu na Ilha de Samos, de pais atenienses. Lecionou em muitas cidades gregas e fundou uma escola em Atenas, onde viveu o resto de sua vida.

ERÍGENA, João Escoto: (810-877). Nasceu na Irlanda e estudou em escolas irlandesas. Foi chamado por Carlos, o Calvo, para chefiar a Escola Palatina, de Paris.

ESPINOSA, Baruch: (1632-1677). Designado muitas vezes como Benedito. Nasceu na Holanda, filho de judeus e portugueses. Por causa de suas teorias foi expulso da sinagoga e forçado a vagar pela Europa. Ganhava a vida polindo lentes.

FICHTE, Johann Gottlieb: (1762-1814). Nasceu na Saxônia, filho de um pobre tecelão. Recebeu sua educação através da generosidade de um nobre rico. Galgou os degraus da fama como professor de Filosofia e escritor. Foi um dos fundadores da Universidade de Berlim.

FÍLON: (30 A.C. - 50 D.C.). Conhecido como “O Judeu” ou “Fílon da Alexandria”. Era de uma família de sacerdotes e escreveu muito sobre questões históricas, políticas e éticas. Afirmava que o Judaísmo era soma total da sabedoria humana.

FROEBEL, Friedrich Wilhelm August: (1782-1852). Nasceu numa pequena aldeia da floresta de Turíngia. Frequentou a Universidade de Iena. Conheceu os grandes espíritos de seu tempo com os quais estudou. Fundou o primeiro Jardim da Infância.

GALILEI, Galileu: (1564-1641). Nasceu em Pisa e estudou em Florença. Estudou Medicina e Matemática. Tornou-se célebre como astrônomo, tendo sido o inventor do primeiro telescópio. Entrou em choque com a Inquisição. Conseguiu escapar à morte prometendo não pregar que o Sol era o centro do Universo.

GRÓCIO, Hugo: (1583-1645). Chefe do partido aristocrático, na Holanda. Nasceu em Delft. Passou a maior parte da vida em funções públicas, tendo entrado muitas vezes em choque com as autoridades. Foi embaixador da Suécia em Paris, em 1635, onde permaneceu até pouco tempo antes de sua morte.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich: (1770-1831). Nasceu em Estugarda e estudou Teologia e Filosofia em Tubingen. Serviu como professor em muitos estabelecimentos educacionais de projeção, tais como os de Iena, Heidelberg e Berlim.

HERÁCLITO: (535-475 A.C.). Nascido em Éfeso. Era um aristocrata. Não tinha respeito algum pela democracia. Foi chamado “O Obscuro” devido a seus escritos serem de difícil compreensão.

HERBART, Johann Friedrich: (1776-1841). Filósofo alemão que combateu todo o movimento do Idealismo. Ocupou muitas cadeiras célebres, inclusive a que Kant tornou famosa em Conisberga.

HOBBS, Thomas: (1588-1679). Estudou a Escolástica e a filosofia de Aristóteles, em Oxford. Percorreu o Continente, onde conheceu muitos dos grandes espíritos de seu tempo. Depois da convocação do “Long Parliament”, fugiu para a França, em novembro de 1640, donde só voltou depois que fez as pazes com Cromwell, em 1651.

HUME, David: (1711-1776). Nasceu em Edimburgo. Estudou Direito e tornou-se subsecretário de Estado, em 1767. Celebrizou-se, na vida, pela sua capacidade como historiador.

JAMES, William: (1842-1910). Nasceu em Nova Iorque. Estudou em escolas particulares e com professores em Nova Iorque. Frequentou a Escola Científica de Lawrence e formou-se pela Escola de Medicina de Harvard, em 1870. Sua carreira de professor incluiu a Anatomia, a Fisiologia, a Psicologia e a Filosofia. Lecionou nas Universidades de Harvard, Edimburgo e Oxford.

KANT, Immanuel: (1724-1804). Nasceu em Conisberga, filho de um seleiro. Passou quase toda a vida de estudante, professor e escritor em sua cidade natal. Seus trabalhos exerceram influência sobre as correntes de pensamento tanto quanto os de quaisquer outros filósofos que existiram.

LEIBNITZ, Gottfried Wilhelm: (1646-1716). Nasceu em Leipzig e estudou Direito, Filosofia e Matemática em Iena. Recebeu o grau de doutor em Direito com a idade de 20 anos. Serviu como conselheiro e bibliotecário da corte, em Hanover, até ao dia de sua morte.

LEUCIPO: Pouco se conhece de sua vida. Consta que tinha vindo de Mileto e estudado com Zenão, em Eléia. Provavelmente fundou em Abdera a escola que Demócrito tornou célebre.

LOCKE, John: (1632-1704). Estudou Filosofia, Ciências Naturais e Medicina em Oxford. Esteve durante muitos anos a serviço do Conde de Shaftesbury, como secretário e preceptor do seu filho e do neto. Seguiu seu protetor, ao ser este exilado para a Holanda, e voltou para a Inglaterra com a ascensão de Guilherme de Orange.

LOTZE, Hermann: (1817-1881). Estudou Medicina e Filosofia em Leipzig. Foi professor de Fisiologia e Filosofia na universidade dessa cidade. Lecionou também em Göttingen e Berlim.

MALEBRANCHE, Nicolau: (1638-1715). Membro do Oratório de Jesus. Procurou harmonizar a Religião e a Filosofia, a

teoria de Descartes e a de Santo Agostinho; falhou, porém, tendo seus trabalhos sido colocados nos livros proibidos pela Igreja.

MAQUIAVEL, Nicolau: (1469-1527). Diplomata italiano. Secretário do Conselho dos Dez, em Florença. Nos últimos anos de sua vida, foi exilado pelos Médicis.

MARX, Karl: (1818-1883). Nasceu em Treves, Alemanha. Mundialmente reconhecido como o principal filósofo socialista e o fundador do movimento socialista internacional.

MILL, John Stuart: (1806-1873). Filho de James Mill, secretário da “East India Company”. O pai deu-lhe especial educação, que consistiu em muitos estudos sobre Filosofia e Ciência Política. Ele também serviu na “East India Company”, tendo ingressado, mais tarde, no Parlamento como liberal.

NEWTON, Sir Isaac: (1642-1727). Nasceu em Woolsthorpe, Lincolnshire. Estudou em Cambridge, onde cultivou a Matemática. Fez inúmeras descobertas científicas, tendo sido altamente distinguido com honrarias pelo governo inglês.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm: (1844-1900). Ilustre filósofo alemão, nascido em Roken, nas proximidades de Leipzig. Foi professor de Filosofia clássica, em Basileia.

PARMÊNIDES: (515-470 A.C.). Filho de uma família rica de Eléia. Desenvolveu a filosofia de Xenófanes. Foi provavelmente um pitagórico em seus primeiros tempos.

PESTALOZZI, Johann Heinrich: (1746-1827). Nascido em Zurique. Sentiu-se inspirado para aliviar os sofrimentos dos aldeões em sua terra. Esforçou-se muito para educá-los e fornecer-lhes melhores métodos para cultivar a terra e viver. Sua influência sobre a educação moderna foi muito grande e profunda.

PITÁGORAS: (580-500 A.C.). Nasceu em Samos e emigrou para as colônias gregas na Itália Meridional, cerca de 529. Fundou a escola dos pitagóricos, uma seita semi-religiosa e filosófica.

PLATÃO: (427-347 A.C.). Filho de pais nobres. O maior discípulo de Sócrates. Viajou muito, tinha uma boa renda e viveu no mais alto estilo. Era íntimo de Dionísio I, tirano de Siracusa. Dizia-se que esperava fundar um Estado ideal, em Siracusa. Fundou a Academia num bosque de Atenas.

PLOTINO: (204-269). Nasceu em Licópolis, Egito. Estudou Filosofia, durante onze anos, com Ammonius Saccas, em Alexandria. Fundou uma escola em Roma logo depois de 243.

REID, Thomas: (1710-1796). Chefe da escola escocesa na sua reação contra o idealismo de Berkeley e o ceticismo de Hume. Procurou voltar ao senso comum na Filosofia.

SAINT-SIMON, Claude Henri de: (1760-1825). Cientista e político francês que concebeu a idéia de uma nova sociedade, na

qual haveria igual distribuição de propriedades, poder, cultura e felicidade.

SANTAYANA, Jorge: (1863-1952). Nasceu em Madrid e formou-se na Universidade de Harvard, onde lecionou durante vinte e dois anos.. Depois, de 1912 em diante, passou a viver na Europa. Em 1943, foi eleito membro honorário da Academia Americana de Ciências e Letras. Foi poeta e crítico literário, bem como filósofo. Morreu na Itália.

SHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph: (1775-1854). Estudou Teologia de Tübingen e foi professor de Filosofia em Iena, em 1798. Foi uma das figuras mais brilhantes do círculo para o qual convergia o movimento romântico. Foi chamado a Berlim para deter a maré da filosofia hegeliana; nisso, porém, obteve pouco êxito.

SCHLEIERMACHER, Friedrich Ernst Daniel: (1768-1834). Nasceu em Breslau e recebeu parte de sua educação nas escolas da irmandade da Morávia.. Depois de um curto período estudantil e de professorado, em Halle, seguiu para Berlim como sacerdote da Igreja da Trindade. Tornou-se, tempos depois, professor de Teologia na Universidade de Berlim.

SCHOPENHAUER, Arthur: (1788-1860). Nasceu em Danzigue, de pai banqueiro e mãe romancista. Recusou-se a trabalhar no escritório do pai; preferiu a Filosofia. Fez muitas preleções, mas com pouco êxito, pois outros filósofos tinham-se tornado mais populares. Isso provocou-lhe amargor que somente se suavizou um pouco, mais tarde na vida, ao crescer sua fama.

SMITH, Adam: (1723-1790). Nasceu em Kirkcaldy, na Escócia. Estudou em Glasgow e Oxford, mas não foi muito feliz nesta última. Considerava os professores ali de espírito muito acanhado, isso devido a não lhe permitirem ler Hume. Seus escritos sobre Ciência Política exerceram grande influência.

SÓCRATES: (469-399 A.C.). Nasceu em Atenas, filho de um pobre escultor e de uma parteira. Viveu uma vida errante e nada desejava senão coisas simples para suas necessidades. Andava quase sempre descalço e esfarrapado para acentuar a simplicidade. Casou-se mas não teve uma vida normal no lar. Por causa de suas teorias foi condenado à morte pelo tribunal de Atenas e forçado a beber cicuta.

SPENCER, Herbert: (1820-1903). Filósofo utilitário. Foi durante algum tempo engenheiro civil. Em Londres, fazia parte de um grande círculo de gênios literários e filosóficos, que exerceram grande influência em suas obras.

TALES: (624-544 A.C.). Nasceu em Mileto. Sobressaiu-se como estadista, matemático e astrônomo. Consta ter predito o eclipse de 28 de maio de 585. É classificado como um dos Sete Sábios da Grécia.

VOLTAIRE: (1694-1778). Seu nome original era François-Marie Arouet. Nasceu em Paris. Foi preso muitas vezes por causa de

seus escritos, os quais abrangiam romances e peças teatrais satíricas, bem como tratados de Filosofia.